



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
CURSO DE DOUTORADO

DAYVESSON DELEON BEZERRA DA SILVA

**AS VOZES DO CÁRCERE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS
AUTOBIOGRAFIAS DE ESTUDANTES DA EJA DE UMA ESCOLA PRISIONAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

RECIFE

2023

DAYVESSON DELEON BEZERRA DA SILVA

**AS VOZES DO CÁRCERE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS
AUTOBIOGRAFIAS DE ESTUDANTES DA EJA DE UMA ESCOLA PRISIONAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da linguagem da Universidade Católica de Pernambuco, linha de pesquisa – Processos de Organização Linguística e Identidade Social, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências da linguagem.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo.

RECIFE

2023

AS VOZES DO CÁRCERE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS AUTOBIOGRAFIAS DE ESTUDANTES DA EJA DE UMA ESCOLA PRISIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO © 2023 by DAYVESSON DELEON BEZERRA DA SILVA is licensed under Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

- S586v Silva, Dayvesson Deleon Bezerra da.
As vozes do cárcere: uma análise discursiva das autobiografias de estudantes da EJA de uma escola prisional do Estado de Pernambuco / Dayvesson Deleon Bezerra da Silva, 2023.
235 f. : il.
- Orientadora: Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo.
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Doutorado em Ciências da Linguagem, Recife 2023
1. Análise do discurso. 2. Gêneros textuais. 3. Autobiografia.
4. Educação de jovens e adultos. I. Título.

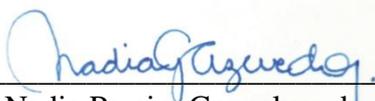
CDU 801

Pollyanna Alves CRB/4-1002

DAYVESSON DELEON BEZERRA DA SILVA

**AS VOZES DO CÁRCERE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS
AUTOBIOGRAFIAS DE ESTUDANTES DA EJA DE UMA ESCOLA PRISIONAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

BANCA EXAMINADORA:



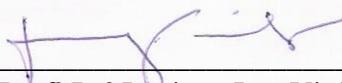
Prof^ª Dr^ª Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP – PE)
(Orientadora)



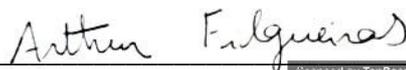
Prof^ª. Dr^ª. Elaine Pereira Daróz
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP – PE)
(Examinadora Interna)



Prof^ª. Dr^ª. Rossana Régina Guimarães Henz
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP – PE)
(Examinadora Interna)



Prof^ª Dr^ª Luciana Iost Vinhas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – RS)
(Examinadora Externa)



Prof. Dr. Arthur de Araújo Filgueiras
Centro Universitário Tiradentes (UNIT)
(Examinador Externo)

Ao ser humano mais generoso que conheço: HELENA, minha Mãe.

*Obrigado por acreditar nos mesmos sonhos que eu, por subir cada degrau ao meu lado e por
fazer dos meus caminhos os seus...*

Para sempre

*Por que Deus permite
que as mães vão-se embora?*

Mãe não tem limite,
*é tempo sem hora,
luz que não apaga
quando sopra o vento
e chuva desaba,
veludo escondido
na pele enrugada,
água pura, ar puro,
puro pensamento.*

*Morrer acontece
com o que é breve e passa
sem deixar vestígio.*

***Mãe, na sua graça,
é eternidade.***

*Por que Deus se lembra
— mistério profundo —
de tirá-la um dia?*

***Fosse eu Rei do Mundo,
baixava uma lei:***

***Mãe não morre nunca,
mãe ficará sempre
junto de seu filho
e ele, velho embora,
será pequenino
feito grão de milho.***

Carlos Drummond de Andrade

A G R A D E C I M E N T O S

A Deus pelo Cuidado, Atenção e Amor com os quais sempre me guarda. É nele que busco força e perseverança para seguir sempre em frente.

À minha MÃE Helena, por quem eu tenho verdadeira devoção. Obrigado pelo Amor, Confiança e Incentivo de sempre. É ela quem mais vibra com as minhas conquistas e, certamente, quem mais me dá condições para que cada uma aconteça. Obrigado, Mainha, por tudo!

Meus agradecimentos a Brivaldo, meu pai, pelas vibrações dadas cada vez que galgo mais um degrau nessa árdua e prazerosa estrada.

Aos meus irmãos, Elizabeth e Jefferson, por todo Carinho, Amizade e Companheirismo. Eu não estaria aqui sem o apoio de vocês.

A Meydson Gutemberg (Guto), pela presença, confiança, verdade, serenidade e por todos os gestos... Do SILÊNCIO ao GRITO de alerta, sempre querendo o meu melhor. OBRIGADO, em maiúsculo, a você!

À minha orientadora, Nadia Azevedo, que desde o mestrado me aponta caminhos e proporciona as condições necessárias para um caminhar tranquilo. Obrigado por todo zelo na condução e orientação dessa tese.

À professora Dra. Luciana Vinhas pelo aceite e valiosas contribuições, quando da qualificação, para enriquecimento do texto. Obrigado pelo olhar sensível e delicadeza na apreciação dessa pesquisa.

Ao professor Dr. Arthur Filgueiras, por toda a contribuição substancial a este trabalho. Obrigado pelo carinho e disponibilidade!

À professora Dra Elaine Daroz, que, com tanta gentileza, cuidado e atenção contribuiu para o enriquecimento dessa tese.

À professora Dra Rossana Henz, por toda sua positividade e leveza! Obrigado por tanta generosidade... As suas contribuições vão para além deste trabalho. Muito obrigado, por tudo!

À '*Mi Negrita*', Darlene Andrade, por todos os momentos felizes e de companheirismo! Obrigado por ser sempre presente na minha vida pessoal e acadêmica. Lembro com muita alegria do nosso primeiro encontro na Universidade. De lá em diante, foram laços que só cresceram.

À querida Verônica Brainer, amiga com a qual compartilhei momentos de alegrias e tristezas inerentes ao processo de produção e escrita acadêmica. Tenho muito respeito e admiração pela pessoa e pesquisadora que você é!

À Ana Clara Ramalho, grande incentivadora e amiga mais que especial. Obrigado, Clarita, por tudo!

A Eduardo Vinícius, pelos momentos de descontração que tanto ajudaram a tornar esse processo mais leve.

À Fundação Antônio dos Santos Abranches (FASA), pela bolsa concedida que viabilizou todo o meu processo de doutoramento.

Aos companheiros de trabalho do Polo UAB Gravatá, José Mário e Gisele Zeferino, por todo apoio dado nos momentos em que estive ausente.

A Edmundo Borba, chefe da Procuradoria Jurídica da UPE, onde atuo como Secretário Executivo, pelas indicações de leitura e conselhos para a apresentação.

A João Feitoza e Andressa Mendes, companheiros de trabalho na UPE, pela compreensão e sempre boa vontade em ajudar. Vocês foram (e são) fundamentais nesse processo.

Por fim, agradeço à vida, pois sem ela nada significaria!

A VOZ DO CÁRCERE...

Com a palavra, O.K Coordenador – estudante privado de liberdade responsável pela digitação, correção e idealizador do projeto que originou a coletânea de autobiografias estudada nesta tese.

“Não é possível entender e interpretar os textos sem ler também o que está escondido nas entrelinhas. Os textos não foram criados em escritórios ventilados e com o canto de passarinhos e cigarras ao fundo, mas sim no chão ou nos joelhos, em pavilhões barulhentos e três vezes superlotados[...] Autobiografias costumam ser escritas ao final da vida. Com estas autobiografias é diferente: Para os autores, estes textos representam um estudo crítico sobre o seu passado, um passo importante para a superação dos erros cometidos no passado e para a futura reintegração na sociedade. Aos leitores, o conteúdo deste documento oferece a chance a entender melhor as origens e causas de crimes, condição prévia para uma prevenção eficaz de crimes futuros. Para as autoridades da justiça, finalmente, acredito que estas autobiografias constituem autêntica contribuição para transformar a execução penal em um meio de verdadeira ressocialização segundo os conhecimentos do século XXI”.

O.K., coordenador.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa filia-se à teoria da Análise de Discurso de linha francesa, desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux (AD), e tem como tema central o discurso de culpa e arrependimento presentes no gênero textual autobiografia, produzidos por estudantes da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ensino Médio, privados de liberdade. Tal escolha partiu da necessidade de observarmos que discursos são retomados, via interdiscurso, nas produções de textos de sujeitos em privação de liberdade e até que ponto essas produções podem ser usadas como subterfúgio para dissimular a sua formação ideológica. Assim, buscamos compreender o modo como os discursos de estudantes do gênero masculino, em situação de privação de liberdade, produzem efeitos de sentido de culpa e de arrependimento ao construir narrativas sobre as suas próprias vidas. Para tanto, as concepções de memória discursiva, silenciamento, repetibilidade, condições de produção, posição-sujeito, deslizamento de sentido, formação ideológica e formação discursiva foram mobilizadas neste estudo na tentativa de desvendar as tramas de sentidos possíveis que possibilitam, por sua vez, novos dizeres. Logo, conforme proposta da AD, tecemos gestos interpretativos na materialidade analisada, identificando os efeitos de sentido produzidos no interior destes discursos. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada pelo viés teórico-metodológico da AD, e está constituída a partir de sete textos que foram extraídos, de forma aleatória, de uma coletânea de onze autobiografias produzidas, em contexto prisional, por estudantes privados de liberdade, como parte de um projeto escolar da disciplina de Literatura. As autobiografias, tomadas como testemunhos para fins de análise discursiva neste trabalho, foram coletadas na Plataforma *Google Acadêmico* a partir dos seguintes descritores: detentos, Pernambuco, autobiografias e coadunam com os objetivos e questões norteadoras deste estudo. Frente aos dados coletados, procedemos com nossos gestos analíticos que foram organizados a partir da descrição e análise dos discursos apresentados na materialidade verbal do texto, via trajetos temáticos, considerando as autobiografias como testemunhos. Também foram investigadas marcas de discurso religioso, jurídico, social e político nas produções discursivas dos estudantes privados de liberdade. As análises apontam para efeitos de que os sujeitos privados de liberdade que tiveram os seus testemunhos analisados são atravessados por um contexto de violência doméstica que constituem o seu ‘lugar de memória’ desde a tenra idade. Que a partir da posição-sujeito encarcerado, a culpa pelos crimes cometidos é atribuída a situações diversas e, quase nunca, há a autculpabilização, o que nos remete a um efeito de (DES)culpa. O discurso de arrependimento, por sua vez, é constituído por interdiscursos religiosos que nos direcionam aos efeitos de sentido de mudança, no entanto, as nossas análises também mostram que em grande maioria, ainda que o contexto de violência doméstica tenha sido uma constante na vida desses sujeitos, estes não se desfiliam da formação discursiva (FD) machista e/ou patriarcal que os contituem. Com efeito de fim, a pesquisa também aponta para um excesso de violência na atuação dos policiais, seja com os sujeitos já em privação de liberdade, no interior da penitenciária, seja quando de sua abordagem/prisão, nos revelando uma discrepância entre a efetiva conduta e o que deveria funcionar como sua posição, enquanto órgão de segurança legitimado pelo Estado.

Palavras-chave: EJA em prisões. Estudantes privados de liberdade. Análise do discurso. Autobiografia. Testemunho.

ABSTRACT

This research work is affiliated to the theory of French Discourse Analysis, developed by the philosopher Michel Pêcheux (AD), and has as its central theme the discourse of guilt and regret present in the autobiography textual genre, produced by students of Youth and Adult Education (YAE) High School, deprived of freedom. This choice came from the need to observe which discourses are taken up, by interdiscourse, in the production of texts by subjects in freedom deprivation and to what extent these productions can be used as a subterfuge to dissemble their ideological formation. Thus, we seek to understand how the speeches of male students, in situation of freedom deprivation, produce effects of meaning of guilt and regret as they construct narratives about their own lives. For this, the concepts of discursive memory, silencing, repeatability, conditions of production, subject-position, sliding of meaning, ideological formation, and discursive formation were mobilized in this study in an attempt to unveil the weft of possible meanings that enable, in turn, new meanings. Therefore, as proposed by AD, we wove interpretative gestures into the analyzed materiality, identifying the effects of meaning produced within these discourses. The research, of qualitative approach, was carried out through the theoretical and methodological approach of AD, and is constituted from seven texts that were randomly extracted from a collection of eleven autobiographies produced, in a prison context, by students deprived of freedom, as part of a school project of the discipline of Literature. The autobiographies, taken as testimonies for the purpose of discourse analysis in this work, were collected in the *Google Academic Platform* from the following descriptors: prisoners, Pernambuco, autobiographies and coadunate with the objectives and guiding questions of this study. Faced with the data collected, we proceeded with our analytical gestures that were organized from the description and analysis of the discourses presented in the verbal materiality of the text, by thematic paths, considering the autobiographies as testimonies. We also investigated marks of religious, legal, social and political discourse in the discursive productions of male students deprived of freedom. The analyses point to effects that the subjects deprived of freedom who had their testimonies analyzed are crossed by a context of domestic violence that constitute their 'place of memory' from a very young age. That from the incarcerated subject position, the blame for the crimes committed is attributed to various situations and, almost never, there is self-blaming, which leads us to an effect of (Dis)guilt. The discourse of repentance, in turn, is constituted by religious interdiscourses that direct us to the effects of meaning of change, however, our analyses also show that in the vast majority, even though the context of domestic violence has been a constant in the lives of these subjects, they don't depart from the discursive formation (FD) of the male chauvinist and/or patriarchal that constitute them. Finally, the research also points to an excess of violence in the actions of the police, whether with the subjects already deprived of their freedom, inside the penitentiary, or when they are approached/arrested, revealing a discrepancy between the effective conduct and what should function as their position, as a security organ legitimated by the State.

Keywords: EJA in prisons. Students deprived of freedom. Discourse analysis. Autobiography. Testimony.

RÉSUMÉ

Cette recherche s'inscrit dans la théorie française de l'Analyse du Discours, dorénavant AD, développée par le philosophe Michel Pêcheux. Elle a comme thématique principale le discours de culpabilité et de regret présent dans le genre textuel autobiographique, produit par des étudiants de la modalité de l'Éducation des Jeunes et des Adultes (EJA) privés de liberté. Tel choix est arrivé de la nécessité d'observer que les discours sont repris, à travers l'interdiscours, dans la production des textes des individus en privation de liberté et jusqu'à quel point ces productions peuvent être utilisées comme subterfuges pour dissimuler sa formation idéologique. Ainsi, nous voulons comprendre le moyen par lequel les discours des étudiants du genre masculin, en situation de privation de liberté, produisent effets de sens de culpabilité et de regret en écrivant des narratives sur leurs propres vies. Pour cela, les conceptions de mémoire discursives, de silence, de répétabilité, des conditions de production, de la position-individu, de glissement sémantique, de la formation idéologique et de la formation discursive, dans cette étude, ont été mobilisées pour essayer de démêler les intrigues de significations possibles qui permettent, de cette fois, nouvelles manières de dire. D'ailleurs, selon ce que l'AD propose, nous avons articulé des gestes interprétatifs dans le matériel analysé, en identifiant les effets de sens produits à l'intérieur de ces discours. En s'appuyant sur l'analyse qualitative, cette recherche a été réalisée par le biais théorique-méthodologique de l'AD et a été constitué par sept textes choisis de manière aléatoire d'un recueil composé par onze autobiographies écrites, dans un contexte carcéral, par des étudiants privés de liberté, tel que partie d'un projet scolaire dans la discipline de Littérature. Les autobiographies, prises comme des témoignages à des fins d'analyse discursive dans ce travail, ont été collectées sur la plateforme *Google Scholar* à partir des descripteurs suivants : détenus, Pernambuco, autobiographies, qui intéressent les objectifs et les questions qui guident cette étude. D'accord aux données collectées, nous avons poursuivi avec nos gestes analytiques qui ont été organisés à partir de la description et de l'analyse des discours présentés dans la matérialité verbale du texte, à travers les parcours thématiques, en prenant les autobiographies comme des témoignages. Nous avons également investigué des marques de discours religieux, juridique, social et politique dans les productions discursives des étudiants masculins privés de liberté. Les analyses montrent que les individus, dont les témoignages ont été analysés, sont traversés par un contexte de violences domestiques qui constituent leur « lieu de mémoire » dès leur plus jeune âge. Il est à partir de la position-individu incarcéré que la culpabilité pour les crimes commis est attribuée à des situations diverses et, qu'il n'y a presque pas d'auto-culpabilisation, ce qui nous renvoie à un effet de (DE)culpabilité. Le discours de regret est, alors, constitué par des interdiscours religieux que nous renvoie aux effets de sens de changement, cependant, nos analyses nous montrent également qu'en grande majorité, même que la violence domestique ait été très souvent dans la vie de ces individus, ceux-ci ne se détachent pas de la formation discursive sexiste et/ou patriarcal que les constitue. En guise de conclusion, la recherche nous montre aussi l'excès de violence du travail policier, soit avec les individus déjà en privation de liberté à l'intérieur de la prison, soit dans l'approche ou le moment d'arrêt, ce qui nous révèle un écart entre la conduite réelle et ce qui devrait fonctionner comme sa position en tant qu'organe de sécurité légitimé par l'État.

Mots-clés: EJA dans les prisons. Étudiants privés de liberté. Analyse du discours. Autobiographie. Témoignage.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A ideologia em Althusser.....	51
Tabela 2 - Legenda atribuída a cada autoria das autobiografias/testemunhos	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diagnóstico da Educação Prisional em Pernambuco	38
Quadro 2 - Espelho geral do Estado de Pernambuco quanto aos estabelecimentos penais	39
Quadro 3 - Infraestrutura voltada aos estudantes privados de liberdade da/na Escola Estadual Paulo Freire	42
Quadro 4 - Oferta da Secretaria de Educação quanto às etapas/nível de ensino	42
Quadro 5 - SDs analisadas no Bloco temático I	107
Quadro 6 - SDs analisadas no Bloco temático II	119
Quadro 7 - SDs analisadas no Bloco temático III.....	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A AD enquanto disciplina de entremeio	51
Figura 2 - FI e FD e seu(s) efeito(s) de sentido.....	57
Figura 3 - Charge <i>Gado Demais</i>	73

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso Pecheutiana
ARE	Aparelho Repressivo do Estado
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
GEJAI	Gerência de Políticas Educacionais de Jovens, Adultos e Idosos
SDs	Sequências Discursivas
SDR	Sequência Discursiva de Referência

SUMÁRIO

PARA EFEITO (NUNCA) INTRODUTÓRIO: UM OLHAR.....	15
1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: um olhar a partir da ideologia e dos Aparelhos de Estado althusseriano.....	22
1.1 A EJA no Brasil: da concepção à atualidade	27
1.2 A EJA nas Unidades Prisionais	35
1.3 A EJA nas Unidades Prisionais em Pernambuco	38
1.4 A EJA na Unidade Prisional Dr. Ênio Pessoa Guerra	41
2 ANÁLISE DO DISCURSO: NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	44
2.1 Análise do Discurso de linha francesa: o ontem, o hoje e o por vir	47
2.2 Principais conceitos da AD	52
2.2.1 Condições de produção, Interdiscurso, Pré-construído e Discurso transversal.....	53
2.2.2 Formação Ideológica e Formação Discursiva	55
2.2.3 A Política do Silêncio/Silenciamento.....	59
2.2.4 Deslizamento de sentido e Posição-sujeito	62
2.2.5 Memória discursiva e Repetibilidade.....	65
2.2.6 Paráfrase e Polissemia: o mesmo e o diferente no discurso.....	69
3 CULPA, ARREPENDIMENTO E REPARAÇÃO NA PSICANÁLISE.....	79
3.1 Culpa e Arrependimento em Sigmund Freud.....	79
3.2 Culpa e reparação em Melanie Klein	83
4 AUTOBIOGRAFIAS.....	89
4.1 O gênero textual autobiografia na Linguística e na Literatura	89
4.2 O gênero textual autobiografia enquanto testemunho na/para AD.....	92
5 PERCURSO METODOLÓGICO	97
5.1 Do processo de aquisição do <i>corpus</i> de análise	97
5.1.1 Ato I: percurso a ser trilhado antes da pandemia da COVID-19	97
5.1.2 Ato II: percurso trilhado durante a pandemia da COVID-19.....	98
5.2 A noção de trajetos temáticos e o nosso <i>corpus</i>.....	103
6 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO DA PESQUISA	106
PARA EFEITOS DE UM PONTO FINAL.....	130
ANEXOS	146

PARA EFEITO (NUNCA) INTRODUTÓRIO: UM OLHAR

Entendemos que a educação pode, por meio de permanente reflexão, modificar a realidade, libertar os sujeitos socialmente livres, e aqueles que se encontram privados de liberdade, de suas prisões e ampliar a consciência cidadã e intelectual para sua emancipação e construção da sua ressocialização. Nesse sentido, é sabido que as práticas sociais que acontecem no interior de unidades prisionais dão suporte à construção cultural e social importantes, podendo, a escola, ser evidenciada, uma vez que se apresenta como uma agência regida por normas específicas, na qual os educandos exercitam a possibilidade de quebra de hierarquias, as relações de respeito e a valorização da forma de significar de cada um.

O contexto escolar e as demais práticas sociais são geradores de interações entre os sujeitos, promotores de situações que possibilitam uma melhor qualidade de vida, capaz de recompor identidades, valorizar e ressignificar culturas marginalizadas, bem como promover redes de afetividade e (re)conquista da cidadania. Como defende Santos (2017, p. 04), “a educação é uma condição para a cidadania”, ou seja, é no exercício da cidadania que estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) privados de liberdade têm possibilidade de ressocialização à sociedade e de inserção no mundo do trabalho.

Considerando esse papel social da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e tomando-a como um campo de práticas e reflexão, que nas palavras de Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001 p. 58) “inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito”, lançamos mão, nesta pesquisa, da trajetória desta modalidade para que entendamos os caminhos percorridos, seus avanços e retrocessos, bem como a necessidade de vislumbrarmos caminhos futuros que garantam uma continuidade nas/das políticas públicas voltadas à EJA e suas especificidades.

É fulcral, pois, entendermos que o espaço dado à história da EJA no Brasil está muito aquém do merecido desde sua criação, conseqüentemente, não é frequente tais discussões nos livros de história da educação, por exemplo. Tal invisibilidade também é vista nas produções acadêmicas e eventos científicos, no campo educacional, que se debruçam sobre a temática. No entanto, Xavier (2019), em seu artigo “*História e historiografia da educação de jovens e adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades*” afirma que:

Mesmo ocupando um lugar marginal na pesquisa, nas obras de história da educação e nos eventos científicos, há uma significativa produção

que, numa perspectiva histórica, aborda o tema a partir da segunda metade da década de 1940. De modo geral, essa produção compartilha alguns elementos que conformam a base de uma tradição historiográfica da EJA no Brasil. Tais elementos podem ser assim resumidos: a fixação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), de 1947, como marco da atuação da União em favor da educação de adolescentes e adultos; a emergência de movimentos de educação e cultura popular na década de 1960 e a constituição de uma proposta e um paradigma pedagógico próprio para a EJA, com o trabalho de Paulo Freire; a repressão do regime militar às práticas educativas de orientação freireana e a instalação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1970 (XAVIER, 2019 p. 02).

Apesar da tradição historiográfica apontada por Xavier, só no ano de 1996, legalmente, a EJA é instituída como modalidade de ensino, Fundamental e Médio, no país. Esse marco legal se deu a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96 (BRASIL, 1996b), direcionada àqueles sujeitos que por alguma razão não estudaram na idade escolar própria¹, acolhendo à demanda de jovens e adultos analfabetos, à baixa taxa de escolaridade e ao retardo escolar, cujos índices, factualmente, compreendem a realidade educacional brasileira.

O Governo do Estado de Pernambuco, por sua vez, tem demonstrado, no âmbito das políticas públicas para EJA, atender as suas especificidades de acordo com o marco legal que orienta as diretrizes da modalidade e, dentre essas especificidades, a educação em prisões (PERNAMBUCO, 2016), que se configura no cenário brasileiro como espaço de ressocialização dos encarcerados à sociedade.

Dessa forma, analisar o discurso de estudantes da modalidade EJA privados de liberdade, à luz da Análise do Discurso de linha francesa pecheutiana, (doravante chamada AD), é de extrema relevância dada a atual conjuntura vivida no Brasil, bem como os ainda inexpressivos, em nível nacional, avanços políticos-educacionais para a modalidade.

Carecemos, assim, que o estudante da EJA, sobretudo em contexto de privação de liberdade, seja visto e entendido como um sujeito de um potencial e não como sujeito da falta² – necessitamos, ainda, entender que esta modalidade não deve ser tomada como um ensino supletivo, visando à aceleração e o aligeiramento, ou seja, como reposição de uma escolaridade não realizada.

¹ Embora não estejamos de acordo com o uso deste termo, uma vez que partimos do pressuposto de que não existe idade própria para o desenvolvimento estudantil dos sujeitos, utilizamos tal expressão por ser a nomenclatura adotada no marco legal ao qual fazemos menção.

² A palavra falta é tomada, neste contexto, não como elemento estruturante do dizer – “de que a língua comporta em seu interior um espaço para as falhas, as brechas, o impossível é, de certo modo, um endosso à tese da resistência” (LEANDRO FERREIRA, 2000 p. 15). Tomamos-na como ausência de algo; privação; falta de.

Dar visibilidade aos estudantes privados de liberdade e concebê-los como sujeitos ativos, ainda que em contexto de prisão, faz-nos propor, nesta pesquisa, compreender o modo como estudantes do gênero masculino, privados de liberdade, produzem efeitos de sentido nos discursos de culpa e arrependimento. “Ouvir” esses apenados através do gênero autobiografia³ é, para nós, uma possibilidade de intervenção política.

À medida que fazemos ressoar suas vozes, pretendemos que esses ecos alcancem as instituições envolvidas nessa complexa estrutura na qual se encontra a educação em prisões. Isso nos faz lembrar o que afirma Gadet (1997) ao singularizar a Análise do discurso como disciplina:

[...] é que ela se apoia sobre o político. Ela nasce na crença em uma visão de intervenção política porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável (GADET, 1997, p. 8).

Portanto, também é de nosso interesse propor reflexões que dizem respeito ao fato de a população privada de liberdade ser preterida socialmente, podendo trazer consigo, em suas formações discursivas, compreensões de como estes sujeitos enxergam o mundo, e o modo como os seus discursos funcionam, impulsionam nossa pesquisa.

Desta forma, ao assumir essa posição de “escuta”, sobre a qual discutiremos um pouco mais adiante, peço licença e autorização acadêmica para, neste momento da tese e, tão somente neste, atrever-me a enunciar **eu**, mesmo sabendo o quão arriscado isso é, uma vez que **eu** e **nós** (individual e coletivo/social) se imbricam e me constituem enquanto sujeito de linguagem, constituído no/pelo discurso através do processo de interpelação.

Antes, pois, de voltar à discussão que proponho(mos) aqui, desejo percorrer, ainda que de forma breve, o caminho que trilhei e que me fez chegar ao objeto de estudo desta tese. Nesse sentido, invoco à memória quando da definição do *corpus* a ser analisado em minha dissertação de mestrado – o filme estadunidense *Prayers for Bobby* (Orações para Bobby), que versa sobre a homossexualidade de um jovem em contexto de família cristã evangélica. Naquela ocasião, fui oportunizado a pensar sobre as condições de produção dos discursos de ódio e intolerância; a investigar em que posição-sujeito e formação

³ Consideramos aqui o gênero autobiografia, não como postulado pela Linguística e/ou Literatura, e sim conforme os estudos de Mariani (2016). Tomamos assim, a autobiografia como testemunho, considerando o seu funcionamento discursivo - o que nos garante uma leitura discursiva do gênero. No entanto, dada a sua relevância, não deixaremos, pois, de tratá-la, em nossa fundamentação, sob o olhar da ciência linguística e literária.

discursiva estavam identificados Bobby e sua mãe antes e após a sua morte, bem como a refletir sobre o silêncio e suas bases ideológicas. Além disso, instigui o meu olhar para tantas outras situações e públicos preteridos socialmente, surgindo, assim, a necessidade de dar voz àqueles que, por algum motivo, têm esse direito usurpado.

Ainda que não haja uma relação direta entre os temas da dissertação e tese, ambos, em sua essência, dão lugar de fala a uma dada minoria. Portanto, este trabalho se instaura, na medida do possível, como espaço de escuta - ato, por si só político-ideológico, de não-silêncio dos estudantes da EJA privados de liberdade que tiveram as suas autobiografias analisadas, ou seja, a prática técnica (a análise, no nosso caso) surge como efeito da demanda das práticas sociais (HERBERT, 1966). Para o autor,

a prática técnica se efetua tendo em vista o produto, ou dito de outra forma, que a técnica tem uma estrutura teleológica externa; ela vem preencher um desejo, uma falta, uma demanda que se define fora da própria técnica. O lugar onde se define a falta que indicará sua função em relação a esta técnica particular não é esta técnica, mas *o todo organizado da própria prática social, quer dizer, em primeiro lugar, o modo de produção tal como o definimos* (HERBERT, 1966, p. 29, grifo nosso).

Nessa investida teórica de 1966, Pêcheux, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, nos revela que a transformação de uma prática técnica em prática política que será materializada nas práticas sociais se dá sob a forma de uma linguagem. Assevera, assim, que:

o instrumento de transformação da prática política é o discurso, como sistema articulado que remete a prática social complexa – seja ela sob a forma de mito ou sistema – compreende-se finalmente que a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social (demanda é também comanda, no duplo sentido que entendemos daqui por diante), por meio de um discurso (HERBERT, 1966, p. 35).

Nesse sentido, ao assumirmos esse lugar de escuta discursiva, estamos, sobretudo, marcando a nossa posição teórica, política e ideológica, pois conforme Leandro Ferreira (2011, p. 95) tal escuta “consiste em fazer ver, a partir das lentes de um dispositivo teórico-analítico, a opacidade do objeto discursivo, desnaturalizando os sentidos que o caracterizam, pondo em questão as evidências que o cercam e trazendo à presença o que se mostra ausente”.

Dito isso, o estudo aqui exposto visa a compreender, à luz da AD enquanto teoria e procedimento analítico, o modo como os sujeitos privados de liberdade produzem efeitos

de sentido através de suas produções textuais, realizadas em uma escola que tem a modalidade EJA, de uma unidade prisional do Estado de Pernambuco, tendo como ponto de partida os conceitos/noções de Condições de produção, Interdiscurso, Pré-construído, Formação Ideológica e Formação Discursiva, Silenciamento, Deslizamento de sentido, Posição-sujeito, Memória discursiva/repetibilidade, Paráfrase e Polissemia.

Para tanto, parto, então, de alguns questionamentos iniciais: I. Que redes de memória discursiva emergem nos(dos) discursos presentes nas produções de texto de sujeitos privados de liberdade? II. Até que ponto o sujeito afetado pelo real da língua e da história, pode fazer uso de suas produções escritas como subterfúgio para dissimular sua formação ideológica? III. Quando existem diferenças de enunciado e de efeitos de sentidos, isso significa também, necessariamente, uma mudança de formação discursiva?

Baseado nestas indagações e, tentando encontrar respostas para elas, teço os meus gestos interpretativos. Desse modo, as produções de textos escritos, enquanto discurso, reportam à exposição do sujeito, assim como à memória discursiva quando percebemos retomadas constantes do que é dito em outro lugar, tanto para apoiar quanto para deslocar sentidos, e que é nessa relação entre repetições e deslocamentos que sentidos outros podem acontecer.

Considero que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na perene incompletude dos fatos da linguagem, assim como o dizer é ponto de deriva para outros sentidos possíveis.

Pensar as autobiografias de sujeitos privados de liberdade inseridos em escola prisional como *corpus* para a realização de uma análise discursiva recaiu sobre o fato de poder observar até que ponto as condições de produção, conforme postulado por Orlandi (2013) levam o sujeito a produzir discursos, afetados pela memória, como subterfúgio para dissimular, ou não, sua formação ideológica e discursiva, uma vez que falar em construção de sentido, como aponta Prawucki (2015, pág. 159) “remete à investigação dos diferentes mecanismos de produção desses sentidos, os quais estão diretamente relacionados às contradições construídas histórica e ideologicamente na sociedade”.

Assim, tomo as textualidades, não como espaço sem falhas, mas como uma arena de discursos por ora conflitantes, um lugar para se questionar a evidência de sentidos que são historicamente constituídos. É nessa perspectiva que pretendo, como objetivo geral desta pesquisa, compreender o modo como os discursos de estudantes do gênero masculino, em situação de privação de liberdade, produzem efeitos de sentido de culpa e de arrependimento ao construírem narrativas sobre as suas próprias vidas.

A fim de alcançar tal objetivo, lanço mão dos seguintes objetivos específicos: Identificar, nas produções autobiográficas, o discurso de culpa e arrependimento dos estudantes da escola pesquisada; Relacionar os processos parafrásticos e polissêmicos no discurso de estudantes do gênero masculino privados de liberdade; Investigar marcas de discurso religioso, jurídico, social, político nas produções discursivas de estudantes do gênero masculino privados de liberdade; Analisar a forma como o silêncio/silenciamento significa nas autobiografias dos estudantes do gênero masculino privados de liberdade.

Para responder as questões e atingir os objetivos ora propostos, o trabalho está assim dividido: na *Introdução*, apresento a justificativa e os questionamentos centrais que me moveram à realização do trabalho. No primeiro capítulo, intitulado *História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: um olhar a partir da ideologia e dos Aparelhos de Estado althusseriano*, trato da fundamentação teórica da pesquisa no que diz respeito à EJA e, nesse sentido, foi traçado um panorama, fundamentado historicamente, sobre a história desta modalidade de ensino, a fim de buscar material que contextualize e subsidie o trabalho aqui proposto. Também é problematizada, neste capítulo, a forma como esta modalidade de ensino se organizou ao longo da história a partir dos construtos teóricos de Althusser. No segundo capítulo, de título geral *Análise do Discurso: nota introdutórias*, apresento um panorama sobre a história da teoria e discuto concepções/elementos estruturantes do discurso. No capítulo 3, intitulado *Culpa, Arrependimento e Reparação na Psicanálise*, esforço-me em trazer a discussão de tais temas à luz dos construtos teóricos de Freud e Klein. No capítulo 4, cujo título é *Autobiografias*, discorro acerca do gênero textual, inicialmente no campo da Linguística e Literatura, para, à *posteriori*, marcar a posição adotada neste trabalho – a autobiografia enquanto testemunho, o que me garantiu, enquanto analista, uma leitura discursiva do gênero. No quinto capítulo da tese – *Percurso Metodológico*, apresento o processo de aquisição do *corpus* analisado, bem como demonstro o caminho traçado para o desenvolvimento e organização dos gestos interpretativos que compõem as análises. No sexto capítulo – *Análise do Corpus Discursivo da Pesquisa*, deleito-me ao tecer os gestos analíticos, à luz de todas as discussões teóricas ora apresentadas. Em *Para efeitos de um ponto final*, apresento algumas considerações finais acerca das análises e aponto para a necessidade de ampliação e discussão desse tema, tanto pelo olhar das concepções ora elencadas, como por uma ótica aqui não contemplada, diante da relevante importância do estudo dessa temática para as ciências sociais, jurídicas e da linguagem. Pois, é através de estudos dessa natureza que se possibilita a discussão da modalidade EJA enquanto condição de produção de discurso de estudantes, em contexto de privação de liberdade,

em uma perspectiva holística e se provoca uma reflexão teórica e social sobre o assunto à medida que se é elucidado, à luz da teoria, aspectos importantes para a constituição desses sujeitos e discursos na/pela sociedade.

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: um olhar a partir da ideologia e dos Aparelhos de Estado althusseriano

Este capítulo se propõe a traçar um panorama histórico acerca da Educação de Jovens e Adultos no Brasil elucidando aspectos importantes relacionados a esta modalidade e ao seu funcionamento em contexto de privação e liberdade. Nesse sentido, evocamos, antes mesmo de partirmos para as discussões que pretendemos empreitar, os construtos filosóficos de Louis Althusser sobre o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), entendidos, nesta tese, respectivamente, como a prisão e a escola/religião/família, o que nos ajuda a entender a não neutralidade dos documentos oficiais que versam sobre a Educação de Jovens e Adultos em contexto de encarceramento, uma vez que tais documentos têm como condições de produção um Estado branco burguês.

Nas palavras de Althusser “a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam «saberes práticos» mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da «prática» desta” (ALTHUSSER, 1974, p. 22), ou seja, as práticas que acontecem no interior das escolas prisionais – e não apenas nelas - estão revestidas, ideologicamente, de saberes dominantes. Salientamos, ainda, que os AIE não se confundem com o aparelho (repressivo) de Estado. Primeiramente, os AIE são plurais, já o ARE é único. Depois, é possível constatar que, enquanto o ARE pertence ao domínio público, os AIE se dispersam (em sua aparente dispersão) no domínio privado.

É válido, pois, antes de passarmos a uma discussão mais aprofundada dos Aparelhos de Estado, conforme postulados por Althusser, tocarmos em um ponto crucial para que se entenda como tais Aparelhos funcionam: a ideologia. O autor caracteriza dois tipos de ideologia: a Ideologia, com I maiúsculo e no singular, e as ideologias. A primeira é a ideologia em geral, já a segunda é o conjunto de ideologias particulares. As ideologias particulares (religiosa, jurídica, moral, política) expressam, em sua singularidade histórica (a qual é determinada, em última instância, pela luta de classes), posições de classe. A Ideologia em geral é definida pelo contrário: não há posição relativa, ela não pode ser definida através das modificações, nascimentos e destruição que as ideologias particulares tiveram ao longo da história, ela é definida a partir de um funcionamento que está presente em todos os momentos, ou seja, “a ideologia não tem história” (ALTHUSSER, 1974, p. 72).

A ideologia em geral não tem história, mas não é pura negatividade, como uma enganação ou um sonho. Ela não tem história, mas este não ter história é uma positividade, um preceito de seu funcionamento e estrutura, que fazem da ideologia em geral uma realidade não histórica, portanto, “omni-histórica” (ibid., p. 75). O funcionamento e estrutura da ideologia em geral estão presentes na história inteira, sendo a história como definida por Marx, no *Manifesto*, a história da luta de classes, portanto, das sociedades de classes. Para efeitos de fim desta observação, a ideologia, por não ter história e ter seu funcionamento presente em toda a história, é eterna, mas não é eterna no sentido metafísico, mas somente no sentido de ser trans-histórica.

Dado o entendimento de que a ideologia é eterna, não tem história, e seu funcionamento e estrutura atravessarem toda história, cabe-nos, aqui, entender qual é seu funcionamento e sua estrutura. Althusser (1974), em sua primeira tese acerca desse tema assevera que a “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (p. 77). Imaginária devido à sua não correspondência com a realidade: os indivíduos vivem em ideologias, a que denominam de “concepções de mundo”, que não correspondem à realidade. Elas são, assim, ilusão, mas, ao mesmo tempo, também se referem à realidade, ou seja, fazem alusão à realidade, de maneira que basta interpretá-las para conseguir chegar até a própria realidade que a concepção de mundo engana. Desta forma, conforme o autor, ideologia é ilusão e alusão (ibid., 1974).

Nesse sentido, ao olhar a si próprio, “homens se representam sob uma forma imaginária as suas condições de existência reais” (ALTHUSSER, 1974, p. 79). Ao refletirmos sobre o que diz o filósofo, por que os homens precisam deste salto imaginário, por que não veem sua realidade como ela é? A primeira resposta a essa indagação é mecanicista: os culpados são os líderes, as elites, a classe dominante, a intelectualidade, que conspira contra o povo. A segunda resposta, por sua vez, é a de Marx, ainda em sua juventude: a alienação material dos homens é a condição de sua alienação com a realidade. As condições de existência, alienadas, são as condições de existência com a presença do trabalho alienado. Ambas as interpretações derivam do princípio de que os homens, via ideologia, representam suas condições materiais de existência. O que Althusser corrige neste pressuposto é o tipo de representação que a ideologia exerce, pois, para o autor, os homens não representam as condições reais de existência através da ideologia, mas sim sua relação com as condições de existência. Nesse sentido, o centro da representação ideológica é preenchido com a representação da relação dos homens com suas condições reais de existência (ALTHUSSER, 1974).

A segunda tese Althusseriana é de que a ideologia tem uma existência material. Não se deve confundir tal materialidade com a de uma cadeira ou de um veículo automotor, por exemplo, mas a matéria se expressa em diversos sentidos, em última instância ancoradas na matéria física. A materialidade observada na ideologia de um indivíduo está em rituais praticados frequentemente, em locais específicos, com atos específicos a serem praticados em uma ordem determinada. As ideias que constam na cabeça de um indivíduo têm existência material garantida através das práticas que essas ideias acarretam, por sua vez, também definida pelo ARE.

Destarte, ao pensarmos na ideologia cristã, a mesma não mantém seu funcionamento somente enquanto conjunto de ideias, mas também no deslocamento até a igreja, no ato de se ajoelhar, no gesto do sinal da cruz, nas frases, orações, olhares e possível afastamento de pessoas não identificadas com aquela doutrina, até mesmo na conversa moral e religiosa que o sujeito tem com sua própria consciência. Para Althusser,

surge assim que o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema (enunciado na sua ordem de determinação real): ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, às quais (práticas) existem nos actos materiais de um sujeito agindo em consciência segunda a sua crença (ALTHUSSER, 1974, p. 90).

Então, após a descrição do funcionamento da ideologia como representação da relação imaginária do indivíduo com suas condições de existência reais e do funcionamento material da ideologia, Althusser afirma que só há prática através da ideologia. Ou seja, todas as práticas são intermediadas pela ideologia, não há prática neutra, limpa, longe da ideologia. Ao mesmo tempo, só existe ideologia através e para sujeitos, porque o funcionamento da ideologia depende da existência do sujeito que irá ser meio para a ideologia se materializar em prática. Nesse sentido, as Leis e Diretrizes educacionais e jurídicas que jurisdicionam e asseguram o funcionamento das prisões e escolas prisionais, instrumentos importantes para a compreensão que visamos neste estudo, são pautadas e atendem à ideologia(s) de um Estado burguês, logo, são atravessadas por interesses específicos e atendem a um modelo de sociedade também específico – configurando-se, desta forma, como não neutras e dotadas de intencionalidades.

Sendo os homens, segundo Althusser (1974, p. 94), “por natureza, um animal ideológico”, todos, sem exceção, somos atravessados, clivados e interpelados em sujeitos. Salientamos que esse processo de interpelação ideológica, conforme Vinhas (2014, p. 18 -

19) deve ser compreendido “tanto como ideológico quanto como jurídico”, uma vez que “o processo de interpelação atua na direção de manter os sujeitos reprodutores das condições de produção vinculadas à ideologia dominante, pois é ela que garante a “harmonia” entre os Aparelhos de Estado (Ideológicos e Repressivo)”. Em outras palavras, a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos sendo, a língua, todavia, o meio pelo qual encontramos a materialização da ideologia (ALTHUSSER, 1974).

Para a Análise do discurso pecheutiana, por exemplo, que tem como um dos pilares de sua tríade os construtos teóricos althusseriano, a língua é o meio pelo qual Pêcheux encontra a materialização da ideologia e, através da linguagem (sujeita a falhas), encontra-se a compreensão do sujeito em sua relação com o inconsciente, aqui configurado como uma “manifestação na cadeia significante de algo que se revela a despeito do suposto ‘querer dizer’ de quem enuncia, algo que se mostra e diz diferente dos sentidos ‘evidentes’” (MARIANI; MAGALHÃES, 2013, p.104).

Dessa forma, já é sabido que a ideologia é eterna. Isso significa, então, que a ideologia sempre-já interpelou os indivíduos como sujeitos. Assim, os indivíduos são sempre-já sujeitos interpelados pela ideologia e são sempre indivíduos abstratos em relação ao status de sujeito que sempre-já são (ALTHUSSER, 1974).

A partir do exposto acerca da ideologia e uma vez esclarecido que não existem práticas sociais que não sejam ideológicas, passaremos a refletir de forma mais aprofundada sobre os Aparelhos de Estado. Tal discussão é fundamental para a nossa tese, visto que pomos à baila, neste estudo, elementos que se configuram, à luz do Estado burguês, como duas instituições disciplinares. De um lado, pertencente ao ARE, a saber, temos a penitenciária (regida pela repressão manifesta através de diferentes formas de violência); do outro lado, a escola – pertencente ao AIE, cuja premissa em contexto de prisão é contribuir na ressocialização do sujeito em privação de liberdade, bem como em sua reintegração à sociedade.

Trata-se, nessas condições, de formações ideológicas calcadas em um sistema educacional (políticas educacionais) e Direito burgueses, funcionando enquanto AIE e ARE “(conjuntamente – AIRE – Aparelhos ideológicos repressivos do Estado)” (FILGUEIRAS, 2019, p. 30), para tentar impor uma ideologia dominante⁴ (materializada na amálgama de Leis, Diretrizes, Normativas - dentre outros, que versam sobre o assunto) a esses sujeitos.

⁴ A ideologia dominante é entendida, de acordo com Althusser (1974), como uma forma de poder a partir da junção dos seus diversos aparelhos ideológicos materializados na/pela atuação das instituições.

Sob influência da tradição marxista, para Althusser (VÁZQUEZ, 1980; CASSIN, 1999), de forma geral, o Estado tem prioritariamente um caráter repressor, uma vez que é o instrumento que garante às classes dominantes a sua dominação sobre a classe trabalhadora; primazia que é executada por intermédio dos aparelhos de Estado, que, por sua vez mantém atuação no campo jurídico, político, administrativo e cultural. No entanto, Althusser apresenta uma importante distinção quanto ao “poder de Estado” e “aparelho de Estado” (ALTHUSSER, 1985, p. 66) elucidando que o primeiro é o alvo da luta de classes e o segundo são as formas/maneiras/meios e espaços a serem ativados no intuito de tomada do poder de Estado. Uma vez tomado este poder, os trabalhadores devem agir para “destruir o aparelho burguês existente, substituí-lo em uma primeira etapa por um aparelho de Estado completamente diferente, proletário, e elaborar nas etapas posteriores um processo radical, o da destruição do Estado (fim do poder do Estado e de todo aparelho de Estado)” (ALTHUSSER, 1985, p.66).

Desse modo, e apresentando um pensamento coeso com a noção segundo a qual o Estado é prioritariamente repressor, para Althusser, o objetivo da conquista do Estado por parte da classe dominada é a superação do Estado. Em suma, Althusser diferencia os aparelhos segundo sua funcionalidade: o aparelho repressivo do Estado (ARE), como sugestionado pelo próprio nome, tem como função primeira a coerção, incluindo a física, tendo como os exemplos mais recorrentes o exército e as forças policiais (presente, sobremaneira, no contexto de encarceramento ora discutido); Contudo, o autor salienta que estes também precisam funcionar em certa dimensão ideológica, posto que necessitam “garantir sua própria coesão e reprodução como para divulgar os ‘valores’ por eles propostos” (ALTHUSSER, 1985, p.70). De forma diferente à ideia anteriormente apresentada, os aparelhos ideológicos do Estado funcionam, sobretudo, no plano da ideologia, todavia, lembramos que, assim como os aparelhos repressivos têm uma dimensão ideológica, inversamente, os AIE têm uma dimensão repressiva, manifesta no plano simbólico: “a escola, as igrejas ‘moldam’ por métodos próprios das sanções, exclusões, seleções etc., não apenas seus funcionários, mas também suas ovelhas. E assim a família...” (Ibid, p.70).

Ao considerar uma das teses características do pensamento marxista segundo a qual a infraestrutura econômica é determinante sobre a superestrutura ideológica, Althusser (2008) argumenta que a exploração do trabalho imposta às classes trabalhadoras é o fator que determina a repressão, de onde, podemos supor que a repressão é a realização política e cultural da exploração do trabalho. Desta forma, conforme o autor, a repressão é um fator secundário, pois, as relações de produção capitalistas, que são relações de

exploração, são o que a determina e, nesse sentido, o próprio Estado é determinado pelas relações de produção/exploração, uma vez que é o Estado o “centro último de onde irradiam todas as formas de repressão, seja sob a forma de repressão do ARE, repressão física direta (polícia, forças armadas, tribunais, etc.) ou indireta (administração) e todas as formas do submetimento ideológico dos AIE” (ALTHUSSER, 2008, p.151). É, pois, nesse contexto de luta que se encontram prisão e escola (escola em prisões).

1.1 A EJA no Brasil: da concepção à atualidade

Ao pensarmos a proposta de uma Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, precisamos levar em consideração que seu início teve como marco a própria história do país, em 1549, no período colonial. Foi através da primeira escola elementar, edificada pelos jesuítas, em Salvador, e pelas tarefas que lhes foram delegadas – atender os filhos dos portugueses recém-chegados, disseminação da fé católica e dos costumes culturais portugueses – somando-se a isso a catequização dos índios com vistas à expansão religiosa – que tudo começou.

Nesse sentido, independente do recorte temporal, os dados nos ajudam a entender com mais precisão as condições de produção do surgimento da primeira escola elementar, uma vez que essas condições, conforme preconiza Orlandi (1999), fazem parte da exterioridade linguística, podendo ser organizadas em condições de produção em sentido estrito (circunstâncias da enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico).

As condições de produção compreendem os sujeitos e a situação social. As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem. As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social em sua ordem) e o mecanismo imaginário (PÊCHEUX, 1990).

Nesse sentido, as condições de produção são formações imaginárias, onde se retratam: *a relação de forças* – os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso, *a relação de sentido* – o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre um discurso e os outros, *a antecipação* – a maneira como o locutor representa as representações do seu locutor e vice-versa, ou seja, ‘o sujeito experimenta o lugar de seu ouvinte a partir do seu próprio lugar’ (ORLANDI, 2009, p. 126 – 158). O sujeito falará de uma forma ou de outra, dependendo do “efeito que possa produzir em seu ouvinte” (ORLANDI, 2013, p. 39).

Tais condições de produção nos revelam um interesse ideológico existente por parte dos portugueses, ou seja,urgia a necessidade de disseminação da fé católica e dos costumes culturais portugueses, além disso, era fundamental que se conseguisse catequisar os índios para que o interesse religioso de Portugal, quanto à expansão da doutrina cristã católica, fosse assegurado. Conforme Althusser, “a ideologia exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, jurídica, política) posições de classe” (ALTHUSSER, 1974, p.23), nesse sentido, percebemos claramente que o poder da classe dominante prevalece sobre a classe dominada. Ela, a ideologia, representa uma forma de controle por parte da classe dominante, operando sob a forma dos Aparelhos repressivos do Estado (ARE) e dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE).

Logo em seguida, coube aos jesuítas o ensino das normas de convivência social e atividades para o desenvolvimento profissional de escravos e índios, uma vez que havia necessidades de mão de obra melhor qualificada para a execução de atividades que surgiam na época. Segundo Keller e Becker (2017)

o acesso à escolarização foi ofertado aos índios e escravizados jovens e adultos com três objetivos claros por parte da coroa portuguesa: catequização, subjugação à cultura portuguesa e formação de mão de obra conforme as necessidades da economia do período colonial (KELLER; BECKER, 2017, p. 03).

Ainda referente aos jesuítas, foram eles os responsáveis, por aproximadamente dois séculos, pela criação de colégios e pela educação desenvolvida nesse período, o que deixa evidente que os mesmos tiveram uma contribuição para além das atividades relacionadas às demandas da igreja, conforme podemos observar nas palavras de Haddad e Di Pierro (2000)

[...] tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109).

Todavia, em 1759, com a expulsão dos jesuítas, toda a estrutura educacional existente passou por transformações significativas, uma vez que quem assumiria sua condução, a partir de então, era o governo – implicando em descontinuidade no tocante às finalidades e organização. Acerca da descontinuidade na estrutura educacional da época, *ibidem* (2000, p.109) asseveram que “com a desorganização do sistema de ensino

produzido pela expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, somente no Império voltaremos a encontrar informações sobre ações educativas no campo da educação de adultos”.

Em 1808, o Brasil recebe a família imperial e tem uma elevação em seu *status* político, passando de Colônia a Reino Unido de Portugal, no entanto, toda mudança no sistema educacional foi direcionada à sociedade mais abastada, com foco no ensino superior. Partindo do exposto, chama-nos atenção a forma como a sociedade burguesa foi/é beneficiada, posto que é a mais abastada (grupo ideologicamente identificado e constituído pelo ideário burguês, logo dominante) que goza e se beneficia das mudanças então realizadas. É, pois, essa luta de classes evidente que materializa a ideologia. Nesse sentido, conforme Orlandi (2011)

Dada a forma da relação Estado/Sociedade no capitalismo, não há como, em termos de discursividade, desligar uma coisa da outra. Um Estado autoritário produz e administra relações sociais autoritárias e, como sabemos, no discurso encontramos os sentidos que estas relações tomam, já que a prática discursiva se relaciona com as práticas sociais gerais [...]. Trabalho do inconsciente e da ideologia (ORLANDI, 2011, p. 38).

Neste ponto, faz-se imperativo que pensemos a história, inicialmente, conforme o pensamento marxista, ou seja, a história como ciência positiva, deve estar voltada aos indivíduos humanos reais, considerando suas ações, relações e condições reais de vida, fundamento este do Materialismo Histórico tão caro à Análise do discurso pecheutiana (AD). De acordo com Marx & Engels (2004),

a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX & ENGELS, 2004, p. 45-46).

Na AD, a história é o elemento que constitui a língua, a que o sujeito, de forma não consciente, está assujeitado. Dessa inter-relação, resulta que a língua, como materialidade, reúne em si o histórico (pelo acontecimento) e o linguístico (pelo arranjo dos significantes), configurando o modo como o sujeito produz seu dizer e materializa discursos. Por conseguinte, a história não deve ser tomada como cronologia por está diretamente ligada ao sentido. Corroborando com o que foi dito anteriormente, Paul Henry afirma que:

(...) é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. *É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido*, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isto vale para a nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História (HENRY, 2003, p. 51-52, *grifos nosso*).

Pensar a língua e, por conseguinte, a história como materialidades é pressupor que ambas não são transparentes nem neutras, sendo, portanto, revestidas por uma opacidade. Assim, é a partir delas que podemos notar a atuação da ideologia no discurso.

Foi apenas com a Constituição de 1824 que algumas mudanças aconteceram e foi previsto em Lei a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, logo, por extensão, para os jovens e adultos. Em 1834, via Ato Adicional de 1834, foi passada a responsabilidade da educação para as províncias e, ao império, coube a responsabilidade com a educação superior. Nesse sentido, esses elementos sociais e ideológicos intrínsecos desde a concepção da EJA nos indicam que a composição das políticas públicas de educação depende de critérios ideológicos e sociais.

Por questões financeiras, as províncias não conseguiram honrar com o que está disposto no Ato Adicional, fazendo com que o direito à educação básica continuasse restrito a poucos e, muito menos ainda para jovens e adultos - o que deixa evidente o abismo existente entre o direito legal e a garantia de acesso. Sobre essa questão, observamos que:

Essa distância entre o proclamado e o realizado foi agravada por outros fatores. Em primeiro lugar, porque, no período do Império, só possuía cidadania uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica à qual se admitia administrar a educação primária como direito, do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres. Em segundo, porque o Ato Adicional de 1834, ao delegar a responsabilidade por essa educação básica às Províncias, reservou ao governo imperial os direitos sobre a educação das elites, praticamente delegando à instância administrativa com menores recursos o papel de educar a maioria mais carente (*ibidem*, 2000, p. 109).

Após alguns anos e um longo período sem avanços significativos, o sistema educacional brasileiro continuava privilegiando as classes dominantes, no entanto, a Constituição de 1891 trouxe consigo alguns impedimentos, a exemplo da proibição do voto para os analfabetos e mendigos.

Foi, então, considerando a ausência do Estado e os elevados índices de analfabetismo, que deram espaço à sociedade civil que, por conseguinte, começou a se organizar, pois o censo realizado em 1920 demonstrou que 72% da população acima de cinco anos era analfabeta e que não havia escolas suficientes para o acolhimento da demanda. Frente a essa questão, temos o estado tomando para si a responsabilidade com o sistema educacional e sua qualidade.

A inflexão no pensamento político-pedagógico no final da Primeira República, o que para Haddad e Di Pierro (2000) está diretamente relacionada aos processos de mudanças sociais próprios do início da industrialização e à rápida urbanização no país oriundas da chegada, em 1930, do capitalismo industrial, acarretara a necessidade de se viabilizar uma educação mais moderna que desse suporte com conhecimento e habilidades mínimas à expansão industrial. Todavia, a sociedade se mobilizava através dos movimentos de educadores e discussões políticas para que fosse conquistado o direito de uma educação “como direito social para todos, gratuita, obrigatória e dever do Estado, de caráter democrático, em contraponto às correntes dominantes que pensavam na ordem e no progresso econômico, culminando com a Revolução de 1930” (KELLER; BECKER, 2020, p. 06).

Apesar dos avanços oriundos da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição de 1934, que marcava bem as atribuições, no tocante à educação, dos Estados e Municípios, determinava uma receita para que se pudesse manter e melhor desenvolver o ensino e reafirmava o direito de todos e o dever do Estado para com a educação, só em 1940 é que foram sentidos alguns impactos na escolarização de adultos. Esses impactos são advindos da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), respectivamente em 1941 e 1946, decorrentes “da necessidade de formação profissional para a efetivação do desenvolvimento econômico do país” (*ibidem*, p. 07).

Na Constituição de 1946 houve o reconhecimento nos Artigos 66 e 77 da educação como direito de todos, devendo ser ofertada gratuitamente, referindo-se ao ensino primário, de forma supletiva, destinado a adolescentes e adultos, com disciplinas curriculares obrigatórias e duração de dois anos, seguindo os mesmos fundamentos do ensino primário fundamental (BRASIL, 2000).

Em contexto internacional, foi a partir da I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada na Dinamarca, em 1949, que se pensou a educação de adultos como uma espécie de educação moral. Isso se deu, pois, devido ao fracasso da

escola em não ter cumprido o seu papel social e evitado, por sua vez, a barbárie da guerra. Gadotti (2011) assevera que

Ela [*a escola*] não havia dado conta de formar o homem para a paz. Por isso se fazia necessária uma educação ‘paralela’, fora da escola, cujo objetivo seria contribuir para o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma paz duradoura, que seria uma educação continuada para jovens e adultos, mesmo depois da escola” (GADOTTI, 2011, p. 41; *grifo e colchetes nossos*).

Em decorrência da II Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, ocorrida em Montreal (1963), a educação de adultos passa a ser vista a partir de duas perspectivas. Na primeira, é tomada como continuação da educação formal, denominada por Gadotti como educação permanente, na segunda, por sua vez, educação de base ou comunitária (*ibidem* p. 41).

Após a III Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Tóquio (1972), a educação de adultos volta a ser entendida como suplência da educação fundamental (escola formal). Nesse contexto, seu objetivo era reintroduzir jovens e adultos, sobretudo aqueles analfabetos, no sistema formal de educação.

A pluralidade de conceitos, por sua vez, foi a grande característica da IV Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em 1985, em Paris. Na oportunidade, houve discussões acerca de temas salutarés ao contexto da EJA, a saber: alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação rural, educação familiar, educação da mulher, educação em saúde e nutrição, educação cooperativa, educação vocacional e educação técnica. O que, nas palavras de Gadotti (2000, p. 42), “implodiu o conceito de educação de adultos”.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, “entendeu que a alfabetização de jovens e adultos seria uma primeira etapa da educação básica”, consagrando, dessa forma, a ideia de que não pode existir um hiato entre a alfabetização e a pós-alfabetização, entendida como necessidades básicas de aprendizagem (*ibidem*, p. 42).

No cenário latino-americano o movimento histórico também fez surgir diferentes concepções que se dividem, até hoje, em múltiplas correntes e tendências que perpassam as discussões da EJA. Até os anos de 1940, por exemplo, a educação de adultos era entendida como a democratização da escola formal, ou seja, uma extensão da escola formal, sobretudo para o público oriundo da zona rural.

No início de 1950 a educação de adultos era entendida como de base, como desenvolvimento comunitário. No entanto, no final dos anos 1950, são duas as tendências

mais significativas na educação de adultos: a educação de adultos entendida como educação libertadora, como “conscientização” (Paulo Freire) e a educação de adultos entendida como educação funcional (profissional), isto é, “o treinamento de mão de obra mais produtiva, útil ao projeto de desenvolvimento nacional dependente” (*ibidem*, p.42).

Em 1970, há a continuação dessas duas correntes. Basicamente, a primeira é entendida como educação não formal, via alternativa à escola, e a segunda, como substitutiva da educação formal. Em contexto de Brasil, se desenvolve nessa corrente o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o qual tem uma filosofia oposta à perspectiva educacional freiriana.

Até a Segunda Guerra Mundial, Paiva (1970) afirma que, no Brasil, a educação de adultos era incorporada à educação chamada popular, isto é, uma educação para o povo que significava propagação do ensino elementar. No entanto, posteriormente à Segunda Guerra, caminhando conforme as tendências mundiais, a educação de adultos foi concebida basicamente como independente da educação elementar, trazendo consigo, por muitas vezes, objetivos políticos populistas. Percebemos, assim, mais uma vez, a não neutralidade das políticas educacionais (AIE escolar enquanto alvo mas também o local da luta de classes) que se apresentam, neste contexto, atravessadas pela ideologia dominante que, no populismo, tinha um caráter de política paternalista cujas práticas dos líderes de Estado eram consideradas carismáticas. Desse modo, o processo de interpelação ideológica a que os sujeitos são submetidos é fundamental para a constituição, como visto anteriormente, da teoria da ideologia althusseriana.

Tal processo é reconhecível e acontece à medida que o indivíduo que crê em algo se revela como possuidor de uma consciência na qual estão contidas as ideias da sua crença (políticas populistas). Através de um dispositivo conceitual, estabelecido pelo próprio sujeito, desdobra-se na materialidade um determinado comportamento. Decorrente disso, o indivíduo que crê se comporta conforme determinadas práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos, dos quais dependem as ideias às quais o sujeito escolheu livre e conscientemente. Nesse aspecto, entendemos, tal como Althusser, que o sujeito passa a crer nas ideias que a sua consciência aceitou livremente, por isso age segundo as suas ideias e inscreve nos atos da sua prática material as suas próprias ideias de sujeitos livres. Conforme postulado por Althusser,

em qualquer dos casos, a ideologia da ideologia reconhece, portanto, apesar da sua deformação imaginária, que as «ideias» de um sujeito humano existem nos seus actos, ou devem existir nos seus actos, e se isto não acontece, empresta-lhe outras ideias correspondentes aos actos (mesmo perversos) que ele realiza. Esta ideologia fala dos actos: nós

falaremos de actos inseridos em práticas. E faremos notar que estas práticas são reguladas por rituais em que elas se inscrevem, no seio da *existência material de um aparelho ideológico* (ALTHUSSER, 1974, p. 87, *grifos do autor*).

Gadotti sintetiza a história da educação de adultos, no Brasil, em três importantes períodos:

1º De 1946 a 1958, em que foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, chamadas de “cruzadas”, sobretudo para “erradicar o analfabetismo”, entendido como uma “chaga”, uma doença como a malária. Por isso se falava em “zonas negras de analfabetismo”.

2º De 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a participação de Paulo Freire. Partiu daí a ideia de um programa permanente de enfrentamento do problema de alfabetização que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964, depois de um ano de funcionamento. A educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como educação de base, articulada com as “reformas de base”, defendidas pelo governo popular/populista de João Goulart. Os CPCs (Centros Populares de Cultura), extintos logo depois do Golpe Militar de 1964, e o MEB (Movimento de Educação de Base), apoiado pela igreja e cuja duração foi até 1969, foram profundamente influenciados por esses ideais.

3º O governo militar insistia em campanhas como a “Cruzada do ABC” (Ação Básica Cristã) e posteriormente, com o MOBREAL (GADOTTI, 2011, p. 43).

Em perspectivas atuais e estabelecendo a relação entre Estado e educação popular, como parâmetro, podemos dividir a educação de adultos, enquanto concepção particular da educação popular, em duas grandes tendências teórico-práticas.

A primeira, denominada por Gadotti (2011) de maniqueísta, não considera o Estado como parceiro da educação popular, colocando em polos opostos a sociedade civil e o Estado, o oficial e o alternativo. Nessa tendência, acredita-se que o Estado intenta sempre à manipulação enquanto a educação popular visa sempre à participação e à emancipação, sendo elas, desta forma, inconciliáveis.

A segunda tendência, denominada pelo autor de integracionista, “propõe a colaboração entre Estado, igreja, empresariado, sociedade civil, o oficial e o alternativo etc” (GADOTTI, 2011 p. 45), dividindo-se em duas vertentes: a que defende a simples extensão da escola das elites para toda a população (Paiva, 1970) e a que defende uma nova qualidade da escola pública, com caráter popular.

Em outras palavras, conforme Brandão (1984), o que se percebe hoje no Brasil é:

- 1º uma retração do Estado e conseqüente ampliação dos setores da sociedade civil;
- 2º uma ampliação e diferenciação de programas;
- 3º acentuada ampliação dos trabalhos de educação dos menos qualificados;
- 4º continuidade das experiências de educação popular de setores de vanguarda da igreja;
- 5º aumento de agências civis de trabalho pedagógico;
- 6º aumento de iniciativas populares como educação sindical, educação política etc (BRANDÃO, 1984, p. 196-197).

Ao analisarmos o contexto apresentado, percebemos que com a retração do Estado as iniciativas da sociedade civil foram se multiplicando, principalmente após a extinção do MOBREAL, no entanto, surge o problema da pulverização de tais iniciativas e, nas palavras de Gadotti (2011, p. 46) “da duplicação de esforços que até hoje não foi resolvida, apesar das várias tentativas dos centros de assessoria de movimentos populares”.

Outra questão bastante importante e que tem chamado a atenção é que o Governo parece estar com pouco aparato teórico-prático para o enfrentamento do problema da educação para todos os brasileiros. Isso fica evidente ao observarmos o pouco engajamento e a ausência de demonstração de vontade política para honrar os compromissos assumidos.

O relativo fracasso da educação de adultos também pode ser explicado por questões de concepções pedagógicas. As nuances que envolvem o processo de alfabetização, por exemplo, devem ser consideradas no processo de ensino-aprendizagem. Alfabetizar na cidade e no campo tem conseqüências diferentes para os alfabetizandos. A alfabetização sozinha não liberta ninguém, ela necessita ser somada a outros fatores. Conforme Gadotti “o alfabetizando que aprende a ler e escrever, mas não tem como exercitar-se na leitura e na escrita, regride ao analfabetismo” (GADOTTI, 2011, p. 47).

Dessa forma, é necessário entender que o adulto em formação escolar básica não deve ser entendido como criança cuja história de vida está apenas começando e que, apesar de apresentar-se temeroso, ameaçado e, por muitas vezes, com sentimento de incapacidade, precisa ser estimulado para que a sua autoestima seja desenvolvida.

1.2 A EJA nas Unidades Prisionais

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que desde sua concepção atravessa desafios de diferentes ordens. Os jovens e adultos que a buscam, em grande maioria, lutam para superar suas condições precárias de vida, que passam pela ordem da moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego dentre outros.

Em contexto de prisão, a EJA é garantida a todos os sujeitos privados de liberdade através da Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, que prevê em sua V seção a implantação da educação formal nos presídios, cabendo aos Estados e Municípios tal oferta. Salientamos, ainda, que a manutenção de tal modalidade de ensino fica sob responsabilidade dos mesmos entes federativos com o devido apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

Ressaltamos, ainda, que para o sujeito preso no Estado do PE, a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 e a Resolução CEE/PE nº 02/2004, de 19 de abril de 2004 (DOE-PE de 06.05.2004) que regula, no âmbito do Estado de Pernambuco, a oferta da Educação de Jovens e Adultos, passam a ser a forma como o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) - no caso em tela (escola prisional), logo AIE escolar, se associam à instância jurídica.

Nesse sentido, conforme Gadotti (2011), não se deve avaliar a educação de jovens e adultos apenas pelo rigor metodológico, mas, sobretudo, pelo impacto exercido na qualidade de vida da população que é atendida por ela, ou seja, a EJA está diretamente relacionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno e, para que essa transformação se efetive, um dos fatores que precisa ser considerado é a diversidade desses grupos sociais, requerendo pluralismo, tolerância, solidariedade e empatia.

Em contexto de privação de liberdade, foi a partir da aprovação e publicação no Diário Oficial da União (D.O.U), em 07 (sete) de maio de 2010, das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, que os sujeitos encarcerados tiveram o direito à escola garantido, logo, a educação nas prisões é reconhecida como uma das principais políticas para o processo de inclusão social e a prevenção da criminalidade.

Nessa direção, pensar o fazer e a experiência pedagógica, em contexto de encarceramento, configura-se como um ato político que visa à emancipação dos sujeitos encarcerados, pois no espaço prisional podemos identificar duas lógicas opostas do real sentido do processo de reabilitação, conforme assevera Onofre (2012)

o princípio fundamental da educação que é por essência transformador, aponta o tempo-espço da vivência na prisão como possibilidade, enquanto a cultura prisional, caracterizada pela repressão (ARE), pela ordem e disciplina, visa adaptar o indivíduo ao cárcere e aponta para um tempo-espço que determina mecanicamente as ações dos indivíduos. Olhando-se por esse ângulo, estamos diante de uma situação paradoxal,

fazendo-se necessária a compatibilização da lógica da segurança com a lógica da educação (*AIE*) em um foco de convergência, com o objetivo comum de recuperar o apripionado, devolvendo-o à sociedade com um projeto de vida adequado à convivência social (ONOFRE, 2012, p. 206, *grifo nosso*).

Essa convergência apontada por Onofre assegura que o sujeito privado de liberdade viva em harmonia com os seus direitos e deveres e que, ainda que o seu direito de ir e vir esteja suspenso por tempo determinado, lhes é conferido os demais direitos, a exemplo, o direito à educação, conforme garante o Parecer CNE/CBN nº 4/2010

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades, e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, um ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nessas unidades – dirigentes, técnicos e agentes – são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo (p.14).

Ainda que o Parecer CNE/CBN nº 4/2010 verse sobre o entendimento do espaço carcerário como um espaço educativo, a desatenção dos setores educacionais no tocante aos privados de liberdade tem sido uma tendência observada no Brasil, a começar pela comunidade educacional que tardou, segundo Sena (2004), a considerar a EJA em prisões como um dos segmentos da Educação de Jovens e Adultos.

No entanto, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação no Sistema Prisional (2009) pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2010, trouxeram esperança às discussões da temática a nível nacional, sendo esperado, a partir de então, conforme assevera Julião (2016)

que os estados, através das suas secretarias estaduais de educação, assumam a política de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade, reconhecendo-a não mais como uma ação pontual, isolada, voluntária, mas sim como uma política pública de educação (JULIÃO, 2016, p. 28).

Nesse sentido, inúmeros são os progressos observados que vão além da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação no Sistema Prisional, a saber:

Além das diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade (Resoluções CNPCP nº 3, de 2009 – CNPCP, 2009 – e CNE nº 2, de 2010 – CNE, 2010), foram

aprovadas a Lei nº 12.433/2011 (BRASIL, 2011a), que dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho; as diretrizes básicas para arquitetura prisional (Resolução CNPCP nº 09 – CNPCP, 2011), que determina previsão de módulos educativos, laborais, de esporte e de lazer na construção de novas unidades penais; o Decreto Presidencial nº 7.626 (BRASIL, 2011b) que institui o Plano Estratégico de Educação no Âmbito Prisional; assim como a presença do tema nas discussões e documentos finais aprovados nas Conferências Nacionais de Educação Básica (BRASIL, 2008) e de Educação (BRASIL, 2010; 2014a) e no Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (BRASIL, 2014b) (JULIÃO, 2016 p. 28).

A educação, nesse sentido, é configurada como um direito do sujeito em privação de liberdade, conforme postulado pela Constituição de 1988, e não como um benefício.

1.3 A EJA nas Unidades Prisionais em Pernambuco

Sabemos que a escola prisional é apontada pelo estudante em privação de liberdade, conforme Onofre (2007) como um espaço crucial para que o seu direito à cidadania seja assegurado, sendo, as aprendizagens ali desenvolvidas, essenciais à garantia do mínimo de autonomia.

De acordo com o último Censo realizado em 2019 pela Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco (SERES), o diagnóstico da educação prisional em Pernambuco encontra-se da seguinte forma:

Quadro 1 - Diagnóstico da Educação Prisional em Pernambuco

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO PRISIONAL EM PERNAMBUCO			
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO / SERES			
POPULAÇÃO CARCERÁRIA:	HOMENS	MULHERES	TOTAL
	30.355	1.299	31.654
POPULAÇÃO CARCERÁRIA EM ATIVIDADE ESCOLAR: Educ. Formal	HOMENS	MULHERES	TOTAL
	5.354	676	6.030
POPULAÇÃO CARCERÁRIA EM SITUAÇÃO DE ANALFABETISMO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
	2.876	59	2.935

Fonte: Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Pernambuco (2021).

Percebemos, conforme apresentado, que o número da população carcerária é bastante significativo, incidindo, nos três indicadores contemplados no quadro 1, em uma maior quantidade de homens, ou seja, são os sujeitos do gênero masculino que demandam, em Pernambuco, com maior frequência, da EJA em contexto prisional.

Diante disso, faz-se necessário que tenhamos uma noção do quantitativo de estabelecimentos penais que o Estado de Pernambuco possui. Salientamos, pois, que o número apresentado não corresponde à quantidade de escolas prisionais, uma vez que não são todas as unidades penais que têm a oferta da EJA em prisões.

Quadro 2 - Espelho geral do Estado de Pernambuco quanto aos estabelecimentos penais

REFERÊNCIA – QUANTIDADE DE ESTABELECEMENTOS PENAIS	QUANTIDADE
PENITENCIÁRIAS	06
PRESÍDIOS	11
CENTRO DE OBSERVAÇÃO CRIMINOLÓGICA E TRIAGEM	01
CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO	01
COLÔNIA PENAL FEMININA	03
CADEIAS PÚBLICAS	48
HOSPITAIS DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	01
TOTAL	71

Fonte: Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Pernambuco (2021).

Ante o exposto, é salutar esclarecermos que, dos 71 (setenta e um) estabelecimentos penais ora mencionados, 23 (vinte e três) deles são Unidades Prisionais e 48 (quarenta e oito) são Cadeias Públicas, distribuídas entre a Região Metropolitana do Recife e o Interior do Estado, conforme Pernambuco (2021). Dessas 23 (vinte e três) Unidades Prisionais, 20 (vinte) são credenciadas da rede pública de ensino e funcionam, por sua vez, nas dependências destes estabelecimentos, 03 (três) Unidades não possuem escolas nem anexos, outras 06 (seis) possuem apenas anexos, sendo 02 (duas) anexos de escolas credenciadas e instaladas dentro de Unidades Prisionais e as outras 04 (quatro) possuem anexo de escolas da rede estadual de ensino nas proximidades das unidades prisionais (*ibidem*, p. 62).

No estado de Pernambuco, conforme o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Pernambuco (2021)

o atendimento da Educação Básica aos privados de liberdade é realizado pela Secretaria de Educação e Esportes, em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, em presídios e penitenciárias, por meio da modalidade da Educação de Jovens e Adultos conforme preceituam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, e a Resolução nº 4, de 30 de maio de 2016 (PERNAMBUCO, 2021, p. 6).

Especificamente, em Pernambuco, os documentos que norteiam a EJA em unidades prisionais orientam a Gerência de Políticas Educacionais de Jovens, Adultos e Idosos (GEJAI) a buscar, na organização de seu currículo e em seu fazer pedagógico, contemplar os direitos humanos no processo de formação continuada em serviço, bem como na elaboração de materiais didáticos para a modalidade de ensino da EJA em prisões. Assim, visando a reafirmar e garantir o direito à educação no sistema prisional, Pernambuco (2015) assevera que “é, de fato, um compromisso e um dever das políticas públicas e da política educacional garantir o direito à escola e à educação a todos os sujeitos independentemente de sua condição”.

Visando a essa garantia, as unidades prisionais pernambucanas ofertam a EJA no Ensino Fundamental (Módulos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII) e no Ensino Médio (Módulos 1º, 2º e 3º), normatizada pela Instrução Normativa nº 01/2020– SEDE/GENSE (DOE-PE DE 20.01.2020), e fundamentada na Resolução CEE/PE nº 2/2004 (DOE de 06.05.2004), a qual, de acordo com Pernambuco (2021) institui a oferta da EJA no âmbito do sistema de ensino do Estado de Pernambuco, resguardada pelo Decreto Federal nº 7.626 de 24 de novembro de 2011, o qual foi sancionado pelo Governo Federal que implementa o “Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional- PEESP”, e tem como meta ampliar e qualificar a oferta de educação nas unidades prisionais situadas nos municípios do Estado de Pernambuco que têm escolas prisionais.

Por ser um Plano concebido a partir de uma construção coletiva que envolveu diversos segmentos da sociedade civil, Secretaria de Educação e Esportes e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco dentre outros, a partir de consulta pública, foram estabelecidas Diretrizes e objetivos para a Educação no Sistema Prisional do Estado Pernambuco, como assevera Pernambuco (2021), a saber:

Das Diretrizes - 1. Fomento à atividade educacional com orientação pedagógica, buscando o desenvolvimento humano e a reintegração social das pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do sistema prisional; 2. Fortalecimento das ações articuladas com diversos órgãos estaduais dos Poderes Executivo e Judiciário; 3. Estabelecimento de parcerias com a Sociedade Civil Organizada para ações e controle social relacionados à

política de mulheres no sistema prisional; 4. Busca pela diversidade de oferta educacional, considerando atividades culturais e esportivas; 5. Qualificação dos espaços e atividades educacionais em sentido amplo; 6. Desenvolvimento de políticas de elevação de escolaridade associado à qualificação profissional.

Dos Objetivos a serem alcançados com a implementação do Plano -

1. Normatizar as atribuições e competências a serem adotados por Instituições e profissionais que atuam no âmbito da educação escolar, nas unidades prisionais, no Estado de Pernambuco; 2. Acompanhar a execução dos fluxos, rotinas e procedimentos para as ações educacionais; 3. Realizar levantamento periódico de dados e informações sobre os processos, atividades e ações para pessoas privadas de liberdade e egressas do Sistema Prisional; 4. Garantir, em todas as escolas situadas em unidades prisionais, a presença e a participação da equipe gestora (gestor, gestor adjunto, secretário e educador de apoio), agentes administrativos e pedagógicos (técnico, administrativo e auxiliar de biblioteca) na execução das atividades escolares; 5. Garantir programa de alfabetização para pessoas privadas de liberdade do Sistema Prisional; 6. Proporcionar a expansão e o fortalecimento da educação básica de qualidade; 7. Fomentar a realização de convênios com instituições que ofertem cursos de nível superior; 8. Ampliar programas permanentes de acesso à leitura; 9. Oportunizar às pessoas privadas de liberdade o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica por meio da leitura, com vistas à remição de pena; 10. Promover a participação de pessoas privadas de liberdade em atividades culturais; 11. Promover a participação de pessoas privadas de liberdade em atividades esportivas; 12. Garantir a inscrição e a participação das pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional nos diversos exames nacionais; 13. Garantir a Educação Profissional por meio de Programas, de cursos técnicos e de qualificação profissional; 14. Ampliar os espaços educacionais no Sistema Prisional; 15. Garantir a formação de profissionais ligados à educação no Sistema Prisional (PERNAMBUCO, 2021, p. 7-9).

Nesse sentido, a educação se configura um meio fundamental para emancipação e ressocialização dos sujeitos e o Estado de Pernambuco, por sua vez, demonstra preocupação na elaboração de materiais didáticos que possam subsidiar o trabalho docente e, conseqüentemente, impactar positivamente na construção de conhecimento de cada sujeito encarcerado.

1.4 A EJA na Unidade Prisional Dr. Ênio Pessoa Guerra

Neste item, discutiremos acerca da Penitenciária⁵ Dr. Ênio Pessoa Guerra, a qual cedia a Escola Estadual Paulo Freire - de onde se originaram as autobiografias analisadas

⁵ Cabe-nos esclarecer a diferença entre penitenciária e demais estabelecimentos penais. Para tanto, evocamos a Lei de Execução Penal 7.210, de 11 de julho de 1984, a saber: “penitenciária é a unidade prisional destinada aos condenados a cumprir pena no regime fechado, enquanto as colônias agrícolas, industriais ou similares são destinadas aos presos do regime semiaberto[...] Detentos provisórios devem aguardar o julgamento em cadeia pública. Há ainda os hospitais de custódia, onde deve cumprir medida

nesta tese. É salutar evidenciarmos que os dados aqui apresentados correspondem à realidade atual – segundo semestre de 2022⁶, baseado em dados extraídos do Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE). Os textos, entretanto, tomados para fins de gesto analítico como testemunhos dos estudantes privados de liberdade, foram produzidos em 2014 e publicados em 2016.

Localizada no Município pernambucano de Limoeiro, na PE 90, km 23, s/n, a aproximadamente 85 km da capital pernambucana/Recife, a Penitenciária Dr. Ênio Pessoa Guerra cedia a Escola Estadual Paulo Freire, que conta, conforme dados do Sistema de Informações da Educação de Pernambuco – SIEPE (2022), com 357 (trezentos e cinquenta e sete) estudantes, 15 (quinze) professores, 01 (um) Gestor, 01 (um) Gestor-Adjunto e 01 (um) Educador de Apoio. Quanto à estrutura voltada para o processo de ensino-aprendizagem, os estudantes privados de liberdade dispõem dos seguintes espaços:

Quadro 3 - Infraestrutura voltada aos estudantes privados de liberdade da/na Escola Estadual Paulo Freire

INFRAESTRURURA ESCOLAR	QUANTIDADE
SALAS DE AULA	6
SALA DE LEITURA	0
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	0
SALAS EQUIPADAS PARA EAD	1
ÁREA PARA PRÁTICA DE ESPORTES	1

Fonte: Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Pernambuco (2021), com adaptações.

Nessa infraestrutura são atendidos os 357 (trezentos e cinquenta e sete) estudantes que cursam o Ensino Fundamental e Médio na Unidade e estão assim distribuídos:

Quadro 4 - Oferta da Secretaria de Educação quanto às etapas/nível de ensino

NÍVEL	MÓDULO	QUANTIDADE
ALFABETIZAÇÃO	-	0
	MÓD-II	49
	MÓD-IV	55

de segurança quem cometeu crime por algum problema mental e foi, por isso, considerado inimputável ou semi-imputável”.

⁶ Os dados aos quais fazemos referência foram extraídos, mais precisamente, em 28 de setembro de 2022. É importante, pois, considerarmos que devido à alta rotatividade e dinâmica do sistema penitenciário esse quantitativo pode sofrer variação.

ENSINO FUNDAMENTAL	MÓD-V	39
	MÓD-VI	96
	MÓD-VIII	67
ENSINO MÉDIO	MÓD-2º	51
ENSINO SUPERIOR	-	0
EAD	-	0
TOTAL	357	

Fonte: SIEPE (2022). Elaboração do autor.

Uma vez explicitada algumas questões de relevância sobre a Unidade Prisional Dr. Ênio Pessoa Guerra/ Escola Estadual Paulo Freire, as quais nos dão subsídios para melhor entendermos as condições de produção de sujeitos encarcerados, passaremos agora à discussão da teoria de base deste trabalho – a AD francesa. Objetivamos, com o capítulo seguinte, proporcionar ao nosso leitor as condições necessárias para a realização de uma leitura dialética da teoria ora utilizada. Para tanto, organizamos a discussão em um percurso que contempla do processo de constituição da AD às concepções que foram trabalhadas em nossas análises.

2 ANÁLISE DO DISCURSO: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Neste capítulo, nos propomos a refletir de maneira panorâmica sobre a teoria em questão, enfatizando suas principais concepções teóricas, marcando, em especial, as que nos parecem caras às reflexões que pretendemos nesta tese. Destacamos, neste sentido, que por uma opção didática - ainda que algumas concepções/noções aqui trabalhadas estejam, na esteira da teoria, fortemente imbricadas – optamos por trabalhá-las mais extensamente. Isso, ao nosso olhar, poderá ajudar o leitor a realizar uma melhor interlocução com as discussões analíticas realizadas.

Ancorados nos pressupostos da Análise de Discurso de linha francesa (doravante AD), a partir dos princípios enunciados em Pêcheux (1997, 2010), Orlandi (1999, 2013), Ferreira (2015), Courtine (1981), Indursky (2011), Vinhas (2018, 2019), Mariani (2016) dentre outros expoentes da corrente teórica adotada, visamos à construção de um dispositivo de análise voltado à compreensão do processo de produção de sentidos no discurso das produções textuais que pretendemos analisar.

Uma vez que os discursos são produzidos a partir de condições de produção específicas e assim produzem sentidos, achamos necessário apresentar algumas considerações sobre texto na AD francesa. De forma distinta à Linguística Textual – que entende texto e discurso como correspondentes, e considera o texto um todo significativo (os sentidos estão postos, cabendo ao receptor do texto a função de entendê-lo, sob o pressuposto de que a língua é transparente e os sentidos estão todos ali), em AD compreendemos a materialidade da qual podemos perceber o processo de construção dos sentidos, segundo Orlandi (2012, p. 87)

o texto não pode ser visto como uma unidade fechada pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que chamamos de exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente).

Nesse sentido, podemos asseverar que o que importa à AD, enquanto teoria que concebe o discurso como unidade científica, não é a estrutura interna da superfície textual, mas como ele ganha significado, ou seja, como o discurso se materializa e é materializado no texto. Para Indursky (2009), o texto é materialidade discursiva e está sempre aberto ao interdiscurso, à exterioridade e não passa de um grande recorte que produz os efeitos de começo e de fim. Corroborando com o que afirma a autora, Orlandi (2012) nos aponta que

na maneira como considero texto, não se trata do texto enquanto obra literária, não se trata do texto como pretexto para estudar a língua, ou para estudar as línguas, trata-se do texto como forma material, como textualidade, manifestação material concreta do discurso, sendo este tomado como lugar de observação dos efeitos da inscrição da língua sujeita a equívoco na história. Trata-se do texto como unidade de análise (científica) do discurso. E é essa a sua qualidade teórica, o de ser unidade de análise (ORLANDI, 2012, p. 78).

O texto, nesse sentido, é entendido como espaço onde se efetiva, por exemplo, o objeto teórico da AD - o discurso. Ainda conforme a autora, “o texto é um objeto linguístico-histórico” (idib., 86).

Nesse mesmo sentido, Gregolin (1995) afirma que:

quando dizemos que um texto "fala" da morte, do amor, da liberdade etc, estamos analisando a sua camada fundamental, o mínimo de sentido sobre o qual ele é construído. O texto é fundado sobre relações orientadas, primeira condição para a narratividade. Assim, se ele fala da relação entre a vida e a morte, a narratividade vai-se desenvolver em um determinado sentido (GREGOLIN, 1995 p. 15).

Isso nos faz pensar que a AD francesa se configura como ideal às análises propostas neste estudo, uma vez que poderemos analisar O DISCURSO, enquanto “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 1986, p. 115), que sustenta os vários TEXTOS (concretos) que circulam em uma sociedade. Por conseguinte, competi-nos, enquanto analistas de discurso, não a análise do texto, mas via dispositivo analítico, explicitamos (tornamos visíveis) os gestos de interpretação que textualizam a discursividade interpretando os resultados dessa análise, ou seja, a finalidade do analista “não é interpretar os textos mas compreender os gestos de interpretação inscritos nos textos” (ORLANDI, 2012, P. 78).

Desta forma, analisar à luz da AD francesa a materialidade verbal produzida por estudantes da modalidade EJA em prisões se configura como um desafio necessário pois, devido à condição de sujeitos apenados, tendem a ser esquecidos como indivíduos produtores de sentido.

Sendo todo sujeito constituído na/pela ideologia e estando submetido a uma superestrutura jurídico-político-ideológica que, conforme Althusser (2008), pode ser dividida em Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelho Repressivo de Estado, os estudantes privados de liberdade aqui pesquisados, trazem consigo diferentes formações ideológicas. Conforme Vinhas (2018),

os aparelhos ideológicos dizem respeito às diferentes ideologias, ao elemento ideológico, prioritariamente, sendo, para Pêcheux, referentes às

formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009a); já o aparelho repressivo concerne ao jurídico e ao político, prioritariamente, enquanto O Direito e O Estado, sendo a prisão uma das instituições que figuram no âmbito da parte Repressora da Superestrutura (VINHAS, 2018, p. 80).

Nesse sentido, estando em condição de privação de liberdade, esses sujeitos têm os seus discursos atravessados pela instituição prisão, que age, por sua vez, como um Aparelho Repressivo de Estado. Destacamos, neste momento, dois pontos importantes no tocante aos Aparelhos de Estado (AE): o primeiro é que para Althusser (1974) a prisão é parte do ARE, uma vez que funciona pela violência e “de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física)” (p. 46 - 47). O segundo ponto, igualmente importante, é que, conforme o autor, existem vários Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), mas somente um ARE, pertencente, pois, ao domínio público. Ou seja, “o Aparelho (repressivo) de Estado constitui um todo organizado cujos diferentes membros estão subordinados a uma unidade de comando, a da política da luta de classes aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes que detêm o poder de Estado” (ibid., p. 54).

Segundo Vinhas (2014),

o discurso oficial [*ideologia dominante/ no nosso caso – justiça/Lei*] divulga que a prisão visa à ressocialização dos sujeitos, o que indica um esforço na direção de recrutá-los a se identificarem com a ideologia dominante e se tornarem sujeitos de direito. Contudo, observa-se na prisão uma reprodução da delinquência, o que provoca, discursivamente, o efeito contrário ao da ressocialização (VINHAS, 2014, p. 22; *grifo e colchetes nossos*).

Diante disso, cabe-nos, enquanto analistas de discurso, refletir acerca do papel da prisão na sociedade, bem como, conforme Davis (2020, [1944]), da sua comprovada ineficácia. Para tanto, é necessário que se questione a pseudo ideia de segurança que a ideologia dominante tenta incutir na sociedade à medida que faz com que consideremos, por vezes, as prisões algo natural. Para Davis (2020),

esse é o trabalho ideológico que a prisão [*enquanto aparelho-repressivo [e também ideológico – uma vez que é regido pela justiça e suas Leis]*] realiza – ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global (DAVIS, 2020, p. 17; *grifo e colchetes nossos*).

Na verdade, é cada vez mais explícita a necessidade que a sociedade tem em castigar/punir⁷, ao passo que se furta da responsabilidade de se envolver em questões relacionadas à própria comunidade – não sendo as prisões as únicas instituições que apresentam desafios complexos. Isso se deve, talvez, ao fato de a sociedade civil acreditar que o sistema carcerário, “por ser uma manifestação sócio-histórica do castigo” (CHIES, 2013, p. 19), reduz a criminalidade e “ressocializa” os apenados.

A seguir, apresentaremos de forma detalhada o contexto de surgimento da AD enquanto disciplina de entremeio, bem como o que ela herda de cada área de conhecimento que a constitui.

2.1 Análise do Discurso de linha francesa: o ontem, o hoje e o por vir

A Análise do Discurso pecheutiana (AD), que teve marco inicial em 1969, instaura-se numa conjuntura teórica sustentada, de um lado pela Linguística – representando a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, que possibilita, segundo Lagazzi (1998, p. 53) chegar-se “ao objeto discursivo que, através da dessintagmatização discursiva, explicitará a determinação histórica dos processos semânticos, ou seja, a produção dos efeitos de sentido [...]”. De outro, pelo Marxismo – representado por Althusser em sua releitura de Marx que, segundo Ferreira (2015, p. 15) “o homem faz a história, mas esta também não lhe é transparente, convoca-se, assim, uma teoria materialista da história para explicar os fenômenos das formações sociais.”; bem como, ainda, pela psicanálise lacaniana, que contribui com as discussões sobre a questão do sujeito constituído pelo seu outro e pelo inconsciente.

À Linguística, faz-se necessário compreender que sua importância nessa composição está no fato de ser uma Ciência da linguagem e, como tal, haverá de garantir cientificidade aos estudos feitos a partir dela. Há, contudo, a se esclarecer que não serve à AD a visão da linguagem verbal de que se ocupa a Linguística. Isso porque o recorte feito por esta vê a linguagem verbal não como língua (Langue) “na sua relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema fechado sobre si mesmo” (MUSSALIM, 2001, p. 102). Dessa forma, a AD se configura como uma disciplina de interpretação, não havendo,

⁷ Amparados na concepção de Garland, tomamos o castigo/punição “como uma espécie de aparato técnico; um meio instrumental para atingir um fim [...] uma relação coercitiva entre o Estado e o transgressor [...] um procedimento legal, uma forma de poder, um instrumento de dominação de classe, a expressão de um sentimento coletivo, uma ação moral, um acontecimento ritual ou a encarnação de certa sensibilidade” (GARLAND, 1999, p. 326).

portanto, sentido sem interpretação. Cazarin (2004, p. 44) comenta ainda que: “quando se escreve que não há sentido sem interpretação e que esta é concebida como um gesto, se está querendo enfatizar que, em AD, a interpretação é social e historicamente determinada”. Nesse contexto, tendo em vista a necessidade inerente ao homem de interpretação, estamos, todos, condenados a buscar incessante e quiméricamente esses efeitos de completude.

Decorre daí a diferença entre o pensar da Linguística e o pensar da Análise do Discurso. Esta, ao conceber a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, parte não da língua, mas do discurso. Para isso, leva em conta o homem na sua história e considera os processos e as condições de produção dessa linguagem, porque o discurso não é senão “um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 1999, p. 16). Enquanto a linguagem saussureana vê a relação significado/significante numa correspondência equivalente, a AD pressupõe a incompletude como condição da linguagem, não haveria uma relação *ipsis literis* entre sentido e significante, pois “nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento” (ORLANDI, 1999, p. 52). Comungando com o que nos afirma Orlandi, Leandro Ferreira (2000, p. 15), corroborando com Gadet e Pêcheux (2004), assevera ainda que:

A noção de que a *falta* é estruturante, de que a língua comporta em seu interior um espaço para as falhas, as brechas, o impossível é, de certo modo, um endosso à tese da resistência. Nesse sentido, o princípio de que em se tratando de linguagem *não se pode dizer tudo* me pareceu sempre atraente a um filão promissor como investigação. O equívoco irrompe como lugar de resistência que é inerente à língua e à sua constituição e compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não-fechado (*grifos da autora*).

Portanto, partimos do mesmo ponto de vista sustentado e defendido por Pêcheux de que a língua, enquanto sistema é um rito com falha e derivas e é, justamente, a relação desse sistema com a sua exterioridade (compreendida enquanto aspectos sociais, históricos e ideológicos) que constituem os sentidos que atravessam os discursos. Dessa forma, a língua enquanto condição do discurso é falha e constitutivamente atravessada pelo real da história: a contradição.

A Análise de Discurso (AD) é usada como teoria e procedimento analítico neste trabalho, sobretudo, pela relação que faz entre o real da língua e o real da história⁸. Conforme Orlandi (1999), a língua transparente, produtora de sentido por si só, língua esta, fechada nela mesma, enquanto sistema de regras formais e abstratas, que será objeto da linguística, é deixada de lado para dar lugar à análise da língua enquanto objeto não transparente, opaco, mas enquanto palavra em movimento, prática de linguagem, ou seja: atravessada pelo discurso. Para a AD, a língua importa na medida em que seu funcionamento gera sentido, enquanto trabalho social simbólico, enquanto elemento constitutivo do homem e de sua história. Nesse contexto, segundo Orlandi,

a Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. (...) O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (...) Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.” (ORLANDI, 1999, p. 15-16).

Nesse sentido, à AD interessa compreender o estudo da língua em seu pleno funcionamento, produzindo sentidos por e para sujeitos de linguagem, pondo à baila a noção de interpretação em função da noção de compreensão. Entendemos, pois, que ao interpretar já se está preso em um sentido. “A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que possam “escutar”, capturar outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem” (ORLANDI 2012, p. 26). Ainda para a autora,

a Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. (...) não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. (...) Em suma, A Análise de Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. (...) Produzem-se assim novas práticas de leitura (ORLANDI, 1999, p. 26- 27).

⁸Eni P. Orlandi (1999, p. 19-20), dirá, com base em Pêcheux (1975), que para a Análise de Discurso: “a. a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem); b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundando em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia”.

É nesse contexto que atravessamos os efeitos de transparência da linguagem, como propõe Orlandi (2013a), para investirmos na opacidade da linguagem, campo este que nos proporciona um movimento de interpretação e nos permite contemplar os mecanismos de condições de produção e efeitos de sentido.

É nesse contexto que a AD se funda como um projeto teórico que surge a partir das reflexões, influências e inquietações teóricas de Michel Pêcheux, atravessado pelas influências das teorias de Saussure, Marx e Freud. Consolida-se, dessa forma, como uma corrente teórica de cunho intelectual, filosófico e político que surge em meio às questões políticas vivenciadas em 68 na França. Nesse sentido, aponta Courtine que

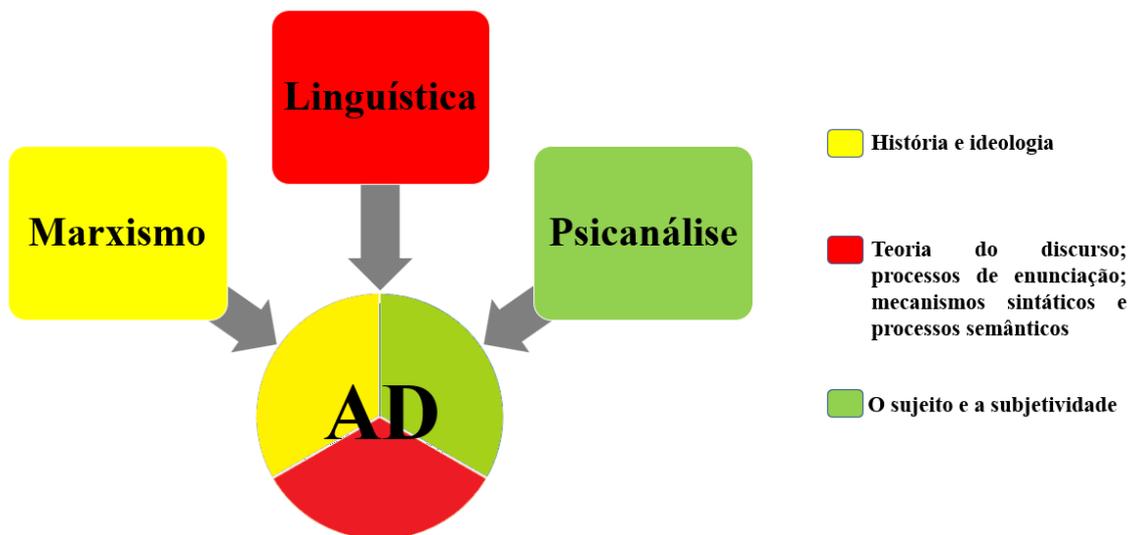
[...] a história da Análise do Discurso na França seria incompreensível se não levássemos em conta sua dimensão política: o fato de que, na origem, aqueles que contribuíram para fundá-la eram militantes não apenas de esquerda, mas marxistas, que pensavam que uma certa *política da leitura*, apoiada sobre o marxismo e a linguística, permitia levantar os véus que a dominação ideológica punha sobre as formas culturais da vida política e social (COURTINE, 2010, p. 29, *grifos do autor*).

Dito isso, é imprescindível salientar que a carreira teórica, política e filosófica de Pêcheux, além de receber todas as influências anteriormente citadas, nos mostra o legado de um homem que escreve uma obra que nunca acaba. Ainda fazendo referência ao campo de constituição da AD, Orlandi (2012) defende categoricamente:

[...] Se a Análise do Discurso é herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2012, p. 20).

É, pois, dessa maneira que a AD concebe o seu arcabouço teórico metodológico e se funda como uma disciplina de entremeio, operando, nesse contexto, sob o viés e influências da já mencionada Linguística, articulando com ela outras áreas da ciência, como a instaurada por Althusser, no retorno ao Marxismo e seu Materialismo Histórico que, através de um deslocamento resgata a teoria Ideológica; Lacan, à medida que retoma e refuta a teoria psicanalítica do inconsciente instaurada por Freud; e Foucault, propondo uma teoria do discurso. É a partir desse contexto que representaremos, a seguir, essa tríade epistemológica a qual emergiu a AD.

Figura 1 - A AD enquanto disciplina de entremeio



Fonte: Elaboração do autor (2022).

Evidenciada a constituição da AD como disciplina de entremeio, incube-nos, aqui, mostrar as contribuições de cada área do conhecimento nesse processo. Uma vez dada, anteriormente, a importância da Linguística nessa composição, através dos seus mecanismos sintáticos e semânticos, nos deteremos agora às contribuições dadas pelo Marxismo e pela Psicanálise.

Althusser em sua releitura de Marx, segundo Mussalim (2001), toma como hipótese que as ideologias têm existência material devendo, assim, serem estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Segundo a mesma autora, Althusser afirma que a linguagem apresenta-se como um lugar privilegiado em que há a materialização da ideologia, logo, podemos inferir que é via linguagem que podemos depreender o funcionamento da ideologia.

Althusser, em seu texto intitulado *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1970), para explicar o que considera como ideologia em geral, formula três hipóteses, a saber:

Tabela 1 - A ideologia em Althusser

a) “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência”.	Nesse contexto, o autor salienta que a ideologia tem um caráter produtivo, pois é a partir dela que o homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua realidade concreta.
--	--

b) “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou práticas”.	Althusser afirma, dessa forma, que a materialização da ideologia ocorre à medida que, individualmente, nos inscrevemos em práticas ou rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos – <i>[a religião, a escola, a família]</i> . (colchetes nossos)
c) “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos”.	Salienta o autor, ainda, que é pela ideologia que nos constituímos sujeitos. E completa afirmando que é, somente, no/pelo sujeito que será possível a existência da ideologia. Logo, pode-se afirmar que todo sujeito é ideológico.

Fonte: Elaboração do autor (2022).

Desta forma, constatamos que a contribuição marxista foi decisiva na construção dos pressupostos teóricos da AD, sobretudo, quando se enfatiza que para a AD a ideologia pensada através da linguagem não é considerada uma visão de mundo, tampouco um ocultamento da realidade. Como uma teoria materialista do discurso, a AD vai trabalhar com esse efeito de evidência, revelando, assim, a opacidade do sentido, mostrando que a história, a linguagem e o sujeito não são transparentes. Para Orlandi (2012), o marxismo afirma a não transparência da história; a psicanálise afirma a não transparência do sujeito; e a linguística, por sua vez, se constitui na não transparência da língua, sendo, portanto, a análise do discurso, em seu objeto – o discurso – a responsável pela confluência dessas três formas de “opacidade”, a saber, a do sujeito, a da língua e a da história.

Assim, uma vez feita essa breve e necessária retomada aos conceitos que influenciaram a constituição da AD, nos itens seguintes, perpassaremos por algumas concepções que nos permitiram a análise do nosso *corpus*.

2.2 Principais conceitos da AD

Neste item, propomos uma discussão mais detalhada de alguns conceitos estudados na/pela AD francesa. Objetivamos, com isso, proporcionar ao nosso leitor subsídios teóricos suficientes - *se é que isso é possível, ou, ao menos - provocar tal efeito* - para um caminhar seguro no denso e movente terreno da AD. Neste sentido, conforme Brito (2012,

p. 521) “a AD é uma empreitada teórica concebida como um dispositivo que, constitutivamente, coloca em relação o campo da língua e o campo da sociedade apreendida pela história”, ou seja, ao levarmos em consideração os testemunhos discursivizados nas autobiografias, a possibilidade de interpretar se abre porque todo enunciado só é enunciado quando tomado em uma rede de memória dando lugar ao outro; todo enunciado é sempre um acontecimento, encontro de uma atualidade e de uma memória.

2.2.1 Condições de produção, Interdiscurso, Pré-construído e Discurso transversal

Quando se fala em condições de produção, percebemos uma consonância entre tal definição tanto para Pêcheux (1969), quanto para Orlandi (2013). Ambos compreendem fundamentalmente, nesse processo, o sujeito e a situação. A autora também salienta que a memória faz parte desse processo de produção do discurso. Visando detalhar essas afirmações, Orlandi (2013a) define as condições de produção da seguinte forma: condições de produção em sentido estrito e condições de produção em sentido amplo.

Acerca do primeiro caso, é levado em consideração as circunstâncias, ou seja, o que está relacionado ao contexto imediato. Ao analisar um dado texto, o que deve ser levado em consideração para a produção do sentido é o suporte onde tal texto se encontra – se em livro, se em jornal, se em outdoor; o dado momento em que o texto foi escrito e a sua autoria. Logo, nas condições de produção do sentido estrito, o contexto situacional é que é levado em conta.

Já quando se pensa nas condições de produção em sentido amplo, não se considera mais o contexto imediato, mas o contexto amplo. A partir daí passam a contar para o sentido, elementos de ordem sócio-histórica e ideológica que são atravessadas pelas relações de força, expressas, por sua vez, em forma do discurso. Sobre condições de produção, assevera Orlandi (2003, p. 83) “O contexto histórico-social, a situação, os interlocutores – isto é o que chamamos tecnicamente de condições de produção – constituem a instância verbal produzida, ou seja, o discurso”. Vinculado a isso está a memória, que aparece como forma de interdiscurso, ou seja, temos como interdiscurso aquilo que fala antes, em um dado lugar e que passa a constituir-se sob forma de pré-construído, no qual outros dizeres serão mobilizados. Orlandi (2013a), acerca de interdiscurso afirma que

este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma

do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2013a, p. 31).

Em suma, esses dizeres traduzindo-se em pré-construído, são efeitos de sentido que atingem os sujeitos para além de suas vontades, dito de outra forma, o sujeito, ao significar, através do seu discurso, está atravessado, mesmo que não tendo consciência disso, por discursos que exercem força sobre o seu dizer (já-ditos de/em outros lugares) e que fazem parte de sua memória discursiva. Para Vinhas (2021)

o pré-construído, desde o seu surgimento, parece estar vinculado diretamente àquilo que ganha forma de existência material, ou seja, ao “linguisticamente analisável”, sendo seu funcionamento, nos estudos de Pêcheux, relacionado ao nível sintático do sistema linguístico (VINHAS, 2021, p. 5).

É, pois, nesse sentido que o pré-construído corresponde ao já-dito e expressa a irrupção de um domínio sobre outro, como se ele já se encontrasse aí. O domínio de pensamento dito por Pêcheux se trata de um conteúdo de pensamento que existe dentro da linguagem, na medida em que não há conteúdos de pensamento fora dela. Este conteúdo de pensamento já articulado na linguagem se apresenta sob a forma do discursivo, na AD.

Sendo o pré-construído “aquilo que todo mundo sabe” (conteúdo de um sujeito universal, suporte da identificação, e o que todos veem como evidente em um “contexto situacional”), a articulação pelo funcionamento do discurso-transverso corresponde a “como todo mundo sabe” (retorno do universal no sujeito) (PÊCHEUX, 2014, p. 171). Dessa forma, parece-nos clara a relação existente entre ambos, pois, segundo o autor:

[...] o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como *‘sujeito falante’* com a formação discursiva que o assujeita (ibid., 167, *grifo do autor*).

Nos testemunhos analisados, percebemos através da discursividade presente na materialidade textual (autobiografias), que os discursos dos estudantes privados de liberdade são atravessados por discursos da ordem do religioso, jurídico, social e político. É nessa linha tênue entre discurso transverso e pré-construído que novos discursos se materializam e fazem emergir outros sentidos.

O interdiscurso, dessa forma compreende o conjunto das FDs e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a re-significação do

sujeito sobre o que já foi dito, o repetível, determinando os deslocamentos promovidos pelo sujeito nas fronteiras de uma FD. Conforme Orlandi (2013b)

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso (ORLANDI, 2013b, p. 87-88).

É nesse sentido, que abordaremos, no item seguinte, conceitos teóricos que constituem o sujeito através do seu dizer e determinam, dentro de um dado contexto, o que pode ou não ser dito.

2.2.2 Formação Ideológica e Formação Discursiva

A AD por ser uma teoria materialista do discurso, pensa a ideologia como mecanismo estruturante no processo de significação (ORLANDI, 2013a), desta forma, torna-se a ideologia determinante para a construção do sentido. O sentido, por sua vez, não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas as palavras. Pêcheux ([1975] 2010), a esse respeito, assevera que “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam”, com base nisso podemos afirmar que o sentido será estabelecido de acordo com a posição ideológica sustentada por quem o profere, logo, nunca estará *a priori*.

Em face disso, compreendemos Formação Ideológica (FI) como um conjunto de dizeres, práticas, representações, ritos que, conforme a formação social em vigor, institui posições de classe a partir das relações que se estabelecem entre os sujeitos. Vale salientar que estes posicionamentos mantêm entre si relações de “antagonismo, de aliança ou de dominação” (PÊCHEUX E FUCHS ([1975] 1997), p. 166). Tais identificações dos sujeitos com determinado conjunto de saberes, por sua vez, podem ser percebidas através de suas Formações Discursivas (FDs).

Segundo Haroche, Henry e Pêcheux ([1971] 2007)

Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento determinado (determinado aspecto da luta nos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado;

cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito uma em relação às outras (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1971] 2007, p. 26).

Para Pêcheux, essa interpelação do sujeito em sujeito ideológico, ou sujeito do discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): “essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso (...), são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (1988, p.163). Isso se dá, entretanto, de forma inconsciente, ou seja, ao apoiar-se em dizeres outrora proferidos (interdiscurso), o sujeito tem a impressão de ser dono do seu dizer, não percebendo a relação de assujeitamento inerente a esse processo.

Por sua vez, entenderemos por Formação Discursiva (FD), segundo Pêcheux (2010) e Orlandi (2013a) ‘aquilo que numa Formação Ideológica (FI) dada, em um contexto sócio-histórico dado, determina o que pode e deve ser dito’. Dito de outra forma, a FI tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias FDs inerentes a ela, sendo, desse modo, os discursos, governados por formações ideológicas.

É próprio das FDs dissimular como transparentes os sentidos que são produzidos historicamente em seu interior. No entanto, ainda que o sujeito ao falar tenha a ilusão de sua enunciação ser única, primeira, exclusiva e sempre inédita, como já mencionado, todo sentido nasce de outro e aponta para algum lugar: os sentidos se movem entre as regiões constitutivas das FDs, ou seja, uma FD deve ser considerada como “uma unidade dividida, uma heterogeneidade com relação a si mesma” (COURTINE, 1982, p. 245).

Nesta zona heterogênea das FDs, em que suas fronteiras estão em constante dinâmica de estabilização/desestabilização, deparamo-nos com a tensão constitutiva dos processos de produção de sentidos, realizando-se no antagonismo entre o mesmo e o diferente, o uno e o plural, a repetição e a diferença na repetição, pois toda FD é atravessada por significações outras, vindas de outras FDs, como resultado da intervenção do interdiscurso, sob a forma de pré-construídos e ‘saberes’ partilhados socialmente, cuja historicidade se apaga para o sujeito – dando-lhe a falsa impressão da ‘enunciação primeira’. Para Pêcheux (2009, p. 146)

a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’. É a ideologia

que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Dessa forma, partindo do que foi supramencionado, e a fim de evidenciarmos o funcionamento do(s) discurso(s) em relação à sua constituição e efeitos, analisaremos a figura 2. Antes, pois, de partimos para a análise propriamente dita, cabe-nos salientar que a referida figura não está sendo tomada como verdade absoluta (se é que ela exista), uma vez que tanto a produção, quanto a interpretação da mesma é efeito do trabalho da ideologia, não estando alheia à contradição, tampouco à opacidade que compõem todo processo discursivo.

Figura 2 - FI e FD e seu(s) efeito(s) de sentido



Observamos na figura 2 a caracterização/rotulação de algumas imagens a partir do olhar de uma “elite branca”, considerada, conforme nossa formação social, ocupante de uma posição dominante, o que se deve, sobretudo, pela forma desigual em que a nossa sociedade foi estruturada desde o seu “descobrimento”, datado de 1.500. Forma esta marcada, dentre alguns fatores, pela saída de homens e mulheres negros do continente

africano e sua chegada à costa brasileira no intuito de servir como mão de obra escrava (interesse capitalista), naquele momento em que o Brasil passava por um processo de povoamento e exploração por sua metrópole, Portugal. Isso nos revela que a cultura branca/elite branca sempre manteve primazia quando comparada à cultura negra, por exemplo. Isso implica dizer que nomear uma imagem como ‘maloqueiro’ é efeito da forma como o sujeito se relaciona com a ideologia. Conforme Althusser (1974, p. 62 - 63) “todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas”. Pêcheux, por sua vez, assevera que

a objetividade da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

Ou seja, é nesse contexto que formações discursivas permitem o que pode e deve ser dito dentro de uma formação ideológica dada. É, pois, a partir do “olhar” do branco, na figura, que se rotula e se estereotipa alguns modelos sociais. Há na figura a rotulação, segundo o olhar da “elite branca”, do ‘maloqueiro’, representado e rotulado por ser negro, usar boné para trás e óculos escuros; do pagodeiro, por ser negro, usar brincos e cabelos “arrepitados”; do bandido, por ser negro e andar de capuz. Dessa mesma forma, evidenciamos que é a partir desses efeitos interpretativos que se associa o sujeito em privação de liberdade ao não arrependimento, à não ressocialização - fazendo, com isso, emergir discursos, tais como “bandido bom é bandido morto” e atribuindo ao encarceramento a ideia de segurança.

Esses discursos, no entanto, não acontecem de forma deliberada, na verdade, são oriundos de condições de produção específicas, sendo estas definidas por Pêcheux (1993, p. 82) como “as circunstâncias de um discurso”. Dentre tais circunstâncias, o autor destaca as formações imaginárias. Para ele, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (idem.). Nesse sentido, o lugar de A corresponde à “elite branca”, filiada à ideologia dominante, e o lugar de B é correspondente a uma posição marginal (encarcerados, bandidos, maloqueiros etc) sob a ótica do lugar de A. É, pois, a partir dessas posições ideologicamente determinadas que os discursos emergem e fazem circular sentidos.

Sendo assim, segundo Fernandes (2015 p. 82)

Para compreender como qualquer materialidade significativa produz sentido é preciso considerar, em AD, os gestos de interpretação mobilizados por sujeitos interpelados pela ideologia e cujos sentidos são determinados histórico-socialmente. Considerar que há diferentes gestos de interpretação é entender que a imagem não é evidente ou transparente, mas opaca e polissêmica.

Diante disso, ao lermos uma imagem ou nos posicionarmos frente a uma situação, estamos interpelados por uma ideologia que, por sua vez, determina a qual FD nos filiaremos.

Caminhamos, a partir de agora, para o próximo item, no qual abordaremos a noção de política do silêncio/silenciamento.

2.2.3 A Política do Silêncio/Silenciamento

É a partir do trabalho de Authier-Revuz (1994) que podemos estabelecer relação do silêncio com a falta de dizer algo frente ao real, pois “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer (ORLANDI, 2013c, p. 12). Authier-Revuz em sua obra *"Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio"* aponta para o fato da língua não dizer o todo, falha essa, para a autora, geradora de silêncio. Afirma também que aquilo que não é dito mantém-se existente, presente. Ou seja, na relação entre o não-dito e o dito há “[...] o silêncio que atravessa, vazando-a, toda nomeação[...]” (AUTHIER-REVUZ, 1994, p. 254). Ao levarmos em consideração esses construtos teóricos, podemos afirmar, em AD, que o silêncio significa e que há uma existência silenciosa da palavra.

Quando tomamos o silêncio numa perspectiva teórica, enquanto analistas, nos colocamos em uma área delicada e sutil. Habitaremos, nesse contexto, entre o campo do dizível e do não dizível. Para tanto, focaremos no estudo de dois aspectos referente ao silêncio: o silêncio fundador, “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; silêncio e resistência, onde são analisados os mecanismos usados por vozes sociais, que são reprimidas por ideologias dominantes” (ORLANDI, 2013c, p. 24).

Sendo o silêncio umas das formas de posição em que o sujeito se inscreve no sentido, fica evidente seu caráter de incompletude, sendo esse lugar o lugar do equívoco, do deslocamento de sentido. Nesse contexto, não temos o sentido preso a um lugar já

definido, pois, o mesmo é construído na relação entre os locutores, sendo, ambos, constituídos ao mesmo tempo.

Na perspectiva da AD, compreendemos por silenciamento o funcionamento político-ideológico do silêncio por meio do discurso institucionalizado, desta forma, em nossa pesquisa, o silenciamento analisado representa o silêncio discursivo estabelecido pelas Formações Ideológicas ora religiosa, jurídica, social, política nas produções discursivas dos estudantes que, por sua vez, operam como um Aparelho Ideológico/Repressivo que determina o que pode ou não ser dito dentro de suas Formações Discursivas.

Assim, de acordo com o que é posto por Orlandi (2013c) através das suas discussões, consideramos que em todo discurso há uma face do silêncio. À medida que eu falo, outros dizeres são silenciados. Isso se dá porque o meu dizer funciona como um ato de imposição, que se concebe como uma forma dominante que exclui o sujeito e sua fala. Quando enuncio parto de escolhas linguísticas que materializam o meu discurso, logo ao escolher um conjunto de palavras em detrimento de tantos outros, silencio aqueles que não foram proferidos. Nesse sentido, podemos afirmar que o silêncio está no próprio dizer e apresenta a seguinte subdivisão, a saber: silêncio constitutivo e silêncio local.

Quando nos referimos ao primeiro, fazemos menção àquele responsável pelo apagamento das palavras no momento do dizer. Por conseguinte, “para dizer, é preciso não dizer” (ORLANDI, 2012, p.128), “produzindo um silêncio sobre os outros sentidos” (ibid, p.128). Segundo a autora, as palavras são saturadas de silêncio, atravessando-as e trabalhando na não evidência dos sentidos que sempre poderão ser outros, a ver as condições de produção do discurso (posição-sujeito, memória discursiva e interdiscurso). O segundo, por sua vez, é a própria censura responsável pelo veto de dizeres possíveis, mas que são proibidos. Nas palavras da autora, tal censura apresenta a seguinte definição:

A censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. [...] a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa (socialmente) como responsável [...] (ORLANDI, 2013b, p.104).

Florêncio (2007, p. 52) afirma que “o silêncio está em qualquer produção de sentido, pondo em funcionamento o que não pode dizer para poder dizer”, assim concluímos que o silêncio determina os limites do dizer à medida que há o apagamento de

algum discurso por outro discurso para que esse não venha a inaugurar um sentido diferente da FD dominante. Nos nossos gestos e movimentos de análise, tomamos o silêncio como trazido por Orlandi (2013b)

O silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva a uma compreensão do “vazio” da linguagem como um horizonte e não como falta. Evidentemente não é do silêncio em sua qualidade física que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante. O silêncio de que falamos é o que instala o limiar do sentido. O silêncio físico não nos interessa, assim como, para a linguística, o ruído enquanto matéria física não se coloca como objeto de reflexão (ORLANDI, 2013b, p. 68).

É nesse silêncio instaurado no *corpus* analisado que vamos investigar como a política do silenciamento regula o que pode ou não ser dito, estabelecendo, nesse caso, uma relação direta com o dizer. Na realidade, segundo Leandro Ferreira (2015), “ao se proibir algo de ser dito, o que está sendo proibida é a formulação e a possibilidade de circulação de um determinado tipo de discurso, inscrito em determinada FD antagônica”. Ao proibir, dessa forma, o direito do sujeito proferir o discurso que denomina “seu”, tira-se dele o direito de assumir uma identidade e interdita seu direito à existência.

Ainda acerca desse processo de interdição, Orlandi (2013b, p. 104) complementa que:

É preciso evidentemente considerar a censura como um fato heterogêneo, pois ela pode resultar de processos mais ou menos conscientes e que se reportam a diferentes ordens: política, moral, estética etc. Isso dependerá da ordem de discurso em que se inscrevem as regiões de sentidos proibidas. Entretanto, gostaríamos de insistir que a censura não é um fato da consciência individual do sujeito mas um fato discursivo que se passa nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. Trata-se de um processo de identificação, e diz respeito às relações com sujeito com o dizível.

Nesse contexto a autora esclarece que o silêncio está carregado de sentidos outros, que foram apagados por sujeitos filiados a outras FDs que, por sua vez, determinam o que pode ou não ser dito. Afirma, ainda, que a censura não pode ser considerada como um fato da consciência individual do sujeito e sim, deve ser pensada como um fato discursivo que se passa nas fronteiras das diferentes formações discursivas que estão em relação. Para ela, o problema da censura está, não no fato de impedir determinada informação, mas de

evitar que haja trabalho histórico do sentido e, conseqüentemente, da identidade dos sujeitos (ORLANDI, 2013b, p. 139).

Em suma, nos referimos ao silêncio enquanto um processo ideológico, histórico e, por conseguinte, discursivo, simbólico e “material” que se materializa significando. O silêncio que, para nós, não é a marca do distanciamento da realidade, mas uma presença constante e significativa, materializando-se, muitas vezes, através da opressão e da censura dos sujeitos, causando o seu silenciamento.

Dito isso, iremos detalhar no próximo item como os sentidos e os sujeitos podem ser heterogêneos em seus processos de constituição.

2.2.4 Deslizamento de sentido e Posição-sujeito

Para falarmos em Deslizamento de Sentido e Posição-sujeito, é inevitável que façamos um processo de retomada em algumas concepções já vistas. Retomamos aqui o entendimento de Formações Ideológicas e Formações Discursivas via o que foi dito nos itens anteriores. Salientamos que o conceito de FD foi sofrendo modificações influenciadas por Pêcheux no âmbito da AD durante todo o percurso dos seus estudos.

Em um de seus retornos ao conceito de FD, Pêcheux estabelece que esta deve ser entendida, apenas, pela identificação plena dos sujeitos com os saberes da FD, através, do que Althusser denomina em seus construtos teóricos, de Forma-Sujeito. Essa noção compreende que todo ser humano, ou seja, ser social, só se torna agente de alguma prática revestindo-se da forma-sujeito, sendo, esta, por sua vez, designada por Pêcheux (2010, p. 150) como a “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais”. Nesse contexto, a FD é pensada como uma maquinaria discursiva.

Pêcheux (2010), tomado por essas questões, cria as modalidades de subjetivação do sujeito, as quais são classificadas por ele em: “bom-sujeito”, “mau-sujeito” e “desidentificação”. O “bom-sujeito”, para ele, levando-se em consideração que todo o ritual de linguagem tem falhas (PÊCHEUX, 1995), é caracterizado como aquele que é ‘relativamente’ identificado, uma vez que, enquanto sujeito, além de não poder controlar todos os sentidos, a língua não lhe é totalmente acessível ou sequer transparente. Nesse sentido, nenhuma identificação é plena, pois, na primeira modalidade do funcionamento subjetivo, a saber, o “bom-sujeito”, está prevista a resistência. Segundo Pêcheux ([1975] 1997, p. 215), a identificação a uma dada formação discursiva “consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal”. Sendo o discurso do “bom sujeito” caracterizado pela superposição, a discursividade deste

“reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, se identifica)” (ibid, p. 215). Já para a segunda e terceira modalidade, respectivamente, o autor afirma que “o sujeito ‘se volta’ contra o Sujeito Universal por meio de uma “tomada de posição” (idem.). Percebemos, a partir daí, traços da contradição e da contra-identificação, à medida que nos deparamos com a entrada da heterogeneidade no momento em que o sujeito questiona os saberes aos quais é filiado. Por último, temos a modalidade responsável pela instauração do corte total no interior de uma FD, causando, com isso, segundo Pêcheux (2010, p. 201-202) “‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse processo)”.

É, pois, a partir da retomada desses conceitos que nos deteremos ao Deslizamento de sentido, que se materializa em nosso *corpus* através desse processo de ‘desarranjo-rearranjo’, como colocado por Pêcheux *op. cit.* e comungado, posteriormente por Gregolin (2011, p. 168, *grifo nosso*) ao afirmar que o “tema (*entendido aqui, neste trabalho, como as discursividades sobre culpa e arrependimento presentes nas autobiografias*) é objeto de enunciados polêmicos que fazem deslizar sentidos tradicionalmente assentados”.

Indursky (2011) revela que quando o deslizamento de sentido acontece é porque houve ressignificação de sentidos presentes em uma determinada FD, causando, com isso, a quebra do regime de regularização dos sentidos. Sobre esse processo de movimentação de sentidos, Pêcheux ([1983]1990, p. 53) afirma que “um enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Nesse sentido, faz-se imperativo que estabeleçamos as devidas diferenças entre deslizamento e deslocamento de sentido. Em um, temos a deriva do sentido no interior de uma mesma FD, havendo a transgressão, se subvertendo o sentido instituído. É o movimento dos sentidos em jogo, estranhamento, perturbação, produção de sentidos outros. Os sentidos deslizam e deixam marcas e “esse deslizamento não desaparece sem deixar traços no sujeito-ego da forma-sujeito ideológica, identificada com a evidência de um sentido” (PÊCHEUX, 2014, p. 277). Em dois, por sua vez, temos o sentido sendo incorporado a outra FD. Viabiliza-se, por assim dizer, a produção contínua de sentidos outros que surgem. Logo, com essas afirmações, é perceptível que o sentido não é único e que o sujeito pode, a qualquer momento, se desidentificar ou contra-identificar-se com uma FD.

Assim, não pretendemos encontrar no *corpus* analisado, o sentido comportadamente circunscrito ao interior de uma matriz de sentido - por serem, os deslizamentos, da ordem do discursivo, é razoável que se perceba que eles, os sentidos,

pelo trabalho que se instaura sobre a já mencionada Forma-Sujeito, podem romper as fronteiras porosas da FD onde se encontram, e em um processo de deslizamento, se inscreverem, por conseguinte, em outra matriz de sentido – movimento frequentemente percebido nos gestos de análise ora desenvolvidos. Ao deslizarem, seja por movimento de desidentificação ou contra-identificação, por exemplo, esses sentidos passam a ser determinados por outras relações com a ideologia, havendo, dessa forma, ressignificação dos sentidos.

Sujeito à língua e à história, o indivíduo é afetado por elas quando produz sentidos, e ele necessita disso, pois se não produz sentidos, não se constitui como sujeito. Nessa direção, lançamos mão da ideia de “posição” que um sujeito de discurso tem em relação a outro, tal qual postulado por Orlandi (2005), pois é o lugar que o sujeito ocupa que o coloca como sujeito de sua fala. “É a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz” (ORLANDI, 2005, p. 49).

Posto isso, fica evidente o caráter intercambiável dos sujeitos, pois quando estamos em uma determinada posição, em dada situação, há sempre um sentido relativo à formação discursiva em que nos inscrevemos, ou seja, “não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz” (idem). Nesse sentido, de forma complementar podemos dizer que um mesmo indivíduo admite-se como diferentes sujeitos em diferentes FDs. Por exemplo, quando um homem questiona a hora que o seu filho chegou em casa, o sentido do enunciado é construído a partir da posição de pai assumida, no entanto, se esse mesmo homem, em vez de questionar o seu filho for questionado por sua própria mãe, perceberemos que o mesmo assumirá um lugar discursivo de filho. Sobre lugar discursivo, Grigoletto assevera que

Os lugares discursivos são construídos pelo sujeito na sua relação com a língua e a história. Mas essa discursivização só acontece porque há uma determinação da formação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal. Por isso, este duplo efeito de determinação. O lugar social é efeito da prática discursiva, mas, ao mesmo tempo, o lugar discursivo também é efeito da prática social (GRIGOLETTO, s.d, p. 7).

É importante salientar que o lugar discursivo estaria no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito. Portanto, conforme afirma Grigoletto, ele não é sinônimo de posição, já que pode abrigar, no seu interior, diferentes e até contraditórias posições de sujeito. “O sujeito do discurso, ao se inscrever em um determinado lugar discursivo, vai se relacionar tanto com a forma-sujeito histórica e os saberes que ela abriga quanto com a posição-sujeito” (GRIGOLETTO, s.d, p.7). Corroborando com o que afirma Grigoletto,

Santos e Azevedo (2020) afirmam que “o sujeito não se desvincula da ideologia, pois ele é um sujeito socializado, ou seja, ele discursiviza de acordo com suas marcas do social, do ideológico e do histórico, em que ora é assujeitado pela ideologia que o domina, ora pelo seu próprio inconsciente” (SANTOS; AZEVEDO, p. 17).

Já elucidadas as questões acerca de deslizamento de sentido e lugar discursivo, no item seguinte teceremos importantes considerações acerca de memória discursiva e repetibilidade, conceitos importantes às discussões analíticas que empreitamos.

2.2.5 Memória discursiva e Repetibilidade

“O sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser cercado, ele escapa sempre” (MALDIDIER, 2003, p. 15).

É partindo da noção de memória social e de uma leitura atenta da arqueologia foucaultiana que Courtine se propõe a refletir acerca do efeito da memória sobre a materialidade discursiva. A partir disso, Courtine (1981 [2009]) forja a noção de memória discursiva agregando-a ao quadro epistemológico da Análise do Discurso e, ao fazer isso, instaura a noção de memória ao estudo da materialidade linguístico-discursiva. A memória discursiva, nesse sentido, se estabelece através da esfera social e se atravessa, por sua vez, nas práticas dos sujeitos. Com isso, podemos afirmar que a memória funciona não só como um arquivo, mas como um “lugar” de constante resgate, reconfiguração e (re)constituição de discursos outros.

A partir disso, à luz de Courtine (1981 [2009]), podemos compreender o papel da memória discursiva através da estreita relação existente entre três redes de elaboração: I) o domínio de memória, II) o domínio de atualidade, e III) o domínio de antecipação. Para o autor, enquanto analistas de discurso, precisamos considerar, ao realizarmos nossos gestos interpretativos, esses três aspectos.

Em I, teríamos “um conjunto de sequências discursivas que preexistem à *Sequência Discursiva de Referência (SDR)*” (COURTINE, 1981 [2009], p. 112; *grifo nosso*), dado que a instância da memória é de ordem do interdiscurso⁹ e, por isso mesmo,

⁹ Para Pêcheux (1983, [1997], p. 314) designa “o exterior específico de uma formação discursiva”. Esse exterior, portanto, é o lugar dos múltiplos sentidos que são, por sua vez, estabelecidos a partir da relação das diversas FDs, de onde derivam já-ditos de outros lugares, como mencionado, em outras palavras, anteriormente.

aponta para algo sempre antes do discurso. Assim, é o domínio de memória que possibilita o compasso entre a repetibilidade e a regularização de efeitos de sentido no intradiscurso¹⁰ por meio dos “efeitos de lembranças, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito” (idem, 1981 [2009], p.112).

Em II, temos determinada a existência simultânea de diversas SDs com relação à SDR “em uma conjuntura histórica determinada [...] resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória que a irrupção do acontecimento [...] reatualiza” (COURTINE, 2009, p. 112-113). Nesse contexto, a memória se torna novamente atual no instante do acontecimento.

Em III, por fim, quando tomamos o domínio da antecipação evocamos o que será (re)atualizado em uma enunciação futura, pois, de acordo com Courtine (2009, p. 113), “se existe um sempre-já do discurso, pode-se acrescentar que se terá aí um sempre-ainda”. Quanto a isso, a dimensão da antecipação não se restringe a algo apenas do passado (no já-dito), “mas aponta para um eterno devir da memória discursiva (o vir a ser do discurso) que se reatualiza com a irrupção do acontecimento, ou seja, o domínio de antecipação joga o discurso para frente (futuro), para o sempre-ainda” (FERREIRA, 2020, p. 71).

É, pois, a partir do interdiscurso que temos a memória discursiva sendo constituída por saberes de uma dada FD; segundo Indursky (2011), enquanto a memória discursiva é regionalizada, esburacada e lacunar, restrita aos saberes *de uma* FD, [...] “o interdiscurso abarca a memória discursiva referente ao complexo *de todas* as FD. Ou seja, a memória que o interdiscurso compreende é uma memória ampla, totalizante e, por conseguinte, saturada” (INDURSKY, 2011, p. 87-88; *grifo nosso*). Pêcheux (2010), por sua vez, compreende a memória como uma movente e tensa relação de forças, de réplicas e trélicas. De forma a corroborar com o entendimento do autor sobre essa tensa relação de forças, Indursky afirma que

se a memória discursiva se refere aos enunciados que se inscrevem em uma FD, isto significa que ela diz respeito não a todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma formação discursiva. Mas não é só: a memória discursiva também diz respeito aos sentidos que devem ser refutados. Ou seja: ao ser refutado um sentido, ele o é também a partir da memória discursiva que aponta para o que não pode ser dito na referida FD (INDURSKY, 2011, p. 87).

¹⁰ O conceito de intradiscurso mantém uma estreita relação com o de interdiscurso, ou seja, a relação entre sistema da língua e discursividade, uma vez que este, o interdiscurso, assinala que a sequência que constitui o intradiscurso é “atravessada por um discurso vindo de outro lugar” (MALDIDIER, [1990] 2003, p. 85). Para Gregolin (2005), as fronteiras entre intradiscurso e interdiscurso não são estanques e fixas, pelo contrário, são móveis e colocam o Outro em foco, dividindo lugar com o mesmo.

Diante disso, podemos afirmar que a memória discursiva tanto consolida e faz mover sentidos, quanto provoca o esquecimento dos mesmos. Em outras palavras, alguns sentidos que em uma determinada época poderia ser produzidos em uma formação discursiva, não podem mais ser mencionados, lembrados, por conta das mudanças sociais e ideológicas ocorridas. Dessa forma, todo dito é, por excelência, um já-dito em outro lugar que atua de forma decisiva no processo de memória/esquecimento que gatilha, por sua vez, dadas representações, culturalmente cristalizadas, arquivadas em uma memória discursiva, sócio-histórica responsável pela produção e interpretação dos efeitos de sentidos produzidos nas diferentes enunciações. De acordo com Courtine (2009),

A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado, no interior de práticas discursivas (COURTINE, 2009, p. 105-106) [...] capaz de dar origem a atos novos, no sentido de que toda a produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – faz circular – formulações anteriores já enunciadas (COURTINE, 2009, p. 104).

É nessa perspectiva que vamos encontrar a discursividade das autobiografias atuando como agente de uma memória sócio-histórica, redizendo/repetindo dizeres, ressignificando saberes, construindo subjetividades e originando (novos) sentidos, ou seja, “há repetições que fazem discurso” (COURTINE; MARANDIN, 1981, *apud* INDURSKY, 2011 p. 68).

Corroborando com essa afirmação, Indursky (2011) aponta uma característica fundamental da noção de memória tal qual empreendida pela AD. Para a autora, quando o sujeito é convocado a produzir qualquer discurso, o realiza sob o regime da repetição, no entanto, por ser afetado pelo esquecimento, acredita ser o originário daquele dizer, não sendo, por conseguinte, “a memória de que se ocupa a AD de natureza cognitiva, nem psicologizante. A memória, neste domínio de conhecimento, é social” (Idem, 2011, p. 71”).

Tal repetição nos interessa à medida que nos faz refletir acerca do *corpus* analisado, uma vez que essas repetibilidades podem levar os sujeitos a deslizarem, ressignificarem ou, até mesmo – como vimos anteriormente, regularizarem os sentidos. Não obstante, via repetibilidade, são percebidos retornos, em algumas produções analisadas, a um lugar de memória, conforme conceito postulado por Pierre Nora (1984, [1993]). Acerca de memória e lugares de memória, Nora assevera que

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável

a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984 [1993] p. 9) [...] *Os lugares de memória* nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais [...] (idem, 1984 [1993], p. 13; *grifos nossos*).

Nesse sentido, podemos entender o lugar de memória sob a forma de instituições, objetos, documentos, instrumentos pois, conforme Indursky (2011, p. 73) “são traços vivos constituídos no entrelaçamento do histórico, cultural e simbólico”, ou seja, em outras palavras, as autobiografias ora analisadas representam um lugar de memória e se constituem, por sua vez, como um acontecimento discursivo.

É importante portuarmos, além do exposto, que esses sujeitos, ao escreverem as suas autobiografias, tiveram como condições de produção de seus discursos o contexto de escola prisional, ou seja, temos, por um lado, o Aparelho Repressivo de Estado prisão – naturalmente coercitivo que tolhe a subjetividade dos sujeitos para enquadrá-los em modelos de comportamento ditados pela classe dominante como aquele adequado para se viver em sociedade e, por outro lado, a escola – representante do Aparelho Ideológico escolar, o qual, em sua essência, visa a garantir o resgate à cidadania perdida e a (re)construção da identidade a esses sujeitos, ensinando-lhes, à luz da ideologia burguesa, além dos estudos seculares (leitura, escrita, conhecimentos matemáticos etc), aspectos morais e cívicos. É a partir dessa natureza paradoxal entre aquele que reprime (ARE prisão) e aquele que “liberta” (AIE escolar) que os sujeitos privados de liberdade significam, contraditoriamente, enquanto sujeitos-de-[*não?*]direito (HAROCHE, 1992, *colchetes nosso*), em suas produções. Essa natureza contraditória se dá, de acordo com o nosso olhar, pelo fato da prisão, enquanto instituição que visa à “ressocialização”, conforme discurso jurídico, devido à sua forma coercitiva, tomar do sujeito privado de liberdade a sua forma sujeito-de-direito, ou seja, ao ser submetido à coerção do ARE prisão, esse sujeito é dessubjetivado, deixando de ser entendido como sujeito e passando a ser entendido como indivíduo, apenas corpo.

De acordo com Haroche (1992), em seu livro “*Fazer dizer, querer dizer*”, a origem do “sujeito jurídico” está diretamente associada à passagem do discurso religioso para o discurso jurídico. Tal transição foi responsável para que o sujeito, que a princípio (século XII) era etimologicamente definido como “submetido à autoridade soberana”, passasse a ser concebido como “pessoa que é motivo de algo” (século XVI). Ao levarmos isso em consideração, nos deparamos com um processo de individualização e responsabilização do sujeito por suas práticas, o que é explorado pela autora pelo viés da

gramática, sobretudo quando trata a noção de determinação do sujeito e o combate a toda e qualquer ruptura na linearidade do discurso (incisas, elipses e ambiguidades), ruptura esta muitas vezes considerada como um problema de gramática.

O sujeito jurídico é, assim, quanto à sua constituição, atravessado por um equívoco: é interpelado pela ideologia capitalista de autonomia, liberdade e unicidade e é individualizado pelo Estado, tornando-se responsável por si próprio e por seu dizer. Sob o prisma da Análise do Discurso, é um sujeito clivado que opera no registro jurídico, com direitos e deveres, como detentor de sua vontade, intenções e responsável por suas práticas discursivas, ao passo que de forma simultânea funciona por uma memória de dizer à qual ele mesmo não acessa e é determinado pela sociedade e pela história (ORLANDI, 2007a).

No que concerne à transição do discurso religioso para o discurso jurídico, podemos asseverar conforme postulado por Haroche (1992), que ela encontra suas raízes no século X, quando intensas modificações econômicas enfraqueceram o poder de dominação da Igreja, pois este era suportado por uma economia rural de sobrevivência onde não havia a ideia de lucro, pensamento esse que, a partir de então, tornou-se central na nova economia de caráter urbano e artesanal (idem, 1992). Com efeito, essa nova estrutura econômica reestruturou as relações sociais, uma vez que não mais se tratava apenas de vassalos submetidos a senhores, mas também de artesãos e mercadores que buscavam, tal como a elite, obter lucro. Disto resultou uma reivindicação desta nova classe trabalhadora por liberdade e igualdade de direitos, instaurando um avanço e uma fundamentação do aparelho jurídico que moldou o “sujeito-de-direito”: um sujeito responsável por suas ações, com direitos e deveres (HAROCHE, 1992), “submisso a um poder judiciário e a um poder político” (VINHAS, 2014, p. 34).

Todavia, é importante pontuarmos que apesar da mudança de um sujeito submetido à lei divina, para um sujeito submetido à lei dos homens, o que apenas muda é a forma de sujeição ou a forma-sujeito. Segundo Haroche (1992, p.158), “o sujeito não é livre, “ele é falado”, isto é, dependente, dominado”, porém, é interessante observar que o sujeito-de-direito, ao contrário do sujeito religioso vigiado por um deus onipresente, se representa como autônomo e responsável por seus atos.

Passaremos, no item seguinte, à discussão das incursões teóricas acerca dos processos parafrásticos e polissêmicos em AD, nesse sentido, iremos detalhar esta relação imbricada que ambos possuem no discurso.

2.2.6 Paráfrase e Polissemia: o mesmo e o diferente no discurso

Para a AD, a memória discursiva e o discurso são indissociáveis. Nesses gestos de leitura e interpretação que ousamos realizar, nos interessa o efeito que os discursos produzem dentro da historicidade, os deslocamentos possíveis, conforme os momentos históricos que afetam os sujeitos. Ao pensarmos sobre o significado do “mesmo”, percebemos que ele pode apresentar regularidade, no entanto, o efeito de sentido, jamais terá. O “mesmo” está no discurso porque está na língua em relação ao sujeito e a história que o utiliza e o compartilha em um dado contexto sócio-histórico-ideológico.

Acreditamos que à medida que nos debruçamos sobre o mesmo e o diferente nas autobiografias analisadas nesta Tese, tivemos a oportunidade de descobrir retomadas e/ou disjunções nada acomodadas, uma vez que se trata de conflitos pela regularização e predomínio de sentidos.

sob o 'mesmo' da materialidade da palavra abre-se em meio ao jogo da metáfora como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a memória se volta sobre si mesma, esburacando-se, perfurando-se antes de se desdobrar em paráfrase (PÊCHEUX, 2010, p. 65).

Nesse sentido, a partir de Pêcheux, podemos asseverar que a retomada parafrástica se finca a partir da Formação Discursiva (FD). A paráfrase, dessa forma, é o movimento do discurso que viabiliza ao analista o gesto de leitura e interpretação de funcionamentos regulares, associando-os. Contudo, cabe-nos ressaltar, que essa nova enunciação do "mesmo" não é apenas a simples repetição. Conforme Cavalcanti (2019, p. 22), “é necessário considerar que o produto desse processo de formulação parafrástica - a paráfrase - não pode ser abreviado geralmente à pura e simples repetição, pois a enunciação possui um caráter de irrepetibilidade”.

A paráfrase e a polissemia através de sua relação, necessária aos discursos, permitem “a fluidez dos sentidos” (ORLANDI, 1998), por meio do jogo entre o mesmo e o diferente; da reprodução do mesmo, no caso dos movimentos parafrásticos, e de rupturas, deslocamentos nos processos de significação, no caso dos processos polissêmicos. Nos termos de Orlandi (2012, p. 36): “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, se significam”. Essa movência entre o diferente e o mesmo (polissemia e paráfrase, respectivamente), nos mostra como se constitui o direcionamento da interpretação (gestos de leitura) na materialidade discursiva no trabalho de produção de memória constitutiva “quando gerada pela autoria coletiva (o diferente) e institucionalizada (o mesmo), quando originalizada pela autoria individual -

desde que tal memória seja ilusoriamente legitimada no todo da organização social” (ORLANDI, 2003, p.168).

É nessa tensão, constitutiva da linguagem, entre paráfrase e polissemia, que se dá o funcionamento discursivo das autobiografias analisadas. Percebemos, em alguns textos, que o diferente está mais visível e presente naqueles funcionamentos discursivos, ao mesmo momento em que parte do processo de produção de sentidos, ora produz sentidos na regularidade, ora no diferente. Os sentidos parecem deslizar e os textos, não obstante, constituem uma falha no ritual da significação, desestabilizando, um “mundo semanticamente normal”, conforme Pêcheux (2008, p. 34).

Conforme assevera Orlandi (1984), “os sentidos não 'pertencem' a nenhum interlocutor, mas é produzido, enquanto efeito, no discurso constituído pelos/nos dois interlocutores em interação (ORLANDI, 1984, p. 16). Esse 'dizer a outrem' é uma prática social que se efetiva pelo imaginário: é o jogo de imagens constituído em volta dos espaços de enunciação que deve ser observado no movimento histórico da produção de sentidos. A autora também afirma ser “difícil traçar fronteiras bem definidas entre o mesmo e o diferente, quando se pensa a linguagem do ponto de vista do discurso, dado que o funcionamento mesmo da linguagem se fundamenta em uma tensão permanente entre tais processos” (idem, 2012, p. 36). Os primeiros seriam “aqueles por meio dos quais em toda enunciação existe sempre algo que se mantém, ou seja, o dizível, a memória”; os segundos seriam responsáveis “pelo deslocamento, pela ruptura de processos de significação”.

Dessa forma, a paráfrase configura o retorno aos mesmos espaços de dizer, onde pelo processo parafrástico se produzem formulações diferentes do mesmo dizer já ‘cristalizado’, estabilizado; a polissemia, por sua vez, “joga com o equívoco”, produzindo o movimento dos sentidos. A “con-fusão” entre estes dois processos não fica sujeita à diferença no discurso. “Confusos, pois obscuros e transparentes, misturados ou combinados, difusos ou dispersos. O ‘mesmo’ e o ‘diferente’ às vezes não são passíveis de distinção no discurso” (ORLANDI, 2008, p. 50-51).

Apesar dos discursos surgirem a partir de paráfrases de tudo que já fora vivido pelos sujeitos que enunciam (já-ditos), em dado momento é possível atingir uma ruptura e experienciar um novo sentido no dito, sendo, nesse movimento, que os sujeitos e os sentidos se movem, fazem seus percursos e seguem se (re)significando.

Sobre esse movimento de constituição dos sentidos do/no discurso ainda é pertinente acrescentar o que nos afirma Orlandi (2012)

se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos, nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados (ORLANDI, 2012, p.37).

Ainda conforme enfatizado pela autora, os sentidos do discurso se dão pela deriva da diferenciação mesmo/diferente - “situação particular de significação em que jogam o sentido e o seu duplo: in-diferença, in-significância, in-disciplina, in-constância” (ORLANDI, 2008, p. 51). O jogo da paráfrase e da polissemia atua, sobretudo, no estabelecimento do um, do mesmo e da permanência do sentido. A verticalidade (o interdiscurso, o repetível), em simultâneo, afixa e desconserta qualquer origem.

Destarte, “a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’” (PÊCHEUX, 2010, p. 167). O que Pêcheux afirmou em outrora acerca da paráfrase ser a matriz do sentido é corroborado por Orlandi ([1999] 2013, p.38) que nos pontua que “não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e o diferente “é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer”. Para a autora,

o mesmo é a sincronia de circulações distintas de significado no próprio objeto simbólico. Assim, o sujeito e os sentidos, pelo mesmo, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente, produzindo novos sentidos, deslocamentos, rupturas, efeitos do jogo da língua inscrito na materialidade da história” (ORLANDI, 2012, p. 38-39).

Nos nossos gestos analíticos descrevemos, assim, este funcionamento, mostrando um pouco da sua abrangência, seus desdobramentos, seus diversos modos de deslizar sentidos. Para a AD, a linguagem evidencia sua plasticidade, opacidade, no plano da produção de sentidos, com um caráter múltiplo. Discursivamente, não há estabilidade, unidade e linearidade sem dispersão, da mesma forma, não há homogeneidade sem heterogeneidade. E, ao pensarmos melhor sobre essas ideias, não há história sem as práticas discursivas presentes no cotidiano que estabilizam ou podem modificar sentidos em conflitos/disputas. É, pois, papel do analista de discurso trabalhar neste entremeio.

Por outro lado, "a língua não se reduz, pois, ao jogo significante abstrato. Para significar ela é afetada pela História" (ORLANDI, 1995, p. 51). Para Cavalcanti (2019), é

da ordem da língua a possibilidade de rompimento com a estabilidade do 'sistema'; isto não pertence à fala (em termos saussureanos) de um indivíduo que, de modo absolutamente consciente, seria o 'criativo senhor da sua língua". "Mas é na prática discursiva dos indivíduos, interpelados em sujeitos duplamente afetados pela ideologia e pelo inconsciente, que se dá a possibilidade de desestabilização da base linguística e, assim da produção de novos sentidos" (CAVALCANTI, 2019, p. 27).

Com o intuito de aclararmos os conceitos ora apresentados, a saber, o de paráfrase e polissemia, traremos, a seguir, uma exemplificação do funcionamento destes a partir da materialidade discursiva charge política, intitulada *Gado Demais*, de Vitor Teixeira, veiculada nas redes sociais, em 2019, conforme figura 3¹¹.

Figura 3 - Charge *Gado Demais*



Fonte: Charge publicada por Vitor Teixeira em 26 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/vitor/gado-demais/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

A charge é um gênero textual caracterizado pela imbricação entre o humor e a crítica, sob o domínio da criatividade, e, portanto, um espaço possível de ruptura de processos reiterados produzidos pela linguagem. Nesse sentido, ela possui marcas da linguagem verbal e não verbal, que repercutem efeitos de sentidos advindos de “dizeres outros, deslocados e ressignificados no fio interdiscursivo, presentificando fatos e

¹¹ Salientamos que a análise aqui exposta é uma adaptação de gestos interpretativos realizados pelo autor desta tese em parceria com a professora Dra. Nadia Azevedo e a Doutoranda Verônica Lira, em publicação realizada na SOLETRAS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – PPLIN Faculdade de Formação de Professores da UERJ Número 43 (jan.-jun. 2022) - ISSN: 2316-8838 DOI: <https://doi.org/10.12957/soletras.2022.64581> sob o título “Análise do discurso da charge política Gado Demais: dos efeitos de sentidos à Psicologia das Massas e a Análise do Eu”.

discursos que se deram em outros contextos históricos que vão além da literalidade do dizer” (CAVALCANTI; AZEVEDO, 2018, p. 251).

É na perspectiva de ultrapassar as evidências sobressaltadas na literalidade da charge, remetendo-as às suas relações com a história e a língua, que entendemos, neste movimento interpretativo, a charge como discurso e o cartunista como sujeito constituído pela interpelação da ideologia. Assim, para fins de situarmos as condições de produção do discurso, inserimos um recorte de uma entrevista cedida pelo cartunista a um blog de notícias.

Ao considerarmos que os efeitos de sentido que atravessam o discurso são afetados pelas condições nas quais os dizeres são produzidos, temos que situar, conforme aponta Orlandi, o “contexto em sentido estrito (as circunstâncias imediatas) e contexto em sentido lato (as determinações histórico-ideológicas)” (ORLANDI, 2014, p. 14), nos quais o cartunista produziu a charge.

Vitor Teixeira é natural da cidade de São Paulo e ocupa uma posição de visibilidade no atual cenário brasileiro de autores de charges, sobretudo, de cartuns na área da crítica política (TEIXEIRA, 2016). Em entrevista ao Brasil de Fato, site engajado politicamente pela democratização dos meios de comunicação e cujo posicionamento editorial enseja a contribuição “no debate de ideias e análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país” (BRASIL DE FATO, 2019, n. p.), Vitor relata sua trajetória, mais precisamente sua filiação política, o que caracteriza a sua adesão a uma determinada formação discursiva, que afeta e dá sentido às suas ilustrações e, ao mesmo tempo, demarca a sua correspondência com uma formação ideológica específica. Sobre formação discursiva, Pêcheux afirma que se trata daquilo que, a partir de uma situação social e histórica, “*determina o que pode e deve ser dito* (articulado sob forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)” (PÊCHEUX, 2014, p. 147, *grifo nosso*). A formação discursiva, que manifesta a formação ideológica do sujeito do discurso, define-se a partir do interdiscurso, ou seja, a partir de um “conjunto de dizeres já-ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer” (ORLANDI, 2001, p. 59). Assim, transcrevemos, a seguir, um recorte da entrevista, com o intuito de acentuar a reflexão sobre as condições de produção do discurso, aqui considerado a partir da discursividade da charge Gado Demais

O cartunista Vitor Teixeira iniciou a vida profissional desenhando estampas para a indústria têxtil, após se formar em Design gráfico. Com as Jornadas de Junho em 2013, cansado de ter o trabalho subutilizado e

com um desejo de publicar trabalhos autorais, Vitor começou a divulgar as primeiras charges e logo ganhou notoriedade na internet. Com pouco contato com os movimentos populares e tendo estudado em escola particular, o cartunista assume: “Eu era um coxinha. A verdade é essa”. Ele já vinha cultivando uma simpatia pela política de esquerda desde 2011, mas foi após o sucesso da página no Facebook que ele entrou em contato com as organizações populares para oferecer o trabalho. “Nesse processo todo eu fui me aperfeiçoando, me politizando, compreendendo cada luta e suas especificidades, lendo muita história para me aprofundar mais. É papel de todo comunicador e artista que tem um trabalho opinativo se manter informado, afirmou o cartunista, em entrevista para o Brasil de Fato (TEIXEIRA, 2016, n. p.).

Observamos um movimento de desidentificação e identificação do sujeito do discurso com formações discursivas de posicionamentos políticos distintos, situados em visões políticas de direita e de esquerda. Tal movimento implica na compreensão da dinâmica dos sentidos, dos já-ditos, constituídos pelo trabalho da ideologia, que se instalam nas formações discursivas como simulação de evidências e que vão se “instaurando na sociedade por meio de interpelação-identificação-desidentificação de saberes historicamente constituídos, inerentes a uma formação discursiva específica” (AZEVEDO, 2014, p. 146).

Desta forma, resgatemos o dizer do cartunista que remete ao seu afastamento da ideologia de direita e sua aproximação ideológica com a esquerda e traz o efeito de sentido de arrependimento e confissão: “Eu era coxinha. A verdade é essa.” (TEXEIRA, 2016, n. p.). A utilização da gíria “coxinha”, termo pejorativo que, conforme imaginário social, dentro da formação discursiva da esquerda, designa pessoas que se vinculam a projetos políticos de elite, alienadas, descompromissadas com a justiça social, está imbuído de ironia e desprezo pelo próprio posicionamento assumido no passado. Porém, na sequência discursiva da jornalista que antecede o dizer do cartunista, há uma preparação para dar sentido a uma postura de alienação e elitismo quando se refere ao fato de que antes do engajamento político com a esquerda, o cartunista mantinha pouco contato com os movimentos populares e havia estudado em escola particular.

Nesse caso, o discurso remete à alienação e, por conseguinte, à condição de “coxinha”, ao distanciamento das causas dos movimentos sociais e à condição socioeconômica, dita privilegiada, por ter acesso ao ensino privado. Ainda, a elaboração discursiva da jornalista, com intuito de demarcar a mudança ideológica do entrevistado, conduz argumentos para desidentificação com a formação discursiva de direita, na perspectiva de novas experiências de vida, a exemplo da participação do cartunista na Jornada de Junho de 2013, manifestações populares desencadeadas em todo o país que contestaram o aumento das tarifas dos transportes públicos, e da simpatia pela política de

esquerda desde 2011, sem, no entanto, pontuar os fatores que despertaram a citada inclinação. Porém, podemos refletir sobre a descontinuidade no discurso de aproximação com a formação discursiva de esquerda pelo viés dos argumentos de “simpatia”, ou mesmo pela experiência da Jornada de Junho de 2013, que, aliás, caracterizou-se por um certo apartidarismo, visto que houve um impulsionamento pelas redes sociais sem uma explícita atuação de partidos políticos de esquerda ou de direita.

Em dado momento da narrativa jornalística, mais especificamente na sequência diz-se cansado de ter o trabalho subutilizado e com um desejo de publicar trabalhos autorais, a insatisfação pessoal com o trabalho na indústria têxtil e o êxito das charges no Facebook, a partir das demandas de organizações sociais, apontam para razões contundentes na identificação com a formação discursiva de esquerda. Na sequência discursiva: “Nesse processo todo eu fui me aperfeiçoando, me politizando, compreendendo cada luta e suas especificidades, lendo muita história para me aprofundar mais. É papel de todo comunicador e artista que tem um trabalho opinativo se manter informado” (TEIXEIRA, 2016, n. p.), o dizer do cartunista opera, novamente, o sentido de alienação e descompromisso com a justiça social que o constituía enquanto “cozinha”. Assim, foi necessário se politizar, visto que antes não tinha consciência política, desconhecia as lutas sociais e a história, bem como era desinformado. Tais condições, novamente alçadas ao passado, pertencem, dentro da formação discursiva de esquerda, às representações das características de pessoas de direita. Diante disso, a charge em questão foi produzida por um cartunista vinculado à formação discursiva de esquerda, cujos trabalhos são de natureza política e publicados em redes sociais que fazem oposição ao então atual governo do Brasil.

Segundo Orlandi (2000, p. 39), as condições de produção dizem respeito às formações imaginárias, sendo elas: as relações de sentidos, a antecipação e as relações de forças. A expressão *Gado Demais* não inaugura nem encerra em si um sentido, mas estabelece com outros dizeres uma relação que lhe garante significar.

A partir da formação discursiva de esquerda, aqui analisada, gado relaciona-se com o sentido de alienação, mais precisamente, de pessoas alienadas, facilmente influenciáveis, despolitizadas, em virtude da desinformação e da falta de conhecimento sobre a história. Por sua vez, o chargista, ao estabelecer o título, coloca-se no lugar do seu público leitor, formado por leitores de redes sociais que veiculam críticas políticas ao governo e aos partidos de direita, e antecipa-se assim quanto ao efeito que produzirá. O sentido e o efeito sobre os leitores, no entanto, obtêm determinada legitimidade em função do que se denomina relações de força. Desse modo, podemos afirmar que o dizer de Vitor Teixeira

também é constituído do lugar de onde ele fala, ou seja, da posição de cartunista, crítico político, reconhecido no âmbito de sua atuação.

É sabido que os títulos de textos, ilustrações, audiovisuais, dentre outros, objetivam nortear o olhar do interlocutor para o eixo central do dizer e, no caso em questão, resume a mensagem emitida pelo chargista. Ao nomear a charge de Gado Demais, percebemos o funcionamento da repetição que, conforme Indusrsky, ocorre no âmbito de algumas práticas discursivas e se trata de “discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos e regularizados” (INDUSRSKY, 2011, p. 71). Se aplicarmos uma paráfrase na gíria gado, podemos apreender os mesmos sentidos com a utilização da expressão massa de manobra para designar pessoas que são manipuladas por outras.

Os efeitos produzidos por tais expressões pertencem à memória política e social que marca a história da humanidade e os seus processos de dominação e resistência. São sentidos que se repetem a partir da relação com a exterioridade e que são mobilizados por formações discursivas distintas em contexto de disputa ideológica e de poder.

Passaremos a analisar a continuidade da ilustração, constituída da caricatura de um sanduíche, que faz relação direta com a literalidade textual da frase inserida no balão da charge, simulando o significado do som que emana do berrante. Ao remeter o texto verbal e não verbal à condição de discurso, pelo diálogo com o já-dito, observamos que na sequência discursiva “*o almoço tá servido, robizada! X-pasto pra geral!*” (TEIXEIRA, 2019, n. p.), bem como a imagem de um pão recheado com capim, o cartunista insere, na sua criação, os recursos da polissemia e da paráfrase.

Orlandi, ao considerar a linguagem na esfera discursiva, diz que “é difícil traçar limites estritos ente o mesmo e o diferente. Daí consideramos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos.” (ORLANDI, 2000, p. 36). Assim, ao utilizar a expressão robizada, o cartunista acessa a memória sobre a polêmica relativa à utilização de robôs nas redes sociais, pelos partidários de Jair Bolsonaro, para disseminar notícias falsas, as ditas fakenews, e que seriam amplamente compartilhadas por todos os seus apoiadores. Dessa forma, a polissemia instalada em robizada mantém o sentido metafórico de gado, pertencente ao imaginário partilhado pela matriz de sentido da esquerda para designar adeptos da direita, enquanto indivíduos irracionais que defendem interesses de uma elite da qual não fazem parte, e soma a esse sentido, por meio de uma atualização no âmbito da história, considerando a contemporaneidade das novas tecnologias, o efeito parafrástico de que são

disseminadores automáticos e crédulos em fatos que não correspondem à realidade. Sobre o trabalho da paráfrase e da polissemia no discurso, Orlandi ressalta que

a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois os se sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentidos no mesmo objeto simbólico (ORLANDI, 2000, p. 38).

Os efeitos produzidos pela polissemia presente na expressão robozada, faz-nos retornar ao que tratamos sobre a qualidade de credulidade, de extremo caráter influenciável das massas, advinda da sugestionabilidade exercida pelo líder sobre membros das massas e que igualmente se processa entre os membros, sob a regência de um estado afetivo, libidinoso.

Dando continuidade à análise, verificamos, mais uma vez, o recurso polissêmico na denominação atribuída pelo cartunista ao sanduíche, o almoço para o qual o boiadeiro, o pato amarelo, convoca o gado, com recurso do berrante. Ao denominar de X-Pasto, o sujeito do discurso remete não só ao sentido de vegetação utilizada para alimentar um rebanho, em ratificação à ilustração de um sanduíche recheado de capim, mas traz à tona o efeito de que se trata de uma comida ao gosto dos norte-americanos, o cheeseburger. Escapa, assim, no discurso, um duplo sentido, sendo um referente ao baixo intelecto do gado, representada pela palavra pasto e pelo desenho do capim dentro do pão, o que faz significar a burrice, e outro, pelo uso do X na composição do nome do sanduíche, já compreendido no imaginário social como análogo à palavra cheese, e que remete à reverência bolsonarista aos Estados Unidos.

Uma vez apresentadas as concepções da AD utilizadas em nossos gestos analíticos, apontamos para o capítulo seguinte que consiste em trazer algumas reflexões acerca dos conceitos psicanalíticos de Culpa, Arrependimento e Reparação a partir das investidas teóricas de Freud e Klein.

3 CULPA, ARREPENDIMENTO E REPARAÇÃO NA PSICANÁLISE

Neste capítulo, objetivamos traçar um caminho que dê, ao nosso leitor, o instrumental mínimo para entender as reflexões teóricas que giram em torno dos conceitos de culpa, arrependimento e reparação na Psicanálise. Para tanto, evocamos os construtos epistemológicos de Sigmund Freud e Melanie Klein. Ainda, é importante que esclareçamos, apesar da existente consonância com a AD, a psicanálise lacaniana não aparece neste capítulo por não tratar, ao menos de forma direta e com esses termos, dos sentimentos de culpa, arrependimento e reparação.

Antes, no entanto, de adentrarmos na seara das discussões psicanalíticas sobre culpa, arrependimento e reparação - conceitos que se encontram no universo emocional e moral e que, por conseguinte, se relacionam com a dimensão do ato, em psicanálise - gostaríamos de ressaltar que não se configura como objetivo deste estudo a realização de análise psicanalítica acerca do *corpus* abordado. Julgamos, pois, como importante, dada a complexidade de tais sentimentos (e pelo fato dos mesmos fazerem parte da constituição dos sujeitos, assim como a linguagem) trazê-los à discussão como forma de subsidiarmos, ainda mais, o nosso processo de leitura e compreensão acerca desses temas.

A escolha por abordá-los neste capítulo recai, sobretudo, por serem conceitos presentes no objetivo deste trabalho, auxiliando, neste sentido, a pensá-los para além do campo do discurso. Todavia, ainda que versem sobre culpa e reparação, os construtos teóricos kleinianos não serão trazidos para discussão analítica posteriormente desenvolvida, uma vez que é dissonante da psicanálise lacaniana, uma das bases teóricas que funda a AD. Optamos, desta forma, por trazê-los aqui, mas, por uma questão de fidelidade teórica, não os mencionaremos, como já dito, em nossas análises.

3.1 Culpa e Arrependimento em Sigmund Freud

Freud trata do sentimento de culpa, em seus estudos, com bastante propriedade. Em suas incursões teóricas, destaca a culpa como um dos grandes problemas do desenvolvimento da civilização e como atributo do inconsciente que se articula com a angústia. Nesse sentido, a culpa parece estar intrinsecamente presente na estrutura do desejo humano.

Tal sentimento se faz presente em quase todas as culturas e se estabelece, pois, como um sentimento universal. Para Lima (2012, p. 53), “perscrutando-se os três principais textos sagrados, a Bíblia, do cristianismo, o Torá, do judaísmo e o Alcorão, do

islamismo, lá encontramos a culpa”. Nesse sentido, percebemos que o sentimento de culpa nos acompanha e nos constitui desde sempre.

No entanto, para que a culpa seja um sentimento sentido e/ou atribuído a alguém por outrem, é necessário entendermos que somos submetidos a determinados condicionamentos sociais e, nesse sentido, entendê-los se faz imperativo. Bourdieu, ao cunhar o seu conceito de *habitus*, nos ajuda a entender como adquirimos, em sociedade, esse esquema de percepções

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, que dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação combinadas de um maestro (BOURDIEU, 2007a, p. XLI).

Ao sermos submetidos a uma cultura/sociedade passamos por um processo de interiorização que implica sempre a internalização da objetividade, e nos permite a mediação entre as estruturas formadoras de um contexto e o domínio de suas práticas e representações. Subjetivamente, os sujeitos internalizam as representações objetivas, mas não exclusivamente individual, e sim conforme o lugar que ocupam na sociedade, ou seja, de acordo com a classe ou grupo social a que pertencem. É, pois, de forma dialética entre estruturas objetivas e as disposições estruturais (conjuntura), que entendemos o espaço de liberdade nas práticas sociais. De forma semelhante, Elias assevera que “torna-se logo evidente que o *habitus* nacional de um povo não é biologicamente fixado de uma vez por todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido” (ELIAS, 1986, p.16).

Elucidado de forma breve o conceito de *habitus* – o qual pode nos direcionar a um melhor entendimento de como se dá a incorporação, em sociedade, de sentimentos de culpa, caminharemos agora às contribuições da psicanálise frente a essa hermética questão.

Quando trazemos a discussão do sentimento de culpa à baila, estamos transitando em terreno largamente explorado na psicanálise. Em Freud, por exemplo, percebemos a presença dessa temática em dois dos seus três textos sobre *Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica* (1916). Em “Os que fracassam no triunfo” – o autor aborda o tema a partir da tragédia de Lady Macbeth, do poeta e dramaturgo inglês Shakespeare.

No oportuno, Freud assevera que, via trabalho psicanalítico, pôde perceber que as pessoas adoecem neuroticamente em função das frustrações à privação dos desejos e que, por sua vez, a neurose surge do conflito existente entre os desejos libidinais e a parte do Eu¹² que os tolhe, julga e condena. Para Lima (2012, p. 54) “esta seria a primeira condição para o surgimento da neurose: a privação de uma real satisfação. Mas não é absolutamente a única condição”.

Quanto às frustrações, Freud (2010) as distingue da seguinte forma: aquelas que tem origem interna e aquelas que são originadas externas ao sujeito. Em I, temos a frustração que corresponde à ausência do objeto na realidade – considerada por ele, em sua essência, como não patogênica; em II, por sua vez, nos referimos à frustração originada no Eu – que censura o acesso ao objeto exterior. Nesse sentido, “quando uma frustração externa se avizinha e a ela se junta uma frustração interna, surge o conflito e a possibilidade de um adoecimento neurótico, pela satisfação substitutiva do inconsciente reprimido” (LIMA, 2012, p. 54).

Referente ao texto intitulado “Os criminosos por sentimento de culpa”, Freud afirma ter sentido necessidade de realizar um estudo mais completo a partir de incidentes relatados por pessoas de reputação inquestionável que revelaram ter praticado, em sua mocidade, ou até depois, atos ilegais, como furtos, fraudes e incêndios voluntários.

O trabalho analítico trouxe então o resultado surpreendente de que tais ações foram realizadas sobretudo porque eram proibidas e porque sua execução se ligava a um alívio psíquico para o malfeitor. Ele sofria de uma opressiva consciência de culpa, de origem desconhecida, e após cometer um delito essa pressão diminuía. Ao menos a consciência de culpa achava alguma guarida (FREUD, 2010, p. 284).

Esse sentimento de culpa, ao qual Freud se refere, para ele não é proveniente da infração cometida, encontra-se *a priori* e, por isso, ele os denomina de criminosos por consciência de culpa, cuja existência anterior é evidenciada por uma série de manifestações. A origem, pois, desse sentimento de culpa que atravessa o sujeito de forma inconsciente, anteriormente ao ato, segundo Lima (2012) é o complexo de Édipo. Para a autora

O trabalho psicanalítico demonstra que vem do complexo de Édipo, é uma reação aos dois grandes intentos criminosos, matar o pai para ter a

¹² O Eu, em psicanálise, está sempre contra si mesmo. A essa tensão/conflito existente no interior do Eu, Freud denominou Estrutura Cindida do Sujeito Humano, estando a estrutura subjetiva do sujeito dividida em duas partes/instâncias/sistema – consciente e inconsciente.

mãe. Lembra-nos Freud que o parricídio e o incesto são os dois maiores crimes humanos, os únicos abominados, proibidos e condenados nas sociedades primitivas, dos quais a humanidade adquire sua consciência que surge como força psíquica, através do complexo de Édipo. E comparados a esses crimes, os outros praticados para racionalizar o sentimento de culpa significariam um alívio (LIMA, 2012, p. 57).

Nesse sentido, podemos afirmar que o sentimento de culpa está diretamente vinculado à realização de algo que o sujeito admite, de forma consciente, como “mal”. Assim, se vincula o sentimento de culpa ao complexo de Édipo quando temos a transição da culpa inconsciente para a atitude consciente que produz essa culpa. Destarte, a culpa preexiste à ação que torna o sujeito culpado e interfere em sua realização. “Seria, portanto, para Freud, o início da consciência de culpa cuja consequência seria a ação do supereu sobre o eu, atormentando-o e punindo-o” (GONÇALVES, 2019, p. 281). Ainda sobre a ação do supereu sobre o eu, Gonçalves acrescenta que

A culpa, portanto, é da ordem do supereu que se manifesta como crítica e que é percebido no eu que, por sua vez, é chamado a dar uma resposta. A necessidade do eu em apresentar uma resposta ao supereu é o sentimento de culpa. E por nascer da necessidade de uma resposta, a culpa se apresenta como autodestrutiva do sujeito que, no esforço do eu para ser moral e responder corretamente ao supereu, realiza sua pulsão de morte. Assim, a culpa é condição de estrutura do sujeito (GONÇALVES, 2019, p. 281).

É nessa perspectiva que depreendemos em alguns testemunhos, através da materialidade analisada, o efeito de sentido de culpa e arrependimento que emerge do funcionamento discursivo religioso e jurídico, à medida que os sujeitos privados de liberdade assumem o “mal” cometido e demonstram arrependimento quando se dizem moralmente envergonhados pelos delitos/crimes cometidos em outrora. Vale ressaltar que essa culpa admitida é denominada por Freud como culpa consciente ou sentimento de culpa consciente, cuja característica é a do sujeito trazê-la para refutá-la ou afirmá-la. No entanto, Freud (1923 [1996]) ainda traz mais dois tipos de culpa, a saber: a culpa inconsciente – associada ao complexo de Édipo e por isso é recalçada; e o sentimento inconsciente de culpa, identificado como silencioso frente ao parricídio e como agente da reação terapêutica negativa. Ou seja, os três tipos de culpa são responsáveis por afetar de diferentes formas os sujeitos.

Barbieri (2001) assevera que

A culpa inconsciente, ex-sistente ao campo do imaginário, tem seu fundo no real da pulsão, mas circula nas tramas simbólicas do discurso tendo como sujeito o do inconsciente e o Ideal como perspectiva, enquanto que *o sentimento de culpa*, ex-sistente ao campo do real, *circula no discurso manifesto produzindo efeitos de resposta ao eu ideal que permitem uma mediação dos conflitos entre desejo e gozo* (BARBIERI, 2001, p. 27; *grifos nossos*).

A tensão entre o eu e supereu, formatada pela pulsão de morte, seria um ponto crucial na apreciação freudiana dos motivos inconscientes para um crime. Podemos afirmar com base nisso que a culpa tem suas armadilhas a depender da necessidade do sujeito de mostrar-se arrependido.

Totem e Tabu (1913 [2012]), obra considerada por muitos como uma Antropologia freudiana ou Antropologia psicanalítica (DUNKER, 2017, *on-line*), versa sobre uma explicação mitológica acerca do surgimento da sociedade. Freud alude à existência de um grupo de pessoas constituído por um pai (o qual detinha todos os bens e gozava do privilégio de se relacionar sexualmente com as mulheres), e seus filhos (os quais devido à repressão e limites impostos, são tomados por uma raiva exagerada e acabam por atacar, matar e comer o próprio pai).

Ao se conscientizarem da tragédia cometida (sentimento de culpa aflorado) e visando a evitarem que situação semelhante pudesse novamente acontecer, esses filhos criaram um conglomerado de regras que objetivavam controlar os impulsos mais primitivos do homem (sexo e violência). Depreendemos, pois, que a partir do sentimento de culpa gerado pela consciência do ato bárbaro que fora praticado, esses sujeitos são movidos pelo arrependimento a partir do momento que se sentem motivados à criação das regras que possibilitou o estabelecimento da vida social. Vale salientar, ainda, que em Totem e tabu, o autor estuda o horror ao incesto (complexo de Édipo) – tema discutido a partir da tragédia edípiana.

Dentro dessa lógica estrutural criada por Freud, ele nos mostra a importância do supereu que impede o sujeito de fazer aquilo que se quer instintivamente. Ou seja, nos é revelado que dentro de cada um de nós há um assassino (parricídio), um ser incestuoso (complexo de Édipo) e, sobretudo, há uma força que barra tudo isso (supereu).

A seguir, passaremos a entender os conceitos de culpa e reparação a partir do olhar de Melanie Klein.

3.2 Culpa e reparação em Melanie Klein

Nascida em Viena, em 1882, Melanie Klein se autodeclarava freudiana e trouxe, à história da psicanálise, valiosas contribuições. Nos deteremos, conforme escopo desta pesquisa, às suas discussões acerca dos sentimentos de culpa e reparação. Antes disso, no entanto, é imprescindível pontuarmos que apesar de se considerar discípula de Freud, suas incursões teóricas apresentavam inúmeras divergências e questionamentos aos postulados do autor. A partir da publicação de sua obra “Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos” que apresentava o conceito de “posição depressiva” – considerada por Donald Winnicott como uma das mais importantes descobertas depois do inconsciente, já se poderia falar em pensamento kleiniano. Ressaltamos que, apesar das divergências epistemológicas existentes entre os estudos de Klein e Freud, como objetivamos aclarar os conceitos de culpa, arrependimento e reparação, fez-se importante mantê-la.

Assim como fizemos no item anterior, traremos de forma breve a contribuição de Klein acerca do complexo de Édipo, onde esclareceremos as importantes discussões trazidas por ela e, posteriormente, abordaremos dois conceitos de posição¹³, a saber: posição esquizoparanóide e posição depressiva – muito caros ao entendimento dos sentimentos de culpa e reparação.

Para Klein, o complexo de Édipo, para além da situação descoberta por Freud¹⁴, envolve estágios pré-genitais - fantasias arcaicas sobre o pênis do pai no interior do corpo da mãe e sobre o interior da própria criança fazem parte da situação edipiana; a culpa, por sua vez, não é um resultado do complexo de Édipo, estando presente desde o início e afetando todo o seu curso. Segundo a autora, “as tendências edipianas são liberadas como consequência da frustração sentida pela criança com o desmame, e que se manifestam no final do primeiro e início do segundo ano de vida” (KLEIN, 1928 [1996], p. 216). As frustrações anais sofridas durante os hábitos de higiene e as diferenças anatômicas entre os sexos também são fatores preponderantes para que as tendências edipianas venham à tona. Nesse sentido,

O menino, quando se vê impelido a trocar a posição oral e anal pela genital, passa a ter o objetivo da penetração associado à posse do pênis.

¹³ A palavra posição na Teoria das Posições kleiniana indica que o sujeito pode transitar entre uma posição e outra a qualquer momento. Ou seja, o indivíduo em posição esquizoparanóide pode ocupar a posição depressiva logo em seguida, dessa forma, não há uma fixação em uma dada posição, o sujeito sempre estará em transitoriedade.

¹⁴ Freud considera que o sujeito, ainda criança, passa por quatro Fases do Desenvolvimento Libidinal: 1. fase oral; 2. fase anal; 3. fase fálica; período de latência e 4. fase genital (desenvolvida já no período de adolescência). Para o autor, essas fases passam por progressões, não havendo retorno de uma fase à outra, ou seja: o indivíduo que faz a transição da fase oral para a fase anal não retorna mais para o estágio anterior (não há regressão de fases, apenas progressão).

Assim, ele muda não só sua posição libidinal, mas também seu objetivo, o que permite que mantenha o objeto amoroso original. No caso da menina, por outro lado, o objetivo receptivo passa da posição oral para a genital: ela muda sua posição libidinal, mas mantém o mesmo objetivo, que já levou à frustração em relação à mãe. Desse modo, a menina desenvolve a receptividade para o pênis e se volta para o pai como objeto amoroso (KLEIN, 1928 [1996], p. 216).

Percebemos, pois, que desde a primeira infância os desejos edipianos ficam associados ao medo da castração e ao sentimento de culpa incipientes. Salientamos, ainda, que o mesmo acontece com os adultos - os impulsos pulsionais pré-genitais carregam consigo um sentimento de culpa (idem, 1928 [1996]).

Nesse sentido, o sentimento de culpa tem relação estreita com a fixação pré-genital que já é efeito direto do complexo edipiano. Dessa forma, podemos perceber que a origem de tal sentimento é, na verdade, segundo Klein (1928 [1996], p. 217), “resultado da introjeção (completa, ou — eu acrescentaria — ainda em andamento) dos objetos amorosos edipianos: isto é, o sentimento de culpa é produto da formação do superego”. Para a autora, a conexão existente entre a fase pré-genital e o sentimento de culpa é de extrema importância, uma vez que as frustrações orais e anais – formadoras do protótipo de todas as demais frustrações para o resto da vida – ao mesmo tempo também significam punição e são responsáveis pela origem da ansiedade, fazendo com que tais frustrações sejam sentidas de forma mais pungente e essa amargura contribui para a dificuldade de todas as frustrações posteriores. Acerca das tendências edipianas e suas influências no desenvolvimento do sentimento de culpa, Klein afirma que

o fato de as tendências edipianas se iniciarem bem mais cedo do que pensávamos, a pressão do sentimento de culpa que, portanto, recai sobre os níveis pré-genitais, a influência determinante exercida tão cedo sobre o desenvolvimento do complexo de Édipo, por um lado, e, por outro, sobre o superego, assim como sobre a formação do caráter, a sexualidade e todo o resto do desenvolvimento do indivíduo — tudo isso me parece ter uma grande importância, ainda não reconhecida. Descobri o valor terapêutico desse conhecimento na análise de crianças, mas ele não se limita a essa área. Tive a oportunidade de testar as conclusões retiradas dessa prática na análise de adultos e constatei não só que sua validade teórica estava confirmada, mas também que sua importância terapêutica era inegável (KLEIN, 1928 [1996], p. 227).

Klein também desenvolve o conceito de posições, no qual ela revela que todos os indivíduos, desde criança, transitam nessas posições ao longo da vida. Essas posições são desenvolvidas nos primeiros meses de vida, onde o bebê tem impulsos sádicos

direcionados ao seio da mãe e ao interior do seu corpo: “desejo de esvaziá-lo, de devorar seu conteúdo e de destruí-lo com todos os meios que o sadismo pode imaginar” (KLEIN, 1935 [1996], p. 304). Nessa fase de desenvolvimento, o bebê é gerido por mecanismo de introjeção e projeção, ou seja, o ego introjeta objetos “bons” e “maus”, servindo, o seio da mãe, como modelo para ambos. Assim, o seio da mãe é considerado objeto “bom” quando a criança tem os seus desejos saciados, por exemplo, ao obtê-lo para mamar. Considera-o como objeto “mau”, por sua vez, quando esse mesmo seio não está disponível no momento que é desejado. No entanto, Klein afirma que “o bebê considera estes objetos “maus” por causa da agressão que projeta sobre eles, e não apenas porque frustram seus desejos: a criança os considera realmente perigosos — perseguidores que irão devorá-la, esvaziar o interior de seu corpo, cortá-la em pedaços, envenená-la” (KLEIN, 1935 [1996], p. 304). Diante disso, parece-nos evidente, nos estudos de Klein, as diferentes relações do ego com seus objetos externos e internalizados.

Essa ambivalência apresentada pelo bebê, em torno dos quatro aos cinco meses de vida, revelam a relação de mudança do objeto¹⁵ do bebê, ou seja, ele passa a ter medo de perder o objeto amado bom e, além das ansiedades persecutórias, começa a sentir culpa pela sua agressividade contra o objeto, tendo o impulso de repará-lo por amor. É ainda quando crianças que os sujeitos experimentam as posições esquizoparanóide e depressiva – o que permanece, por sua vez, durante toda a existência do indivíduo. Segundo Nick

Nos primeiros três ou quatro meses de vida trata-se de uma relação com um objeto parcial porque as pulsões orais-libidinais e orais-destrutivas estão dirigidas” contra o seio da mãe. Fundamentando-se na suposição de uma interação entre as pulsões libidinais e agressivas - que corresponde à fusão dos instintos de vida e de morte - M. Klein admite que, nos períodos livres de fome e de tensão, exista um equilíbrio ótimo entre as pulsões libidinais e agressivas. Contudo, quando as pulsões agressivas são reforçadas devido a privações de origem interna e externa, este equilíbrio se altera e é a causa da emoção chamada voracidade (NICK, 1983, p. 112).

Frente a tudo que foi exposto até o momento, é importante esclarecermos que quando falamos em posição esquizoparanóide estamos considerando, segundo Klein (1946 [2006]) o predomínio de um tipo de ansiedade denominada persecutória. A relação objetal é a relação existente com um objeto parcial, o seio, amado e odiado, bom e mau. O desejo

¹⁵ As Relações Objetais são as relações entre os objetos ligados a satisfação dos desejos e as necessidades de alguém. Estes objetos podem ser desde pessoas ou parte de pessoas, como uma mãe e o seu seio, ou ainda se referir a coisas inanimadas.

de gratificação sem limite assim como a ansiedade persecutória contribuem para que o bebê sinta que existem tanto um seio bom, ideal, como um perigoso seio devorador, que se acham separados em sua mente. A esse respeito, Nick (1983) assevera que

Estes dois aspectos do seio materno são introjetados e constituem o núcleo do superego. A clivagem, a onipotência, a idealização, a negação e o controle dos objetos interno e externo predominam nesta fase. As pulsões sádico-orais são elaboradas em fantasias de devorar, esvaziar o corpo da mãe de tudo que é bom e desejável; e, de recheiar o corpo da mãe com substâncias más e partes do ego que foram clivadas e projetadas no interior da mãe. Assim, o objeto se transforma, até certo ponto, em representante do ego (NICK, 1983, p. 114).

Dito de outra forma, a posição esquizoparanóide é marcada por uma cisão da realidade do sujeito. Fragmenta-se essa realidade no seio bom e mau, ou seja, tudo é dividido a partir da dicotomia “bom”/“mau”, “bonito”/“feio”, “feliz”/“triste”. Nesse sentido, quando o sujeito se encontra em posição esquizoparanóide apresenta alguns mecanismos que sustentam essa posição. Provoca-se, pois, em primeiro momento, a cisão (sujeito dividido em duas partes – bom/mau) que, por sua vez, leva à negação (se me vejo em posição de “seio bom”, nego, conseqüentemente, que o “seio mau” também me constitui); ao negar, é realizado o mecanismo da projeção (se sou o “seio bom” o “seio mau” será sempre o outro) e, por fim, o sujeito idealiza (ao restringir - ou restringir-se - uma pessoa a ser completamente boa, o sujeito idealiza, uma vez que não existe indivíduo formado apenas por “seio bom” ou “seio mau”). Salientamos, a partir do exposto, que o sujeito em tal posição é fragmentado – enxergando-se apenas de uma forma.

Quanto à posição depressiva¹⁶, é importante salientarmos que ela parte não do objeto parcial – seio bom ou seio mau, mas do objeto total, ou seja, da pessoa em sua totalidade – mãe boa, mãe má. “A ambivalência, antes vivenciada com respeito a objetos parciais, agora o é com relação a um objeto total. A mãe ‘boa’ e a mãe ‘má’ já não podem ser mantidas tão separadas como no estágio primitivo” (NICK, 1983, p. 115). Para a autora,

a ansiedade com respeito à mãe internalizada - que é sentida como ferida, sofredora, correndo o perigo de ser aniquilada, ou até já aniquilada e perdida para sempre - conduz a uma maior identificação com o objeto danificado (*idem*, 1983, p. 116).

¹⁶ A palavra depressiva deve ser tomada não como adoecimento psíquico (depressão), mas como um movimento que faz o sujeito enxergar a realidade de forma não fantasiosa, expondo-se às suas dores e frustrações.

Nesse sentido, assim como na posição esquizoparanóide, o indivíduo em posição depressiva apresenta alguns mecanismos que sustentam essa posição, a saber: integração (se antes havia divisão – objeto parcial, agora há integração – objeto total, não dividido); uma vez realizada a integração, o indivíduo passa pelo mecanismo da responsabilização (ao enxergar o objeto total, o sujeito se questiona, por exemplo, em como pôde odiar [seio mau] aquela que tanto ama [seio bom]?).

Vale salientar que esse é um momento bastante doloroso, onde o sujeito, seja bebê ou adulto, se depara com uma dada culpa – em nossas palavras, momento em que o indivíduo se defronta com algo tido como “mau” que fora realizado por ele, ainda que de forma inconsciente, gerando-lhe dor e sofrimento. Não obstante, esse é o instante em que o sujeito transitará para a posição esquizoparanóide, uma vez que se autoconfrontou com uma “dor” tão pungente. Por fim, temos o mecanismo de reparação (ao interiorizar o objeto total, não dividido, ou seja, simultaneamente bem e mau, amado e odiado, o sujeito sente culpa pelos seus fantasmas de destruição e logo sente anseio por reparar o mal cometido). Para Nick (1983, p. 119) “a necessidade de anular ou reparar este dano provém, pois, do sentimento de culpa. Este mecanismo de reparação é, para M. Klein, um elemento fundamental no amor e em todas as relações humanas”. É essa reparação que, por sua vez, ajuda o sujeito a superar a culpabilidade e as angústias que são resultado de seus fantasmas destrutivos.

Uma vez evidenciadas tais concepções psicanalíticas, passaremos ao próximo capítulo que nos permite apresentar o gênero textual autobiografia – tomado, inicialmente, na perspectiva das Ciências linguística (Linguística textual, por exemplo) e literária, e *à posteriori*, em uma perspectiva discursiva, à medida que encaramos os textos como testemunhos, nos dando condição de uma análise discursiva dos mesmos.

4 AUTOBIOGRAFIAS

Neste capítulo, pretendemos trazer à baila uma discussão acerca do gênero textual autobiografia na Linguística e Literatura e, posteriormente, tomamo-lo como testemunho, o que nos garantiu uma análise da discursividade de tais textos. Para tanto, lançamos mão de construtos teóricos importantes que foram fundamentais para a elaboração das reflexões ora realizadas.

4.1 O gênero textual autobiografia na Linguística e na Literatura

Ao pensarmos o gênero textual autobiografia, seja na Linguística ou na Literatura (se é que deve haver essa separação), situamo-nos em uma zona por ora conflitante. Isso se dá pelo fato da sociedade moderna resistir, por certo, ainda hoje, à confluência dessas duas disciplinas. Para Barthes (1968), embora nos pareça natural essa relação entre linguística e literatura, nem sempre foi assim, ou seja, foi algo que teve de ser conquistado. Para o autor:

Estas resistências dependeram do próprio estatuto de cada uma destas disciplinas na sociedade moderna. Por um lado, a obra literária, durante muito tempo, pelo menos em França, impôs-se principalmente pelos seus conteúdos; postular (para daí extrair consequências) que ela é essencialmente linguagem - o que é materialmente evidente - teria então passado por uma provocação formalista e teria caído no descrédito associado, desde a morte da Retórica clássica, a qualquer consideração um pouco mais elevada da forma: definir a literatura como 'linguagem' seria ofender o seu valor humano (e humanista), negar ou diminuir ao mesmo tempo o seu poder realista (protegido pelo alibi social e, em certos casos, socialistas) e o seu poder poético (considerado dependente de uma comunicação 'intuitiva', 'sensível'. [...] É certo que, durante o mesmo período, a própria linguística, predominantemente histórica, comparatista, não imaginava sequer que o 'conteúdo' pudesse fazer parte da linguagem e que a ciência das formas de enunciação tivesse qualquer direito sobre as 'ideias', sobre os 'sentimentos' e sobre os 'gêneros' (BARTHES, 1968 p. 9-10).

É evidente o movimento realizado entre a linguística e a literatura para que essa conjunção pudesse acontecer. De um lado, tínhamos a literatura – preocupada com o conteúdo, estética e estilo, seu poder poético e humanizador (de onde a linguística não se aproximara). De outro, a linguística que, por sua vez, não reconhecia o direito de tratar da literatura, pois para ela as discussões travadas por tal disciplina não mantinham uma relação direta com a linguagem, estando assentadas, como corrobora Barthes (1968, p. 10) “em grande parte no exterior da linguagem (no social, no histórico, no estético)”.

Uma vez “superadas”, ainda que de forma inicial, as questões entre linguística e literatura, deteremo-nos ao gênero (por ora chamado) autobiografia, objeto de estudo e discussão de ambas as disciplinas e do nosso trabalho de pesquisa.

Os gêneros autobiográficos tradicionais são marcados, historicamente, pela escrita do eu ou pela escrita de si. Sua definição data de meados dos anos 1970 e foi cunhada por Philippe Lejeune (1975). Nesse sentido, é importante salientarmos que existem diversas manifestações de escritas autobiográficas, as quais receberam variadas nomenclaturas ao longo da história do ocidente: memórias, testemunhos, relatos, confissões, entrevistas, romance autobiográfico e autobiografia. Para Nascimento (2017)

a autobiografia “verídica”: a história factual de um indivíduo narrada por ele mesmo faz parte da lista que a qualificação geral como escrita autobiográfica designa. Pode-se, todavia, em função da teorização clássica de LEJEUNE (1975), distinguir entre os tipos de autobiografia fundados no “pacto de verdade” ou de referencialidade com o leitor (tais como os testemunhos autobiográficos, as memórias e as entrevistas) e o chamado romance, a novela ou o conto autobiográfico, fundados num pacto romanescos ou ficcional, baseado na verossimilhança (NASCIMENTO, 2017 p. 612).

Nesse sentido, podemos dizer que a questão da classificação de um dado texto como “autobiografia” está associada quanto a saber o limite entre o autobiográfico e o não-autobiográfico, ou seja, pelo seu compromisso com a verdade. É, pois, essa promessa de dizer a verdade, a distinção entre a verdade e a mentira que constituem a base de todas as relações sociais. Acerca desse aspecto, Noronha (2008) assevera que

Certamente é impossível atingir a verdade, em particular a verdade de uma vida humana, mas o desejo de alcançá-la define um campo discursivo e atos de conhecimento, um certo tipo de relações humanas que nada têm de ilusório. A autobiografia se inscreve no campo do conhecimento histórico (desejo de saber e compreender) e no campo da ação (promessa de oferecer essa verdade aos outros), tanto no campo da criação artística. É um ato que tem consequências reais (NORONHA, 2008 p. 104).

Não obstante às postulações acerca da autobiografia cunhadas por Lejeune, Serge Doubrovsky, escritor francês, cunha, em 1977, o termo autoficção, tido como uma provocação aos estudos do primeiro autor. Propondo, por sua vez, o termo autoficção “para o tipo de narrativa em que os nomes do autor, do narrador e do protagonista coincidem” (NASCIMENTO, 2010 p. 61).

No entanto, é imprescindível que os conceitos de autobiografia e autoficção não sejam confundidos, pois, ainda que tomem o “eu” como matéria-prima do dizer, tal confusão conceitual, que iguale textos autobiográficos à autoficção, acabam por enodoar as fronteiras deste conceito tão caro para a literatura contemporânea. Para Faedrich (2015), o texto autobiográfico tece um movimento que vai da vida para o texto, e da autoficção, por sua vez, do texto para a vida. Para a autora:

Quando questionamos a possibilidade de representar o real pela linguagem ou relativizamos a verdade, é fácil cairmos na tentação de considerar tudo ficcional. Ora, dizer que toda escrita do eu é uma prática autoficcional, justificando ser impossível não inventar e preencher as lacunas da memória com ficção, é a mesma coisa que negar à autoficção sua especificidade e ao autor sua intenção. Nesse sentido, é necessário considerar o pacto estabelecido pelo autor com o leitor, já que o sujeito/autor “ressuscitou” como figura performática nas últimas décadas e hoje está inserido no cerne do debate epistêmico (FAEDRICH, 2015 p. 48).

Nesse constante movimento existente entre os dois conceitos, Nascimento (2014) assevera que:

O leitor sabe de ponta a ponta que se trata de um romance ou de um ensaio que tem um compromisso com a verdade da vida do autor, embora aqui e ali esse compromisso possa ser traído. Já na autoficção esses limites entre ficção e realidade se embaralham bastante, sobretudo porque frequentemente o nome do autor, do narrador e do personagem coincidem. Por mais paradoxal que seja, esse excesso de referencialidade é que gera o questionamento dos limites. [...] Os dispositivos autoficcionais fazem fracassar o pacto de verdade e até mesmo de verossimilhança entre autor e leitor. Creio que isso tem ocorrido desde a antiguidade, mas, no século XX, a narrativa que prenunciou o recurso foi sem dúvida *Em Busca do tempo perdido*, cujo narrador-personagem Marcel coincide em inúmeros aspectos com o autor Marcel Proust. [...] Muitos dos episódios de *Em Busca*, narrados em primeira pessoa, parecem colados à vivência autoral, mas também há tanta fantasia que é impossível estabelecer um pacto autobiográfico totalmente confiável com os leitores dos mais diversos lugares (NASCIMENTO, 2014 p. 32).

Diante dessa complexidade em definir o que é da ordem do autobiográfico e o que é autoficcional, ainda que existam bases teóricas bem delimitadas, Nascimento (2010) demonstra-se convencido de que toda experiência do eu passa pelo encontro com a alteridade ao afirmar que ““Eu” só existe porque o outro/ a outra (que pode ter inúmeros

nomes: mundo, universo, natureza, Deus, pai, mãe, família, sociedade, acaso, lei, norma etc) lhe deu existência” (2010, p. 62).

Diante disso, Nascimento propõe um “lugar intervalar” onde o eu se firma em meio a dois outros, um que é *a priori* e o outro *a posteriori*, surgindo a alterficção, que nas palavras do autor significa “ficção de si como outro, francamente *alterado*, e do outro como uma parte essencial de mim” (*ibidem*, 2010 p. 62). É esse espaço intervalar (interesse da auto e alterficção) que acaba rompendo, de certa forma, com a estrutura que aparentemente limita os gêneros, fazendo com que ele participe sem pertencer nem ao real nem ao imaginário.

Dito isso, no item a seguir trataremos algumas considerações que tomam o gênero autobiografia como testemunho/prática testemunhal enquanto construção discursiva que opera com a memória, o Real, o sentido, o sujeito e o esquecimento.

4.2 O gênero textual autobiografia enquanto testemunho na/para AD

A Análise do discurso (AD), desde os seus primados iniciais, ainda em meados dos anos 60, é fundada no entremeio da Linguística, Psicanálise e do Materialismo histórico – o que a coloca em um lugar teórico não cômodo, tenso e deveras conflitante. Isso se dá, pois, devido a AD trabalhar com uma materialidade bem particular – o discurso/discursivo. Tal materialidade é tomada por Pêcheux como “um espaço não logicamente estabilizado, uma vez que na materialidade discursiva há pontos de real, em que a estrutura e acontecimento funcionam por desestabilização” (MARIANI, 2016, p. 49).

É importante, pois, salientarmos que a dimensão do real a que Pêcheux se refere não está associada precisamente à realidade, mas ao que dela se depreende para que seja possível suportá-la como tal. Assim, a questão do real da língua, para a AD, inscreve-se na contradição entre uma ordem própria da língua, imanente à estrutura, e uma ordem exterior, fala-se de “real da língua e real da história”. O real, trazido por Pêcheux (1990) para a AD, o “real sócio-histórico”, é da ordem dos processos e das práticas sociais.

Assim como a AD, pensar as autobiografias dos sujeitos privados de liberdade, objeto de estudo desta tese, enquanto testemunho¹⁷, é, por sua vez, uma tarefa desafiadora

¹⁷ Quanto à sua origem, segundo Ginzburg (2008), a noção de testemunho tem base jurídica. Etimologicamente, faz alusão àquela voz que toma parte de um processo, em situação de impasse, e que pode, por sua vez, dar contribuições para que dúvidas sejam desfeitas.

e bastante instigante. Isso se deve ao fato deste conceito estar ganhando cada vez mais espaço, como afirma Ginzburg (2008), nos estudos literários brasileiros.

Para além dos estudos literários em Brasil, é perceptível que o Século XX possibilitou o desenvolvimento de uma espessa literatura sobre o testemunho e o trauma. Dessa forma, o testemunho foi fortemente utilizado para ressignificar a memória que se produziu através dos desastres das duas grandes Guerras Mundiais e suas implicações históricas, sociais e políticas, por exemplo.

A discussão que paira sobre o testemunho, enquanto objeto de análise, tem proporcionado o desenvolvimento epistemológico de pesquisas no âmbito de diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas, a saber: a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, o Direito, a Literatura, as Artes, a História dentre outras. Consideradas as especificidades que o testemunho assume em cada campo do saber, no geral, o estudo do testemunho sempre tem sido realizado pela interface de tais áreas. Nesse bojo, incluímos a Análise do Discurso que, à sua maneira, empreende a reflexão em torno da prática testemunhal enquanto uma construção discursiva que opera com a memória, o Real, o sentido, o sujeito e o esquecimento.

Para além disso, o testemunho como objeto de investigação, articula estética e ética como campos indissociáveis do pensamento. Para Ginzburg,

O problema do valor do texto, da relevância da escrita, não se insere em um campo da autonomia da arte, mas é lançado no âmbito abrangente da discussão de direitos civis, *em que a escrita é vista como enunciação posicionada em um campo social marcado por conflitos*, em que a imagem da alteridade pode ser constantemente colocada em questão (GINZBURG, 2008, p. 02; *grifo nosso*).

Dessa forma, podemos depreender que a escrita testemunhal não é o lugar destinado ao lazer e/ou comportamento lúdico, mas ao contato com o sofrimento e suas bases, por mais que sejam, muitas vezes obscuras e repulsivas (idem, 2008). É o que observamos na escrita testemunhal de Luiz Alberto Mendes, em *Memórias de um sobrevivente*, publicado em 2001 - que, em seus escritos, traz à tona memórias na/da prisão, e procura, através de seu testemunho, compreender a violência, o encarceramento e a dor. No oportuno, Mendes compara a condição que vivenciou no encarceramento à das vítimas do Nazismo, o que nos chama a atenção para a aproximação, via trabalho da memória discursiva, dos impactos de violência vivenciados em momentos históricos tão diferentes que deixam em evidência “a estrutura violenta da [nossa] sociedade” (SELIGMANN-SILVA, 2007, p. 44; *grifo e colchetes nosso*).

Nesse sentido, segundo Ginzburg, o alicerce do testemunho consiste em uma ambiguidade: “por um lado, a necessidade de narrar o que foi vivido, e por outro, a percepção de que a linguagem é insuficiente para dar conta do que ocorreu” (GINZBURG, 2008, não paginado). À essa insuficiência da linguagem para apreender e dar conta de tudo, Milner assevera que “as palavras estão sempre em falta com alguma coisa – ou, ainda: [de que] há impossível de dizer” (MILNER, 1978 [2012], p. 69).

Atentemos a essa colcha de sentidos que se forma em torno do termo testemunho e levemos em consideração que, conforme Penna (2003), se faz imperativo estabelecermos distinção entre narrativas que postulam uma experiência “individual e particular”, na autobiografia tradicional, e “a formação de uma subjetividade coletiva do testemunho” (idem, 2003, p. 318). Palmeira, por sua vez, considerando os relatos de cárcere, observa esse componente coletivo no discurso (PALMEIRA, 2007, p. 71).

Cabe-nos ressaltar que esse é um aspecto bastante curioso quando se analisa o testemunho, uma vez que somos convocados a observar que as memórias são reafirmadas, por assim dizer, à luz das lembranças dos outros que, por seu turno, recuperam um passado que não é de um sujeito sozinho. “O testemunho, assim, pode nos revelar aspectos que constituem o espaço social e coletivo por meio de uma apropriação subjetiva e individual” (FERREIRA, 2020, p. 122).

A esse respeito, Paul Ricoeur (2007) assevera que

[...] embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo. Agrada-nos dizer que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo [*posição-sujeito*] e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios (RICOEUR, 2007, p. 133-134; *grifo e colchetes nosso*).

Por ser da ordem do memorável, em AD, especificamente, “o testemunho é pensado na dimensão de um indizível, de um furo presente na linguagem” (MARIANI, 2016, p. 50). Ou seja, nunca conseguimos dizer na totalidade, ainda que tenhamos essa pretensão/sensação. Ao testemunhar, por sua vez, o sujeito que o faz manifesta um desejo de enunciação urgente, “para o não esquecer e para um não deixar os outros esquecerem” (idem, 2016, p. 51). Dessa forma, cada testemunho inscreve o sujeito na história e, conforme isso acontece, o testemunho e o esquecimento andam lado a lado. À medida que registro/testemunho uma dada memória, sou impossibilitado de um tudo lembrar. Para Pêcheux (1983 [2002]) a memória é falha e nela já está presente a marca do esquecimento.

Seligmann-Silva (2010), em seu texto *O local do testemunho*, propõe entender o testemunho na sua complexidade (como já afirmado por nós anteriormente) enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar, onde para ele esses elementos se complementam, mas se relacionam de modo conflituoso. Para o autor,

O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “Real” e o simbólico, entre o “passado” [*memória*] e o “presente” [*acontecimento*]¹⁸ (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 5; *grifos e colchetes nossos*).

Em nosso *corpus*, ao encararmos as autobiografias como testemunho dos estudantes da EJA em privação de liberdade – tivemos a oportunidade de observar o funcionamento discursivo dos textos - materialidade passível de interpretação. Deste modo, o funcionamento das autobiografias constitui um material profícuo para a discussão das questões aqui elencadas.

Nesse momento, ressaltamos que sob a perspectiva que tomamos o testemunho, o mesmo não deve ser confundido com a autobiografia enquanto gênero textual. Os testemunhos, no sentido aqui adotado, são amplificados pela circulação de seus sentidos nas autobiografias que os discursivizam, constituem narrativas de histórias de vida marcadas, em sua grande maioria, por violência que excedem o que seria da ordem do singular, configurando um “trauma social e coletivo” (BOCCHI, 2017a, p. 1818).

Por conseguinte, o ato de testemunhar corresponde, assim, em romper as barreiras de um simples contar sua história e tê-la ouvida por outrem, “consiste na experiência do impossível”, sendo a sua função “fazer falar a dor, o sofrimento e o desamparo”. Sendo, o testemunho, forma de reescrita de uma memória de violência, “mas também de resistência, pelo trabalho de luto que o testemunho possibilita” (BOCCHI, 2017b, p. 1814). Nesse sentido, a escrita testemunhal dos sujeitos privados de liberdade ora pesquisados o colocam em uma região de contato com uma rede de memória, nem sempre confortável e, por isso, configura-se um ato de resistência, uma vez que ‘apesar de’ a escrita testemunhal acontece.

É salutar pontuarmos que a escrita testemunhal em contexto de privação de liberdade, como asseverado anteriormente, é, sobremaneira, um ato de resistência.

¹⁸ Ponto em que um enunciado rompe com a estrutura vigente, instaurando um novo processo discursivo. Para Pêcheux (2010) o acontecimento discursivo é tomado enquanto ruptura da memória recorrente por meio do interdiscurso.

Escrever sua experiência, dar testemunho dela, marca a importância do papel representado pelo sujeito que teria perdido seu lugar no laço social (por encontrar-se em situação de encarceramento, esse sujeito está submetido à coerção do Aparelho Repressivo de Estado prisão, logo tem o seu convívio social cessado) e sente necessidade de reinventar-se, no campo da linguagem.

Essa escrita, por sua vez, reverbera uma memória coletiva que não pode ser esquecida, conforme Pêcheux (2007, p. 50), a memória deve ser compreendida fora do domínio psicologista da memória individual, “[...] mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Nesse sentido, corroborando com o que diz Pêcheux sobre a memória e contribuindo para a discussão sobre testemunho, Grigoletto e Schons (2008, p. 597) “compreendem o testemunho como processo de estruturação do discursivo ancorado no trabalho da memória, na relação de transversalidade com os eixos do interdiscurso e do intradiscurso” (2008, p. 597).

Considerando os objetivos estabelecidos nesta tese, faz-se relevante analisar não apenas o que é dito, mas o modo de dizer através do testemunho. Em outras palavras, atentamos também para as estratégias discursivas presentes na narrativa testemunhal, problematizando-as em relação ao passado e ao presente na luta pela (re)construção da memória que, por sua vez, torna-se um lugar forjado por meio de uma luta política. O testemunho se torna, assim, espaço de confronto, interesses e disputa entre os sujeitos e suas diversas narrativas sobre a memória que os constitui. Ao narrarem as suas histórias de vida, por vezes traumáticas, essas autobiografias assumem um funcionamento testemunhal, ou seja, se constituem como testemunhos de uma experiência de vida que envolve culpa, arrependimento e violência. Nosso olhar se volta, assim, para a compreensão do testemunho como forma pela qual esses sujeitos inscrevem uma posição subjetiva diante do acontecimento.

Passaremos agora à seção que nos oportuniza discorrer acerca do processo de concepção, organização e execução da pesquisa.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

É propósito, deste capítulo, destinar-se à exposição dos procedimentos metodológicos que propiciaram o passo a passo para o adequado seguimento desta pesquisa. Abordaremos, assim, os procedimentos metodológicos gerais, em conformidade com a base teórica vigente sobre metodologia de pesquisa e os procedimentos metodológicos da Análise de Discurso Pecheutiana (AD), ressaltando e detalhando as estratégias e ações desenvolvidas durante a pesquisa.

5.1 Do processo de aquisição do *corpus* de análise

Nesta seção, apresentamos os caminhos metodológicos que optamos para o desenvolvimento da pesquisa. Detalhamos, nesse sentido, o percurso realizado até o ápice da pandemia da COVID-19, o qual nos obrigou a repensar os caminhos escolhidos e traçar novas estratégias para que o estudo ora proposto fosse realizado. Para tanto, didaticamente, optamos em organizar a seção em dois atos, a saber: no Ato I, detalhamos ao nosso leitor o processo trilhado para obter a concessão de acesso às Unidades prisionais, bem como os seus desdobramentos antes da pandemia supramencionada; no Ato 2, por sua vez, é onde esclarecemos quais ajustes foram necessários para que a tese proposta fosse realizada e os procedimentos adotados a partir de então.

5.1.1 Ato I: percurso a ser trilhado antes da pandemia da COVID-19

Para analisar o funcionamento discursivo nas produções de sujeitos privados de liberdade, o nosso *corpus* de análise seria constituído por produções textuais, pertencentes ao gênero textual autobiografia, de homens e mulheres que tinham, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade e estivessem devidamente matriculados em escolas nas unidades prisionais que ofertassem a modalidade EJA para o Ensino Médio. Dessa forma, visando a atender os critérios ora estabelecidos, foram escolhidos 4 (quatro) penitenciárias da região metropolitana do Recife, sendo duas masculinas e duas femininas a fim de identificarmos marcas de discursos de culpa e arrependimento nas produções desses sujeitos.

Os textos que comporiam o *corpus* da pesquisa seriam solicitados pelo pesquisador em um encontro que seria realizado com os sujeitos privados de liberdade em cada escola prisional. É importante ressaltarmos que estavam previstos 3 (três) encontros em cada instituição de ensino e que as turmas pesquisadas seriam as da modalidade EJA, módulo

III. A escolha do módulo supracitado se deu pelo fato dos estudantes dessa etapa escolar terem uma maturidade maior no tocante à escrita e ao entendimento do gênero proposto, uma vez que esse módulo corresponde ao terceiro ano do ensino médio regular.

Quanto aos encontros que seriam realizados nas escolas prisionais, seguiriam a seguinte ordem, a saber: no primeiro encontro, o pesquisador se reuniria com toda a equipe gestora da escola e com os professores de língua portuguesa para entender a rotina de trabalho da unidade escolar, bem como a dinâmica da turma pesquisada; no segundo encontro, o pesquisador teria o primeiro contato com os sujeitos privados de liberdade e, nesse momento, seria explicada a pesquisa e todos os seus objetivos. A partir do esclarecimento do estudo, seria perguntado pelo pesquisador quem teria interesse em contribuir com o estudo proposto. Diante das respostas, agendaríamos o terceiro e último encontro. No terceiro encontro, o pesquisador se reuniria apenas com aqueles estudantes que manifestaram interesse em colaborar com a pesquisa. Nesse encontro, no primeiro momento seria explicado o gênero autobiografia e, em seguida, seria solicitada a produção desse gênero textual. Ao término da produção, seria solicitado pelo pesquisador a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos sujeitos pesquisados.

5.1.2 Ato II: percurso trilhado durante a pandemia da COVID-19

Ao repensarmos os caminhos a serem percorridos em virtude da pandemia da COVID-19, alguns ajustes tiveram que ser realizados para o andamento e continuidade da pesquisa. Inicialmente, fomos impactados pela negativa na autorização de acesso às penitenciárias e, por conseguinte, às escolas prisionais. Tal negativa se deu pelo fato do alto risco de contaminação, dos sujeitos privados de liberdade, pelo Coronavírus.

Devido à duradoura pandemia, à impossibilidade de desenvolvermos as autobiografias no “chão das escolas” em contexto de prisão e com a necessidade de insistirmos no estudo discursivo de produções textuais de sujeitos privados de liberdade, lançamos mão de pesquisas na plataforma *Google*, a fim de encontrarmos textos já produzidos que coadunassem com os objetivos e questões norteadoras desta pesquisa¹⁹.

¹⁹ É importante salientarmos que outras formas de contato com os estudantes privados de liberdade foram tentadas, no entanto, além dos entraves relacionados à pandemia da COVID 19, as aulas presenciais também foram suspensas por um longo espaço de tempo, o que inviabilizou que a solicitação/recolhida das autobiografias fosse feita por professores das Unidades. A troca de cartas, por exemplo, também foi uma das manobras pensadas pelo pesquisador, contudo, foi encontrada resistência das Secretarias de Ressocialização e de Educação, uma vez que isso implicaria em troca de mensagem do interior para o exterior da

Como estratégia de filtro de pesquisa, optamos por buscar nomes que tivessem relação com o que estava sendo proposto no estudo. Assim, partimos da inserção dos seguintes descritores: autobiografia, presos, Pernambuco, o que não foi favorável a resultados de pesquisa. Houve diálogo do pesquisador com o setor da Gerência de Políticas Educacionais de Jovens, Adultos e Idosos (GEJAI), a qual jurisdiciona a Educação em Prisões em Pernambuco. Nesse contato, fomos informados a respeito da coletânea outrora realizada em um projeto de Literatura de uma escola prisional do Estado. Em posse dessa informação, novas pesquisas foram realizadas na Plataforma *Google Acadêmico* a partir dos seguintes descritores: detentos, Pernambuco, autobiografias. Essa pesquisa nos levou à coletânea aqui utilizada.

Nesse sentido, visando a analisar o funcionamento discursivo nas produções de sujeitos privados de liberdade, o nosso *corpus* de análise é constituído por produções textuais, pertencentes ao gênero textual autobiografia, que foram produzidos por estudantes do gênero masculino, que se encontravam devidamente matriculados na EJA Ensino Médio, na Escola Estadual Paulo Freire, que funciona na Penitenciária Dr. Ênio Pessoa, na cidade de Limoeiro-PE. Salientamos, pois, que todos os sujeitos eram maiores de 18 (dezoito) anos e que, no momento da produção da autobiografia, encontravam-se em contexto de privação de liberdade. Ressaltamos, ainda, que devido à inexistência de uma coletânea produzida em contexto de prisão feminina no Estado de Pernambuco até o momento da definição do *corpus* deste estudo, as análises se deram a partir, apenas, das autobiografias produzidas pelos sujeitos privados de liberdade do gênero masculino.

Da coletânea de 11 (onze) autobiografias produzidas pelos sujeitos privados de liberdade, foram escolhidas 07 (sete) para constituírem o *corpus* da nossa pesquisa. Tais textos fazem parte de um projeto de Literatura desenvolvido na escola no ano de 2013, lançado em fevereiro de 2014 e, desde o ano de 2016 disponível, de forma gratuita e aberta ao público, na plataforma *Google*. O critério utilizado na escolha das autobiografias se deu de forma aleatória, haja vista que a pesquisa ora desenvolvida não tem nenhuma perspectiva quantitativa, pois se propõe à realização de uma análise discursiva acerca da densa materialidade estudada.

O estudo foi desenvolvido pela perspectiva teórica da Análise do Discurso de Linha Francesa fundada por Pêcheux (AD) e desenvolvida no Brasil por Orlandi e outros estudiosos. A AD toma a materialidade linguístico-histórica de seu objeto de estudo como determinante para a análise, visto que é nesta que os sujeitos e sentidos se constituem

penitenciária (e vice-versa), e do envolvimento de outros atores, a saber, dos agentes penitenciários que realizariam esse trabalho de coleta.

descortinando o caráter movente e tenso do discurso. A partir da definição de nosso *corpus* de análise e de seus recortes discursivos, constituímos nosso dispositivo teórico e analítico, buscando compreender seu funcionamento discursivo e seu interdiscurso.

Mas, por que autobiografias? Em primeiro lugar, porque se trata de um documento fruto da subjetividade do sujeito que, ainda que de forma não intencional, deixa escapar questões que são caras à discussão aqui proposta. É através da linguagem (sujeita a falhas) e do trabalho da ideologia que compreendemos o sujeito em sua relação com o inconsciente. Conforme assevera Henry (1992, p. 188), “o sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”. Acerca da autobiografia enquanto documento, assevera Appolinário (2009)

Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens entre outros” (APPOLINÁRIO, 2009, p. 67).

Em segundo lugar, porque, não sendo direcionado a um grupo social restrito, e sendo fruto da subjetividade de cada autor - espaço, em essência, de confidencialidade, não cabendo a nós, enquanto analistas, a generalização de quaisquer que sejam os discursos, comportamentos, costumes apresentados – é considerado como um importante suporte que materializa discursos heterogêneos, por vezes cristalizados, em circulação na sociedade.

Em seguida, foi feito um percurso de análise dos enunciados com o objetivo de responder às questões levantadas, considerando, especialmente, pensando em AD, que a constituição do *corpus* e a análise estão relacionadas. Ao tratar dessa questão, Orlandi (1999) argumenta que

a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus, já é decidir acerca de propriedades discursivas. (...) Em grande medida o corpus resulta de uma construção do próprio analista. (...) e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza. (...). não dizemos da análise que ela é objetiva mas que ela deve ser o menos subjetiva possível (...). Concluída a análise, o que podemos avaliar é a capacidade analítica do pesquisador, pela habilidade com que ele pratica a teoria (...) e sua capacidade de escrita (...). Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. (...) o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes tomadas que fazemos do

corpus, (...) isso conduz a resultados diferentes (ORLANDI, 1999, p. 63-64).

O método que utilizamos para dar conta de todo *corpus* da pesquisa será o método biográfico, utilizado nas pesquisas em educação e amplamente discutido por pesquisadores, entre eles, Franco Ferrarotti (1991). Para o pesquisador

a especificidade do método biográfico implica ultrapassar o trabalho lógico-formal e o modelo mecanicista que caracteriza a epistemologia científica estabelecida. Se desejamos fazer uso sociológico da biografia sem trair suas características essenciais (subjetividade, historicidade), devemos projectar-nos nós próprios para além do quadro da epistemologia prática (FERRAROTTI, 1991, p. 172).

Corroborando com o que afirma o autor supracitado e, ainda, com o intuito de apresentar a especificidade da autonomia do método biográfico, Bueno (2002, p. 18) apresenta dois tipos de materiais que podem ser metodologicamente utilizados em pesquisas:

Os materiais biográficos primários, isto é, as narrativas ou relatos autobiográficos recolhidos por um pesquisador, em geral através de entrevistas realizadas em situação face a face; e os materiais biográficos secundários, isto é, os materiais biográficos de toda espécie, tais como: correspondências, diários, narrativas diversas, documentos oficiais, fotografias etc.

Dessa forma, metodologicamente, a nossa pesquisa está projetada em narrativas autobiográficas como eixos centrais de discursos, questões da subjetividade do sujeito, a partir dos discursos de estudantes do gênero masculino privados de liberdade na educação de jovens e adultos de uma unidade prisional de Limoeiro-PE.

Sautu (2004) entende o método biográfico como os “procedimentos seguidos para organizar a investigação ao redor de um *eu* individual ou coletivo que toma a forma narrativa, incorporando descrições de suas experiências, sucessos e suas interpretações” (p. 23).

Salientamos, ainda, que o método biográfico se constitui em oposição às metodologias positivistas, tradicionalmente valorizadas por considerarem a objetividade e corroborarem com o distanciamento entre pesquisador e o(s) sujeito(s) pesquisado(s). Nesse método qualitativo, propõe-se ir além das metodologias qualitativas tradicionais,

uma vez que há valorização da subjetividade do sujeito viabilizando o diálogo, a análise e a discussão acerca de diversos aspectos.

É este cenário de subjetividade e narrativas de sujeitos privados de liberdade que nos faz pensar que a AD francesa, enquanto teoria e procedimento analítico que tem como objeto de análise o discurso, nos proporciona o adentramento necessário aos gestos interpretativos que propusemos neste estudo, uma vez que, como assevera Orlandi (2013b), para se fazer ciência do discurso, é necessário que se estabeleça uma relação consistente entre a teoria, o método, os procedimentos analíticos, e o objeto. Nesse sentido, analisamos, via texto, a discursividade dessas produções enquanto “efeito de sentido entre os locutores” (ORLANDI, 2013, p. 18). Através da Análise do Discurso é possível realizarmos dois tipos de análise na materialidade verbal estudada (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?).

Assim, neste estudo, adotamos a abordagem qualitativa, pois para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A partir dos dados coletados em recorte transversal, procedemos com nossos gestos analíticos que foram organizados através da descrição e análise dos discursos apresentados na materialidade verbal do texto, via trajetos temáticos²⁰, para que obtenhamos um melhor resultado das respostas, pois para Pêcheux (1997), ao escrever o sujeito escolhe ilusoriamente o que quer dizer.

É importante salientarmos que, ao discorrermos com nossos gestos interpretativos, reproduzimos os recortes discursivos que, posteriormente, geraram Sequências Discursivas (SDs) que foram analisadas para uma melhor compreensão dos efeitos de sentido que objetivamos descrever. Contudo, o *corpus* analisado aparecerá em tamanho original, e na íntegra, em anexo.

Optamos, também, em adotar os mesmos nomes, quando da autoria dos textos, trazidos na coletânea, uma vez que se trata de um documento de acesso não restrito, disponível na *Web*, cujos nomes originais já haviam sido alterados por fictícios pelo editor dos textos no processo de edição da coletânea. Uma vez selecionados os recortes

²⁰ A noção de trajeto temático foi trabalhada por Maldidier e Guilhaumou (2010), que defende o acontecimento discursivo como “apresentação na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” através da tematização (MALDIDIER E GUILHAUMOU, 2010, p. 164).

discursivos, atribuímos uma legenda que caracteriza a **SD** referente a cada estudante privado de liberdade, autor dos textos, como ilustramos na tabela 2:

Tabela 2 - Legenda atribuída a cada autoria das autobiografias/testemunhos

AUTORES/ LEGENDA ATRIBUÍDA
WALTER
ADRIANO
PEDRO
EDVALDO
ANSELMO
JOÃO
GIVANILDO

Fonte: Elaboração do autor (2022).

5.2 A noção de trajetos temáticos e o nosso *corpus*

Dentro da organização das análises, como dito anteriormente, tomamos como ponto de partida o trajeto temático, o qual diz respeito aos discursos que sejam mais representativos. A representatividade está relacionada à homogeneidade de ocorrência no espaço e no tempo e, também, à ideologia que a dá suporte. Como o discurso não está desconectado da realidade e, portanto, é portador de seus próprios recursos interpretativos, pretendemos analisar nosso *corpus*, “dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2010, p. 162).

Assim, os recortes discursivos realizados para a constituição do *corpus* deste trabalho estão divididos em 3 (três) blocos/eixos de percursos temáticos, conforme descritos abaixo:

BLOCO TEMÁTICO I - Marcas de discurso religioso, jurídico, social, político, de culpa, arrependimento e/ou de reparação nos testemunhos analisados;

BLOCO TEMÁTICO II - Marcas de (re)construção da memória nos testemunhos dos sujeitos privados de liberdade;

BLOCO TEMÁTICO III - O processo parafrástico nas produções testemunhais dos sujeitos em privação de liberdade.

Em nossa análise utilizamos esse recurso discursivo, pois entendemos que a regularidade, no interior do novo, produz sentido. Lançamos mão dessa noção nos nossos gestos interpretativos em virtude de o trajeto temático está alicerçado em “um vai-e-vem de atos linguageiros de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 165). Assim, realizamos as análises das

autobiografias/testemunhos, visando a compreender o funcionamento discursivo do ponto de vista da tensão, constitutiva da língua(gem), entre paráfrase e polissemia, considerando o contexto sócio-político-histórico dessas enunciações.

Em outras palavras, conforme Courtine (2009), tomamos o *corpus*, relacionando-o com suas condições de produção, ou seja,

um conjunto de sequências discursivas estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado de condições de produção (CP) do discurso. A constituição de um corpus discursivo é, de fato uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa (COURTINE, 2009 p. 54-61).

É com base nesses procedimentos e trajetos temáticos para constituição do *corpus*, que acabamos de explicitar, que procedemos com nossos gestos de análise a fim de atingirmos os objetivos ora propostos.

É importante destacarmos, também, que tecemos os nossos gestos interpretativos lançando mão das concepções elucidadas em todo percurso deste trabalho, os quais, a rigor, não seguem uma ordem preestabelecida, logo, as conceitos/nocções de Condições de produção, Interdiscurso, Pré-construído, Discurso transversal, Formação Ideológica e Formação Discursiva, Silenciamento, Deslizamento de sentido, Posição-sujeito, Memória discursiva, Repetibilidade, Paráfrase e Polissemia aparecerão no transcurso das análises em um ou mais trajetos temáticos. É importante salientarmos que não foi utilizado um critério rígido quanto à divisão uniforme no número de SDs para cada autor e/ou trajetos temáticos; a divisão foi realizada em função dos distintos elementos encontrados a partir dos nossos gestos de interpretação, bem como da extensão de cada autobiografia.

Como observado nos blocos I, II e III de trajetos temáticos que propusemos, dito de outra forma, centramos a nossa reflexão teórica em pontos como a repetibilidade de temas/assuntos nas produções e como a memória discursiva (constituída e constitutiva por/de repetibilidades) é (re)constituída no interior desses discursos. Salientamos, ainda, que através das repetições podemos observar deslizamentos, ressignificação e uma quebra do regime de regularização dos sentidos. Segundo Indursky (2011)

se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão construir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagens e tramados pelo tecido sócio-

histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (INDURSKY, 2011 p. 71).

A proposta de se pensar as produções de texto (materialidade verbal) como operadora de memória é porque, assim como na língua, um dito remete a outro pelo imaginário, ou seja, para além do que está escrito há uma memória discursiva presente.

Com relação à memória, pela análise de discurso, sabemos que ela é constitutiva do discurso, e que todo discurso é deslocado. Pêcheux (2010, p. 56) afirma que a memória “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. É nesse espaço que o discurso vai ser construído. Nos termos de Pêcheux, a memória discursiva pode ser definida do seguinte modo:

aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.), de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

Desse modo, podemos compreender a memória como um conjunto de discursos outros, que sustenta os efeitos de sentido no dizer. Como afirma Courtine (1981):

A memória concerne à existência histórica do enunciado, no seio de práticas discursivas (...), capaz de dar origem a atos novos, no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas.

É nessa perspectiva que vamos tomar as produções de texto dos estudantes enquanto discurso que atuam como agentes de uma memória discursiva, redizendo dizeres, ressignificando saberes, construindo subjetividades e produzindo efeitos de sentido. Diante disso, discorrendo sobre as concepções mencionadas anteriormente, vejamos, no capítulo seguinte, o que os nossos gestos interpretativos evidenciam dos testemunhos ora analisados.

6 ANÁLISE DO *CORPUS* DISCURSIVO DA PESQUISA

Nesta seção, discorreremos sobre o *corpus* em análise seguindo metodologicamente os procedimentos analíticos da Análise do Discurso de linha francesa. Para tanto, os recortes discursivos feitos das autobiografias geraram as já mencionadas Sequências Discursivas (SDs), que foram analisadas a partir da escolha de algumas concepções da AD e organizadas em blocos de trajetos temáticos.

Diante disso, na escolha das SDs percebemos, inicialmente, a presença de duas formações discursivas antagônicas que constituem a maneira de posicionamento de cada sujeito frente às situações que os levaram à privação de liberdade. Descrevemos, aqui, como FDs dominantes (FD1), aquelas que têm raízes nos discursos do Direito, Estado e religioso que se caracterizam, por sua vez, como um discurso autoritário e detentor de verdades absolutas, funcionando, assim, como Aparelho Ideológico/Repressivo do Estado. A outra FD identificada é a que tem funcionamento contrário a essa, subversiva, dessa forma, a todo discurso ligado à criminalidade e/ou contrário às regras estabelecidas pelas FDs dominantes. Nesse sentido, tomaremos como Formação Discursiva da Justiça (FD1) todo discurso associado às regras e Leis que regem a sociedade e Formação Discursiva da Criminalidade (FD2) como aquela que viola, de certa forma, tudo que é defendido/postulado pela FD dominante.

A escolha das FDs 1 e 2, portanto, é justificada pela própria natureza e conteúdo dos testemunhos, ou seja, são relatos oriundos de sujeitos que estão encarcerados, logo, submetidos às regras e Leis do ARE prisão – que por sua natureza, age por coerção. Em contrapartida, por estarem em privação de liberdade, é possível que tenham, em um dado momento de suas vidas, se identificado com a FD da criminalidade. Não estamos falando, pois, que a escolha foi feita de forma intuitiva, mas para fins didáticos, acreditamos que se faz imperativa a explicação das configurações das FDs anteriormente às análises. Evidenciamos, contudo, que só foi possível chegarmos a tais configurações via gestos interpretativos realizados de forma anterior, os quais possibilitaram as compreensões que traremos a seguir. Oportunamente, ressaltamos que não tomamos as FDs supramencionadas como formas estanques, imutáveis, um ritual sem falhas. Tomamo-nas, tal como Pêcheux, ou seja, à medida que acontece o processo de interpelação do indivíduo em sujeito, esse processo de subjetivação se abre a deslocamentos, à heterogeneidade, o que possibilita a contraidentificação e a desidentificação que podem ser ocasionadas, primeiramente, segundo Vinhas (2014, p. 132) “por uma falha no ritual da interpelação ideológica”.

Outra FD identificada a partir dos nossos gestos analíticos é a que denominamos de FD machista e/ou patriarcal (FD3). Essa FD é caracterizada por ser atravessa por discursos que privilegiam o homem em detrimento da mulher. Tal privilégio encontra-se arraigado desde a constituição do que entendemos hoje como sociedade contemporânea, logo, traços importantes que caracterizam o discurso machista e patriarcal são, corriqueiramente, encontrados nas FDs dos sujeitos privados de liberdade aqui analisados. Justificamos, ainda, a escolha e denominação da FD machista e/ou patriarcal pela própria essência do nosso *corpus*, uma vez que o mesmo é constituído por testemunhos de sujeitos privados de liberdade do gênero masculino sendo, quase que inevitavelmente, os seus discursos atravessados por essa memória coletiva de dominação e hegemonia masculina.

Diante desse cenário de contradição e tensão no qual essas FDs estão operando, outros saberes se cruzam, atravessando esses discursos e, de certa forma, influenciando em suas maneiras de significar. Desta forma, optamos por dividir, baseados nas concepções utilizadas da teoria, este capítulo em blocos, a fim de identificar os diferentes aspectos moventes desses discursos. Nesse sentido, apresentaremos, a partir de quadros expostos após a apresentação de cada bloco temático, as sequências discursivas (SD) referidas em cada trajeto temático respeitando a ordem em que aparecem nos nossos gestos analíticos.

BLOCO TEMÁTICO I - Marcas de discurso religioso, jurídico, social, político, de culpa, arrependimento e/ou de reparação nos testemunhos analisados.

Quadro 5 - SDs analisadas no Bloco temático I

SD	AUTOR
<i>SD1 - Antes de tudo peço forças a Deus, e ao mesmo tempo agradeço a ele por ter me dado o dom de saber ler e escrever.</i>	Walter
<i>SD2 - Aos quatro anos de idade, uma terrível fatalidade aconteceu. O meu pai Jenaiuton matou a minha mãe Wanda. Não sei se ele foi pela cabeça dos outros, ou agiu por si próprio. Só sei que ele amava muito a minha mãe, e tinha três filhos com ela, Rosecleide a mais velha, Roselaine a do meio e eu Walter o caçula</i>	Walter
<i>SD3 - Mas na realidade ele já vivia separado da minha mãe, só que o meu pai não aceitava o fim daquele relacionamento [...] No último dia do ano 1989 ela não teve o que fazer e passou com um homem abraçada na frente do meu pai ... Qual seria a reação de qualquer um homem vendo a sua amada passando na sua frente com outra pessoa que não fosse você? O meu pai não teve demora. Puxou uma faca da cintura e deu três facadas nela. Ela não resistiu. O safado que estava com ela deu uma carreira que nem bala pegava[...]</i>	Walter

<i>SD4 – Mas a vida é sofrida;</i>	Walter
<i>SD5 – Mas sempre que estou de bem com o mundo, algum empecilho tenta impedir a minha vida;</i>	Walter
<i>SD6 – Mas o destino novamente não queria ver a minha felicidade</i>	Walter
<i>SD1 - A separação dos meus pais não foi uma coisa boa para a minha educação. Eu sofri muito com esse acontecimento, a minha mãe era muito espancada por ele, o meu pai dizia que a minha mãe vivia traindo ele</i>	Adriano
<i>SD2 - Vivíamos soltos na rua, todos sujos, hahaha. Só tomávamos banho quando era a hora de dormir. Achava chato quando o meu pai passava pelo bairro voltando do trabalho.</i>	Adriano
<i>SD3 - Assim eu fui criado solto na rua, convivendo com a malandragem, mas também com boas amizades, ou seja, a relação estabelecida entre malandragem e boas amizades</i>	Adriano
<i>SD4 - Certo dia eu fiz um roubo de 12 mil Reais. Fiquei com a minha parte de 2.750 Reais. Isso foi o meu segundo dinheiro alto que eu consegui em um roubo. Arrependo-me muito [...]</i>	Adriano
<i>SD5 - no dia seguinte a polícia federal fez uma operação com duzentos homens na favela onde eu morava. Achei que era pela minha causa, por isso fiquei assustado e com muito medo</i>	Adriano
<i>SD6 - Quando chegamos no sítio, a polícia já estava de tocaia. Val conseguiu fugir, mais eu e o Etinho fomos pegos. Apanhamos muito da polícia, levamos até choque nos testículos.</i>	Adriano
<i>SD7 - A minha entrada aqui foi no dia 12 de Outubro de 2012. E agora, dia nove de Outubro de 2013, completo mais de um ano aqui sem audiência. A justiça daqui de Pernambuco é uma merda! Mas hoje posso dizer: Eu sou um novo homem!!! Graças a Deus.</i>	Adriano
<i>SD1 - Aos sete anos fui para a rua e passei a viver de sofrimentos, entre fomes, mal dormidos, onde conheci alguns amigos de rua. Conheci a cola e várias outras drogas. Um dia, não suportando mais, pedi a Deus que ele me levasse ou a morte viesse me buscar. Não suportava mais tantos sofrimentos.</i>	Pedro
<i>SD1 - O meu nome foi ficando conhecido no mundo do crime. A minha família quis tirar-me de Olinda para o interior, porque eu estava exagerando nas coisas erradas. Deixei de estudar e de trabalhar no bar. Comecei a traficar drogas e me envolver com homens perigosos [...].</i>	Genivaldo
<i>SD2 - Após todo esse tempo, hoje reflito melhor. Tenho mais esperança, e sei que por mais sofrimento que causei à família de alguém o arrependimento bateu na porta e através desse arrependimento vou fazer o meu destino ser diferente do meu passado.</i>	Genivaldo
<i>SD3 - Depois que dei mais atenção aos estudos me tornei outra pessoa. Até os meus parentes perceberam essa mudança. De certa forma, o estudo foi o instrumento principal da minha mudança. Foi através do estudo que a professora Ângela implantava as mensagens todos os dias. Ali foi onde comecei a entender que a vida não acaba aqui, e mesmo sendo privados da nossa liberdade temos o direito de escolher seguir em frente, ou parar e pensar nas consequências futuras.</i>	Genivaldo
<i>SD7 - Ao chegar em Limoeiro, resolvi voltar a estudar na escola. Foi a melhor coisa que me aconteceu. Conclui o ensino fundamental, e hoje estou no ensino médio. Na escola conquistei várias coisas, uma das mais importantes foi o projeto sobre as crônicas. A minha crônica foi uma das escolhidas para participar do concurso literário do escritor paulista “Laé de Souza”.</i>	Walter

Fonte: elaboração do autor (2023).

As autobiografias em questão deixam clara a posição que cada sujeito ocupa social e discursivamente frente aos crimes que cometeram. Seja por manifestação de arrependimento, culpa ou quaisquer outras questões, os sujeitos refletem e analisam as suas próprias trajetórias de vida, demonstrando, em alguns casos, ausência de arrependimento, orgulho e/ou apatia frente às situações que estão sendo testemunhadas. No testemunho de Walter, além da presença do discurso religioso, marcado nas palavras iniciais de sua enunciação, fica evidente que este atribui ao destino a culpa por todos os eventos que o levaram à criminalidade, a saber: SD1 ‘Walter’ - *Antes de tudo peço forças a Deus, e ao mesmo tempo agradeço a ele por ter me dado o dom de saber ler e escrever.*” – Há um sujeito oculto que pode ser identificado no título da autobiografia. Trata-se de Walter, homem com traços e contornos de uma pessoa nascida e criada em contexto de violência doméstica. Ao utilizarmos o recurso das paráfrases que, segundo Orlandi “possibilitam a um mesmo dizer diferentes formulações a partir da estabilização do dizível” (ORLANDI, 2020, p.34), no enunciado *Antes de tudo peço forças a Deus*, observamos os efeitos de sentido que nos remetem à dor e sofrimento a partir da lembrança de algo que será posteriormente enunciado, ou seja, clama-se a Deus para que aquilo que quer ser dito, apesar do aparente desconforto, seja possível de se dizer. O discurso religioso, via memória discursiva, nesse contexto, funciona como alicerce, lugar de sustentação e de busca de forças para que seja menos traumático o retorno às situações vividas no passado. Sobre memória discursiva, Pêcheux (1983 [1999], p. 52, grifo nosso) assevera que é aquilo “[...] que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita”.

No testemunho de ‘Walter fica evidente o contexto de violência a que o mesmo foi exposto desde a mais tenra idade, como podemos observar na SD2 - *Aos quatro anos de idade, uma terrível fatalidade aconteceu. O meu pai Jenaiuton matou a minha mãe Wanda. Não sei se ele foi pela cabeça dos outros, ou agiu por si próprio. Só sei que ele amava muito a minha mãe, e tinha três filhos com ela, Rosecleide a mais velha, Roselaine a do meio e eu Walter o caçula* – é perceptível, a partir da SD2, que ‘Walter’ assevera que o seu pai, assassino de sua mãe, a amava muito, o que traz à tona uma lógica inversa ao sentimento amor, ou seja, o que é denominado por ‘Walter’ como amor, nas palavras de Aquino (2015) ao refletir sobre feminicídio, é a “expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira. Cometidos por

homens contra as mulheres, suas motivações são o ódio, o desprezo ou *o sentimento de perda da propriedade sobre elas*” (AQUINO, 2015, p. 11, *grifo nosso*).

Observamos, ainda, na SD2, a estrutura concessiva “*só sei que*”, que ao aplicarmos uma paráfrase, faz emergir um discurso conservador patriarcal (FD3) – meu pai matou minha mãe por amor - ou seja, como o meu pai amava muito a minha mãe, não há problema em matar por amor. Estaria o pai de ‘Walter’, a partir desse funcionamento da formação discursiva dominante, isento de quaisquer culpa pois, dada a situação, enquanto homem, essa era uma atitude compreensível a partir da FD que se encontram identificados.

Identificamos, mais uma vez, em ‘Walter’, uma FD machista e/ou patriarcal, conforme SD3 - *Mas na realidade ele já vivia separado da minha mãe, só que o meu pai não aceitava o fim daquele relacionamento [...] No último dia do ano 1989 ela não teve o que fazer e passou com um homem abraçada na frente do meu pai ... Qual seria a reação de qualquer um homem vendo a sua amada passando na sua frente com outra pessoa que não fosse você? O meu pai não teve demora. Puxou uma faca da cintura e deu três facadas nela. Ela não resistiu. O safado que estava com ela deu uma carreira que nem bala pegava[...]* – as expressões *ela não teve o que fazer* e *Qual seria a reação de qualquer um homem* geram efeitos de sentido de que a mãe de ‘Walter’ estaria errada ao passar com outro homem na rua, ainda que estivesse solteira, e que a atitude do seu pai ao desferir três golpes de faca contra sua ex-mulher foi a correta, uma vez que essa seria a atitude esperada de qualquer homem que visse a sua “amada” nessa circunstância. Ou seja, via movimento parafrástico, podemos dizer, a partir dos nossos gestos interpretativos, que é óbvio que ele mataria a ex-esposa, pois essa é a reação de qualquer indivíduo que se depara com a sua ex acompanhada por outro homem em sua frente. Dito de outra forma, o pai amava muito a mãe de ‘Walter’ e por isso não aguentou vê-la com outro homem. Logo, pode esfaqueá-la e matá-la.

Chama-nos a atenção o fato do pai de ‘Walter’, ainda que separado de sua mãe, não aceitar o fim do relacionamento - conduta naturalizada por ‘Walter’ em seu discurso, mostrando a sua identificação com a FD3, conforme SD3. É interessante percebermos que essa é uma atitude normalizada pelos sujeitos que estão vinculados à FD machista e/ou patriarcal, uma vez que se sentem no direito de ter domínio irrestrito sobre a parte tida como dominada. Resgatamos um trecho da SD3 para evidenciarmos, através de mais uma concessão, o que fora afirmado: *Mas na realidade ele já vivia separado da minha mãe, só que o meu pai não aceitava o fim daquele relacionamento [...]* – é notório que o fim da relação entre os pais de ‘Walter’ já estava estabelecido, “*só que*” o algoz não o aceitara, o

que via não-dito, parece depender única e exclusivamente da aceitação dele, anulando, por sua vez, o desejo subjetivo da sua ex-esposa. Conforme Drumont (1980, p. 81), o machismo é “um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”. Essa superioridade masculina presente no pensamento machista advém, dentre alguns motivos, do fato da nossa sociedade ter sido criada por homens e para homens, onde, desde sempre, as mulheres ocuparam papéis subalternizados. Para Drumont (1980)

Ao apropriar-se da realidade sexual, o machismo, em seu efeito de mistificação, supercodifica a representação de uma relação de poder (papéis sexuais, símbolos, imagens, representações eróticas, instituições sexuais, etc.) produzindo “duas linguagens”: uma masculina e uma feminina. Nesta produção-reprodução de papéis, códigos, representações sexuais há produção do espaço aberto, no sentido dado à expressão “corpo sem órgão” por Guattari e Deleuze (6) da extorsão do prazer, do sentido, do poder, do objeto, etc., onde se reproduzem as próprias condições de subordinação da mulher (DRUMONT 1980, p. 82).

Ao levarmos a relação de pai de ‘Walter’ com a sua ex-esposa em consideração, percebemos que há uma subversão desse efeito de amor e posse, de determinação de vida e morte. É, pois, acerca dessa assimetria nas relações entre homem e mulher que Moraes, Oliveira e Lima (2021, p. 75) asseveram que

a sociedade patriarcal se organizou estabelecendo privilégios e direitos para os homens, negando-os para as mulheres, o que fez com que os homens tivessem, ao longo da história, maior acesso aos espaços de decisão e de poder na sociedade e, por consequência, na família e no mercado de trabalho.

Ainda sobre a SD2, é pertinente pontuar que a posição-sujeito machista e patriarcal de ‘Walter’, aqui entendida como os diferentes modos do sujeito do discurso se relacionar com a forma-sujeito, ou seja, “o sujeito do discurso assume uma posição-sujeito dentro de determinada FD, que pode ser próxima ou mais distante da matriz de sentido da forma-sujeito” (REHM, 2015, p. 42) é reiterada quando o mesmo se refere ao homem que estava acompanhando sua mãe da seguinte forma: *O safado que estava com ela* – nesse contexto temos o adjetivo safado, termo popularmente utilizado para caracterizar pessoas de índole duvidosa, sendo atribuído a um indivíduo pelo simples fato dele ser a companhia, no momento do crime, da mãe de ‘Walter’. Para ‘Walter’, safado é o companheiro que estava com a sua mãe no momento do crime e não o seu pai que a matou. Assim, a partir dos nossos gestos interpretativos, fica evidente a filiação de ‘Walter’ com a FD3.

Quanto aos discursos de culpa e/ou arrependimento, os nossos gestos interpretativos apontam para uma culpabilização do destino, ou seja, ‘Walter’ em seu testemunho, coloca-se como vítima do destino, conforme observamos nas SD3 - *Mas o destino foi tão cruel comigo e as minhas irmãs que depois de dois anos a morte veio e carregou o meu pai. Ele tinha um marca-passos no coração, porém não podia tratar-se em nenhum hospital, porque era foragido e seria preso*; SD4 - *Mas a vida é sofrida*; SD5 - *Mas sempre que estou de bem com o mundo, algum empecilho tenta impedir a minha vida*; SD6 - *Mas o destino novamente não queria ver a minha felicidade* - nas SDs 3, 4, 5 e 6 observamos o uso da conjunção “*Mas*”, termo largamente utilizado em língua portuguesa com a finalidade de oposição ao que fora dito anteriormente, ou seja, ‘Walter’, ao assumir a posição-sujeito vítima, esquiva-se da culpa e a atribui à vida/destino, eximindo-se da mesma. Em outras palavras, ‘Walter’ assume um lugar de (des)culpa à medida que atribue a circunstâncias variadas o curso da sua vida.

Traços semelhantes ao de ‘Walter’ podem ser encontrados na autobiografia de ‘Adriano’ que, em contexto de violência doméstica e de vulnerabilidade social, testemunha sua infância simples em um bairro violento de Maceió. Morador de favela e filho de pai severo e ignorante, como ele mesmo denomina, foi criado pelos pais, juntos aos seus irmãos, até que os seus genitores se separassem, conforme podemos observar na SD1 de ‘Adriano’ - *A separação dos meus pais não foi uma coisa boa para a minha educação. Eu sofri muito com esse acontecimento, a minha mãe era muito espancada por ele, o meu pai dizia que a minha mãe vivia traindo ele* - É possível observar, assim como em ‘Walter’ que a infância de ‘Adriano’ foi marcada por episódios de violência doméstica que se caracteriza, segundo Dias (2007)

Para ser considerada a violência doméstica, o sujeito ativo tanto pode ser um homem como outra mulher. Basta estar caracterizado o vínculo de relação doméstica, de relação familiar ou de afetividade, pois o legislador deu prioridade à criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher, sem importar o gênero do agressor (DIAS, 2007, p. 41).

Nesse sentido, após o processo de separação oriundo de sucessivas e diferentes formas de violência, ‘Adriano’ e seus irmãos foram morar apenas com a mãe que, por sua vez, precisava trabalhar diuturnamente para sustentá-los. SD2 ‘Adriano’ - *Vivíamos soltos na rua, todos sujos, hahahaha. Só tomávamos banho quando era a hora de dormir. Achava chato quando o meu pai passava pelo bairro voltando do trabalho*. A partir do que é testemunhado na SD2, percebemos que a vida de ‘Adriano’, antes marcada por uma

criação severa e longe das ruas do bairro onde morava, em Maceió, passa por uma drástica mudança resultante da separação de seus pais e, por conseguinte, da necessidade de uma jornada de trabalho mais longa da sua mãe - *Vivíamos soltos na rua, todos sujos*. Outro efeito de sentido possível advindo da separação dos pais de ‘Adriano’ e do excessivo trabalho de sua mãe é o do fato do término da relação de seus pais ser associado ao seu contato com a malandragem, como podemos observar na SD3 ‘Adriano’ – *Assim eu fui criado solto na rua, convivendo com a malandragem, mas também com boas amizades*, ou seja, a relação estabelecida entre *malandragem* e *boas amizades* no testemunho de ‘Adriano’ está determinada tanto pelas condições de produção do discurso quanto pelas formações imaginárias, ou seja, “o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Ainda referente à SD3, percebemos uma filiação de ‘Adriano’ à Formação Discursiva dominante (FD1), quando, através do seu testemunho, esteriotipa o “malandro” e estabelece uma diferença qualitativa entre este e as “boas amizades”, ou seja, há um pré-construído constituinte desse discurso que está ligado aos valores sociais que são atribuídos a determinados sujeitos que detêm ‘esta’ ou ‘aquela’ característica, pois segundo Pêcheux ([1975] 2014, p.142) o efeito de pré-construído é “a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito”, ou seja, ‘Adriano’, ao estereotipar, conforme SD3, a *malandragem* e as *boas amizades*, o faz a partir de um já-dito em outro lugar que permite a incorporação de pré-construídos à FD (GARBIN, 2020). Neste ponto, trazemos a concepção pecheutiana do “sempre já-sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.142) cuja identificação de um dado sujeito (ou grupo) com o significante “malandragem/malandro” o representa e o diferencia da(o) “não malandragem/não malandro”, que remete para aquele que nasce e vive em situação de privilégio, fora da periferia, e conseqüentemente, desfruta de superioridade dentro da estrutura da formação social.

Uma vez identificado com a FD dominante, o testemunho de ‘Adriano’ faz emergir outros sentidos possíveis para a palavra malandragem, ou seja, ao afirmar que *conviveu com a malandragem*, automaticamente, percebemos que o seu discurso está urdido por uma memória coletiva que associa ao malandro/malandragem características de quem ocupa um lugar de vadiagem, vagabundagem, ociosidade, corja, bando o que os difere, por sua vez, das boas amizades.

Após narrar alguns episódios de roubo em seu testemunho, em que o primeiro acontecera tendo como algoz o seu primo a uma loja de brinquedos de um shopping, de

onde foram subtraídos 3 (três) carros de brinquedo da *Hot wheels*, ‘Adriano’ testemunha o que denomina como “segundo dinheiro alto que eu consegui em um roubo”, conforme SD4 ‘Adriano’ – *Certo dia eu fiz um roubo de 12 mil Reais. Fiquei com a minha parte de 2.750 Reais. Isso foi o meu segundo dinheiro alto que eu consegui em um roubo. Arrependo-me muito [...]* – através do que é testemunhado por ‘Adriano’, notamos o que é verbalmente enunciado como arrependimento da ação praticada: *Arrependo-me muito [...]*. Sobre arrependimento, é importante pontuarmos que o mesmo decorre de um sentimento dado *a priori*, o que se configura, conforme os nossos gestos interpretativos, como o sentimento de culpa sentido por ‘Adriano’ pelo roubo praticado. Quanto ao sentimento de culpa, Gaspar (2007) assevera que

acompanhando as formulações de Freud sobre o sentimento de culpa, desde a primeira definição em 1907, em que esse sentimento é relacionado à *satisfação pulsional*, até a elaboração do conceito de superego, somos levados a constatar que *o sentimento de culpa expressa a presença irrevogável de uma satisfação, ainda que desprazerosa, para o sujeito* (GASPAR, 2007, p. 56, *grifos nosso*).

Esse arrependimento, ainda que textualmente marcado no testemunho em análise, segundo os nossos gestos de análise, é oriundo do medo de ser punido/preso através de uma ação policial realizada um dia após a prática do roubo, na comunidade onde morava, e não da tomada de consciência da realização de um ato, conforme FD da justiça, ilícito – SD5 ‘Adriano’ – *no dia seguinte a polícia federal fez uma operação com duzentos homens na favela onde eu morava. Achei que era pela minha causa, por isso fiquei assustado e com muito medo*, ou seja, ao demonstrar, inicialmente, arrependimento (SD4), ‘Adriano’ é atravessado pela FD dominante que, constituída ideologicamente por normas e regras que regem a sociedade contemporânea (FD1), determina o que é certo e errado de ser praticado/dito pelos sujeitos em suas relações sociais. No entanto, ao perceber que a ação policial não tinha como objetivo a sua busca/prisão, ‘Adriano’ desliza da FD1 para a FD da criminalidade (FD2) ao revelar que achava que a polícia estava realizando tal operação por sua causa e, *por isso fiquei assustado e com muito medo*, ou seja, o emprego da locução *por isso*, nos revela a razão pela qual ‘Adriano’ encontrava-se *assustado e com muito medo*, o que torna evidente o efeito de sentido de que o mesmo não estava arrependido pela ação ilícita ora praticada ao enunciar, conforme SD4 - *arrependo-me*, mas como podemos ver na SD5, o seu “arrependimento” era advindo do medo de uma possível punição por parte da polícia, não mostrando, com isso, um arrependimento em sua essência. A respeito de deslizamento de sentido, podemos

asseverar que o mesmo admite atravessamentos de outras posições-sujeito, de outras discursividades, de outras FDs. Dessa forma, os sentidos, tão plenamente assentados e estabilizados, pelo viés da memória discursiva, emergem no eixo intradiscursivo, e, no encontro da história com a atualidade, poderão deslizar, promovendo rupturas. A esse respeito, Indursky (2011, p. 71) assegura que,

[se] tais deslizamentos são da ordem do discurso, já não é mais suficiente pretender encontrar o sentido comportadamente circunscrito ao interior de uma matriz de sentido. Faz-se necessário perceber que os sentidos, [...] podem atravessar as fronteiras das FD onde se encontram, e deslizam para outra FD onde se encontram, inscrevendo-se, por conseguinte, em outra matriz de sentido.

Ao prosseguir com o seu testemunho, ‘Adriano’ narra a sua prisão no estado de Pernambuco, decorrente de um assalto realizado que resultou no roubo de um carro. Chama-nos atenção a abordagem da polícia, enquanto órgão de representação legal da FD1 e representante, conforme ideologia jurídica e a nossa estrutura social, do Aparelho Repressivo do Estado (ARE). SD6 ‘Adriano’ – *Quando chegamos no sítio, a polícia já estava de tocaia. Val conseguiu fugir, mais eu e o Etinho fomos pegos. Apanhamos muito da polícia, levamos até choque nos testículos.* Enquanto órgão legitimado pelo Estado, à polícia cabe(ria) manter a ordem e segurança da sociedade e dos bens públicos e privados, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas, no entanto, no testemunho de ‘Adriano’, fica evidenciada a truculência com a qual a polícia agiu, indo na contramão, agindo às avessas, se contra-identificando com o que é esperado e do que está legitimado em suas atribuições constitucionais. É, pois, a partir dessa violência policial que nos reportamos às teorizações de Althusser sobre os Aparelhos Repressores do Estado (ARE) que, segundo o autor, indica quando o Aparelho de Estado age pela ou no limite da força, e tem como principal característica a violência, podendo ela ser física ou não (ALTHUSSER, 1980, p. 43-44). Nesse sentido, quando ‘Adriano’, em seu testemunho, relata que *Apanhamos muito da polícia, levamos até choque nos testículos*, temos uma manifestação clara do poder repressivo que o Estado, representado pelos policiais e sua força, exerce para se impor. Ou seja, no aparelho repressivo o elemento primeiro é a violência, a repressão e a imposição, por meio da força, da vontade dominante e hegemônica.

Verificamos, pois, uma dissonância entre a FD1, a qual a Polícia está vinculada, com as atitudes dos sujeitos-policiais ora relatadas: *Apanhamos muito da polícia, levamos até choque nos testículos*, ou seja, “a contra-identificação é um trabalho do

sujeito do discurso sobre os dizeres e os sentidos que são próprios à FD que o afeta e, por conseguinte, se institui como forma de resistência à formas-sujeito e ao domínio de saberes que ela organiza” (INDURSKY, 1997, p. 66).

Ainda referente a ‘Adriano’, após o relato presente na SD6 que culminou em sua prisão na Penitenciária Dr. Ênio Pessoa Guerra, em Limoeiro, o mesmo se autodeclara um novo homem, como pode ser observado na SD7 – *A minha entrada aqui foi no dia 12 de Outubro de 2012. E agora, dia nove de Outubro de 2013, completo mais de um ano aqui sem audiência. A justiça daqui de Pernambuco é uma merda! Mas hoje posso dizer: Eu sou um novo homem!!! Graças a Deus.* O efeito de sentido de indignação e insatisfação de ‘Adriano’ com a justiça é aparente, apresentando queixa acerca da morosidade de sua audiência, bem como atribuindo à justiça pernambucana, devido a tal demora, a interjeição *merda!*, popularmente utilizada em contexto de depreciação.

Outro discurso relevante que emerge da SD7 é o de cunho religioso: *Mas hoje posso dizer: Eu sou um novo homem!!! Graças a Deus.* A expressão *novo homem* traz, conforme nossos gestos de análise, o efeito de mudança, onde a conjunção adversativa *mas* desempenha, discursivamente, o papel de negação/oposição a todas as práticas delituosas outrora realizadas e que, tal mudança aconteceu *Graças a Deus*. Acerca do discurso religioso, percebemos o tom de autoridade dado a Deus, ao qual é atribuído o fato de ‘Adriano’ ser *um novo homem*.

Essa interpelação de ‘Adriano’ em sujeito cristão, configurando-se, a partir do momento em que ele se autointitula “*um novo homem!!! Graças a Deus*”, o desvencilha de uma vida ligada à criminalidade (antiga vida) e o coloca em uma posição de *novo homem*, ou seja, ao assumir tal condição, via funcionamento discursivo religioso, percebemos que ‘Adriano’ nega, sem mostrar culpa ou arrependimento aparente, as práticas delituosas cometidas anteriormente ao assumir a posição de *novo homem*. Conforme Orlandi (1987, p. 15)

Como, na ordem do discurso religioso, o sujeito se marca pela submissão, isso propicia múltiplas espécies de manipulação. Mesmo porque podemos ver a religião como forma de controlar a agressividade desconhecida. E, nesse caso, converter é pacificar.

Retomando Orlandi (2005), observamos que os diferentes sentidos encontrados em diferentes enunciados remetem às memórias e às circunstâncias externas, mostrando que o sentido não está apenas nas palavras e no texto propriamente dito, mas na tensa relação de forças, pois os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. Assim, ao dizer que é *um novo homem!!! Graças a Deus*, ‘Adriano’ marca a presença da

exterioridade, não-dita, mas que é constitutiva em todo o dizer, pois aponta para o poder transformador e de superioridade do plano divino (Deus) ao qual, graças a Deus, o transformou em um novo homem.

Abandonado no berço da maternidade, rejeitado pela mãe desde o nascimento e criado pelo avô alcoólatra, Pedro testemunha uma infância marcada por dor e sofrimento. Aos sete anos de idade foi morar na rua e teve a sua primeira experiência com o mundo das drogas, como podemos observar na SD1 ‘Pedro’ – *Aos sete anos fui para a rua e passei a viver de sofrimentos, entre fomes, mal dormidos, onde conheci alguns amigos de rua. Conheci a cola e várias outras drogas. Um dia, não suportando mais, pedi a Deus que ele me levasse ou a morte viesse me buscar. Não suportava mais tantos sofrimentos.* Além da situação de vulnerabilidade social que marca a vida de ‘Pedro’ desde sua infância, percebemos uma relação de intimidade religiosa com Deus, marcada em todo testemunho. Deus, na condição de produção em que ‘Pedro’ se encontrava, era a instância mais alta e provável de resolver aquele sofrimento. De acordo com Orlandi (2009a, p.39), o discurso se constitui a partir de determinadas condições de produção, que funcionam a partir de alguns fatores, sendo um desses fatores, a relação de sentidos, ou seja, na posição-sujeito marcada por tanta dor e sofrimento: *Não suportava mais tantos sofrimentos*, Deus seria a única possibilidade para cessar tal situação.

Givanildo, por sua vez, relata em seu testemunho uma infância pobre vivida em uma pequena cidade do interior de Pernambuco. Filho de pais agricultores, sempre recebeu incentivo para estudar. No entanto, ao relatar os crimes cometidos, demonstra uma filiação com a FD2, da criminalidade, conforme SD1 ‘Givanildo’ – *O meu nome foi ficando conhecido no mundo do crime. A minha família quis tirar-me de Olinda para o interior, porque eu estava exagerando nas coisas erradas. Deixei de estudar e de trabalhar no bar. Comecei a traficar drogas e me envolver com homens perigosos [...].* A partir dos nossos gestos analíticos, percebemos que ‘Givanildo’ demonstra certo orgulho em ter se tornado conhecido no mundo do crime pelos delitos praticados, gerando um efeito de sentido dissonante ao da sua família que tentou afastá-lo da cidade onde morava, uma vez ele *estava exagerando nas coisas erradas*. É interessante pensarmos em como essas “*coisas erradas*” significam diferente de acordo com a FD em que se esteja identificado. Para a família de ‘Genivaldo’, aparentemente identificada com a FD1, contrária a toda e qualquer ilicitude, a expressão “*coisas erradas*” significa aquilo que vai de encontro ao que é certo, lícito. Ou seja, uma vez identificados com a FD1, são as Leis e sua ideologia jurídica que determinam tal juízo. Todavia, ao tomarmos a expressão “*coisas erradas*” a partir da ótica de ‘Genivaldo’, nossos gestos interpretativos apontam para a

ligação de expressão com a fato dele ter deixado de estudar e de trabalhar no bar, e não pela realização de práticas ilícitas.

Após ser preso, ‘Givanildo’ reflete sobre os crimes que havia cometido e apresenta-se arrependido: SD2 ‘Givanildo’ – *Após todo esse tempo, hoje reflito melhor. Tenho mais esperança, e sei que por mais sofrimento que causei à família de alguém o arrependimento bateu na porta e através desse arrependimento vou fazer o meu destino ser diferente do meu passado.* Podemos observar uma ressignificação no discurso de ‘Givanildo’, hoje demonstrando-se arrependido de tudo que fez no passado. Tal deslizamento de sentido faz com que ‘Givanildo’ se inscreva em outra FD, contrária, nesse sentido, à da criminalidade, pois conforme Indursky, o sujeito pode “desidentificar-se de algum saber e identificar-se com outro. Esta possível movência dos sentidos pode ser captada pelo viés dos processos semânticos que se instauram no discurso” (INDURSKY, 2011, p. 71).

Ainda referente à ‘Givanildo’, o mesmo assevera que o estudo tem papel fundamental em seu processo de mudança, conforme SD3 ‘Givanildo’ – *Depois que dei mais atenção aos estudos me tornei outra pessoa. Até os meus parentes perceberam essa mudança. De certa forma, o estudo foi o instrumento principal da minha mudança. Foi através do estudo que a professora Ângela implantava as mensagens todos os dias. Ali foi onde comecei a entender que a vida não acaba aqui, e mesmo sendo privados da nossa liberdade temos o direito de escolher seguir em frente, ou parar e pensar nas consequências futuras.* Nesse sentido, como assevera Maeyer (2013)

O processo educativo tem início quando o detento torna-se (provisoriamente) um educando e este educando encontra sua identidade social e afetiva profunda. Com esse estatuto de educando, reconhecido por si e pelos outros, ele poderá desenvolver os projetos para si e para os outros (MAEYER, 2013, p.43).

Esse papel efetivo de transformação na/da educação na vida do sujeito também foi textualizado por ‘Walter’ em seu testemunho, a saber: SD7 – *Ao chegar em Limoeiro, resolvi voltar a estudar na escola. Foi a melhor coisa que me aconteceu. Conclui o ensino fundamental, e hoje estou no ensino médio. Na escola conquistei várias coisas, uma das mais importantes foi o projeto sobre as crônicas. A minha crônica foi uma das escolhidas para participar do concurso literário do escritor paulista “Laé de Souza”.* Dessa forma, ainda que o ambiente prisional seja um lugar de confronto diário e, conforme FD dominante, de punição aos sujeitos que infringiram alguma Lei, a escola em ambiente de prisões funciona como espaço em que há lugar para o criativo, para as

invenções e outras potencialidades, podendo favorecer à ressocialização. É, pois, nessa relação paradoxal existente entre a prisão, enquanto ARE com normas que são garantidas pela coercitividade estatal, e a escola em contexto de prisão, enquanto AIE, que sujeitos buscam ressignificar as suas subjetividades.

Passaremos, no Bloco temático seguinte, às discussões acerca do papel da memória no processo (re)construção dos sentidos.

BLOCO TEMÁTICO II - Marcas de (re)construção da memória nos testemunhos dos sujeitos privados de liberdade.

Quadro 6 - SDs analisadas no Bloco temático II

SD	AUTOR
<i>SD1 - Tudo começou quando eu era muito criança. Segundo alguns parentes, como prima, tio e até a minha mãe, o meu pai se aborreceu comigo por eu estar doente e chorar muito, e me jogou dentro de um partido de bananeiras do sítio no qual morávamos. Pior foi que ele não permitiu que a minha mãe fosse me pegar de volta. Mas Deus é misericordioso e enviou a minha prima para me resgatar. Depois fui devolvido para os meus pais. O tempo foi passando. A minha família nunca foi uma família bem estruturada. Quando eu tinha mais ou menos uns sete anos de idade, os meus pais brigavam muito.</i>	Edvaldo
<i>SD2 - Nesta altura eu sabia que Rosa já não estava mais me esperando e tinha voltada para casa da mãe dela. Quando cheguei em casa, eu tive contato com ela, marquei um encontro e a espanquei. Hoje reconheço que eu era uma pessoa perversa. Dias depois a mãe dela deu parte de mim. Quase que eu fiquei preso.</i>	Edvaldo
<i>SD2 - Depois de adulto, pela primeira vez eu conheci o mal que tinha plantado. Comecei a provar o amargo da maldade. Várias noites foram programadas para tirar a minha vida.</i>	Pedro
<i>SD1 - Quem não gostaria de ter uma nova oportunidade na vida? Quem em alguma situação não pensou em nascer de novo? Jesus disse: — Eu afirmo ao Senhor que isto é verdade: Ninguém pode entrar no reino de Deus se não nascer da água e do espírito. Quem nasce de pais humanos é um ser de natureza humana. Quem nasce do espírito é um ser de natureza espiritual.</i>	Anselmo

Fonte: elaboração do autor (2023).

Ao partirmos da ideia de que toda produção discursiva traz à baila enunciados anteriores, pondo em circulação saberes que podem ser repetidos, refutados, transformados (COURTINE, 1981), chegamos à noção de memória discursiva que “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos” (*ibid.*, p. 53). Propomos, nesse sentido, saber como o

trabalho da memória, no domínio de uma dada FD, possibilita a lembrança, a repetição, a refutação e uma quebra do regime de regularização dos sentidos.

Marcado por um contexto de infância violenta, os testemunhos aqui analisados são constituídos por fatos que revelam os dramas sociais e familiares dos sujeitos privados de liberdade em questão. Assim como já mencionado anteriormente, a violência doméstica perpassa a realidade e constitui a memória familiar/social e discursiva dos apenados. Edvaldo, por sua vez, teve a sua infância marcada, desde quando era muito criança, pela violência praticada pelo pai contra ele, sua mãe e seus irmãos. Nesse sentido, é salutar pontuarmos que as violências sofridas por ele, bem como as que testemunhava quando criança, funcionam, conforme Indursky (2011, p. 75) como “lugar de memória” que reverbera no que é testemunhado, conforme observamos na SD1 de ‘Edvaldo’ - *Tudo começou quando eu era muito criança. Segundo alguns parentes, como prima, tio e até a minha mãe, o meu pai se aborreceu comigo por eu estar doente e chorar muito, e me jogou dentro de um partido de bananeiras do sítio no qual morávamos. Pior foi que ele não permitiu que a minha mãe fosse me pegar de volta. Mas Deus é misericordioso e enviou a minha prima para me resgatar. Depois fui devolvido para os meus pais. O tempo foi passando. A minha família nunca foi uma família bem estruturada. Quando eu tinha mais ou menos uns sete anos de idade, os meus pais brigavam muito. A estruturação do discurso que se instala no funcionamento discursivo de ‘Edvaldo’, configura-se em um percurso atravessado por efeitos de sentidos diversos que se entrelaçam para fazer significar o ciclo de violência, submetida aos desmandos da dominação histórica exercida pela figura masculina/paterna, bem como da negação aos direitos fundamentais da criança e da mulher. Percebemos, assim, na relação de violência exposta na SD1, o que Orlandi (2002, p. 39) denomina como relação de força. Para a autora, “segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se ele falasse do lugar de aluno[...]”.*

Ainda referente a SD1, percebemos que a posição-sujeito ocupada por ‘Edvaldo’ no seio familiar é, hierarquicamente, segundo os moldes de organização de nossa sociedade, inferior ao do seu pai, o que nos possibilita afirmar, segundo gestos analíticos e rede de memória construída acerca do patriarcado e machismo, que tal posição de oprimido o coloca em desvantagem frente à posição ocupada pelo pai. Chama-nos a atenção o fato de ‘Edvaldo’, ao atingir a vida adulta, revelar, em seu testemunho, um episódio de agressão que praticou contra a sua então ex-esposa que fora rejeitada e abandonada por ele antes mesmo do episódio relatado: SD2 ‘Edvaldo’ - *Nesta altura eu*

sabia que Rosa já não estava mais me esperando e tinha voltada para casa da mãe dela. Quando cheguei em casa, eu tive contato com ela, marquei um encontro e a espanquei. Hoje reconheço que eu era uma pessoa perversa. Dias depois a mãe dela deu parte de mim. Quase que eu fiquei preso. Percebemos, via gestos analíticos, que a posição-sujeito vítima/oprimido, anteriormente ocupado por ‘Edvaldo’, desliza e dá lugar a uma forma-sujeito que se desidentifica com a FD anterior e passa a se identificar com a FD de agressor. Para Pêcheux (1975), a forma-sujeito, ou seja, o Sujeito do Saber de uma Formação Discursiva (FD) preenche o lugar do sujeito, que não é, portanto, vazio. Dessa maneira, é por meio da Forma-Sujeito que o sujeito se inscreve na FD.

Ao considerarmos que o sentido não está nas palavras, e que existe tensão, incompletude e falha entre o sujeito e a FD a qual encontra-se vinculado (VINHAS, 2019), analisaremos o seguinte trecho pertencente à SD2: *marquei um encontro e a espanquei. Hoje reconheço que eu era uma pessoa perversa.* Ao admitir a sua perversão, oriunda do espancamento da sua ex-esposa, percebemos que ‘Edvaldo’ tem ciência do ato que cometera, mas ainda assim, o fez sob a esteira do funcionamento ideológico dominante. Apesar de reconhecer que não tem mais nenhuma relação conjugal com a sua ex-esposa, ele, apesar disso, sente-se no direito de espancá-la. Nesse sentido, a ideologia se traduz na imposição da hegemonia de uma classe sobre as demais, ou seja, na capacidade que a classe dominante tem de tornar predominantes seus interesses e necessidades.

Nesse sentido, ainda que ‘Edvaldo’ tenha sido exposto durante grande parte de sua infância e adolescência a cenas de violência e, por muitas vezes, se revoltado contra elas, percebemos que escapa, em seu testemunho, uma incongruência entre o que se diz e o que se faz, o que conforme as nossas análises, é característica da FD machista e/ou patriarcal.

Na SD2 de ‘Pedro’ - *Depois de adulto, pela primeira vez eu conheci o mal que tinha plantado. Comecei a provar o amargo da maldade. Várias noites foram programadas para tirar a minha vida.* – ao analisarmos a SD em questão, somos conduzidos, enquanto analistas, a um lugar de interpretação que faz emergir a exterioridade que atravessa tal discurso e, por conseguinte, como sentidos são recuperados pela memória discursiva. Para tanto, evocamos Orlandi:

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo de entremeio, da relação, da falta, do movimento. (...) Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua, e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva,

por um saber/poder/dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2013a, p. 50-51).

Destacamos dois segmentos discursivos que trazem marcos temporais significativos conforme os nossos gestos analíticos: *Depois de adulto e pela primeira vez*, ou seja, segundo ‘Pedro’, foi depois de adulto que ele, pela primeira vez, pôde sentir o mal que havia plantado, trazendo à tona a memória discursiva que opera na constituição de seu discurso, pois para Orlandi (2013a, p. 31) “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É desse jogo que tiram seus sentidos”. Assim, ‘Pedro’, uma vez submetido a dadas situações (determinantes para a sua construção discursiva atual), refletiu acerca do *mal que tinha plantado*. O verbo ter, no pretérito imperfeito (tinha), marca uma retomada a um já-dito/já-vivido que surge no testemunho de ‘Pedro’ afetado pelo esquecimento que, conforme Pêcheux (2014), é estruturante, uma vez que constitui a subjetividade e o processo de sentidos. Para o autor, o esquecimento é dividido em duas categorias intrínsecas ao discurso, a saber: o esquecimento de número 2, que é da ordem da enunciação, indica o equívoco do discurso, ou seja, que o dizer poderia ser outro. Essa significação se dá a partir de escolhas discursivas. Já o número 1, de ordem ideológica, se dá pelo inconsciente e traz a ilusão de que somos donos daquilo que dizemos, que o discurso é novo.

Ainda referente à SD2 ‘Pedro’, em - *Comecei a provar o amargo da maldade. Várias noites foram programadas para tirar a minha vida*, o uso do adjetivo amargo, que tem carga semântica associada à sabor/coisa de gosto desagradável, segundo os nossos gestos interpretativos, tem o efeito de sentido de que ‘Pedro’ tinha discernimento das práticas cometidas anteriormente.

Analisemos agora como o discurso religioso, revestido do que Indursky (2011, p. 75) denomina de “regime de repetibilidade” ganha sentido e regularização nos testemunhos dos sujeitos privados de liberdade ora analisados. É importante, pois, marcarmos que partiremos das Formações discursivas dominantes, aqui representadas como FD da Justiça (FD1), cujas raízes estão nos discursos do Direito, Estado e religioso, nos interessando, neste momento, este último; e da FD da criminalidade (FD2), avessa, nesse sentido, a tudo que é postulado pela FD1.

Anselmo, apenado que durante toda a sua infância morou com os pais e que relata ter sido feliz e vivido em uma boa família, traz em seu testemunho uma discursividade que nos remete ao discurso religioso, a saber: SD1 ‘Anselmo’ - *Quem não gostaria de ter*

uma nova oportunidade na vida? Quem em alguma situação não pensou em nascer de novo? Jesus disse: — Eu afirmo ao Senhor que isto é verdade: Ninguém pode entrar no reino de Deus se não nascer da água e do espírito. Quem nasce de pais humanos é um ser de natureza humana. Quem nasce do espírito é um ser de natureza espiritual. Podemos observar, a partir da SD1, que o discurso de ‘Anselmo’ está atravessado por já-ditos de raízes religiosas acerca do perdão e arrependimento. Isso é evidenciado, sobretudo, quando ‘Anselmo’ indaga sobre o desejo de ter uma nova oportunidade na vida, ou seja, essa nova oportunidade marcaria a possibilidade de sua trajetória de vida poder ser escrita de forma diferente. Esse discurso religioso fica claro, uma vez que, segundo a doutrina cristã, o dom da vida é determinado por Deus.

Desse modo, Deus é mostrado, tanto na SD1 de ‘Anselmo’ quanto na SD7 de ‘Adriano’ (vide Bloco temático I), como aquele que conduz os seus sujeitos interpelados a abandonarem uma determinada FD (criminalidade), desidentificando-se com ela e a inscreverem-se em outra FD (religiosa). É nesse sentido que

A ideologia, por sua vez, é a interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários: A ideologia não é, pois, ocultação mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido de refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro (ORLANDI, 2004, p. 31).

É interessante, nesse sentido, atentarmos para a situação em que ‘Anselmo’ se encontrava quando da escrita do testemunho: privado de liberdade, cumprindo pena em uma penitenciária, ou seja, partimos, pois, da ideia de que ‘Anselmo’, pela condição que se encontra(va) - cumprindo pena por um crime que, conforme a Lei brasileira, requer a reclusão do sujeito, estaria filiado à FD da criminalidade, avesso às Leis, fato este que o levou até ali. Essa ressignificação que acontece no discurso de ‘Anselmo’, é fruto desse lugar de memória que os dogmas cristãos estabelecem. Essa repetibilidade, esse dizer de outra forma, ressignifica os saberes e faz surgir novos discursos, conforme Indursky (2011, p. 77) “se por um lado a repetição é responsável pela cristalização dos sentidos, por outro, também é a repetição que responde por sua movimentação/alteração. Ou seja, os sentidos se movem ao serem produzidos a partir de outra posição-sujeito ou de outra matriz de sentido”.

A partir de um outro segmento discurso da SD1 ‘Anselmo’ - *Quem nasce de pais humanos é um ser de natureza humana. Quem nasce do espírito é um ser de natureza espiritual*, percebemos, através dos nossos gestos de análise, um efeito parafrástico, ou

seja, ao repetir um discurso de matriz de sentido bíblica, ‘Anselmo’, por ser de natureza humana, assume ser passível de pecar, logo, gostaria de ter uma nova chance. Assim, podemos afirmar, corroborando com Indursky (2011) que os sentidos não são anteriores à filiação a redes de significação. Eles precisam, por sua vez, inscrever-se em uma FD para lá receberem seu sentido. Entendemos, pois, essa nova chance como uma possibilidade que ‘Anselmo’ teria, via funcionamento discursivo religioso, de demonstrar-se arrependido de todos os crimes já cometidos.

BLOCO TEMÁTICO III - O processo parafrástico nas produções testemunhais dos sujeitos em privação de liberdade.

Quadro 7 - SDs analisadas no Bloco temático III

SD	AUTOR
<i>SD8 - Aos quatro anos de idade, uma terrível fatalidade aconteceu. O meu pai Janaiuton matou a minha mãe Wanda.</i>	Walter
<i>SD1 - O meu pai, a pesar de ser um homem rude e ignorante, era um homem muito trabalhador. Não deixava o alimento faltar [...] O maior defeito dele era a bebida alcoólica. Tinha o hábito de ingeri-la com frequência, e quando estava sob efeito de álcool, costumava brigar e agredir a sua esposa na frente de nós, os seus filhos pequenos.</i>	João
<i>SD2 - Agora eu estava vivendo foragido, fazendo assaltos e cometendo homicídios em troca de dinheiro. Não sentia remorso ao cometer os homicídios. Ao cometê-los pensava que aquilo deveria realmente acontecer, pois se Deus não quisesse, teria acontecido algo para me impedir.</i>	João
<i>SD3 - Enfim mais uma vez Deus cumpriu com o que eu pedi, mas eu, ao chegar do outro lado, não cumpri como eu tinha prometido a Deus. Comecei novamente a frequentar pontos de prostituição.</i>	Edvaldo
<i>SD3 - Deus, se tu verdadeiramente és o Deus daquela mulher, que livrou ela da minha mão mais o marido dela, me livra da mão desses perversos. Não deixe tirar a minha vida. Eu te aceito como Deus e o único Salvador da minha vida. Eu te prometo, enquanto vida eu tiver, não faço mal algum a ninguém mais. Só faço o bem.</i>	Pedro
<i>SD9 - O agente voltou e me perguntou de novo: -- O que foi isso aí? – Eu disse a mesma ideia de antes e me segurei até o fim. O agente não acreditou e deu uma mãozada por cima do meu ouvido, tão forte que eu girei três vezes. Depois o agente e o chaveiro começaram a me espancar do jeito que podiam. O agente me botou para o castigo. Lá passei 18 dias, só porque eu não tinha ‘cabuetado’ (= entregado) o safado. Tinha levado uma furada, fui para o castigo, sendo eu a vítima, e quando sai do castigo, o chaveiro mandou ainda me isolar no pavilhão B. Quando eu cheguei no pavilhão B, levei outra pisa.</i>	Walter

Fonte: elaboração do autor (2023).

Ao tomarmos as produções textuais dos sujeitos privados de liberdade como testemunho, observamos, em suas discursividades, que alguns temas/assuntos frequentemente se repetem. Para Pêcheux, as condições de produção trazem os lugares sociais, as relações de força, as tensões entre os “já-ditos” e os “a-dizer” e tomadas de posição do sujeito discursivo. Desta forma, o discurso dos apenados adquire significados a partir das condições de sua produção e as expressões, palavras e proposições têm seu sentido conforme a posição por eles sustentada. Conforme Orlandi (2013a), a análise discursiva não considera a linguagem como um sistema abstrato. Todavia, leva em consideração, entre outras coisas, os “processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2013a, p. 16).

Nesse sentido, o nosso movimento de interpretação e análise leva-nos às condições de produção desses discursos, que foram produzidos sob a posição-sujeito de apenados, e revelam, como fio interdiscursivo, o contexto de violência doméstica e vulnerabilidade vivido por seus autores. Sobre condições de produção, à luz dos construtos teóricos de Orlandi (2013a), além do sujeito e a situação, também é parte constituinte do discurso, a memória.

Retomando o testemunho de ‘Walter’, observamos a seguinte SD8 ‘Walter’ -***Aos quatro anos de idade, uma terrível fatalidade aconteceu. O meu pai Janaiuton matou a minha mãe Wanda.*** Via memória discursiva, percebemos que esse sujeito é atravessado por uma memória de violência que o constitui. Nesse sentido, o seu discurso é afetado por discursos outros que, postos à baila, estabelecem uma relação direta entre passado e presente. Acerca do interdiscurso, Orlandi assevera que se caracteriza como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito e que está na base do dizível” (ORLANDI, 2012, p. 31).

Tal condição de produção de sujeito privado de liberdade, vítima de violência doméstica, não é observada apenas em ‘Walter’, uma vez que há repetição dessas mesmas situações em diferentes testemunhos, a saber: João, nascido e criado por seus pais junto a outros 6 (seis) irmãos, em uma família humilde e bastante conturbada devido ao álcool, testemunha o contexto de violência ao qual era exposto: SD1 ‘João’ - ***O meu pai, a pesar de ser um homem rude e ignorante, era um homem muito trabalhador. Não deixava o alimento faltar [...] O maior defeito dele era a bebida alcoólica. Tinha o hábito de ingeri-la com frequência, e quando estava sob efeito de álcool, costumava brigar e agredir a sua esposa na frente de nós, os seus filhos pequenos.*** Mais uma vez, o contexto de violência atravessa e constitui a memória familiar desses sujeitos. Em ‘João’, o uso da

locução prepositiva *apesar de*, nos revela, a partir de nossos gestos, um efeito de sentido de admiração existente de ‘João’ para com o seu pai, ou seja, *a pesar de ser um homem rude e ignorante, era um homem muito trabalhador. Não deixava o alimento faltar*. Esse discurso cristalizado socialmente, onde, ainda que se viva em situação de violência e em constante desrespeito aos direitos fundamentais do ser humano, tem raízes nos discursos machistas e patriarcais. ‘João’ considerava o seu pai um homem muito trabalhador por não deixar o alimento faltar, **apesar de** ser rude e ignorante. Esse movimento parafrástico de ‘João’ em relação ao discurso de seu pai, ou seja, ainda que dito de outra forma, ‘João’ está inscrito em uma matriz de sentido que ressoa e é atravessada por uma FD machista e patriarcal. Cabe reiterar que a paráfrase caracteriza-se como matriz dos sentidos, uma vez que o “o jogo de paráfrases é que dá as distâncias (relativas) dos sentidos na relação de diferentes formações discursivas. Pelas paráfrases, os sentidos (e os sujeitos) se aproximam e se afastam. Confundem-se e se distinguem” (ORLANDI, 1990, p. 41).

Em outra passagem do testemunho de ‘João’ percebemos uma ressignificação do discurso religioso: SD2 ‘João’ – *Agora eu estava vivendo foragido, fazendo assaltos e cometendo homicídios em troca de dinheiro. Não sentia remorso ao cometer os homicídios. Ao cometê-los pensava que aquilo deveria realmente acontecer, pois se Deus não quisesse, teria acontecido algo para me impedir*. Conforme podemos observar na SD supracitada, ‘João’ afirma não sentir remorso quando da prática dos homicídios que cometera, pois, se não devessem acontecer, Deus o impediria. Observamos nesta SD que a Deus é dada/atribuída a responsabilidade da permissão para que tais crimes fossem cometidos - *se Deus não quisesse, teria acontecido algo para me impedir*. Nesse sentido, temos como efeito de sentido um deslocamento do que é pregado na FD cristã (discurso do verdadeiro), cuja imagem de Deus é atribuída à vida e nunca à morte (entendida, neste contexto, como forçada – ‘homicídio’). Ou seja, temos “a produção da diferença” (ORLANDI, 1998, p.15). Esse efeito metafórico é possível devido ao trabalho da memória, sendo essencial, para que entendamos esse movimento contraditório existente entre paráfrase e polissemia a relação existente não apenas entre os locutores e a situação, mas a destes com a exterioridade.

Outro ponto interessante das análises que empreendemos nesta pesquisa é que há repetibilidade de temas/assuntos nos testemunhos analisados, no entanto, não necessariamente as suas discursividades apontem para um mesmo lugar. SD3 ‘Edvaldo’ – *Enfim mais uma vez Deus cumpriu com o que eu pedi, mas eu, ao chegar do outro lado, não cumpri como eu tinha prometido a Deus. Comecei novamente a frequentar pontos*

de prostituição., e SD3 ‘Pedro’ – Deus, se tu verdadeiramente és o Deus daquela mulher, que livrou ela da minha mão mais o marido dela, me livra da mão desses perversos. Não deixe tirar a minha vida. Eu te aceito como Deus e o único Salvador da minha vida. Eu te prometo, enquanto vida eu tiver, não faço mal algum a ninguém mais. Só faço o bem. Podemos perceber nas SDs de ‘Edvaldo’ e ‘Pedro’ a predominância do discurso religioso, no entanto, um reporta à reincidência do não cumprimento com o que havia prometido a Deus (deixar a vida que o havia levado à prisão), conforme a seguinte passagem: *Deus cumpriu com o que eu pedi, mas eu, ao chegar do outro lado, não cumpri como eu tinha prometido a Deus.,* assumindo, segundo nossos gestos analíticos, a *mea culpa* frente aos erros cometidos. Já em ‘Pedro’, temos, frente a uma situação iminente de perigo, a realização de uma promessa que seria cumprida caso Deus o livrasse *das mãos desses perversos*. Salientamos, ainda, o uso do adjetivo *perversos*, geralmente usado para designar aqueles sujeitos que têm má índole, que têm tendências à prática de crueldade, ou seja, em um processo de deslizamento e sentido, ‘Pedro’ clama a Deus por seu livramento das mãos dos *perversos*, no entanto, fora ele o perverso em outrora - *que livrou ela da minha mão mais o marido dela, me livra da mão desses perversos.*

Ainda sobre a SD3 de ‘Pedro’, a partir dos nossos gestos analíticos, fica evidente, através da aplicação de uma paráfrase, a tentativa de barganha do mesmo para com Deus ao afirmar que caso Deus não permita que o tirem a vida, ele, Pedro, o aceitaria como seu salvador. Ou seja, essa seria a condição para que Pedro o aceitasse, prometendo-o, por sua vez, enquanto vida tiver, não fazer mais mal a nenhuma outra pessoa.

Outro ponto que nos chama a atenção nos testemunhos dos sujeitos privados de liberdade em análise, é como a força policial estabelece uma contradição frente ao real papel que deveria ser desempenhado. Relatos de violências e tortura são frequentemente testemunhados e, silenciando os Direitos humanos, constituem as leis que operam naquele contexto. Ao voltarmos ao testemunho de ‘Walter’, onde o mesmo relata uma briga com outro apenado que culminou em ferimentos e, decorrente disso, o mesmo precisou ser encaminhado à enfermaria, ‘Walter’ narra: SD9 – *O agente voltou e me perguntou de novo: -- O que foi isso aí? – Eu disse a mesma ideia de antes e me segurei até o fim. O agente não acreditou e deu uma mãozada por cima do meu ouvido, tão forte que eu girei três vezes. Depois o agente e o chaveiro começaram a me espancar do jeito que podiam. O agente me botou para o castigo. Lá passei 18 dias, só porque eu não tinha ‘cabuetado’ (= entregado) o safado. Tinha levado uma furada, fui para o castigo, sendo eu a vítima, e quando sai do castigo, o chaveiro mandou ainda me isolar no pavilhão B.*

Quando eu cheguei no pavilhão B, levei outra pisa. Em nossos gestos de análise, percebemos que o sujeito privado de liberdade é silenciado, uma vez que, ainda que esteja relatando a verdade, a sua condição de apenado faz com que a sua versão da história seja sempre apagada, ou seja, “[...] proibem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 76). Nesse ínterim, para não sofrer agressão, cabe ao apenado a obediência integral às leis do sistema carcerário, conforme Vinhas (2014, p. 22), “[...] o sujeito é levado a se identificar com os sentidos de que o lugar dele é ali, naquelas condições”, ou seja, em condição de negação, aceitação e silenciamento.

Nessa direção, Orlandi (2007, p. 24) reflete acerca do silenciamento como censura ao explorar a política do silêncio, dito de outro modo, o ato de silenciar, de tornar silêncio aquilo que não se quer fazer/deixar ver para driblar determinados sentidos. A respeito da política do silêncio, Orlandi (2007, p. 24) as subdivide da seguinte forma: “I) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente outras palavras); e II) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)”, ou seja, quando ‘Walter’ afirma que *O agente me botou para o castigo. Lá passei 18 dias, só porque eu não tinha ‘cabuetado’ (= entregado) o safado. Tinha levado uma furada, fui para o castigo, sendo eu a vítima [...]*, o fato de ele, ‘Walter’, não ter delatado o sujeito que se envolvera na briga alude ao que é postulado por Orlandi, pois o silêncio local se direciona à censura que é imposta no cotidiano carcerário, tendo em vista que o obrigar a dizer também é uma marca deste sistema. “Aí entra toda a questão do ‘tomar’ a palavra, ‘tirar’ a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc.” (ORLANDI, 2007, p. 29).

Salientamos, ainda, que esse obrigar a dizer o que precisa ser ouvido, ainda que o que fora relatado tenha sido a verdade, nos remete a um efeito de sentido de que no cárcere, somente se pode expressar aquilo que é permitido e adequado de acordo com a Formação Ideológica (FI) que constitui o sistema, isso porque, no que diz respeito às penitenciárias e seus agentes, observamos a materialidade do sistema agindo por meio de sua força ideológica. Tal materialidade se dará, sobretudo, a partir das relações de poder que aí estarão em funcionamento, sendo estas promovidas pela hierarquia que existe entre as diferentes posições ocupadas no interior do sistema que, por sua vez, representam, conforme Althusser (1999, p. 1991), o ARE.

Ainda considerando a SD9 de ‘Walter’, nos deparamos com um processo de desvalorização da singularidade do sujeito, pois à medida que Walter passa por todos

esses processos de humilhação, a sua subjetividade enquanto sujeito-de-direito é reduzida a apenas corpo, conforme afirma Vinhas (2014) à luz das teorizações de Haroche (1992)

A humilhação reduz o sujeito a corpo, individualizando-o, e esse processo é característico da sociedade de consumo, dita democrática, possível pela forma-sujeito de direito. [...] a passividade na qual o indivíduo é alocado conduz à humilhação, à impotência, não encontrando mais sentido na sociedade, tampouco em si mesmo (VINHAS, 2014, p. 50-51).

Ao analisarmos as autobiografias dos sujeitos privados de liberdade, em certo limite, damos voz às experiências traumáticas vividas pelos sujeitos produtores dos testemunhos analisados. Nas condições de produção da atualidade que abrigam o acontecimento e, por conseguinte, o lugar de memória que ele instaura – um efeito de reivindicação vem à tona à medida que os nossos gestos analíticos evidenciam uma repetição de eventos de violência na base familiar desses sujeitos, conforme mostramos ao longo do trabalho.

Portanto, ao refletirmos sobre os testemunhos aqui apresentados, pelo viés da AD, chegamos ao seguinte entendimento: este trabalho se une, de certa forma, a milhares de vozes de sujeitos privados de liberdade. Vozes, quase sempre, censuradas e descredibilizadas. Caracteriza-se, ainda, como espaço de resistência – à medida que ecoa, via discursividades apresentadas, as diferentes situações de vulnerabilidade e violência sofridas pelos apenados antes e durante a privação de liberdade. É uma homenagem à memória da resistência de todos aqueles que pensam na criação de projetos de desencarceramento e visam à abolição das prisões como estratégia de punição. É, por fim, um apelo a todas as esferas governamentais para que se assegurem políticas públicas que garantam os direitos mínimos à educação, à saúde e à segurança a todo ser humano sem quaisquer violações dos Direitos Humanos.

PARA EFEITOS DE UM PONTO FINAL

Trabalhar com a AD enquanto aporte teórico-metodológico não é tarefa fácil. O sentimento de insatisfação e de um querer dizer sempre mais, mesmo sabendo que não é possível dizer tudo, inquieta o analista. Estabelecer um efeito de finalidade para esse trabalho nos traz à tona essa sensação de incompletude – traço fundante do sujeito e da linguagem.

De qualquer forma, faz-se necessário que tenhamos a ilusão de termos chegado à “conclusão” neste último item. Logo, abordamos nesta pesquisa o que entendemos ser fulcral para o trabalho com AD e a constituição do seu aparato teórico-metodológico enquanto disciplina de entremeios, ressaltando, através do *corpus* e das análises aqui realizadas, reflexões que versam sobre que discursos são retomados, via interdiscurso, nas produções de textos de sujeitos em privação de liberdade e até que ponto essas produções podem ser usadas como subterfúgio para dissimular a sua formação ideológica. Assim, buscamos compreender o modo como os discursos de estudantes do gênero masculino, em situação de privação de liberdade, produzem efeitos de sentido de culpa e de arrependimento ao construírem narrativas sobre as suas próprias vidas.

Para tanto, propusemos um diálogo entre a AD e diferentes campos epistemológicos que, de forma dialética, nos proporcionaram um olhar analítico para as discursividades presentes nos testemunhos de tais sujeitos acerca de suas condições de produção sócio-históricas, dos efeitos de sentido que evidenciam a maneira desses discursos significarem através da história, da ideologia que o atravessa por meio das FDs, da memória discursiva e do silêncio, até a possível ressignificação desses discursos.

Dessa forma, não objetivamos estabelecer uma via de interpretação unívoca para as análises, pois entendemos que outras reflexões podem ser geradas a partir da mesma materialidade discursiva, tendo em vista que os sentidos não se fecham, tampouco se encerram.

Analisar a discursividade presente nas autobiografias nos fez mobilizar memórias, repertórios sócio-históricos e realizar filiações ideológicas. Trata-se do entremeio desta materialidade significante: o testemunho, que por um lado precisa pensar em funcionamentos específicos quanto a sua condição de produção e, ao mesmo tempo, potencializa uma rede de memórias porque permite atravessamentos. Ou seja, mobiliza uma relação polissêmica de dizeres de outra ordem, mas só pode fazê-lo pelo movimento parafrástico.

Assim, os nossos gestos e movimentos de análise nos revelam, a partir dos testemunhos analisados, que o discurso religioso e social é frequentemente encontrado. Quando da marca do discurso religioso, é perceptível, em algumas autobiografias, que este funciona, via memória discursiva, como alicerce, para que o retorno às lembranças da infância, marcada por violência, seja menos traumático. À Deus, que no lugar de memória coletiva ocupa um espaço de tudo poder, é confiado o dever de força e misericórdia para que o retorno às experiências outrora vividas não cause tanta dor.

Também percebemos que, ao refletirem sobre os crimes que cometeram, os sujeitos privados de liberdade, ao discursivizarem algum tipo de arrependimento, são atravessados, mais uma vez, pelo discurso cristão. Este, emerge sob o esteio da conversão religiosa. Ou seja, ao se autodeclararem arrependidos e convertidos à igreja, percebemos o funcionamento de um pré-construído acerca do discurso cristão evangélico: demonstro arrependimento por algo que fiz; aceito a Deus como salvador; logo recebo o perdão e me inscrevo em uma posição-sujeito de novo homem.

No que tange ao discurso social, percebemos nos testemunhos analisados a presença de marcas de violência doméstica sofrida pelos sujeitos desde a tenra idade, o que pode, segundo nossos gestos interpretativos, ter exercido influência na inserção desses sujeitos no mundo da criminalidade. A partir da posição-sujeito encarcerado, a culpa pelos crimes cometidos, por sua vez, é atribuída a situações diversas e, quase nunca, há a autculpabilização.

Entendemos, conforme nossas análises, que o sujeito afetado pelo real da língua e da história, de forma (in)consciente pode fazer uso de suas produções escritas como subterfúgio para dissimular a sua formação ideológica, pois ainda que se tenha vivido em contexto de violência doméstica, o que fora textualmente afirmado como algo negativo, demonstrando uma aparente filiação contrária à FD machista e/ou patriarcal – escapa, trazendo à baila relato de violência ora praticado, revelando, de forma inconsciente, o que não poderia ser dito.

As nossas análises também mostram que em grande maioria, ainda que o contexto de violência doméstica tenha sido uma constante na vida desses sujeitos, estes não se desfiliam da FD machista e/ou patriarcal que os constituem. Nessa perspectiva, ainda que sejam testemunhadas agressões e maus tratos, não há, necessariamente, uma mudança de formação discursiva. Dito de outra forma, muitas vezes, de forma parafrástica, é relatado um discurso que anteriormente já fora alvo de crítica por parte desses sujeitos. Sob essa mesma ótica, podemos observar o discurso de culpa, ou melhor dizendo, o discurso de (DES)culpa, uma vez que ainda que discursivizem sobre um possível arrependimento, não

percebemos, conforme gestos analíticos, a presença da culpa pelos atos outrora cometidos. O que aparece, pois, nos testemunhos, é um arrependimento por encontrarem-se em privação de liberdade, o que, em hipótese alguma, pode ser confundido com o ato de admitir e sentir culpa por algo. Nesse sentido, a (DES)culpa se caracteriza pela ausência de culpa demonstrada na materialidade analisada.

Quando comparados os discursos presentes nos testemunhos dos sujeitos privados de liberdade, a violência policial ocupa um lugar de destaque. Percebemos, via gestos analíticos, uma demasiada violência por parte desses agentes, seja com os sujeitos já em privação de liberdade, no interior da penitenciária, seja quando de sua abordagem/prisão, nos revelando uma discrepância entre a efetiva conduta e o que deveria funcionar como sua posição, enquanto órgão de segurança legitimado pelo Estado. Logo, aquele que deveria funcionar como ambiente de ressocialização para futura reinserção dos encarcerados à sociedade, é lugar de repressão, tortura e desrespeito aos Direitos Humanos.

São as agressões policiais supracitadas que, conforme nossos gestos analíticos, silenciam os sujeitos privados de liberdade. Isso se deve ao fato de muitas vezes, para não sofrer, cabe ao apenado a obediência integral às leis do sistema carcerário. Salientamos, pois, que essas leis não coadunam, necessariamente, com as Leis da Justiça, à luz da qual todos deveriam estar. Nesse sentido, os encarcerados são censurados enquanto sujeitos de direito, cabendo-lhes, apenas, a posição de sujeitos de deveres.

Para efeitos de fim, de certa forma, ao tomarmos as autobiografias dos sujeitos privados de liberdade como testemunho e nos debruçarmos às suas diferentes maneiras de significar, trazemos à tona importantes reflexões acerca do contexto em que vivem os sujeitos em privação de liberdade, que historicamente têm sido preteridos socialmente. Esse estudo, nesse sentido, funciona como instrumento político para dar voz a essa minoria, mostrando que apesar de silenciados pelo esquecimento social que os envolve, por serem sujeitos constituídos na/pela linguagem, seguem significando. Acreditamos, ainda, que o engajamento social é inerente a essa pesquisa tendo em vista que a mesma aquilata, a partir das análises desenvolvidas, a necessidade de um olhar mais sensível por parte do poder público e da sociedade quanto à busca de equidade para esses sujeitos.

Desejamos, também, que a partir do que os nossos resultados revelam, caminhemos para uma abolição das prisões, conforme postula Davis (2020), uma vez que no cárcere, não há pretensão de que os direitos sejam respeitados, não há nenhuma preocupação com o indivíduo. Ou seja, àquele em situação de privação de liberdade é negado tudo o que for possível, pois o período de detenção precisa potencializar seus

efeitos para além da privação que já lhe é inerente e que se pense em maneiras efetivas de ressocialização, uma vez que é perceptível que as existentes na atualidade estão muito distantes do efetivo exercício de seu real papel.

Finalmente, as questões aqui discutidas foram tomadas por acreditarmos na relevância desse tipo de discussão no cerne da AD. Há urgência que diferentes olhares sejam lançados acerca das diferentes formas de produção de sentido dos sujeitos em privação de liberdade, para que, assim como essa pesquisa, outras contribuições substanciais sejam fornecidas.

Diante de tudo que refletimos nesta pesquisa, chegamos, de fato, ao momento de possibilitar, que através das leituras que dela sejam feitas, outras vozes sejam enunciadas e outros gestos interpretativos surjam, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento e disseminação dessa discussão.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1974 (título original: *Idéologie et appareils idéologiques d'État*, 1970).

ALTHUSSER, Louis. 1985. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença, 1980.

AUTHIER-REVUZ, J. (1994). Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio In: ORLANDI, E. P. (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas: UNICAMP.

AQUINO, Quelen Brondani de; KONTZE, Karine Brondani. **O feminicídio como tentativa de coibir a violência de gênero**. Anais da semana acadêmica: Fadisma Entrementes. ed. 12. 2015.

AZEVEDO, N. **Linguagem e produção de sentidos: a perspectiva teórico-metodológico da Análise de Discurso**. In: BARROS, I. (org.). Ensino, texto e discurso. Curitiba: CRV, 2014. p. 141-158.

BALDINI, L. J. S. **Cinismo, discurso e ideologia**. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 4.; 2009, Porto Alegre, RS. Anais do IV SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/LauroJoseSiqueiraBaldini.pdf> . Acesso em: 15 de novembro 2022.

BARTHES, Roland. *et al.* **Linguística e literatura**. São Paulo: Edições 70, 1968.

BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo. **Posições subjetivas em face da violência: traços constitutivos de memória em testemunhos de mulheres**. Fórum linguístico, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 1808-1822, jan./mar. 2017a.

BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo. **O funcionamento discursivo de testemunhos de violência no parto: movimentos de sentido entre o judiciário e o equívoco**. In: ZOPPI-FONTANA, Mônica G.; FERRARI, Ana Josefina. (orgs.). Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia. Campinas: Pontes Editores, parte 1, texto 3, p. 57-82, 2017b.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, C. R. **Saber e ensinar: três estudos de educação popular**. Campinas: Papirus, 1984.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de 10 de maio de 2000.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, CNE, 2000a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em 02 jan. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Lei 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, CNJ. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109222/lei-de-execucao-penal-lei-7210-84>. Acesso em 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20.09.2022.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº 4/2010. **Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.** Brasília, DF: MEC/CNE/SECAD, 2010.

BRASIL. Decreto Federal nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm. Acessado em: 20.09.2022. Brasília, 2011.

BRITO, L. A. N. **(Re)Lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva?** Eutomia, Revista de Literatura e Linguística da UFPE, ano 5, nº 9, vol. 1, p. 542-562, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/967>. Acesso em: 07 de set. de 2022.

BUENO, B. O. (2002). **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores:** a questão da subjetividade. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.28, n.1, 11-30, jan./jun.

CASSIN, M. 1999. **Louis Althusser:** o ressurgimento de um desaparecido. In: Impulso: Revista de Ciências Humanas. Piracicaba-SP: Editora Unimep. V.11. n.24, p. 111-126.

CAVALCANTI, Cristiane Renata da Silva. Série Chapeuzinho Vermelho de Francisco Brennand : discurso da arte e representações do corpo feminino . 2019. 154 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-Graduação. Doutorado em Ciências da Linguagem, 2019.

CAVALCANTI, C.; AZEVEDO, N. **O triplex:** a imagem como operadora de memória discursiva em charge. Revista do Laboratório de Estudos Urbano do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, Campinas, v. 1, n. 24, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8652441/18042>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CAZARIN, E. A. Identificação e Representação Política: uma Análise do Discurso de Lua (1978-1998). Tese de Doutorado, UFRGS, 2004.

CHIES, L. A. B. **A questão penitenciária.** Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 25, n. 1, p. 15-36, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/8xfHtHmshtcCyfjWc9RzbNj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29/09/2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Discurso, História e Arqueologia.** In: MILANEZ, N. & GASPAR, N. R. (Orgs.) A (des)ordem do Discurso. São Paulo: Contexto, 2010.

COURTINE, J.J. **Análise do Discurso Político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J. J. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. In.: Langages, 62, 1981.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 7ª ed. - Rio de Janeiro: Difel, 2020.

DI PIERRO, M. C., JOIA, O., & RIBEIRO, V. M. (2001). **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.** Cadernos CEDES, 21(55), 58-77.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo** – Perspectivas, São Paulo, SP, 3: 81-85, 1980.

ELIAS, N. **Os alemães.** A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FAEDRICH, A. **O conceito de autoficção:** demarcações a partir da literatura brasileira contemporânea. Itinerários, Araraquara, n. 40, p.45-60, jan./jun. 2015.

FERNANDES, C. **Imagens em rede a opacidade da imagem e a leitura polissêmica** In: FERREIRA, M. C. L. (org.) Oficinas de Análise do Discurso: Conceitos em Movimento, Campinas, São Paulo: Pontes editores, 2015.

FERRAROTTI, F. **Sobre a autonomia do método biográfico.** Sociologia – Problemas e Práticas, nº 9, 1991, pp. 171-177.

FERREIRA, Erasmo da Silva. A voz do testemunho: Memória, História e Acontecimento no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. 2020. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

FILGUEIRAS, Arthur de Araújo. Formações discursivas atravessadas e identidades em trânsito: uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais. 2019. 343 f. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Doutorado Ciências da Linguagem, 2019.

FLORÊNCIO, A. M. G. **A voz do poder no jogo dos sentidos:** um estudo sobre a escola. Maceió: EDUFAL, 2007.

FREUD, S. **Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. In FREUD, S. Obras completas, v. 11. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, S. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. In FREUD, S. Obras completas, v.12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1923). **O ego e o id**. In J. Salomão (Trad.), Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 14, pp. 13-82). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Publicado originalmente em 1923).

GADET, F. & PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível: O discurso na história da linguística**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

GADET, F. Prefácio. [Trad.] Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. [Trad.] Bethânia S. Mariani et.al 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GARBIN, S. R. **“Pré-construído”**. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs), *Glossário de Termos do Discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 241 a 244.

GARLAND, David. **Castigo y sociedad moderna: un estudio de teoría social**. Ciudad de México, Siglo XXI, 1999.

GASPAR, T, R. O sentimento de culpa e a ética em psicanálise. Revista **Psychê**, ano XI, n. 20, p. 47-65, São Paulo, jan-jul/2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v11n20/v11n20a04.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

GINZBURG, J. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. Revista *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/issue/view/2581/showToc>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GONÇALVES, D. S. **O sentimento de culpa em Freud: entre a angústia e o desejo**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 278-291, jan. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n1/v25n1a16.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. **Efeitos de arquivo. A análise do discurso no lado da história**. In: ORLANDI, Eni (org) *Gestos de Leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Formação Discursiva, Redes de Memórias e Trajetos Sociais de Sentido: Mídia e Produções de Identidade**. In: BARONAS, R; (Org.) *Análise do Discurso: Apontamentos para uma história da Noção-Conceito de Formação Discursiva*. São Carlos (SP): Ed. Pedro e João, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Formação Discursiva, Redes de Memória e Trajetos Sociais de Sentido: Mídia e Produção de Identidade**. Texto apresentado no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), na UFRGS, Porto Alegre, 2005, p.4-5.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações.** Alfa, São Paulo, 39: 13-21, 1995.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf>. Acesso: 20 de jan. 2023.

GRIGOLETTO, E.; SCHONS, C. R. **Escrita de si, memória e alteridade: uma análise em contraponto.** In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO, 1., Maringá, 2008. Anais eletrônicos...Maringá, 2008. p. 407-418. Disponível em: <<http://www.dle.uem.br/jied/pdf/ESCRITA%20DE%20SI%20schons%20e%20grigoletto.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. Revista **Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: <http://ref.scielo.org/2hdkrw>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. **A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso.** In: BARONAS, R. L. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.* Tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos SP: Pedro & João Editores, 2007 [1971].

HENRY, Paul. **A história não existe?** In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso.* 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 29-55.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita.** Língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

HERBERT, Thomas (1966). **Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social.** In: ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: Michel Pêcheux.* Campinas: Pontes Editores, 2012.

INDURSKY, F. **A memória da cena do discurso.** In: MITTMANN, S. FERREIRA, M. (org.). *Memória e história na/da análise do discurso.* São Paulo: Ed. Mercado de letras, 2011.

INDURSKY, F. **A Escrita à luz da Análise de Discurso.** In: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Sílvia Maria (org.). *Sujeito e Linguagem.* São Paulo, Cultura Acadêmica, 2009, p.117-131.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1997.

KELLER, L.; BECKER, E. L. S. (2020). A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Revista **EJA em debate**, 15. DOI: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2777/pdf4>. Acesso em: 10 jan. 2021.

KLEIN, M. **Notas sobre alguns mecanismos esquizoides**, (1946), In "Obras completas de Melanie Klein, v. III, p.17-43. Rio de Janeiro, 2006.

KLEIN, M. **Estágios iniciais do conflito edipiano**, (1928). In: KLEIN, M. Amor, Culpa e Reparação e outros trabalhos (1921 – 1945). Trad. André Cardoso - Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. 504p. (Obras completas de Melanie Klein; v. 1).

KLEIN, M. **Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos**, (1935). In: KLEIN, M. Amor, Culpa e Reparação e outros trabalhos (1921 – 1945). Trad. André Cardoso - Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. 504p. (Obras completas de Melanie Klein; v. 1).

LAGAZZY, S. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1998.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Da ambiguidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

LEANDRO FERREIRA, M. C. O discurso do corpo. In: MITTMANN, Solange; SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira (Orgs.). **Trilhas de investigação**: A pesquisa no I. L. em sua diversidade constitutiva. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2011.

LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.) **Oficinas de análise do discurso**: conceitos em movimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

LIMA, D. M. O. **Sobre o sentimento de culpa. Que culpa é essa?** Estudos de Psicanálise, Belo Horizonte – MG, n. 38, p. 53–58, dezembro/2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n38/n38a06.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2022.

MAEYER, M. **Educação na prisão não é mera atividade**. Educação e Realidade, v.38, n.1, p.33-49, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/30702/24322>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP, Pontes, 2003.

MALDIDIER, D. **Elementos para uma história da Análise do Discurso na França**. In: (org.) Gestos de leitura: uma história do discurso. (Trad. Bethânia Mariani et al). Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MARIANI, B. S. C. **Testemunho**: um acontecimento na estrutura. Desenredo, Passo Fundo, v. 12, nº1, 48-63, jan./jun. 2016.

MARIANI, B. MAGALHÃES. Lacan. In: OLIVEIRA, L.A. (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua** [1978]. Tradução de Paulo César de Souza Júnior. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MORAES, O. C.; OLIVEIRA, F. S.; LIMA, V. H. D.; “**Feministas pró-Bolsonaro? De que posição-sujeito estão falando?**”. In: SILVA, Dalexon Sérgio e SILVA, Claudemir dos Santos (orgs), *Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo – uma homenagem à professora Nadia Azevedo*. Vol. 1. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021, p. 75 a 91.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Cristina (2001) Introdução. In: _____ (orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. (Volumes 1). São Paulo: Cortez, p.14-19.

NASCIMENTO, E. **Autoficção como dispositivo: alterficções**. Revista Matraga, Rio de Janeiro, v.24, n.42, set./dez. 2017.

NASCIMENTO, E. Entrevista. In: FAEDRICH, Anna. **Autoficções: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea**. 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 218-224.

NASCIMENTO, E. **Matérias-primas: entre autobiografia e autoficção**. Cadernos de estudos culturais, Campo Grande, MS, v.2, n.4, p. 59 – 75, jul/dez. 2010.

NICK, E. **Culpa ou preocupação: entre autobiografia e autoficção**. Cadernos de estudos culturais, Campo Grande, MS, v.2, n.4, p. 59 – 75, jul/dez. 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, n.10, pp. 7-28, dez. 1993. Título original, 1984.

NORONHA, J. M. G. (Org.) **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ONOFRE, E. M. C. **Desafio histórico na educação prisional brasileira: ressignificando a formação de professores... um quê de utopia?** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 47, p. 205-219 Set. 2012 – ISSN: 1676-2584.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org). **Educação Escolar entre as Grades**. São Paulo: Edufscar, 2007.

ORLANDI, E. P. **Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade**. In: MITTMANN, S. FERREIRA, M. (org). *Memória e história na/da análise do discurso*. São Paulo: Ed. Mercado de letras, 2011.

ORLANDI, E. P. **A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre. Anais do... Porto Alegre (RS): UFRGS, 2003. [CD-ROM]

ORLANDI, E.P. **Paráfrase e Polissemia: a fluidez nos limites do simbólico**. Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade) Nº. 04 – NUDECRI – Unicamp: Campinas, SP, 1998, p.9-19.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: **Os Silêncios da Memória**. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Tradução e introdução de J.H. Nunes. Campinas, Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios & procedimentos**. Campinas, Pontes, 1999. 100 p.

ORLANDI, E.P. **Dispositivos da interpretação**. in: *Leitura e Interpretação*. Série Ler & pensar, PROLERJ Casa da Leitura, 1995. p.45-63.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista!**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, Editora da Unicamp, 1990. 260 p

ORLANDI, E.P. **Segmentar ou recortar?** In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos. Uberaba, n.10, 1984.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios & procedimentos**. 11. Ed. São Paulo: Pontes, 2013a.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso, ciência e atualidade**. In: INDURSKY, Freda. LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. MITTMANN, Solange. (Org.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas, SP: Mercado da Letras, 2013b, p.17 - 30.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013b.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio: movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo**. In: INDURSKY, F.; Ferreira, M. C. L. (org.). *Análise do discurso no Brasil*. São Carlos: Claraluz, 2007a, p. 11-20.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso**. 5ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. **Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico**. **RUA**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2015. DOI: 10.20396/rua.v4i1.8640626. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ORLANDI, E.P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. 2. ed. SP: Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. ed. SP: Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **A análise de discurso: algumas observações**. *D.E.L.T.A.*, v.2, n. 1, p. 105-126, 1986.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4ª edição, Pontes Editores, Campinas, SP, 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4ª edição, Pontes Editores, Campinas, SP, 2012.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1970.

PALMEIRA, Maria Rita. **Cada história, uma sentença**: anotações sobre Sobrevivente André du Rap. Estudos de literatura brasileira contemporânea. Brasília, 2007. n.27.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et all. *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. 3 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p.49-57.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio [1975]. 5. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 1. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In : GADET, F. ; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso : uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In : GADET, F. ; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso : uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1993. P. 31 – 161.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1983 [2002].

PÊCHEUX, M. (1983-1999). **Papel da memória**. In M. Pêcheux. *Papel da memória* (p.11-17). Campinas, SP: Pontes.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. (Ed.) *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007. p. 49 – 58.

PÊCHEUX, M. (1969-2010) **A análise de discurso**: três épocas (1983) In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 317.

PÊCHEUX, M. **A análise de discurso: três épocas** [1983]. In: GADET, F. HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1983 [1990].

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 1988.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PENNA, João Camillo. **Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano**. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio, org. História, memória, literatura. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. FELIX, Diego Bruno Barbosa et al (org). Recife, 2016.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco. **Caderno de orientações pedagógicas para a educação de jovens e adultos em prisões / Secretaria de Educação**. SILVA, J. G. S. L, SÉRGIO, M. C. (org). Equipe de colaboradores da elaboração do caderno: Cláudia Mendes de Abreu [et al.] (org). Recife, 2018.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Pernambuco**. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/10122/PLANO_ESTADUAL_DE_EDUCACAO_EM_PRISOES__29_03_2021_versao_final.pdf. Acessado em: 27.09.2022. Recife, 2021.

PERNAMBUCO. **Instrução Normativa nº 01/2020-SEDE/SEIP/SEGE/SEAF/SECO/GENE-SEE-PE (DOE-PE DE 20.01.2020)**. Dispõe sobre a oferta, pela Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA. Disponível em: <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/pagina/instrucoes-normativas>>. Acessado em: 20.09.2022. Recife, 2020.

PERNAMBUCO. **Resolução CEE/PE nº 02/2004, de 19 de abril de 2004 (DOE-PE de 06.05.2004)**. Regula, no âmbito do Estado de Pernambuco, a oferta da Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cee.pe.gov.br/wpcontent/uploads/2015/08/RESOLU%C3%87%C3%90-CEE-PE-N%C2%BA-02-2004.pdf>>. Acessado em: 01.02.2023. Recife, 2004.

PRAWUCKI, R. “**A população ultimamente está fazendo uma corrida apressada atrás da magreza**”: uma escuta discursiva da escrita tecida por adolescentes sobre as relações entre corpo, mídia e sociedade. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina, *Oficinas de análise do Discurso: conceitos em movimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p.159 a 174.

QUEM somos. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>. Acesso em: 2 dez. 2021.

REHM, A. “**As imagens do corpo na/da/que dança**: interlocuções entre corpo, dança e análise do discurso”. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina, *Oficinas de análise do Discurso: conceitos em movimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p.27 a 48.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Título original, 2000.

SANTOS. Maria Candeias; COSTA, Patrícia Lessa Santos; MAGALHÃES, Maria Costa. **Reflexões sobre currículo da EJA prisional**. 3º Seminário Internacional de Educação de Jovens e Adultos em Prisões. GT08 – Pesquisa e extensão universitárias, sociedade civil e prisões. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, K. C. M; AZEVEDO, N. P. S. G. **Análise discursiva da posição-sujeito das mulheres negras militantes reverberada pelo discurso de Sojourner Truth**. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 11-35, maio/ago. 2020.

SAUTU, R (2004). **El método biográfico**. La reconstrucción de la sociedad a partir del testimonio de los actores. (p.23) Buenos Aires, Argentina: Lumiere.

SELIGMANN-SILVA, M. **O local do testemunho**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3 – 20, jan. / jun. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Novos escritos dos cárceres**: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes, Memórias de um sobrevivente. Estudos de literatura brasileira contemporânea. Brasília, 2007. n.27.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Apresentação da questão**. In: ____, org. História, memória, literatura. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SENA, P. **Assistência educacional nos estabelecimentos penais**. Brasília, DF: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2014.

SIEPE. **Sistema de Informações da Educação de Pernambuco**. Disponível em: <https://www.siepe.educacao.pe.gov.br/>. Acessado em 28 de set. de 2022. Recife, PE.

SILVA, D. D. B.; AZEVEDO, N. P. S. G.; LIRA, V. M. B. O. **Análise do discurso da charge política Gado demais:** dos efeitos de sentidos à Psicologia das Massas e a Análise do Eu. SOLETRAS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – PPLIN Faculdade de Formação de Professores da UERJ Número 43 (jan.-jun. 2022). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/64581>. Acesso:13 fev. 2023.

TEIXEIRA, V. **Gado demais.** Humor Político – Rir pra não chorar, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/vitor/gado-demais/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

TEIXEIRA, V. **Meu trabalho não é resposta de nada, é pergunta.** Entrevista cedida a Julia Dolce e Norma Odara. Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 5 maio 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/05/vitor-teixeira-meu-trabalho-nao-e-resposta-denada-e-pergunta>. Acesso em: 9 dez. 2021.

VÁZQUEZ, A. S. 1980. **Ciência e revolução:** o marxismo de Althusser. Trad. Heloísa Hahn. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

VINHAS, Luciana Iost. Discurso, corpo e linguagem: Processos de subjetivação no cárcere feminino. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

VINHAS, Luciana Iost. Discurso, corpo e linguagem na constituição subjetiva. Linguagem & Ensino, Pelotas, v. 21, n. 2, p. 78-87, jul./dez. 2018.

VINHAS, L. I. Considerações sobre o pré-construído na Análise do Discurso: gesto de interpretação de dizeres de uma mulher presa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 62, n. 00, p. e020024, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8658800>. Acesso em: 30 set. 2022.

XAVIER., C. F. (2019). História e historiografia da educação de jovens e adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. Revista Brasileira de História da Educação, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e068>.

ZIZEK, S. **Como Marx inventou o sintoma.** In: ZIZEK, S. (orgs.). Um mapa da ideologia. 4ª Reimpressão. Tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

ANEXOS

Escola Estadual Paulo Freire

Coletânea de Autobiografias de detentos

“Fui morar numa cela onde tinha uma usina de cachaça. No começo era nenhuma, mas com o passar do tempo aquilo começou a irritar. Quando eu tomava banho, a água estava pegando fogo de quente, um calor insuportável, mas temos que aguentar calados as coisas nesse lugar.”

“Aqui vai um conselho para todos aqueles que acham que não são capazes de conseguir os seus objetivos: Quero que saibam que nós somos sim capazes de qualquer coisa. O homem é o resultado do que ele mesmo constrói. Mas pretendo ser um dos maiores.”

“Acredito na recuperação do ser humano e na minha capacidade de superação porque nós condenados somos como a fênix de renascer das cinzas.”

“Compreendi o quanto andei errado durante a minha vida, e me arrependo de todas as

Penitenciária Dr. Ênio Pessoa, Limoeiro

Fevereiro 2014

Introdução

A ideia de fazer uma coletânea de autobiografias surgiu durante o nosso primeiro projeto de literatura: A nossa classe do ensino médio participou de um projeto de leitura e decidiu editar a nossa própria antologia de crônicas. A minha tarefa era digitar e corrigir estes textos. Algumas crônicas acabaram muito extensas e incluíram uma boa parte da vida dos autores. Assim pensei que devia haver detentos que têm mais para dizer do que comportava uma crônica. Apresentei a minha ideia à nossa professora Ângela Maria, depois à classe. Vários alunos prometeram a sua colaboração. Em seguida incluímos outras classes da nossa escola no novo projeto. Finalmente alguns vinte detentos se comprometeram a escrever a sua autobiografia. Combinamos um prazo de seis semanas para entregar os manuscritos. Quando os primeiros textos foram entregues, percebi alguns problemas estilísticos e substanciais. Isso não surpreendeu, visto que a maioria dos autores nunca tinha lido uma biografia e muito menos uma autobiografia. Para evitar problemas futuros, informei os participantes sobre algumas regras: Ninguém tem a obrigação de desenhar uma imagem negativa de si mesmo. Para proteger a si mesmo e outras pessoas contra represálias, era permitido omitir episódios das suas vidas e/ou mudar os nomes de pessoas e lugares, e eu, como coordenador de responsabilidade, mudei mais detalhes para que os autores não sofrerem prejuízos. Aliás, tenho a impressão que este projeto deveria ter sido acompanhado por profissionais em psicologia, porém ninguém se ofereceu espontaneamente, e eu não conhecia suficientemente as assistentes sociais da casa para pedir a ajuda delas.

O resultado final que o leitor tem em mãos é uma coletânea de onze autobiografias de detentos extremamente autênticas. Os textos não poderiam ser mais heterogêneos – quanto à extensão, ao estilo, assim como ao conteúdo: Uns autores parecem ter orgulho dos crimes que cometeram, outros exprimem fortes sentimentos de arrependimentos. Uns relatam aparentemente com sangue frio o que fizeram, outros são cheios de emoções. Porém, todos os textos demonstram nitidamente que, quanto aos autores, não se trata apenas de agentes de erros, mas também de vítimas dos erros de outros. Nos textos aparecem com frequência aqueles acontecimentos da infância que tiveram pouca importância para os adultos, mas grande influência para os autores, ainda na menoridade. Durante a leitura me assustei várias vezes diante do tamanho do visível desinteresse pelos filhos, do desrespeito às crianças nas decisões dos adultos. Além da violência doméstica, as drogas e o dinheiro têm um papel importante no caminho de destruição dessas pessoas.

Não é possível entender e interpretar os textos sem ler também o que está escondido nas entrelinhas. Os textos não foram criados em escritórios ventilados e com o canto de passarinhos e cigarras ao fundo, mas sim no chão ou nos joelhos, em pavilhões barulhentos e três vezes superlotados.

Outro fator a considerar é o medo. Atualmente a chamada “reeducação” dos detentos consiste em boa parte em aprender a obedecer, a suportar injustiças, a ficar calado, mentir, fingir ser bom. O estudo ou a discussão sobre os eventuais erros do passado quase não existem, e são, ao invés, substituídos por regras humilhantes que ofendem profundamente boa parte da população carcerária. Neste ambiente vive melhor quem se integra na hierarquia carcerária e não se lembra nem do passado nem do futuro. Quanto a este livro, o medo fez alguns autores desistirem de escrever a sua autobiografia, outros a pararem no meio do caminho. O medo mudou alguns nomes de pessoas e lugares. Um dos autores escreveu a sua autobiografia na terceira pessoa.

Neste contexto, escrever a sua autobiografia para a publicação é um ato de extrema coragem. Vários autores me confessaram que significava um grande sacrifício lembrar-se do

passado, das perdas que sofreram. Alguns disseram que choravam muito durante a redação do texto.

Autobiografias costumam ser escritas ao final da vida. Com estas autobiografias é diferente: Para os autores, estes textos representam um estudo crítico sobre o seu passado, um passo importante para a superação dos erros cometidos no passado e para a futura reintegração na sociedade. Aos leitores, o conteúdo deste documento oferece a chance de entender melhor as origens e causas de crimes, condição prévia para uma prevenção eficaz de crimes futuros. Para as autoridades da justiça, finalmente, acredito que estas autobiografias constituem autêntica contribuição para transformar a execução penal em um meio de verdadeira ressocialização segundo os conhecimentos do século XXI.

O.K., coordenador

Walter

Antes de tudo peço forças a Deus, e ao mesmo tempo agradeço a ele por ter me dado o dom de saber ler e escrever.

Chamo-me Walter, tenho 28 anos, nasci no dia 22 de Março de 1985. Vou contar a minha triste história de toda a minha vida...

Aos quatro anos de idade, uma terrível fatalidade aconteceu. O meu pai Jenaiuton matou a minha mãe Wanda. Não sei se ele foi pela cabeça dos outros, ou agiu por si próprio. Só sei que ele amava muito a minha mãe, e tinha três filhos com ela, Rosecleide a mais velha, Roselaine a do meio e eu Walter o caçula. Muitas pessoas vinham infernizar a cabeça do meu pai com piadas safadas, dizendo que ele era “corno”, mas na realidade ele já vivia separado da minha mãe, só que o meu pai não aceitava o fim daquele relacionamento, mas a minha mãe era muito debochada. Foi daí que ela desacreditou. No último dia do ano 1989 ela não teve o que fazer e passou com um homem abraçada na frente do meu pai ... Qual seria a reação de qualquer um homem vendo a sua amada passando na sua frente com outra pessoa que não fosse você? O meu pai não teve demora. Puxou uma faca da cintura e deu três facadas nela. Ela não resistiu. O safado que estava com ela deu uma carreira que nem bala pegava, por todo o bairro de onde eu moro, lá no Recife, IBURA. Parou, foi luto geral, ninguém quis saber mais de comemorar a chegada de um ano novo de 1990. O meu pai, desesperado, fugiu para Serra Talhada. Depois de tudo isso houve briga entre a família da parte da minha mãe e a do meu pai. A minha avó, mãe da minha mãe, queria ficar comigo e internar as minhas irmãs, mas a minha outra avó, mãe do meu pai, Maria, recebeu nós três de braços abertos. Fomos morar com ela.

Mas o destino foi tão cruel comigo e as minhas irmãs que depois de dois anos a morte veio e carregou o meu pai. Ele tinha um marca-passo no coração, porém não podia tratar-se em nenhum hospital, porque era foragido e seria preso. Foi então que a família de Serra Talhada ligou para o Recife e contou que o meu pai morreu. Isso foi um choque para toda a família. Eu com apenas seis anos órfão de pai e mãe, sem saber nem o que era o mundo.

Fui crescendo. Comecei a estudar e a compreender as coisas. Quando estava na escola, a mãe e o pai dos outros alunos foram chamados nas reuniões. Quem sempre ia comigo nas reuniões da escola era a minha avó. Os meus colegas me perguntavam: “Cadê a sua mãe ou o seu pai?” Eu falava para eles que já tinham morrido. Aquilo era normal para mim, porque eu ainda era criança e não sabia o que era um amor de pai ou de mãe.

E continuei a minha caminhada. Quando completei doze anos, comecei a sentir aquele vazio dentro de mim, embora eu tivesse a minha avó que é a pessoa que eu mais amo nessa vida. Mas não era como amor de mãe. Sempre que chega o dia das mães, o dia dos pais, o dia das crianças, o fim de ano, natal ou o dia em que eu completo ano, eu fico muito triste. Nunca tive festa de aniversário nem comemorava na virada de ano. Sempre fiquei num canto, só esperando algum dia o meu pai ou a minha mãe vim me encontrar pelo menos em sonho para me explicar o que aconteceu, ou então para eu ter a oportunidade de lhes dizer que eu amo-os demais.

Mas a vida é sofrida. Tive que trabalhar logo cedo para ajudar a minha avó com as despesas. Quando eu largava do colégio, ia correndo para o supermercado para carregar frete o dia todo, até mais ou menos 19 horas. Quando chegava em casa, dava todo o meu dinheiro à minha avó. Sentia que aquilo era a coisa mais certa a fazer. Todo mundo tinha orgulho de mim, falava que eu tinha puxado ao meu pai.

Aos 14 anos tive a minha primeira namorada. Ela era tudo para mim. Mas as coisas não eram como eu pensava, namorávamos às escondidas, porque o pai dela era muito bravo. Eu não tinha coragem de enfrentá-lo, até que brigamos e acabamos com o nosso namoro. Fiquei um pouco triste, mas nunca abaixava a cabeça para nada. Fui levando a minha vida até conhecer a capoeira. Na capoeira aprendi a respeitar os outros e conhecer pessoas diferentes, mas sempre que estou de bem com o mundo, algum empecilho tenta impedir a minha vida.

Ficava com várias mulheres, andava com pessoas que só queriam o meu mal. Fazia coisas para impressionar os outros da rua e para envergonhar os de casa.

Desisti do colégio na sexta série, em 2004. Fui preso por roubo e formação de quadrilha. Passei um mês e três dias preso. Isso envergonhou a minha família. Mas o leitor sabe como é família: Na primeira vez sempre passam a mão por cima, mas se tiver a segunda vez, aí pode esquecer, porque duas vezes já é burrice permanecer no erro.

Comecei a trabalhar com artefatos em couro; fazia bolsas, cintos, carteiras, ponchetes etc. Recebia duzentos Reais por semana, não tinha nem papagaio para sustentar. No final de semana saía com os amigos. Só chegava no outro dia, bêbado e bravo, mas eu merecia porque trabalhava a semana toda, cumpria com as minhas obrigações em casa. O dinheiro era o meu, e eu podia fazer o que quisesse.

Foi então que conheci Patrícia, a mulher da minha vida. Ela era três anos mais nova que eu, mas tinha a mente de uma mulher madura. Nós nos amávamos. Passei sete anos com ela. Foi o melhor tempo da minha vida. Chegamos a noivar. Pensávamos em construir a nossa família. A gente morava em bairros diferentes, mas cada noite, quando eu largava do trabalho, corria para casa, tomava banho, escovava os dentes, botava uma roupa limpa, me perfumava e ia encontrá-la. Quando nos encontrávamos, vivíamos um amor ardente. Era como se o mundo parasse para nós. Muitas pessoas tinham inveja do nosso romance. Mas a gente se amava tanto que quando rolava uma briga e a gente acabava o namoro, com menos de uma semana estávamos juntos de novo. A gente não conseguia ficar longe um do outro ...

Mas o destino novamente não queria ver a minha felicidade. No ano de 2007 aconteceu um acidente de carro com duas pessoas da minha família envolvidas. A minha avó, a mãe do meu pai, o meu primeiro sobrinho homem, Bruno, filho da minha irmã mais velha. Aquilo foi um baque na minha vida. Quase perdi as pessoas que eu tanto amo. Quase enlouqueci. Passei um mês sem poder visitar a minha avó e o meu sobrinho. Depois que comecei a visitá-los, não queria mais sair de perto deles. Sentia o meu mundo desabando, mas não perdia as esperanças. Pedia forças a Deus e que ele não me abandonasse. O meu sobrinho passou 23 dias em coma, a minha avó não me reconheceu, quando a vi. Passou o tempo, e a minha avó recebeu alta, mas o meu sobrinho continuou no hospital. A família, tanto do meu pai como da minha mãe, se unia. A gente ficava revezando para ir ficar no hospital, iam dois para ficar na parte da manhã e dois para ficar a noite. Parecia um pesadelo que não tinha fim, até o meu sobrinho ter alta. Eu estava com ele quando ele recebeu alta do hospital. Liguei para casa, feliz com aquela notícia. Pequei um taxi e fui embora para casa. Durante esse tempo que fiquei no hospital, vi muitas coisas feias, o tanto que se a pessoa não tivesse estômago, não conseguiria comer. Ao chegar em casa, foi como se fosse uma festa. Eu não gostei, porque o meu sobrinho continuava com seqüelas do acidente: Ele não estava falando. Botei-o para ficar na minha cama e fui dormir no sofá. Eu estava tranquilo, pois quando eles começaram a se recuperar, eu voltei à minha vida.

Voltei ao trabalho, comecei a reencontrar-me com Patrícia, e mais uma vez eu procurava a felicidade. Mas o destino é cruel. A gente tem que estar pronto para tudo nessa vida. A morte aprontou mais uma vez. Os meus amigos que dormiam na minha casa vestiam as minhas roupas e comiam do mesmo prato, na verdade não eram os meus amigos, e sim os meus inimigos.

Eu estava em uma festa. Era por volta das onze e meia da noite, e eu não sabia nada. As pessoas vinham até a mesa onde eu estava, me abraçavam e saíam. Depois a dona da festa botou um cadeado no portão. Eu estranhei, porque a galera saía para namorar e pretendia voltar. Daí eu perguntei o porquê do cadeado no portão. Foi quando a dona da festa me abraçou bem forte, olhou nos meus olhos e pediu para eu não perder a cabeça, e eu sem entender o porquê daquela situação, falei:

— Deixa de tua frescura e me fala logo o que está acontecendo! – Foi quando ela bateu a real:

— Acabaram de matar teu primo Ricardo lá para cima, perto do bar de Lau.

Mais uma vez perdi o sentido da vida, fiquei desesperado com aquilo. Sai correndo daquele lugar e fui de encontro com o corpo do meu primo. Ao chegar lá vi o meu primo deitado. A perícia já estava no local. Vi umas setas brancas e perguntei ao perito o que era aquilo. Ele me falou que eram perfurações de bala. As minhas pernas começaram a tremer, senti um calafrio e comecei a suar. Chorei abalado com aquela situação. Ele me disse ainda que o meu primo não tivesse morrido só de tiros, mas também tivesse levado umas pauladas. Tinha corte de garrafas de vidro e uma grande pedra sobre os seus peitos. Vi que antes de morrer o meu primo tinha sofrido demais. Aquilo para mim era uma covardia grande, e eu de cabeça quente gritei bem alto que iria me vingar. A família me vendo naquele estado resolveu me mandar para Serra Talhada. Fui para Serra Talhada com muita mágoa e um sentimento de revolta e vingança.

Ao chegar em Serra Talhada, fui morar na casa da irmã gêmea da minha avó Amélia. Ela se chama Penha. Fui conhecendo a galera por lá, fiz novas amizades. Os meus primos quase todos trabalhavam como garçons. É uma boa profissão, dá para receber um bom dinheiro. O sofrimento começou a ocupar todo o espaço do meu coração. Tive que terminar o meu namoro com Patrícia com medo que alguém fizesse mal a ela. A minha vida foi de mal a pior. Fiquei sabendo quem foram as pessoas que tinham matado o meu primo. Aquilo me revoltou muito mais. Eu tinha que ser esperto. Tive que ficar de boa, botar a cabeça para pensar e decidir o meu futuro, mas a vida é complicada. Com todo o sofrimento tive que escolher entre ficar de boa ou entrar na vida do crime. Escolhi a segunda opção. Mergulhei de cabeça. Já não estava nem aí para nada. Comecei a fazer coisas que até Deus duvida. Depois de um tempo resolvi voltar para o Recife. Fui morar com a minha tia Nilda, mãe do meu primo Ricardo em Jaboatão dos Guararapes.

Tia Nilda é uma pessoa que gosta muito de mim e tem mais três filhos: Rosemary, a mais velha, e os gêmeos Ruan e Renilson. Com ela morava também a mulher do meu primo Ricardo, Liliane, que naquela época estava grávida de mais ou menos uns sete meses. Passou-se o tempo, e Liliane deu a luz. Nasceu o filho do meu primo que ele nem chegou a conhecer. Via quando tia Nilda chorava pelos cantos se lamentando pela morte do seu filho.

Aquilo aumentou a minha revolta. Várias vezes, eu botava o revolver na cintura, pegava o ônibus e ia para o IBURA. Quando chegava lá, não via um sequer dos meus inimigos. Ficava com a boca com o gosto de sangue, mais era em vão porque eu não via ninguém. Nesse meio tempo eu já tinha saído da casa da minha tia Nilda, estava morando só, e ninguém da família sabia onde eu estava morando.

Até que numa tarde de domingo resolvi tomar umas com uns amigos que eu tinha conhecido em Jaboatão dos Guararapes. Quando anoiteceu, eu já estava daquele jeito, e me bateu uns castelos de dar uma volta lá no IBURA. Os meus amigos de Jaboatão dos Guararapes me seguraram para eu não ir, mas você sabe: Quando a pessoa está bêbada, não tem quem segure, não é mesmo? Não teve jeito, estava decidido no que eu iria fazer. Peguei o revolver e fui embora para o Córrego do Jenipapeiro. Ao chegar lá por volta das 20 h 30 min, fui para a casa onde nasci e fui criado. Quando a minha família me viu, todos ficaram espantados, falando que eu fosse embora dali porque se os caras que mataram o meu primo me vissem eles iriam me matar. Não dei à mínima, virei às costas e falei que ia cobrar a morte do meu primo. Fui num canto onde a gente sempre se encontrava no tempo de adolescente, em frente à escola. Quando cheguei lá, só tinha uns moleques que eu não conhecia. Botei o revolver na mão e falei:

— Não corre ninguém! — Mandei os moleques se deitar no chão e fui olhando um por um para ver se tinha algum envolvido na morte de Ricardo. Como os moleques não tinham nada a ver, mandei-os embora. Eu todo errado daquele preço, comecei a dar tiros para cima e gritar que ia me vingar. Voltei para a casa da minha família, falei com o pessoal e disse que ia embora para casa. A minha família me falou:

— Vai com Deus e não volte mais para aqui!

Resolvi ir embora, mas a ‘palhaçada’ que eu fiz com os moleques lá embaixo, a galera não gostou, e resolveram ligar para a polícia. Quando eu fui para a integração da ‘Macaxeira’

para pegar um ônibus para sair de lá, a Polícia me abordou. Deram um ‘baculeijo’ em mim e encontraram o revólver, carregado até a boca, na minha cintura, além de uma faca de doze polegadas feita por um ferreiro que o cara podia metê-la no chão que não envergava. Tudo isso aconteceu no dia 17 de Outubro de 2007. Fui preso. Mandaram-me para o Centro de Observação e Triagem Everaldo Luna (COTEL).

Cadeia (conhecida popularmente como inferno)

Ao chegar no COTEL uns caras metidos à valentão pensaram que eu era ‘comédia’ (pessoa que sente medo do outro) e quiseram se aproveitar porque eu tinha chegado naquele momento. Quiseram tomar a minha roupa, trocar por outras, velhas. Não tive demora. Meti uma garrafa cortada com mungunzá quente por cima da cara dele e falei:

— Aqui estamos todos no mesmo barco; e se você não quiser remar com a mesma humildade como todos estão remando, o barco pode virar. E não sei se você sabe nadar. — Aquelas palavras entraram na mente dele e ele não foi bobo. Quis ficar logo no meu lado porque eu não estava nem aí para nada. Prejuízo pouco era lucro para mim.

Ao descer para o pavilhão B, encontrei com alguns conterrâneos. Fui para uma cela onde só tinha ‘sangue bom’. Isso era o que eu pensava. Os caras tudo nenhuma comigo me davam uma força, trocavam umas ideias:

— Mas a pessoa só sabe quem é quem na cadeia convivendo com ela. — Os caras da cela em que eu morava estavam querendo aprontar, fazer um ‘157’ em outra cela, e eu sem saber de nada, todo inocente, andando com os caras. Mas vazou informação, e os caras da outra cela ficaram sabendo. O clima ficou tenso. Todos se armaram, e eu nem aí, não sabia o que era malícia na cadeia. Mas fui ligeiro. Peguei duas facas e deixei-as embaixo do meu colchão. Logo o chaveiro chamou a atenção de todos os detentos e deu a ideia:

— Tem irmãos nossos que querem nos roubar. Mas eu já sei quem é. — A população gritando:

— Mata! Mata! Mata! — Aquele clima tenso. A polícia não estava nem aí para nada, só vinha no pavilhão para contar todos ou então para tirar algum cadáver. A população foi para cima. Nesse dia morreram duas pessoas, e o chaveiro ainda disse que sabia que tinha mais gente envolvida e que antes da ‘bóia’ (café da manhã) não queria ver nenhum dos caras que estavam envolvidos. Se não haveria mais derramamento de sangue naquele local. Eu estava muito cansado e fui dormir. No outro dia, quando me acordei, só tinha eu e outro cara dentro da cela. Fiquei assustado com aquela situação. Os caras com os quais eu andava, estavam todos envolvidos na fita que iam fazer com o chaveiro.

Uma semana depois os caras mataram um tal de ‘Naninho’. Ouvei falar que ‘Naninho’ já vinha com mais de dez anos de cadeia. Era traficante forte e tinha as condições. Mas a inveja, a ambição e o ‘olho grande’ tomavam conta de alguns detentos, um ‘fulano’ fez o maior enxame do mundo: Disse que ‘Naninho’ tinha agarrado a sua mulher à força. Passou o domingo todo chorando, falando que ia cobrar, todo nervoso como se ele tivesse fora de si próprio. A visita acabou, e o clima ficou tenso e pesado. O chaveiro e toda a sua equipe chamaram todos os detentos, cela por cela. Quando todos estavam na quadra, resolveram ligar para a mulher do ‘enxamista’ (quem faz enxame) e botaram em viva-voz para todos escutarem. Todos fizeram silêncio, e o seu marido perguntou o que ‘Naninho’ tinha feito com ela. Ela bateu a real: Disse que ‘Naninho’ tinha botado uma faca no seu pescoço e feito sexo com ela. Com aquela situação ‘Naninho’ ficou revoltado. Disseram que ele tinha que morrer, pois não podiam passar pano por tarado. ‘Naninho’ ficou dentro da cela onde ele morava, com duas facas na mão, dizendo que era enxame. Mas a população não quis saber e já tinha decretado a sua sentença. Os caras ficaram com medo de invadir a cela onde ‘Naninho’ morava. Por isso começaram a jogar colchões dentro da cela e tocar fogo. Lembro que quando começou aquele fogaréu com aquela fumaça escura, só escutávamos os gritos:

— Socorro, socorro! – Enfim ele conseguiu sair de dentro da cela. Lembro que o seu ombro estava igual a plástico derretendo. Levou várias facadas. Depois de quase duas horas a polícia chegou, mas já era tarde demais.

No outro dia todos estavam como se não estivesse acontecido nada. Eu não sabia que aquele mundo em que eu estava preso era tão cruel e perverso.

Passei um bom tempo no COTEL. No dia 18 de Janeiro de 2008 levei um ‘bonde’ para o presídio ‘Aníbal Bruno’ (PPAB). Ao chegar no ‘Aníbal’, fui levado para a ‘Espera 1’. Tinha uns caras na ‘Espera 2’ que tinham matado o ‘Negão Saibala’. A população estava toda doida para invadir a ‘Espera 2’, mas pela parte da noite eles levaram ‘bonde’.

Subi para o pavilhão I. Encontrei um monte de conterrâneo, mas o comentário que rolava era que nos pavilhões I, G, H só moravam tarados e caras que pediam seguro de vida.

Nos primeiros dois banhos de sol que tinham o costume de acontecer nas quintas-feiras à tarde, mataram três pessoas. Vi que esse lugar era como se fosse a lei da sobrevivência. Eu tinha que ser forte para sobreviver nesse mundo cão. Saí do pavilhão I para o F. Quando cheguei no pavilhão F, fui morar numa cela onde tinha uma usina de cachaça. No começo era nenhuma, mas com o passar do tempo aquilo começou a irritar. Quando eu tomava banho, a água estava pegando fogo de quente, um calor insuportável, mas temos que aguentar calados as coisas nesse lugar.

Aconteceram rebeliões, motim e eu sempre no meio dessas coisas. Eu tentava evitar essas coisas, mas infelizmente esse é o mundo em que convivo.

A minha irmã Ro, sempre que podia, vinha me visitar, a minha tia Nilda também. Troquei também algumas ideias com Patrícia e fizemos as pazes. Ela fez a carteirinha e veio me visitar.

O tempo passou, as coisas ficaram difíceis. O destino me mostrou que a minha missão aqui na terra era sofrer. Com tudo isso, eu tive uma discussão besta com Patrícia, e ela me abandonou na cadeia. Sofri demais, porque ela foi uma pessoa covarde. Não teve coragem de me falar pessoalmente, mas mandou uma carta pela minha irmã Ro. Aquilo foi pior do que levar uma facada no coração. Na frente da minha irmã eu parecia um cara durão que tanto fez como tanto fez. Falava pra ela que a vida era assim, e tinha que levantar a cabeça, pois a vida continua. Mas por outro lado sofria amargamente. O meu coração estava despedaçado. Os meus sentimentos serviam apenas para a maldade. Não sabia mais o que era certo ou errado. Comecei a aprontar dentro do ‘Aníbal’. Descia lá para os pavilhões I, G, H, e quando subia, levava dois ou três telefones. ‘Tomava na tora’ (adquirir objeto alheio sobre ameaça) mesmo. Tinha virado uma ‘bactéria’ (detento que comete delitos dentro do sistema e que passa a maior parte do tempo no castigo) dentro do sistema.

‘Levei bonde’ (fui transferido) para a Penitenciária Agro-Industrial São João (PAS). Estava feliz porque naquele canto dava para respirar a liberdade. Mas só que aconteceu o seguinte: O cara só pode sair se a família fizer o cadastro, e a minha família ficou com medo de fazer o cadastro, pensando que se eu saísse, eu não voltaria. Nos fins de semana eu via um monte de detentos saindo da cadeia, a cadeia ficava vazia, e eu com raiva porque a minha família não vinha fazer o cadastro. Depois de três meses estourou um ‘B.O.’ (= boleto de ocorrência, denúncia) de Serra Talhada. Eu pensava que em breve ia para a rua, mas na realidade fui para outra cadeia. Levei um ‘bonde’ para o presídio Advogado Brito Alves (PABA) em Arcoverde.

Ao chegar em Arcoverde, o sofrimento se tornou maior, longe de casa, sem conhecer ninguém dentro do sistema, sem ter uma visita para trocar ideia. A minha mente estava daquele jeito. Conheci uns caras que me apoiaram, me deram a maior força. Estavam sempre lado ao lado comigo.

Imagine você longe da família e vendo um monte de pilantra, todos tirando onda! Eu já estava com um ano e três meses em Arcoverde. Tinha perdido o processo, recebido uma sentença de oito anos e oito meses. Falei para o meu comparsa que eu não era dali e não tinha vindo para ficar. Comecei a aprontar Fizemos ‘157’ dentro do sistema, depois passamos 47

dias no castigo. Quando eu estava para descer para o convívio, chegou o meu ‘bonde’ para o presídio Desembargador Augusto Duque (PDAD) em Pesqueira.

Ao chegar em Pesqueira, não demorou; me aguentaram lá por apenas cinco meses. Pedi um ‘bonde’ para a penitenciária Doutor Ênio Pessoa Guerra (PDEPG) em Limoeiro, pensando que ia ficar mais perto da família, mas foi todo o atraso da minha vida.

Quando cheguei, fui morar no pavilhão C. Fizeram um enxame da minha pessoa. Falaram ao chaveiro que eu estava vendendo ‘Rupinol’ (medicamento controlado de venda proibida, que altera o comportamento de quem o toma). Mas como eu podia vender este remédio se eu estava no pavilhão a uns três meses e não tinha recebido nenhuma visita! Levaram-me para dentro do banheiro da ala e me deram uma pisa daquele jeito. Desci para a chapa onde passei onze dias, depois subi para o pavilhão D. Lá tinha um monte de conhecidos das outras cadeias por onde já passei. Fui morar na cela quatro. Depois de um tempo tive uma ‘cutruca’ (confusão) com os caras desta cela: Fui ‘desbaratinado’ (mandado) para a cela 14 onde tive que botar todo aquele sofrimento para fora.

No dia 25 de dezembro de 2011, dia de Natal, o cão testou a minha fé: Quase todos os detentos estavam com os seus familiares, e eu só pelos cantos, sofrendo comigo sozinho. Acabou a visita. Eu só tive o prazer de falar com a minha irmã por telefone. De repente um pilantra safado, por motivo nenhum, deu umas três tapas na minha cara. Acho que ele pensava que era grande, foi para impressionar os caras da cela, achando ele que ficaria por isso mesmo. Os caras da cela me seguraram para eu não brigar com ele. Eu estava com um boné branco. Quando o tirei da minha cabeça, vi uma mancha de sangue. Tudo aquilo se misturava na minha cabeça. Um pouco de revolta, um pouco de maldade, um pouco de desespero, um pouco de abandono - resumindo, aconteceu o que tinha que acontecer: No dia 26 de Dezembro, na parte da manhã, fui atrás de uma faca. Eu estava disposto a abri-lo em duas bandas. Mas o que eu encontrei foi um ‘churcho’ (faca artesanal) comédia (de brinquedo). A primeira botada que eu dei nele, o churcho se envergou todinha. Tive que brigar com ele. Levei uma furada na perna, depois o chaveiro trancou todos os detentos e foi na cela onde eu morava para tomar satisfação. Invadiu a cela, os meus companheiros de cela se acovardaram comigo. Tive que brigar com o chaveiro e os ‘gatos’ (os caras que trabalham com os chaveiros). O chaveiro me jogou de dentro da cela para o corredor. Fiquei brigando com uns quatro ‘gatos’. A população começou a gritar e abalar as grades dizendo que era covardia. Eu já estava quase desmaiado. Lembro-me que escutei as grades se abrindo. Os meus comparsas me agarraram e falaram que eu ficasse tranquilo porque não ia acontecer mais nada comigo. Neste momento a polícia invadiu para me tirar de dentro do pavilhão. Levei um tiro de bala de borracha no braço. Os presos que trabalhavam com a polícia batiam em mim, mais que os próprios policiais. Em seguida passei 30 dias na chapa. Depois levei ‘bonde’ para Pesqueira.

Mas dentro da cadeia é assim: Aqui se fez, aqui se paga. Comecei a tirar onda. Levei uma furada nas costas, inocente. Quando virei as costas, senti uma furada, mas o cara que me furou era comédia. Ligeiramente me virei e o segurei pela beca.

— Agora, — falei — a gente vai se destruir! — Ele estava com as duas mãos livres e com um churcho em uma das mãos, mas não fez nada. Ele era de Pesqueira e a maioria da população é de lá. Vieram para cima, pedindo que eu deixasse isso para lá.

— É nenhuma — falei, mas já na malícia de pegar ele depois. Fui para o final do corredor e comecei a fazer uns ‘castelos’ (pensamentos) meio loucos. Falava para mim mesmo:

— Eu vim de Limoeiro com um B.O. e vou sair daqui como um comédia? — As coisas não podiam ser daquele jeito. Resolvi ir à cela. Quando eu cheguei de frente ao safado que tinha me furado, amarrando o sapato na malícia, não tive demora. Do jeito que eu vim, dei um bicudo por cima da cara dele que estourou a boca e o nariz dele. Ele ficou se batendo. Peguei o churcho que estava com ele e dei duas batidas na mão . Vi que não valia a pena tirar a vida dele. Joguei o churcho sobre ele e sai.

O 'comédia' do chaveiro de Pesqueira disse que eu tinha que ir para a enfermaria para tomar uma injeção. Mas na realidade ele estava vendo bicho comigo (com medo da minha pessoa), querendo me tirar do pavilhão B de todo jeito. Quando subi com ele para a enfermaria, falei para ele que eu tinha me furado embaixo da cama. Realmente, na cela em que eu morava tinha um pedaço de ferro embaixo da cama. Se vacilasse, me furava mesmo. Mas quando chegamos na enfermaria, o 'comédia' do chaveiro viu o tamanho do agente e ficou logo com as pernas tremendo. O agente me perguntou o que tinha sido aquilo. Eu falei que tinha me furado embaixo da cama. Ele respondeu que era mentira minha e chamou o chaveiro para fora. O safado falou o que realmente tinha acontecido. O agente voltou e me perguntou de novo:

— O que foi isso aí? — Eu disse a mesma ideia de antes e me segurei até o fim. O agente não acreditou e deu uma mãozada por cima do meu ouvido, tão forte que eu girei três vezes. Depois o agente e o chaveiro começaram a me espancar do jeito que podiam.

O agente me botou para o castigo. Lá passei 18 dias, só porque eu não tinha 'cabuetado' (= entregado) o safado. Tinha levado uma furada, fui para o castigo, sendo eu a vítima, e quando sai do castigo, o chaveiro mandou ainda me isolar no pavilhão B. Quando eu cheguei no pavilhão B, levei outra pisa. Foi ruim, mas servia para eu enxergar melhor as minhas companhias de dentro do sistema. Passei seis meses no pavilhão B em Pesqueira, depois a polícia resolveu me mandar de volta à penitenciária de Limoeiro.

Ao chegar em Limoeiro, resolvi voltar a estudar na escola. Foi a melhor coisa que me aconteceu. Conclui o ensino fundamental, e hoje estou no ensino médio. Na escola conquistei várias coisas, uma das mais importantes foi o projeto sobre as crônicas. A minha crônica foi uma das escolhidas para participar do concurso literário do escritor paulista "Laé de Souza". Fiquei muito feliz em saber que dentro desse lugar eu ainda posso ser lembrado por alguém. Mas não pára por aí. Dentro da classe tive um bom resultado nas olimpíadas de matemática. Criamos um livro sobre as crônicas. Posso ser sincero? Foi show de bola.

Esse mundo em que eu convivo é assim. Se você tem alguma coisa você valera aquela coisa. Se você não tem nada, aí as coisas se complicam, você não valera nada. Mais é assimmesmo.

(Observação do coordenador: O autor do texto acima pediu explicitamente que acrescento aqui o comentário que escrevi depois de corrigir o texto dele, que era o seguinte: "Oi Walter! Gostei muito da sua autobiografia. Ela mostra que, na execução penal, há muitas possibilidades de cair, mas poucas para subir. E mostra também que a origem das maldades é na infância. E mostra que todos nós somos pecadores e vítimas ao mesmo tempo. Corrigi o seu texto, mas não mudei muitas coisas. Mesmo assim acho necessário que você leia mais uma vez com atenção o seu texto e verifique se tudo está do jeito como você quis. O que não entendi, marquei com amarelo. E há muitas expressões carcerárias no seu texto que precisam ser explicadas para os leitores. Marquei-as com (???). Na minha opinião seria bom acrescentar mais os seus pensamentos, as suas reflexões sobre os acontecimentos, seja no meio do texto ou no final. Mas só se você quiser. Obrigado pelos seus esforços, e boa sorte na sua vida!")

Adriano

Oi! Estou aqui para falar sobre a minha vida, sobre as coisas boas que aconteceram em toda a minha vida.

Bom, galera, o meu nome é Adriano, nascido no dia 15 de Agosto de 1990, filho de José Pedro Ferreira e de Marinês Berlamino da Silva. Quando eu tinha os meus sete anos de idade, a minha vida era simples. Morava com os meus pais em um bairro muito violento de Maceió, o meu pai e a minha mãe tinham muito cuidado em mim e nos meus irmãos. Como vivíamos em uma favela, eu vivia trancado em casa junto com os meus irmãos, porque o meu pai não gostava que eu me misturasse com maloqueiros. A maioria do tempo, o meu pai era um homem muito severo e ignorante, já a minha mãe era um mulher liberal, tranqüila, sabia conversar.

A separação dos meus pais

A separação dos meus pais não foi uma coisa boa para a minha educação. Eu sofri muito com esse acontecimento, a minha mãe era muito espancada por ele, o meu pai dizia que a minha mãe vivia traindo ele. Já ela dizia que não, porque ela não poderia sair de casa se quer um minuto, que ele já falava que ela estava traindo ele. Dai vinham os motivos das brigas deles. O meu irmão mais velho, o Roberto, também não gostava quando o meu pai batia na minha mãe. Um dia desses, o meu irmão foi ajudar a minha mãe em uma das brigas dele. O meu pai sem querer bateu em uma panela que estava com água quente no fogo. A panela virou e a água quente derramou encima do corpo do meu irmão. Esse foi o motivo pelo qual a minha mãe deixou o meu pai. Ele era descontrolado quando brigava com a minha mãe, matava até os pássaros que ele próprio criava em casa. Eu achava que já era coisa da cabeça dele. A minha mãe já não aguentava mais. Ele saía todos os dias para trabalhar. Certa manhã, depois que o meu pai saiu de casa para o trabalho, chegou um caminhão alugado pela minha mãe em frente da nossa casa para levar as nossas coisas. Para falar a verdade, o que a minha mãe deixou para o meu pai foi o sofá, uma cama sem colchão e o armário, e o resto foi tudo com a gente. Mudamo-nos para um lugar próximo a casa da minha tia Cícera, no bairro do Rosane Collor. Quando o meu pai chegou em casa e viu que as coisas tinham sumidas, ele ficou doido. A primeira coisa a passar na cabeça dele foi que tinha sido roubado, mais depois ele passou a perceber que era tarde e não tinha ninguém em casa. Então ele percebeu que a minha mãe tinha abandonado ele e levado eu e os meus irmãos junto com ela. Ele passou a procurar-nos durante 60 dias. Quando ele conseguiu, ele quis bater na minha mãe, mais os vizinhos que se encontravam na vila onde morávamos ajudaram a separá-los. O meu pai foi embora.

Os meus treze anos

Quando eu estava perto de completar os meus treze anos, a minha mãe decidiu voltar a morar no mesmo bairro onde a gente morava no tempo que ela era ainda casada com o meu pai. Por um acordo judicial venderam a casa na qual o meu pai ficara e dividiram meio a meio. Com a parte dela, a minha mãe comprou uma casinha pequena, com a parte dele, o meu pai comprou um terreno, e aos poucos ele levantou a casa dele, já casado com outra mulher. Naquela época a minha mãe montou um salão de beleza. Ela trabalhava o dia todo, mal tinha tempo para cuidar de nós filhos. Vivíamos soltos na rua, todos sujos, hahaha. Só tomávamos banho quando era a hora de dormir. Achava chato quando o meu pai passava pelo bairro voltando do trabalho.

Uma vez ele me viu pegando “bigú” em uma caçamba. pelo meu reflexo eu vi ele na hora que eu estava correndo atrás do veículo. Tentei disfarçar, mais não teve jeito. Fui pego com a boca na botija. Não tive para onde correr, só corri para casa. Ele me deu umas lapadas. Ai sim eu corri com gosto. Mas antes ele me perguntou onde estava a minha mãe, quer não estava vendo o quer eu estava fazendo, eu simplesmente respondi que ela se encontrava no salão trabalhando.

Assim eu fui criado solto na rua, convivendo com a malandragem, mas também tendo boas amizades.

As sextas-feiras

Todas as sextas-feiras eu ia ao shopping - Center. Lá existia uma concentração de meninas e meninos que estudavam nos colégios mais ricos da cidade. Foi nele que tive boas amizades. Com treze anos de idade eu tinha vontade de ter uma pessoa só para mim. Gostava de uma menina com nome de Maria Eduarda. Todos a chamavam de Duda. Mas ela não me dava valor.

Certo dia, nas férias escolares, eu chamei o meu primo para ir ao shopping. Não era para paquerar menina alguma, não. Era para se divertir! Este meu primo tinha hábito de roubar. Entramos em uma loja de brinquedos, e ele roubou três carrinhos da “Hot Wilson”. Quando eu vi os carrinhos, queria logo um para mim, mais ele não quis me dar. Neste momento o inferno da minha vida começou, porque fui lá dentro do shopping e peguei logo cinco carrinhos. Achei bom e com o tempo peguei mais e mais.

Eu e o meu primo fomos pegos pela segurança do shopping. Encaminharam-nos para a delegacia do menor e do adolescente, chamaram a minha mãe e a minha tia, a mãe do meu primo. A delegada ouviu as nossas mães e liberou-nos. Fomos para casa e ficamos de castigo sem poder sair de casa. Quando voltaram os tempos de escola, eu “matava aulas” demais, só queria ficar na rua.

Nessa época, o meu irmão Roberto já usava maconha. Ele trabalhava com bolivianos que vendiam tapiocas na praia. O serviço do meu irmão era montar e desmontar a barraca, e ainda mais ajudava como garçom. O engraçado é que essa barraca, toda desmontada, cabia em um carro de catar papelão. Às 15 horas de cada tarde a barraca tinha que estar montada e o coco já ralado, tudo bem organizado. A hora de desmontar era às 23 horas da noite. A uma ou duas horas de madrugada o meu irmão voltava para casa. Isso acontecia cada dia. Cansativo, não?

Mais voltando ao assunto: Quando voltei a sair de casa, fui para casa do meu primo e chamei-o para sair comigo, mas ele não quis. Mas de tanto insistir ele disse que sim. Pegamos um ônibus. Quando passamos por um prédio bem bonito, lhe perguntei se ele sabia o que era aquele prédio. Ele disse que sim, era o shopping cidade. No próximo ponto descemos e fomos dar uma volta dentro daquele prédio. Ao entrar em um restaurante avistei uma bolsa de mulher aberta em uma parte reservada do restaurante. Quando me aproximei da bolsa, vi um pacote de dinheiro. Apossei-me do pacote. Eram 1100 Reais. No mesmo tempo sai discretamente do restaurante, olhando para um lado e para o outro, todo nervoso, com medo que alguém me pegasse. Saímos do shopping - center e pegamos o ônibus. Dentro do ônibus mostrei ao meu primo aquela quantia de dinheiro. Ao ver ele perguntou onde eu tinha pegado. Conte para ele. Descemos do ônibus e fomos para uma parada de taxi, na direção a outro shopping. A corrida custou sete reais. Paguei com uma nota de 10 reais e deixei o troco com o taxista. O taxista ficou muito agradecido. Assim que eu e o meu primo chegamos ao outro shopping, liguei para o telefone da minha mãe e pedi para falar com os meus dois irmãos, o Álison e o Roberto. Imediatamente eu mandei-os pegar um taxi e que vir ao shopping. Disse que pagaria o taxi. Fiquei esperando no local combinado. Eles demoraram quase um ano para chegar, porque acharam que eu estava querendo pregar uma peça neles, mais mesmo assim arriscaram. Quando chegaram, paguei o taxi e fomos nos divertir. Comprei um presente para a minha mãe. Ao chegar em casa a minha mãe perguntou quem tinha dado dinheiro à gente para comprar presente para ela, aí inventamos um historia besta e ela fingiu acreditar.

As drogas

A primeira vez que toquei em drogas para usar foi no ano de 2003 ou 2004. Nunca quis “coja” (= saber) de drogas. O meu irmão usava maconha, mais eu nunca tive vontade de fumar.

Certo dia eu fiz um roubo de 12 mil Reais. Fiquei com a minha parte de 2'750 Reais. Isso foi o meu segundo dinheiro alto que eu consegui em um roubo. Arrependo-me muito, mas no dia seguinte a polícia federal fez uma operação com duzentos homens na favela onde eu morava. Achei que era pela minha causa, por isso fiquei assustado e com muito medo. Até helicóptero teve nessa operação! Depois que essa operação passou, sai de casa para dar uma volta. Voltei muito tarde para casa. Ao chegar avistei os meus dois irmãos usando crack misturado com maconha dentro de casa. Reclamei com eles, mas nem ligaram para o que eu estava falando. Observei-os e decidi experimentar. Foi naquela noite que tudo começou. Vicie-me. Com o dinheiro que eu tinha ganhado montei uma bike que tinha comprado. O resto do dinheiro, eu usei todinho em drogas que consumi com o meu irmão.

A minha mãe tinha um bar que se localizava no mercado da produção de Maceió - AL. Fomos para lá no meio da noite, passamos a madrugada todinha nos drogando. Resumindo, comecei a passar noites e noites na favela, pedindo drogas, vendia tudo que eu tinha, até a minha bike. Nem se fala! Empenhei na boca de fumo. O meu irmão sabia e contou para a minha mãe. Ela bateu boca com os traficantes atrás da bicicleta, mais os traficantes diziam que ela não queria ideia. A bicicleta só era devolvida quando pagasse a dívida. Perdi as contas de quantas vezes a minha mãe foi buscar essa bicicleta na boca. O tempo passou. Comecei a roubar bicicletas em supermercados. A penúltima vez que roubei uma bicicleta foi com um cara chamado Orelhão. Levamos um alicate de pressão para quebrar os cadeados que se encontrassem nas bicicletas. Nesse dia conseguimos trazer duas bicicletas. Assim que cheguei na favela, troquei-as em drogas. Dirigi-me a uma casa abandonada na beira da lagoa. Quando estava lá sossegado, aproximou-se um dos traficantes chamado Waltinho dizendo que eu tinha trazido a polícia para dentro da favela. Disse que quando deixei a bicicleta, o meu parceiro chegou com a polícia para procurar-me! Quando a polícia foi embora, os traficantes foram me procurar e me acharam no barraco abandonado. Começaram a dar-me tapas, murros na cara. Eu disse que não tinha sido eu que tinha levado a polícia para lá. Um dos traficantes me mandou abrir a boca para ele colocar o cano do revolver. Eu disse que não iria abrir. Deram-me um murro na cabeça. Quando caí, fingi ter desmaiado. Pegaram-me pelo pé e me arrastaram até a água poluída da lagoa, atrás da casa. Disseram: Não desmaie não, filho da puta!

Quando perceberam que eu tinha retornado, me jogaram na lagoa, pegaram uma armação de ferro de uma cadeira de balanço e a jogaram em mim. Arremessaram também um tijolo enorme no meu peito, e só não morri porque eu tinha colocado uma das minhas mãos, e esse tijolo quebrou no meu braço. Depois me mandaram correr. Assim que eu estava numa distância de 20 metros deles, escutei os tiros. Não sei se os tiros foram dados na minha direção ou se atiraram apenas para me assustar.

Ao chegar em casa, a minha mãe viu o estado no qual eu estava; as minhas costas todas marcadas. Ela começou a chorar e pediu que eu não saísse de casa. Tomei um banho e fui dormir. Ao cair da noite, o irmão do Orelhão foi para a minha casa para saber o que tinha acontecido comigo, e pediu desculpas pelo que o irmão dele tinha feito. Eu disse:

— Tudo bem, não esquento não. Deixa para lá. — Foi nesta ocasião que o meu irmão de consideração soube que eu tinha apanhado. Chamou-me para roubar bicicletas. Quando chegamos em um super-mercado, os seguranças ficaram de olho em nós. Primeiro pegaram o meu irmão. Saí correndo e dispensei a bolsa com o alicate de pressão. Os seguranças me seguiram em um carro normal e conseguiram me pegar. Ao chegar no supermercado, vi que o meu irmão estava sendo espancado pelo chefe de segurança. Queriam que eu e o meu irmão déssemos de conta das bicicletas que eu tinha roubado dois dias atrás. Falei que não tinha como porque tinha vendido-as na feira de troca. Fomos para a delegacia. Mais uma vez! Ali ficamos sete dias presos, até que o meu advogado apareceu no setor das celas dos presos, com a cara fechada. No finalzinho da tarde fomos liberados e fomos para casa.

Como conheci o meu irmão "Nem" e Attylas

Eram onze horas da noite. Eu, o meu irmão Roberto e um amigo nosso, o "Rock", estavam na frente da nossa lanchonete. De repente chegou Gil, um amigo do meu irmão Roberto, junto com um cara e Attylas, o motorista do carro preto no qual chegaram. Ficamos até tarde, eu tomando refrigerante e eles tomando cerveja e cheirando uma substância química chamada "loló". Eu era muito ameninado naquela época, porque queria aprender a dirigir. Ficamos muito próximo de Attylas, gostávamos muito dele. Ele me apresentou o filho dele, "Nem", que Deus o tenha! Naquele tempo não tínhamos maldades com ninguém, só coisas boas. Mas uma coisa que não deu muito certo foi a minha secura de dirigir o carro naquele dia. Sem querer quebrei a caixa de marcha do carro dele, ou pelo menos foi isso que ele tinha achado que tinha quebrado. Mais ao amanhecer ele retornou de taxi á lanchonete e disse que não foi tão grave não. Ele pagou a conta da lanchonete e foi embora. Eu já estava dormindo e não vi quando ele retornou, mas me disseram que ele ficou um pouco chateado por isso, e ficamos mais que um ano sem se falar.

Os meus relacionamentos

No bairro onde eu morava aconteciam pagodes aos finais de semana. Num destes eventos conheci Luciano. Considero-o muito, e ele me considera. Ele me chama de primo, e até hoje tenho uma grande amizade com Luciano. Conheci Fernanda através dele. Foi assim: Outros dias da semana, ele e a banda tocavam em um churrasquinho chamado M & C, conhecido como "Pagode do Gelo". Foi ali que conheci Fernanda. Ela tinha quatro filhos. Naquele época eu só tinha 16 anos. Fiquei apaixonado pela Fernanda, só que a Dona Cida, responsável pelo pagode do gelo, era a ex-sogra de Fernanda. Dona Cida não aceitava o meu namoro com Fernanda, por dois motivos: Primeiro porque eu era menor de idade e Fernanda tinha 30 anos. Mas a gente se amava, pelo menos por mim era amor! O segundo motivo tinha a ver com Breno, o filho de Cida. Ele tinha ido embora por causa de uma briga com caras da pesada na qual ele tinha se envolvido. Isso acontecera no estabelecimento da própria mãe. Cida era contra o meu relacionamento com Fernanda porque ela ainda queria que a Fernanda voltasse com o filho dela. Eu já estava morando na casa da Fernanda, junto com os filhos dela e Cida. Tanto inferno que Dona Cida tinha feito para separar-me de Fernanda. Era muita coisa que Fernanda escutava da Dona Cida, tudo isso pela minha causa. Decidimos separar-nos. O pagode ficava em frente a Praia do Sobral. A nossa despedida foi na beira da praia, à noite. Ela chorou muito. Chorei também, sofri demais. Ela foi embora e nunca mais eu a vi.

Depois de conhecer Patrícia, convivi quase seis anos com ela. Ela me falou que me via nos lugares e me achava bonitinho. Eu disse para ela que bonitinho era perto de feio. Peguei o telefone dela. Quando a adicionei no Orkut (um site de relacionamento), ela aceitou o meu pedido de amizade. Pela internet conversamos a noite toda, e passamos a nos conhecer melhor. Ela fazia parte de uma torcida organizada chamada "Mancha Azul", do time CSA, o que significa Clube Sportivo Alagoano.

Eu também gostava do time, só que eu não tinha o conhecimento onde ficava a sede da torcida. Passei a frequentar essa torcida, notava que os jogos ficavam cada dia mais violentos. Percebi que não era para mim. Todos tinham uniformes, não queria que ela fosse mais para esses lugares com a torcida. Falei para ela que queria ficar com ela, que a minha pessoa ficou afim dela. Ela não acreditou e marcou comigo em um show que ia ter nos próximos dias. O show era do "Cavaleiro do Forró". Ao chegar no show eu a vi, mais ela não me viu. Passei a maior parte observando, querendo ver como ela vê, como ela agiria, só ou com as amigas. Quando me cansei de ficar só, fui ao encontro dela. Ficamos juntos quando acabou o show. Fui levá-la até uma parada de taxi e ela foi para casa. Em seguida peguei o taxi e fui para casa também.

Para falar a verdade, os quatros primeiros anos que eu convivi com ela, gostava muito dela. Quando ela engravidou de mim a primeira vez, o pai dela não aceitou a gravidez tão fácil assim não. Ele queria que ela abortasse a criança. Eu disse que não ia fazer isso, que iria criar o

meu filho. Mas com dois meses de gravidez, Patrícia começou a sangrar. No outro dia fomos fazer a ultra-som. A médica disse que não havia mais feto nenhum na barriga de Patrícia. Ela ficou desesperada, voltou chorando no ombro da mãe para a minha casa. Ela me pediu desculpa. Eu respondi que não tinha porque ela me pedir desculpa. A gente iria tentar de novo.

Eu saí e fui dar uma volta para aliviar o estresse que tinha passado por Patrícia ter perdido a criança. Tinha lhe prometido que a gente iria ter um filho meu. O tempo foi passando. Tive uns problemas com uns caras, por isso fiquei afastado da casa da minha mãe, e Patrícia ficou morando com a minha mãe.

Quando voltei a morar com a minha mãe, ela estava com planos de ir morar em São Paulo. Quando ela foi embora, fiquei em uma casa alugada: Um primeiro andar pequeno, só para mim e Patrícia. Naquela época eu estava usando drogas, crack com cigarro misturado. Cada dia, no comecinho da noite, eu saía para roubar. Quando eram umas nove horas da noite, eu já estava em casa, usando drogas.

17 mil Reais

Certo dia eu chamei o meu primo para fazer um arrastão. Ele topou. Quando saímos, andando a pé, vimos numa distância boa dois homens saindo de uma casa, com uma maleta. Quando se dirigiram a um carro, abordei-os e levei a maleta e o carro. Quando o meu primo abriu a maleta, viu que tinha a quantia de 17 mil Reais nela. Abandonamos o carro na hora. Quando cheguei em casa, dei 3 mil ao meu primo e fiquei com 14. Nesse dia fiquei com tanto nojo de usar drogas que eu não quis mais saber de droga. Com o dinheiro comprei uma moto e uns moveis para a casa.

Conheci uns caras que também roubavam. No meio deles tinha um conhecido meu, o Diego, o filho da rainha do tráfico de Maceió - AL, "a Madona" horas só existe o nome!! Que Deus a tenha.

O tiro

Quando comecei a andar com Gordo e Mago, eles tiveram um atrito por causa de uma mulher. Um queria matar o outro por causa dessa mulher. Gordo falava que o Mago estava com malícia para cima de mim. Por isso já comecei a ficar atento. Numa dessas noites Mago ligou para mim me pedindo uma das minhas armas que eu tinha naquela época. Eu disse que não queria ficar sem arma, e fui atrás dele, em um Gol e com boné na cabeça. Quando o vi na calçada da casa do amigo de Gordo, dei o primeiro tiro na direção dele, só que a minha pistola tinha travado, e ele conseguiu correr. Fui embora. O Mago não tinha visto quem teria dado os tiros nele! Mas me toquei que não estava fazendo o certo. Decidi afastar-me deles. Conheci uma mulher chamada "Nana". Era a mulher de um ex-traficante que tinha morrido na guerra do tráfico. Um dia ela me chamou para almoçar no centro da cidade. Nesse almoço rolou um beijo entre nós dois. Eu disse para ela que tinha esposa, e que ela estava grávida. Ela me pediu que eu deixasse para ficar com ela, mas eu disse que não daria certo. Fomos embora. Deixei-a na favela e fui para casa. No outro dia, ela ligou para mim pedindo que nos encontrássemos em um bar chamado "Bar do Coco", que fica na lagoa Mundaú. Ao chegar nesse bar, sentei na cadeira. Tinha deixado a moto em frente à mesa. Esperei por ela mais de meia hora, mas ela não apareceu. Liguei para ela. Nada. Quando ela finalmente atendeu, ela disse que estava chegando. Nesse momento passaram dois caras meio estranhos. Fiquei cismado. Ao subir na moto, eles vieram na minha direção, atirando. Pulei da moto e comecei a correr. Quando percebi que estava baleado na barriga, pressionei o buraco do tiro e corri mais ainda. Corri para a casa do Diego, o filho da Madona. Jenny, a irmã de Diego, gritou: "Mãe! Corre que o Adriano está baleado!" Quando ela me viu baleado, me mandou sentar na calçada para esperar um socorro. Fiquei sem ar para respirar. Os meninos foram pegar um carro no lava - rápido para me levarem ao hospital. Ao chegar à unidade de emergência, fui sedado e encaminhado para a sala de cirurgia. Quando acordei, já

estava todo costurado, com Patrícia ao lado da cama. Quando ela soube que eu tinha sido baleado, ela desmaiou. Sorte que não perdeu o bebê. Esta foi a minha primeira cirurgia da minha vida. Fiquei só dois dias no hospital. Depois não aguentei mais ficar com duas sondas. Assinei um termo de responsabilidade e fui para casa para recuperar-me. Sofri, mas passou. Resolvi ir à São Paulo para morar com a minha mãe. Passei nove meses com ela. Já tinha me separado da mãe da minha filha, ela ainda foi atrás de mim em São Paulo. Passou uns três ou quatro meses comigo, depois voltou para debaixo da saia do pai e da mãe em Maceió, e eu continuei vivendo em São Paulo. Quando a minha filha nasceu, eu trabalhava em um Buffet chamado “Brinca Piá”. Nos dias normais de atendimento eu era porteiro, e nos dias de festas eu era manobrista e segurança. Deixei o emprego com dois meses. Depois me dediquei à minha habilitação que estava tirando naquela época.

Eu estava doído para pegar a minha filha nos braços. Por isso voltei para Maceió. Ao chegar, fui ver a minha filha. Fiquei muito feliz, achando que ia ter a minha família de volta. Mas na mesma hora o telefone da Patrícia tocou. Eu atendi. Era tal de Junior dizendo ser o namorado da Patrícia. Quando olhei diretamente no olho da Patrícia, eu disse: Toma teu namorado, ele quer falar com você. Virei às costas e fui embora para morar na casa do meu pai.

As mentiras de Patrícia

Nos 4 anos dos 6 que eu convivi com Patrícia eu amava muito ela, mas nos 2 últimos anos eu só escutava mentiras. Já não gostava mais dela como no começo da relação. Discutimos e brigamos muito. Já não aguentava mais. A última vez que eu a deixei, eu trabalhava em um posto de combustível, começava de 2 horas da tarde e largava às 10 ou 11 horas da noite. Chegava em casa depois de meia noite. Uma vez, quando cheguei em casa, a minha filha estava sozinha com a vizinha. Perguntei pela mãe. Ela disse que a mãe tinha ido para o show com as amigas, poucos minutos antes que eu cheguei. Na mesma hora eu liguei para ela e disse que se ela não chegasse em meia hora, amanhã pela manhã iria deixar a minha filha na casa da avó, e que iria dar queixa contra ela sobre abandono se ela pegasse a minha filha. Neste momento a minha filha acordou. Não tinha nada para ela comer! Mandeí um maloqueiro comprar um lanche no “Passaporte” para nós comer. Depois dessa refeição fomos dormir. Nada da Patrícia chegar. Ao amanhecer fiz o que eu prometi: Deixei a minha filha na casa da avó e fui embora.

Vida de solteiro

Fui morar no sítio de um tio meu. Tinha acabado de comprar uma moto 250 cilindradas e comecei a trabalhar de moto-taxista. Com muito tempo trabalhando sofri um acidente nessa moto. Na hora do acidente conhecia muita gente que morava nas proximidades do local do acidente. Estava deitado com a cara cheia de sangue quando Patrícia chegou, chorando e perguntando: Cadê o meu marido? Cadê o meu marido? Uma mulher, que me conhecia e estava ciente pelo que eu tinha passado na minha vida por causa da Patrícia, disse: “Tome vergonha na sua cara, Patrícia. Você fez o menino disso e daquilo, e agora o Adriano ... Pode deixar que eu vou com ele para o hospital!” Patrícia respondeu: “Não, pelo o amor de Deus! Ele é pai da minha filha! Deixa-me ir com ele, por favor!” Decidiram que Patrícia ia me acompanhar na ambulância dos bombeiros. Ao chegar ao hospital, costuraram o corte no rosto e fizeram o curativo. Ao sair do hospital, o meu pai e o meu primo estavam esperando. Eu disse que queria ir para o sítio. Na mesma hora o meu pai e Patrícia me chamaram para irem para casa deles, mas eu disse que não ia. De tanto Patrícia implorar, eu fui me recuperar na casa dela. Depois de recuperar-me, Patrícia decidiu ir para São Paulo. No dia da viagem, essa mulher ainda me humilhou na frente de todo mundo na rua. Fiquei passando uns dias em um barraco na favela, até a minha moto ficar pronta. O seguro não quis pagar o conserto da minha moto porque o dono do carro que tinha batido em mim não teria pago algum documento do contrato dele. Assim que resolvi, peguei a minha moto e voltei a trabalhar. Prometi-me que não iria passar pelo que já passei: Não iria me casar. Fui humilhado

demais por causa dela e até agora estou solteiro, mais eu sonho em achar uma pessoa especial para mim que queira algo à sério comigo, que queira o meu amor, o meu carinho e a minha atenção, e que também queira construir uma família de verdade!

A minha viagem para o Pernambuco

Em Maceió me encontrei com a minha irmã Márcia. Ela fez uma proposta para mim, comecei a escutar o que ela tinha para me falar. Ela me convidou para morar com ela em Pernambuco. O meu cunhado estava preso e tinha que comprovar para o juiz que estava residindo no estado. Fiz um trabalho e arrumei o dinheiro do aluguel da casa. Dei 400 Reais a ela e ela veio para a cidade de Limoeiro. Quando eu vim, tentei arrumar um trabalho, mas não deu muito certo não. Conheci dois moleques, o Val e o Etinho. Fui com Etinho para Lagoa do Carro, uma cidade próxima de Limoeiro, para roubar um carro, no qual voltamos para Limoeiro para pegar Val. Depois fomos para cidade de Bezerros para guardar esse carro. Quando chegamos no sítio, a polícia já estava de tocaia. Val conseguiu fugir, mais eu e o Etinho fomos pegos. Apanhamos muito da polícia, levamos até choque nos testículos. A polícia achou o endereço do meu pai que mora em Maceió, em um papel onde tinha o endereço da casa da minha irmã onde eu estava morando, em Limoeiro. Logo a polícia decidiu ir até essa casa. Ao chegar lá, a polícia arrombou a porta e recolheu todas as matérias de pertence. Por causa disso eu vim parar aqui na penitenciária Dr. Enio Pessoa Guerra, em Limoeiro. A minha entrada aqui foi no dia 12 de Outubro de 2012. E agora, dia nove de Outubro de 2013, completo mais de um ano aqui sem audiência. A justiça daqui de Pernambuco é uma merda!

Mas hoje posso dizer: Eu sou um novo homem!!! Graças a DEUS.

Anselmo

Reflexão da minha vida

Nasci em 1986. Vim de uma boa família que nunca me deixou faltar nada, uma família de boa conduta e respeitada na cidade onde morávamos. Certo dia, eu acordei e percebi que o tempo já tinha passado um tempo bom, eu já estava crescendo e não era mais aquele bebê pequeno e frágil. Estava completando oito anos de idade. O meu pai junto com a minha mãe, a minha irmã, os meus amigos fizeram uma festa de aniversário para mim, na minha casa. A festa era surpresa. Um amigo meu que sabia da festa, mas não me contou, ficou na missão de me tirar de casa até a hora de começar a festa. Saímos para andar de bicicleta. No final da tarde voltamos para casa. Ao chegar, percebi aquele silêncio. Abri a porta. As luzes acenderam e todos começaram a cantar parabéns. Fiquei sem o que falar. Não sabia se chorava ou sorria de alegria. No dia seguinte, o meu pai me levou pra me ensinar a dirigir carro. Fiquei alegre, pois era o que eu mais queria.

Com os meus nove anos já era um bom motorista. Quando saía pra viajar ou passear com os meus pais, quem era o motorista era eu. O problema só era um, era quando tinha blitz, o meu pai passava a ser o motorista, porque eu era menor de idade e não tinha habilitação.

Com os meus onze anos ganhei um cavalo de presente de aniversário do meu pai. Todos os fins de semana, eu e os meus amigos saímos para passear de cavalo, e farra, uma vida tranqüila com pais atenciosos e dedicados e exemplares, sempre colocando eu e a minha irmã no caminho certo. Mas eu só queria saber de farra. Era uma criança com tudo na mão, mas só puxava para o lado errado. A minha irmã, contudo, sempre era focada nos estudos. Formou-se em pedagogia. Aos 17 anos ela já estagiava em uma escola municipal da cidade, aos 18 anos já estava dando aula e estava contratada pela prefeitura. Aos 19 anos fez o concurso público da prefeitura e passou em segundo lugar. Ficou afetiva enquanto eu estava ainda estudando.

Durante o dia eu estava na escola e de noite na balada. Esta era a minha rotina. Aos meus 16 anos, arrumei o meu primeiro emprego. Foi numa casa de rações que se chama “Mirando Agropecuária”. Era um emprego bom porque não precisava pegar transporte para me deslocar da minha casa para o trabalho, sim, morava em frente à loja de rações. Eu fiquei alegre por ter o meu trabalho e não precisar depender do dinheiro dos meus pais, e também por poder desfrutar daquilo que eu estava ganhando. Infelizmente o meu pai não gostou e foi até a loja. Sem eu saber ele falou com o dono, Fabio Miranda. O meu pai alegou que eu era muito novo e também ainda estava estudando. Mas Fabio respondeu que sabia disso, mas que não era um problema para ele. Disse que sabia de toda responsabilidade comigo e que não precisava preocupar-se, pois eu estava em um bom lugar, pelo menos eu ganharia o meu dinheiro e não estaria na rua andando com pessoas erradas. Expus que nem todo tempo teremos os nossos pais para cuidar de nós. O meu pai aceitou e me permitiu de trabalhar na loja. Fiquei contente, e logo modifiquei a minha rotina: Trabalhei durante o dia, de segunda à sexta-feira, das sete horas da manhã às cinco e meia da tarde, nos domingos das sete horas até meio-dia. À noite ia para a escola. Ao largar como sempre ia para a balada, balada e mais balada. Nos dias de férias da escola, quando a bagaceira era maior, só tinha hora de começar, mas para terminar, só Deus quem sabia. Quando a loja fechava, eu e Fabio Miranda íamos para balada, e às vezes até durante do horário do trabalho. George, o outro menino que trabalhava comigo, não ia para estas nossas festas. Ele era mais caseiro, só curti festas quando era época, como Carnaval, São João, a festa da padroeira da cidade, que é a Nossa Senhora da Soledade, Natal e fim de ano. Porém eu e Fabio saímos todas as noites. Nas sextas-feiras à noite, a noiva de Fabio vinha do Recife para passar o fim de semana com ele, e Fábio dizia que estava triste. Quando eu perguntava por que, ele respondia gracejando:

– Hoje nem vou tomar umas! – Ele aproveitava do sábado para ir comigo buscar ração e abastecer a loja, mas ele não me acompanhava para ajudar e sim para tomar umas cervejas.

Isto sempre foi assim até hoje. Quando fiz os meus 17 anos eu queria saber de nada, o que queria era apenas curtir a vida.

No final de 2003 o meu pai ficou doente. Eu, a minha mãe e os meus dois irmãos o levaram a um hospital no Recife. Chegando lá ele ficou internado. Retornei para casa sem ele, e a minha mãe ficou junto com ele junto com os meus outros irmãos. Passei a virada de ano só com a minha irmã e sem os nossos pais, no quintal da nossa casa, pedindo a Deus muitos anos de vida para os nossos pais e que nada de ruim acontecesse com eles.

No dia 6 de janeiro a minha sobrinha que estava no Recife acordou, olhou para o meu irmão e disse:

— Pai, sonhei com o vovô e ele que ia embora descansar e que ninguém se preocupasse, pois ele ia estar bem. – Todos se acordaram e ficaram naquela agonia, enquanto eu e a minha irmã estávamos em casa sem saber de nada ainda. Quando a minha irmã acordou, ela me chamou para receber o dinheiro da aposentadoria do nosso pai. Partimos para Carpina. Chegando ao banco, a minha irmã colocou o cartão no caixa. O dinheiro foi liberado pelo caixa e o peguei. Ao terminar de conferir, a minha irmã olhou para mim e falou:

— Este é o último dinheiro que recebi com paiinho vivo. – Eu reclamei com ela:

— Você está doida! – Mas naquele momento o nosso pai já estava morto. Os meus parentes que estavam no Recife avisaram esta notícia triste à sogra da minha irmã, Dona Fátima, e esta, junto com Emerson, o noivo da minha irmã, procuraram uma forma de nos contar. Resolveram contar de uma vez. Ao chegar de Carpina, eu e a minha irmã paramos na casa de Dona Fátima, mas mesmo sabendo da morte do meu pai eles não contaram nada à gente. Emerson que era baterista de uma banda de forró falou para a minha irmã que ia buscá-la em casa para comprar duas peças de instrumento em Limoeiro. Voltamos para casa onde tudo estava tranqüilo. Almoçamos e depois a minha irmã se arrumou e esperou Emerson chegar. Deitou-se no sofá. Eu estava sentado no chão, escorado no sofá, quando chegou Emerson, junto com as duas irmãs, o pai e a mãe dele, e Isabelle, filha de Elias. A minha irmã ficou sorrindo por ver a família toda para ir comprar duas peças de bateria, mas eu percebi algo estranho e foi raciocinar o porquê daquele povo todo para um simples motivo. Quando Dona Fátima entrou, olhou para a minha irmã e falou:

— Minha filha, chegou a hora. Não tem como fazer nada: O seu pai faleceu! – Aquilo foi uma notícia que até hoje eu fico lembrando. A minha irmã aos choros eu sem pensar, sem saber o que fazer. Peguei o meu carro e sai para encontrar-me com a minha mãe. Quando Dona Fátima nos dara a notícia, o corpo do meu pai já estava quase chegando em casa. A minha mãe veio na frente com o meu sobrinho Leozinho. Ao dobrar uma rua, dei de frente com eles, e voltei para casa. Deixei a minha mãe em casa e fui para Limoeiro para pegar o meu tio. Por eu ser menor de idade, fui á casa de um amigo o meu que era habilitado, e fomos juntos para Limoeiro. Cheguei na casa do meu tio, e voltei para casa. Viram todos os meus irmãos e a minha família e amigos. Quando o corpo do meu pai chegou, eu e os meus irmãos enfeitamos o caixão do meu pai com flores, e veio a parte ruim, a chora de enterro. No cemitério fizemos todos os procedimentos do funeral, aí então perdi uma parte de mim. Perdi alguém importante da minha vida, um pai amigo companheiro, uma pessoa no qual eu podia contar em qualquer momento.

No dia seguinte, passando tempo para ver se cicatrizava a ferida do destino, voltei à loja de rações, retornei aos estudos, mas para eu tentar recuperar-me de tudo aquilo que tinha passado com o meu pai. Os meus amigos me levaram para passear, pra que eu tentasse esfriar a cabeça. Voltei para as baladas. Eu já não queria nada mais com a vida, e com a morte do meu pai, a minha cabeça virou. Fiz os meus 18 anos, a idade que o meu pai estava esperando eu fazer para tirar a minha habilitação. Mas infelizmente não deu certo. Fiz 19 anos, e as noitadas de festa aumentaram cada vez mais. Chegou 2006. Desocupeei a casa onde morava porque fiz uma casa de festa para mim. Coloquei uma faixa na entrada da casa divulgando o nome da casa, (BBS BIG BROTHER SELMINHO). Cada dia tinha umas horas de festa, que tinham hora de começo e fim segundo os horários da escola. Pois o pessoal que iam tinham horário de voltar

para casa. Até quatro evangélicas iam, uma das irmãs crente bebia qualquer tipo de bebida. Ao terminar a festa, às dez horas, eu levava o pessoal para o colégio, pegava o nosso material escolar, e voltava para a rua. Chegando à praça, esperava o restante da minha equipe, da bagaceira. Só tinha hora de começar, terminar era em qualquer hora. Mas não durou muito tempo, pois um vizinho meu incomodou-se com aquelas festas. Ele falou para a cunhada dele:

— Vou tomar uma providência. Esta festa vai acabar de um jeito ou de outro. — Ele estava certo, conseguiu: No dia 4 de Setembro de 2006 eu e quatro amigos meus fomos presos, acusados por assalto à mão armada. A polícia nos levou para a delegacia. A vítima que era o meu vizinho estava lá sem saber o que dizer. Sempre vinha com uma história diferente, e nós lá dentro de uma cela, como se fôssemos animais ferozes. A polícia não encontrou nada com nenhum de nós, sem prova, só o vizinho dizendo que achava que fomos nós. O delegado acusou-nos de assalto qualificado a mão armada (artigo 157 do código penal), de tentativa de homicídio (artigo 121) e formação de quadrilha (artigo 288).

Foi aí que acabou com o resto da minha vida de cidadão. A justiça me fez bandido. Chegando o dia da nossa audiência, a vítima e os nossos advogados começaram a audiência. A juíza, Doutora Maria do Carmo de Moraes Neto, juíza da segunda vara da Comarca de Carpina PE, dá início e pergunta a vítima, o Senhor Josimar, como foi que aconteceu. E ele contou a versão dele. A juíza perguntou:

— Foram esses meninos que o assaltaram? — Ele respondeu:

— Doutora, parece que foram esses meninos, mas não tenho certeza que foram eles. — Antes dele falar isto, ele tinha dito que conheceu um pela voz e outro quando tirou do seu braço um relógio de ouro. A juíza perguntou:

— Só um tocar de mão, você conheceu como? — Ele disse:

— É que ele freqüenta a minha casa. — Quando a juíza fez a pergunta se ele tinha certeza que tínhamos sido nós, ele disse que não tinha certeza. A vítima apresentou três versões diferentes: Falou que o assalto acontecera perto da casa dele, e por último perto da minha casa, mas a pesar de todas essas histórias a juíza nos sentenciou a sete anos e seis meses de cadeia. Quando o vizinho viu que aquilo se agravou, ele tentou resolver, fazendo uma declaração que em momento algum citou o meu nome e que eu tinha sido uma vítima igual a ele, mas esta declaração não foi suficiente. O pessoal do comércio, os meus vizinhos e amigos da escola fizeram baixos assinados, pedindo a minha liberdade. Eu era primário, sem antecedente criminal, mas a justiça não me deu nenhuma chance, condenando-me sem prova, a pesar da minha prova em mão, a declaração feita pela vítima confirmando a minha inocência a justiça com toda prova que não foi eu que pratiquei o crime a justiça me condenou a sete anos e seis meses de cadeia.

Passei um ano e sete meses preso em regime fechado. No dia 25 de Março de 2008, com cinco meses de atraso, fui para o regime semi-aberto, onde eu devia ficar um ano. Tirei dois anos e oito meses. Em 20 de Setembro de 2010 fui para Itamaracá, na antiga PAZ, com a minha cadeia tirada. Passei mais oito meses em regime fechado. No dia 5 de Maio de 2011 ganhei a minha liberdade condicional. Dentro do tempo que passei no regime semi-aberto, eu voltei a trabalhar na loja de rações, voltei também a estudar. Terminei o meu primeiro ano do ensino médio. Em 2009 e 2010 não consegui voltar a estudar porque só tinha vagas no horário da noite, e a noite eu tinha que estar na cadeia. Pedi ao juiz que me libertasse para eu ir estudar e quando largasse eu voltasse para a cadeia, mas não deixou, o meu pedido foi negado. Mas eu com a minha cabeça erguida fui sempre caminhando em frente. Ganhei a minha liberdade condicional numa quinta-feira. A alegria foi grande - não para mim, mas sim para a minha mãe Dona Zefinha, a minha família e amigos, amigos verdadeiros, não aqueles que dizem que são teus amigos, mas na hora que você precisar deles te dão as costas.

Eu já fui vítima e ainda sou vítima destes amigos. Até 2006, antes de eu ser preso, eu tinha muito amigos, nunca ficava só. Às vezes queria sair só, mas parecia que eles me achavam por nada. Eu gostava de locais reservados, os bares que eu frequentava eram aqueles que ficavam localizados nos sítios. Os meus amigos iam aos locais onde eu andava e me

encontravam. Mas no dia que fui preso foram os primeiros a me criticar. Há aquelas pessoas que mal falam com você, e você mal fala com elas, e eles lhe dão mais atenção que aqueles que estão ao seu lado. Muitos não estão ao seu lado por gostar ou porque te consideram como uns irmãos como dizem, mas estão perto de você e interessados no que você tem. Testar o seu amigo é fácil: Entre numa situação ruim da sua vida, e você vai ver que de fato vai ficar ao seu lado. Imagine que você tem um carro ou uma moto, chega um fim de semana. Diga para o seu amigo:

— Hoje não vou sair. – Ele vai te perguntar:

— Por que? – Você vai responder:

— Estou sem dinheiro para colocar combustível e para pagar as bebidas. – Ele vai olhar e dizer:

— Beleza, eu vou ali, já volto. – O amigo verdadeiro que não tem olho grande para as coisas que você vai dizer:

— Não tem problema, vamos. – Um amigo verdadeiro não é aquele que tira as pedras do seu caminho, mas sim é aquele que te ajuda a caminhar sobre elas.

Cheguei em casa na quinta-feira, e no dia seguinte fui até a loja de rações. Fabio medeu um aperto de mão e falou:

— Pensei que não ia sair mais dali. – e perguntei se posso voltar a trabalhar na loja. Ele responde:

— Não, porque o movimento da loja está fraco. Mas é bom você arranjar um trabalho fichado. – Então eu falei:

— Fiche a minha carteira! – Ele falou que não podia. Levei na educação e na esportiva, e disse:

— Se aparecer alguma coisa, me avise, ok? – Ele falou:

— Pode deixar. – Sai triste, com o coração partido, não pelo fato de ter sido negado um emprego, mas pelo fato de ter sido renegado por preconceito, e também por não receber ajuda na hora que precisei. Ajudara ele muito, fazia tudo aquilo que estava ao meu alcance, mas quando eu precisei, virou as costas para mim. E fui embora. Chegando à praça em um moto-taxi de um amigo meu, alguns amigos que já passaram por presídio vieram na minha direção com aquela alegria, fazendo uma recepção de boas vindas. Fiquei surpreso.

— Estás fazendo o que? – perguntaram.

— Estou procurando o que fazer.

— Não se preocupe! Vem trabalhar aqui!

— Mas estou sem moto.

— Eu já disse: Fica despreocupado!

No sábado, dia 7 de Maio de 2011, foi o meu aniversário. Fui para Recife com a minha irmã para passear, depois voltamos para casa. Na segunda-feira fui procurar vaga na escola. Encontrei uma, mas tive que ir a uma escola pegar a transferência. A segunda-feira seguinte era o meu primeiro dia de aula. Ao entrar na sala, todos ficaram me olhando porque alguns sabiam que eu estava preso e tinham me soltado, mas foi tranquilo. Alguns minutos depois o meu celular tocou. Era um menino do moto-taxi. Atendi e perguntei o que era. Ele falou:

— Eu deixei uma jaqueta do moto-taxi para você.

Na terça-feira à noite, quando estava no colégio, ele ligou de novo:

— Vem aqui na moto-taxi! – Eu pedi licença à professora e fui. Quando cheguei lá, ele tinha locado uma moto para eu trabalhar. Peguei a moto e voltei para a escola. No outro dia fui para o moto-taxi. Fiquei alegre por ter achado um emprego.

Passei uns dois meses no moto-taxi, mas o lucro era pouco para mim, porque o domingo era dia de pagar o aluguel da moto, da jaqueta e do ponto: total setenta Reais por semana. Percebi que estava mais gastando que ganhando. Conversei com a minha mãe sobre o assunto. Pedi a ela para tirar uma moto para mim. Expliquei assim:

— Eu pago o aluguel da moto, eu pago hoje e já devo na mesma hora, e nunca vai ser a minha.

Ela concordou comigo. Fui com ela na loja de moto, mas por conta de um empréstimo recente que ela tinha feito o vendedor não aprovou, pediu os meus dados. Passei para ele na sexta-feira. Ele ligou para mim e disse que o meu cadastro foi aprovado. Na quarta-feira a minha moto foi liberada. Fui buscá-la, e as coisas foram melhorando para mim. Comecei a divulgar o meu número de celular. Assim consegui pegar uma boa clientela. Tinha várias viagens certas durante o dia, e a tarde buscava crianças para o colégio. Estava com uma renda mensal de 600 a 900 Reais. Dei entrada na minha habilitação. No dia 2 de Dezembro de 2011 peguei a minha habilitação. Eu que tinha começado com as coisas dos outros já estava com os meus próprios objetivos. O dono do ponto me financiou a jaqueta, e deste jeito fiquei com a minha própria moto, jaqueta e habilitação. Tudo querendo dar certo. Fui levando esta nova rotina. Só uma coisa que estava faltando era resolver o meu vício pelo crack, uma das coisas que eu aprendi dentro da cadeia.

Voltei a estudar, e passei para o terceiro ano do ensino médio. O meu Natal foi uma maravilha, pois passei junto com a minha mãe e a minha família e amigos. A virada de ano também foi boa coisa, depois de passar tanto tempo sofrendo na cadeia. No ano 2012 tentei de buscar o tempo perdido. Vi que o trabalho de moto taxi estava ficando ruim. A concorrência era grande, eram muitos ex-presidiários. O povo dizia que era o ponto dos bandidos, uma revolta minha. Para ajudar não há ninguém, mas para atrapalhar são muitos. Resolvi colocando currículos em lojas comerciais. O último que coloquei foi em uma funerária. Os patrões falaramquase o mesmo:

— Pode deixar que assim que aparecer uma vaga, te chamamos. — Fiquei só esperando alguém ligar, mas nada aconteceu.

Eu sempre encima, batalhando para levantar a minha vida e o meu futuro. Mas outra vez o destino me deu uma rasteira, no dia 28 de Abril de 2012. Faltavam três meses para a minha formatura. Eu estava pilotando com alta velocidade, A 120 quilômetros por hora. A polícia bateu com a viatura na minha moto, e eu caí. Os policiais ainda deram vários tiros em mim. Quem me viu caindo falou:

— Ele está morto. — Mas graças a Deus eu não tive nada grave, só alguns aranhões. Levaram-me para ser atuado em flagrante, depois ao hospital para fazer o corpo de delito. Ao entrar na sala do médico, ele olhou para mim.

— Este é para fazer encaminhamento para a cadeia? — perguntou ao policial. O policial confirmou. O médico olhou para mim.

— Ele não tem nada — falou.

Colocaram-me na viatura, levaram-me para a delegacia e depois para a cadeia pública de Lagoa de Carro PE. Fiquei preso de novo. Esta vez a acusação era tráfico de drogas (artigo 33 do código penal). Estava viciado, mas fiquei preso como traficando. Cheguei todo ensangüentado. No domingo à noite a minha mãe mandou as minhas coisas, roupa, comida e medicamentos. Dois presos que estavam na cela de castigo comigo me ajudaram a fazer os meus curativos, pois eu nem conseguia fechar a mão. Depois de quinze dias, nem parecia que tinha acontecido algo comigo. Quando chegou o dia da minha audiência, pensei que ia sair, mas tudo deu errado. Mais uma vez a justiça não me deu chance alguma. A juíza foi mais uma vez Doutora Maria do Carmo de Moraes Melo. Ela deu início. De todos policiais que participaram da minha prisão só havia dois que testemunharam contra mim. A juíza Doutora Maria do Carmo perguntou a eles:

— Com a pedra de crack que foi pega com ele, tinha alguma pronta para venda? — Ele responde que não. — Tinha gilete, plástico para embalar? — Também não. — Dinheiro? Balança? Outros utensílios necessários para a venda? — Falaram que não. Ela perguntou se tinha alguma coisa que comprovasse ou caracterizava que ele estava traficando. Negaram.

— Ele é de alta periculosidade na sociedade? — continuou perguntando.

— Não. Ele é um menino tranquilo, eu o conheço. Trabalha de moto-taxi.

— Você tinha suspeita, denuncia ou algo parecido? Continuou a juíza.

— Não. — responderam. — Nós nem sonhávamos que ele estava andando com estas coisas. Ela olha para eles e pergunta por que eles tinham me prendido, e eles responderam:

— Ele passou por nós normalmente, mas minutos depois recebemos uma ligação anônima. Voltamos e o abordamos. Achamos duas pedras de crack em posse dele.

Quando chegou a minha vez de falar, a juíza perguntou se as pedras eram as minhas.

— Sim, eu sou viciado. — respondi. — Eu comprava certa quantidade grande para não precisar ir e vir na localidade para comprar de pouquinho e pouquinho.

A audiência estava indo bem. No final a juíza falou:

— Você vai voltar agora. Vou mandar para alegações finais.

E logo chegou o resultado. A minha advogada saiu comigo abraçada e disse que esperava que estivesse tudo para eu sair absolvido. Mas me transformaram de viciado em traficante. A juíza me sentenciou para seis anos de cadeia em regime fechado. A justiça não quis saber se eu era viciado ou traficante, me condenaram logo e tiraram outra parte da minha vida. As pessoas da cidade me viam com outros olhos, como bandido. Falaram que eu era o patrão dos traficantes, o chefe da cidade. Cada um disse alguma coisa, até a polícia tentou de eliminar-me da sociedade. Eles tinham andado pela cidade em um carro descaracterizado, esperando um vacilo meu e uma boa oportunidade para me matar. Pergunto-me o porquê desta perseguição, desta raiva, o que foi que eu fiz com essas pessoas. Por que eles querem ver-me preso ou morto? Mas tenho Deus comigo, e ele está sempre me protegendo.

Durante o Natal fiquei muito triste. Pensei na festa do ano passado quando estava na minha casa, e me vi aqui neste inferno. Chegou o fim de ano, ainda aqui neste lugar, mas graças a Deus estou com saúde, estou bem. O dia 6 de Janeiro era domingo e dia de visita. A minha mãe junto com a minha esposa. Thálita a minha esposa conheci na cadeia de Lagoa do Carro, o irmão dela estava preso na mesma cela que eu estava, ele me apresentou e daí fomos conversando, no dia 9 de dezembro de 2012 dia do aniversário dela ficamos juntos e demos início ao nosso namoro até hoje, veio me visitar as duas sempre alegre e contente, a minha mãe uma companheira, a pessoa da qual eu podia e posso dizer que é uma verdadeira amiga que tenho e na qual confio. Nunca me abandonou e sempre estava comigo na hora boa e ruim da minha vida. A minha esposa também, mas mãe sempre está em primeiro lugar. Nos dias de visita a minha mãe sempre estava ali na fila, era sempre uma das primeiras.

Neste dia, 6 de Janeiro de 2013, ela olhou para mim.

— Você sabe que data é esta? — disse.

— Sim. — respondi. — Hoje faz nove anos que paiinho faleceu.

Quando a visita terminou, ela me deu um abraço forte e um beijo.

— Falou meu filho! — disse ela. — Te cuida, fica com Deus! — e foi embora.

Passou a segunda-feira. Na terça-feira, dia 8 de Janeiro de 2013, quando o dia amanheceu, eu estava tranquilo, mas senti que algo ruim estava para acontecer.

A minha mãe acordou alegre como sempre. De manhã recebeu a televisão que mandara para ela de presente. Ela ficou contente. Para o almoço ela pegou o prato e colocou um pouco de feijão, macarrão, carne e come. Ao terminar ela comeu três mangas espada. Às cinco horas da tarde a minha irmã largou do colégio e foi com ela até a padaria para comprar pão. Na frente da padaria ela passou mal. A minha irmã chamou um taxi, e levou-a ao hospital. O médico a examinou, passou um medicamento e mandou-a para casa. Quando ela chegou em casa, ela colocou toda a manga para fora, e com minutos depois ela começou a passar mal. A minha irmã levou-a de novo ao hospital. O mesmo médico atendeu ela, lhe deu um soro e aplicou uma dose de “Diazepan” na veia dela, junto com o soro. A minha mãe nunca tomara este tipo de medicamento. Quando terminou de tomar o remédio, o médico deu alta e mandou a minha mãe para casa de novo. A minha irmã, o meu irmão, a minha esposa, o meu sobrinho não

concordaram com esta decisão e pediram ao médico de deixá-la passar a noite no hospital. Mas o médico respondeu:

— Pode ir, isto é normal, não é nada grave.

Os meus parentes levaram a minha mãe para casa.

— Estou bem – falou ela ao chegar – Vou dormir um pouco por conta do efeito do medicamento.

Com alguns minutos a minha esposa foi até o quarto dela e percebeu que a minha mãe estava sem conseguir respirar e ficando roxa. Levaram-na de volta ao hospital, mas foi tarde. Ela já tinha falecido. O médico tentou a reanimar, ela voltou, mas não conseguiu, e chegou á óbito.

Era quase 10 horas da noite. Eu estava na cela, um menino estava sentado perto da grade.

— Chegaram uma esposa e algum preso daqui. – falou. Ao terminar de falar, o chaveiro me chamou. Fui ver quem era, e vi a minha esposa com um aspecto triste. Chegou perto de mim e contou o que tinha acontecido. Fiquei desesperado, preso, sem poder ir perto da minha mãe.

A minha mãe estivera com uma dor por um alimento que lhe fez mal, e o médico falou que não era nada grave. Segundo o laudo médico, a causa da morte foi “infecção alimentar e parada cardíaca”. Na minha opinião a minha mãe faleceu por erro médico. Quantas pessoas também já foram vítimas desses profissionais!

Na quarta-feira foi o enterro, a minha esposa e a minha irmã foram no fórum para pegar uma ordem para eu poder ir ver a minha mãe. Conseguiram, mas o guardião da cadeia me falou que não tinha escolta. Aquilo foi uma resposta que me deixou mais revoltado.

— Não tem escolta para me levar para ver a minha mãe, mas para vim me prender não faltou até carro que não tinha a ver, entrou no meio da prisão.

O meu advogado conseguiu uma escolta que me levou até a casa da minha mãe.

Quando a vi, fiquei sem palavras. Acompanhei o enterro, depois de tudo voltei para a cadeia.

Daí por diante só sofri atraso na minha vida. No dia 21 de Fevereiro de 2013 fui transferido para Carpina, por engano. Não era para eu ir para Carpina, mas sim para Limoeiro, pois a minha sentença saiu pra eu cumprir a minha pena na penitenciária de Limoeiro e me levaram pra cadeia pública de Carpina. Dezembro de 2012 era para eu estar em Limoeiro na Penitenciária. O dia 16 de Abril de 2013 fui transferido de Carpina para a penitenciária de Limoeiro. Logo depois dei o meu nome para freqüentar a escola. Cada dia eu vou para a escola, passo o dia lá. É bom porque me distraio e aprendo com os professores e até mesmo com os outros alunos. Estou correndo atrás da minha liberdade, atrás do tempo perdido. É difícil ser acusado por algo que não fiz e ser criticado por um e por outro.

Mas a vida é desse jeito: Cheia de altos e baixos. Hoje podemos estar numa maravilha, amanhã podemos estar tristes. Assim é o nosso cotidiano da nossa vida. Por isto lhe recomendo: Deixe quem quiser falar de você, pois por mais certo que você ande, sempre vai ter alguém que vai falar e criticar você por alguma coisa. Só não deixe de correr atrás dos seus objetivos. Pois é com eles que você conseguirá a vencer todos os seus obstáculos que a vida lhe coloca no seu caminho. Quem não gostaria de ter uma nova oportunidade na vida? Quem em alguma situação não pensou em nascer de novo? Jesus disse:

— Eu afirmo ao Senhor que isto é verdade: Ninguém pode entrar no reino de Deus se não nascer da água e do espírito. Quem nasce de pais humanos é um ser de natureza humana. Quem nasce do espírito é um ser de natureza espiritual.

Como eu queria poder voltar no tempo e trazer os tempos novos da minha vida! Como queria ter a minha mãe e o meu pai de volta! Quem perdeu fui eu: Perdi a minha liberdade, a minha mãe. Estou tentando apagar as coisas ruins da minha vida. Fico só com as lembranças e os fatos bons que passei toda a minha vida até a data presente que eu me encontro onde é que eu esteja.



(Ilustração do autor Anselmo, feita na biblioteca da escola)

Givanildo

Nascimento

Nasci numa pequena cidade do estado de Pernambuco como filho de um casal de agricultores simples, humildes e trabalhadores. A riqueza nunca estava ao nosso alcance, mas não tenho o que me queixar. Os meus pais eram daqueles que faziam de tudo para dar-nos o que eles não tinham, e queriam que os seus filhos fossem algo na vida quando crescessem.

A minha mãe e o meu pai sempre nos incentivavam a estudar, mesmo eles sendo quase analfabetos. Nesta época éramos três crianças: Maria a mais velha, Mery a segunda e eu o mais novo. Morávamos num sítio do município de Nazaré da Mata.

Este sítio não era tão próximo à cidade. A nossa mãe nos levava todos os dias ao colégio e ia buscar-nos no horário certo.

Naquela época não havia transporte público que cumprisse as nossas necessidades, então tínhamos que passar por essa humilhação de caminhar alguns quilômetros, passando por lugares muito perigosos. As mulheres do sítio se reuniam em um ponto de referência muito conhecido por todos, que era o campo de futebol. Em seguida saíam em bando para levar os seus filhos à escola. Todas tinham uma rotina doméstica em comum: Se acordavam cedo pela madrugada para fazer o café do seu marido e dos seus filhos e depois organizar os lanches para os seus filhos levarem ao colégio. Enquanto isso, nós crianças tomávamos banho na cacimba ao lado da nossa casa. Em seguida vestíamos a farda do colégio e tomávamos café da manhã. Só assim, a nossa mãe podia levar-nos ao ponto de encontro. Saíamos de cinco horas da manhã em direção ao colégio, todos juntos para evitar que alguns animais nos encontrassem ao caminho e nos atacassem, pois tínhamos que passar por uma vagem chamada 'Vagem das Sucuris'. Ali havia muitas cobras venenosas e uma espécie que causava pavor em qualquer pessoa que a visse, pois era muito grande. Os idosos falavam que ali um tempo atrás um homem com o seu filho passaram nesta vagem. De repente foi atacado por essa cobra. O homem tentou fugir, mas não conseguiu porque estava muito bêbado. Caiu. Quando tentou correr, logo ela se enrolou ao redor dele e começou a espremer o pobre do homem. Depois de quebrar todos os ossos do homem, ela começou a engoli-lo. O seu filho ficou apavorado e saiu em disparada para buscar ajuda, mas quando chegou, o seu pai não estava mais ali. Nem restos mortais dele foram encontrados, só o chapéu restou.

Além dessa vagem tínhamos que passar por lugares próximos a uma mata fechada. Era normal vermos animais que também atacam pessoas que passam perto do seu habitat, como raposas de cachorro, guará etc. Quando chegávamos na estrada principal que levava à cidade, havia outro tipo de preocupação para as nossas mães: Naquele percurso já haviam acontecido diversos crimes. Havia boates perto. De vez em quando ficavam homens de tocaia para se aproveitar e abusar das mulheres que andavam sem companhia. Mesmo assim, com todas essas dificuldades, a minha mãe nunca se quer desanimou, e sempre nos levava ao colégio e ia buscar-nos no horário certo.

Como surgiu uma boa ideia

Uma vez que o meu pai, no serviço, estava conversando com o pai de uma das crianças que fazia o mesmo percurso para ir ao colégio, tive uma boa ideia. Reuniram-se com os outros pais e falaram como era difícil para as suas esposas manter a rotina de dona de casa: Levar as crianças ao colégio a uma distância tão desfavorável e ainda fazer almoço na hora certa era quase impossível. Essa rotina tinha que acabar com alguma solução. E todos os pais juntos decidiram ir à cidade em busca de soluções para a comunidade. As suas esposas ficaram em casa felizes na expectativa com esperanças que as coisas ruins iriam acabar com a ida dos pais à

cidade em busca de transporte. Chegando à prefeitura da cidade, os pais perguntaram a secretária:

— Onde está o prefeito?

— Está na reunião com os vereadores e não pode atender ninguém no momento, Senhor, me desculpe. — Então todos murmuraram e disseram que só sairiam dali depois de falar com o prefeito. Imediatamente ela ligou para dizer para ele que dezenas de homens do sítio estavam à sua espera, e só sairiam dali quando fossem atendidos. Então o prefeito veio todo sorridente. Quando viu que eram pessoas dos sítios, perguntou:

— Como posso ajudar, meu povo? — O meu pai tomou a frente e falou sobre a situação que todos estavam passando e como o prefeito poderia ajudar ao seu povo. Pediram um transporte que pudesse trazer os seus filhos ao colégio e levá-los de volta para as suas casas com mais tranquilidade. Todas aquelas palavras de sinceridade e sofrimentos não foram os suficientes para tocar no coração daquele homem. Pois se manteve firme e falou:

— Não há verbas o suficiente para um transporte escolar no momento. Todos vocês tenham um pouco mais de paciência, que logo, logo vou providenciar esse transporte. Enquanto isso, aguardem um pouco mais. Naquele instante todos perceberam que o futuro dos seus filhos estava na atitude que iriam tomar a partir daquele momento.

A solução mora ao lado

Todos voltaram tarde para as suas casas, tristes por não ter conseguido o transporte escolar para os seus filhos. Foram-se às suas residências com aperto profundo no peito. Ao chegarem nas suas casas, alguns logo foram se afogar em bebedeira, outros ficaram em silêncio por algumas horas. O meu pai ficou muito triste e mal conseguiu dormir à noite.

No dia seguinte, ele chamou todos e os incentivou a não desistir dos seus objetivos. Falou que havia ainda uma solução, a de alugar um carro para poder levar as crianças ao colégio. Então o meu pai convidou um daqueles homens a o acompanhá-lo até o sítio vizinho onde morava seu Manoel que tinha uma F-4000. Conversaram com ele sobre a situação pela qual aquelas crianças passavam para poder aprender a ler e a escrever. Contaram sobre o perigo constante que as suas esposas enfrentavam todos os dias: Por mais que se esforçassem, não davam conta das suas tarefas domésticas por a escola estar tão longe. Isso dificultava cada vez mais as tarefas domésticas. Muitas vezes os maridos tinham que fazer o almoço porque as esposas chegavam tarde demais. Saíam para levar as crianças de cinco horas, chegavam ao colégio às seis e meia da manhã, voltavam e chegavam em casa às oito e meia e preparavam o almoço para sair de dez horas. Muitas vezes não dava tempo para prepará-lo. Quando chegavam em casa com as crianças, elas estavam exaustas demais. Muitas vezes ficavam cochilando na mesa na hora do almoço de estar tão cansadas.

Seu Manoel ficou muito comovido com a situação e perguntou como podia ajudar. Então foi feita uma proposta a ele. Fizeram os cálculos e acertaram o ponto de referência, a hora e o preço para ele levar os alunos à escola de carro.

Assim os doze pais de família puderam respirar melhor. As nossas mães tiveram mais tempo para os fazeres domésticos, e o desgaste físico e mental diminuíram 50% desde então. Uma pessoa maior de idade nos acompanhava durante todo o percurso de ida e volta, e as nossas mães ficavam em casa, e quando chegávamos todos com muita fome, o almoço já estava posto na mesa, e a nossa mãe nos recebia com um belo sorriso, acompanhado de um beijo maravilhoso.

Tristeza em dose dupla

Durante algum tempo tudo era na perfeita ordem: as crianças frequentando a escola, as esposas com mais tempo para os fazeres domésticos. Os maridos estavam felizes com o resultado. Quando chegavam cansados do serviço, o almoço estava pronto, e as suas mulheres não estavam

tão cansadas como antes. Então resolveram organizar uma festinha com a colaboração de todos para celebrar aquele momento especial que serviu para a melhoria de todos.

Seu Manoel foi o convidado especial, pois foi graças a ele que todos estavam felizes com as suas crianças no colégio.

Naquele sábado, por volta de seis horas da noite, a festinha começou. Para as crianças havia muitos brinquedos e quebra-panelas, para as mulheres comidas e carne de boi em churrasco, e para os homens muita bebida e forró 'Pé-de-Serra'. Depois de algumas horas, as crianças foram postas nas suas camas, e só ficaram os adultos. Durante a noite inteira todo mundo se divertiu, bebeu, comeu. Às três horas da madrugada seu Manoel já estava muito bêbado. À essa hora a sua filha estava dormindo no sofá da sala na nossa casa. Seu Manoel decidiu ir embora para a sua casa. Ele pediu à minha mãe que acordasse a sua filha Ana. A minha mãe teve pena de acordá-la, por isso falou:

— Durma com ela aqui! Quando o dia clarear, ela come algo com o senhor, e segue o seu caminho de estômago cheio. — Ele não quis. Os meus pais insistiram muito, mas ele era muito teimoso. Antes de ir embora ele falou:

— Dormir eu não vou, mais me faça um favor: Deixe Ana dormindo aqui. Mais tarde venho pegá-la.

— Está certo, seu Manoel. — a minha mãe falou. Ele seguiu a caminho da sua casa, mas o destino é traiçoeiro, e em uma das ladeiras a caminho da sua casa ele adormeceu ao volante e acabou despencando num penhasco. Morreu na hora. Essa foi a coisa mais triste que aconteceu no sítio. Todos choraram muito pela perda. Se a filha de Manuel tivesse ida junto com ele, a tragédia teria sido maior.

Com a morte do seu Manoel tivemos que voltar à mesma rotina como antes: Caminhar vários quilômetros para conseguir o nosso objetivo, e as nossas mães começaram o mesmo sofrimento de novo.

Fui morar na cidade

Depois de três meses indo ao colégio passando por tudo de novo, o meu pai pensou muito sobre o assunto e fez uma proposta à nossa mãe, a de morar na cidade. Aquelas palavras foram um sonho a realizar. O meu pai começou a ir à cidade à procura de casas para comprar. Ele encontrou uma no centro da cidade. Dias depois, levou a nossa mãe para ver se ela iria gostar e se cabiam os nossos móveis. Quando ela viu esta casa, aprovou, e em seguida o meu pai ficou encarregado de resolver o acerto do pagamento. Chegando em casa, a nossa mãe deu a notícia a mim e aos meus irmãos. Ficamos um pouco tristes, porque iríamos ficar longe do sítio onde fomos criados. Ali pescávamos, e frutas havia em abundância. Tínhamos o privilégio de escolher se íamos comer macaxeira, inhame ou batata. Mas mesmo assim, o nosso pai achou melhor morar na cidade por causa do nosso estudo. Demorou pouco tempo para o meu pai agilizar a nossa mudança. Num dia de terça-feira, enquanto estávamos no colégio, tivemos uma surpresa: A nossa mãe, sorridente, nos esperava na saída do colégio para levar-nos à nossa nova casa no centro da cidade. Assim ficou melhor para os nossos pais nos educar, e para nós três ficou mais perto para ir ao colégio. Em compensação tudo que gostávamos ficou mais distante...

Depois de um tempo morando na cidade, passamos a ir sozinhos ao colégio. A minha mãe deu uma tarefa a Maria, a minha irmã mais velha: Ela ficou encarregada de levar-nos ao colégio todos os dias e trazer-nos para casa quando a aula acabava. Quando chegávamos em casa, Maria tinha por obrigação contar tudo o que tínhamos feito à nossa mãe, inclusive se havíamos perturbado no colégio, ou não tínhamos feito a tarefa que a professora havia mandado fazer. Essa era a responsabilidade de Maria comigo e Mary.

Ganhei mais irmãos

Com algum tempo morando no centro da cidade de Nazaré, ganhei mais três irmãos: Edvan, Edvaldo e Gilvan, o caçula. Com isso deixei de ser o mais novo, e me tornei o mais velho dos “homens”.

Sempre amei a todos por igual, mas com dois me identifico, com Maria a mais velha e Gilvan o caçula. Tive uma infância bela e rica em oportunidades, pois os nossos pais souberam educar-nos de forma humilde e respeitadora. O meu pai era sempre brincalhão e ao mesmo tempo duro nas palavras. Tudo que ele fazia era motivo de risadas para nós todos, exceto para o mais novo de todos, Gilvan.

Naquela época ele era muito novinho e não entendia nada. A nossa mãe, sempre meiga e muito amiga de nós, sempre nos entendia, e estava presente nas nossas brincadeiras. Lembro-me que ela por ser maior que nós, nas brincadeiras de pick-esconde era sempre ela que tinha que procurar-nos todos. Pobrezinha! Depois que nos achava várias vezes, era sempre a mesma coisa: Queríamos mais, e o meu pai ria muito quando ela corria exausta para dentro de casa, e a procurávamos para ela brincar de novo. Agora isso era o dia todo, cinco crianças que não paravam para nada. Ela fazia um esforço danado para achar todos nós rapidamente, mas quando achava um ou dois e ia procurar os restantes, os que ela havia achado se escondiam de novo. A sorte dela era o meu pai que via o que nós fazíamos com ela e resolvia ajudá-la, então pegava os que eram achados e segurava-os pelas mãos para eles não voltar a se esconder. Só assim ela conseguia acabar a brincadeira.

Todo mundo merece um pouco de descanso

Quando a noite se aproximava, a hora de se banhar chegava, era quando a minha mãe nos levava ao banheiro, nos dava um banho daqueles, tirando toda a sujeira acumulada durante todo dia. Vestia-nos com roupas bem limpinhas, e de um por um, penteava os nossos cabelos. Em seguida ia a mesa colocar o nosso jantar. Ela sempre foi um pouco religiosa, e sempre nos incentivava a rezar antes de cada refeição. Às vezes estávamos com muita fome e queríamos comer sem rezar, mas ela não dava chance de isso acontecer. Mesmo estando com muita fome, tínhamos que rezar para poder alimentar-nos.

Depois que todos nós jantávamos, ela recolhia a louça. Enquanto repousávamos, era a vez dela cuidar do nosso irmão mais novo que também precisava da sua atenção especial. Chegando a hora de dormir, éramos postos nas nossas camas, e ela sempre contava histórias até que dormimos. Só após fazer todas essas coisas chegava a hora de a pobrezinha descansar, sabendo que os seus filhos estavam todos bem, e dormindo. Ela também ia dormir em seguida, mas sabendo que no dia seguinte tinha que acordar bem cedo para fazer a comida do meu pai, porque este iria trabalhar para manter a casa. Ela sabia também que tinha de alimentar-se diretamente, para aguentar o pique das crianças. Esse era o dia-a-dia da senhora, a minha mãe que merecia tanto descanso, mais infelizmente era pouco.

Cheguei à segunda série

Quando comecei a crescer no corpo e na mente, foi que a minha mãe soube o quanto eu a amava de verdade. Não era que ela tivesse dúvida, mas nesse caso, alguém falando e elogiando o carinho que o filho tem pela mãe, é tudo de bom. Certo dia, a professora mandou todos nós fazermos um cartaz do dia das mães para simbolizar o amor que sentimos por elas. Ela deu à cada aluno uma rosa desenhada no papel crepom e falou:

— Agora é com vocês; pintem como e escrevam o que quiserem, mas lembrem-se: Coloquem o nome da mãe de cada um abaixo da rosa que estão pintando, porque cada uma vai ser entregue às mães de vocês na data certa. Então comecei a transmitir pintando, o amor que sentia pela minha mãe, e desenhei os meus irmãos todos juntos em círculo, um pegando na mão do outro, mas todos eram em uma única cor. A rosa que simbolizava a minha mãe, pinteí-a de

todas as cores que havia na caixinha de lápis. Quando percebi que as cores haviam acabado, fiquei triste por um momento. A professora, muito atenciosa, percebeu a minha tristeza, por ter acabado as cores diferentes, e acalentou-me naquele instante dizendo:

— A sua mãe vai gostar do jeito que está. Ficou muito lindo. — Afinal as cores haviam acabado, a professora me acalentado, acabei conformando. Esse gesto significou para a professora um amor imenso que eu sentia pela minha mãe. Quando chegou o dia das mães, todas foram convidadas a ir ao colégio. Quando chegaram, a diretora, juntamente com as outras professoras, falaram do comportamento de todos os alunos. Que susto que a minha mãe teve ao citaram o meu nome! Por um instante ela pensou: Será que o meu filho é um menino mal educado e não está fazendo as coisas certas? Então começaram a entregar os cartazes. Mas na mão da minha professora ficou o cartaz que eu havia feito. A minha mãe ficou surpresa mais uma vez quando percebeu que todas as mães naquela sala haviam ganhado um cartaz feito pelo seu próprio filho, menos ela. Na mão da professora havia um cartaz sobrando, e a minha mãe imaginou muitas coisas que uma criança sapeca poderia ter feito. Antes que ela pensasse algo mais, foi revelado por que a professora ficou com aquele cartaz. As professoras elogiaram a minha mãe por ela ter sido uma ótima mãe e por saber educar os seus filhos da maneira que deve ser. Ela não aguentou a emoção de ter sido elogiada por causa de mim e chorou como nunca havia chorado de tanta felicidade.

Quando ela chegou em casa, a primeira coisa que ela fez foi mostrar o meu cartaz ao pai, com lágrimas nos olhos, e me chamou e me deu um abraço bem forte e um beijo que jamais esquecerei.

O aniversário

Passando-se um tempo. A minha mãe, juntamente com o meu pai, decidi fazer uma festinha de aniversário para mim. Eu estava completando nove anos de idade e estava muito ansioso para esse dia chegar, afim de ganhar muito mais presentes que antes. Não perdia tempo. Sempre que podia, perguntava a minha mãe quando ela ia fazer a festa do meu aniversário. A resposta era sempre a mesma, que eu esperasse um pouco mais. Foram passando-se os dias, e não perguntei mais.

Ganhei muitos presentes e fiquei feliz a ponto de quase não dormir de tanta felicidade. A minha mãe falou:

— Filho, se você for um bom menino no colégio, mamãe faz outro melhor que esse, e você vai ganhar muito mais presentes que agora.

Esta conversa me interessou muito. Fiz de tudo para acontecer outra festa. A minha mãe sempre falava:

— Espere mais um pouco, filho!

Aquelas palavras fizeram efeito até certa idade. Fiz tudo que a minha mãe queria de mim. Até já havia escutado ela falar com o meu pai que eu era diferente e mais obediente a ela. Pediu a ele para dar mais atenção a mim. Eu não entendia o que aquelas palavras significavam. Sei apenas que a minha infância foi uma coisa maravilhosa e bem divertida. Chega a dar saudade daqueles tempos quando não me preocupava com nada.

O começo das coisas ruins

O meu pai sempre bebeu, mas pouco. Não sei o motivo que fez ele se embriagar todo final de semana. Os dias foram se passando e ele foi ficando mais impaciente com as coisas, começou a chegar tarde, e se embriagando cada vez mais. A minha mãe percebeu a mudança dele e foi ficando sem paciência até para as nossas brincadeiras. Tinha alguma coisa deixando ela tão fora de si, e eu e os meus irmãos éramos crianças demais para entender essas coisas. E como qualquer outra criança, só brincávamos. Toda vez que a chamávamos para brincar da sua brincadeira

preferida, ela não brincava mais conosco e começou a ficar cada vez mais triste. Sem entender o porquê daquela tristeza, íamos brincar sem ela de bola ou de se esconder. Essas eram as brincadeiras que a nossa mãe mais gostava.

Vimos ela andando de um lado pra o outro, falando sozinha. De repente o meu pai chegou aos tombos, completamente embriagado. Quando a minha mãe o viu, ficou muito brava com ele. Começaram a discutir cada vez mais alto. Nós crianças, ao se deparar com aquela situação, caímos em choros. Nunca havíamos visto os nossos pais daquele jeito a ponto de se agredirem.

Quando o nosso pai viu que estávamos chorando, ele perdeu a paciência e veio bater-nos, mas a nossa mãe interveio na situação e não deixou. Então ele começou a falar coisas horríveis com nós. Acusou a nossa mãe de mimar-nos mais do que era permitido por ele. Aquilo que ouvimos ficou gravado na nossa mente.

A discussão foi se agravando a ponto da vizinhança intervir na situação. Decidiram chamar a minha avó, a mãe do meu pai, para ela vir à nossa casa para aconselhar o nosso pai, porque ele estava sendo uma pessoa má, falando aquelas coisas conosco e com a sua esposa. Quando ela chegou, o nosso pai já estava dormindo, deitado no chão da sala, todo sujo do seu próprio vômito.

Ao ver aquilo, a minha avó não acreditou que o meu pai chegasse a esse ponto. Ela decidiu esperar até ele se acordar. Visto que ia demorar muito para ele acordar-se, ela achou melhor dormir na nossa casa para conversar com o nosso pai no dia seguinte. Ela passou a noite toda conversando com a nossa mãe que esclareceu tudo à minha avó. Quando o meu pai acordou, ele ficou surpreso ao ver a sua mãe ali e rapidamente lhe deu a benção. Foi tomar banho. Quando voltou à sala, perto da sua mãe, ela lhe deu uma bronca que o meu pai ficou sem jeito. O arrependimento bateu nele no mesmo instante, aquele sentimento de culpa fez ele prometer que não iria beber mais.

Promessas

A minha mãe teve esperança do cumprimento das palavras ditas pelo pai, mas o homem é falho. Ao passar um tempo firmando a sua palavra, veio a recaída. Talvez os amigos fossem um dos motivos, os quais o fizeram voltar a beber.

Quando estava com a mente sã, sem efeito de substâncias alcoólicas, ele era um marido e pai excelente, bondoso, e carinhoso demais. Nunca falava nada que afetasse a nossa mãe, a sua esposa e os seus filhos.

Ele achava justo aceitar o convite de ir à festa com os seus amigos, mas em toda festa há bebidas e mulheres. Depois de aceitar o primeiro copo de cerveja, achava que iria se controlar e começava a beber cada vez mais. Ele achava que o que estava fazendo era certo. E mesmo que não fosse, a minha mãe e a nossa avó não iriam descobrir. Foi engano.

Certo dia, ele saiu para uma festa. As horas foram se passando e a bebedeira foi ficando cada vez mais agradável. Enquanto ocorreu a bebedeira, surgiu uma mulher que o admirou. Começaram a conversar, e enquanto a conversa se prolongou, surgiu uma atração física entre os dois.

Em poucos minutos ficaram juntos como se fossem marido e mulher.

Nas festas sempre há pessoas conhecidas, quando se mora em cidade pequena como nossa. Ele devia ter sido um pouco mais discreto para reservar a sua mulher da vergonha e dos comentários do dia seguinte. Nas horas alcoolizadas não há consciência. Vergonha e raciocínio estão longe. O álcool fez com que ele se esquecesse da família. Todos estavam na maior farra e contentes.

Estava se divertindo com mulheres, daquelas que gostam de sugar todo dinheiro do bolso dos homens. Mulheres que não querem saber se são casados ou não. O que importa é o dinheiro que estão carregando. Sabem fingir fazendo o homem acreditar que importa naquele instante é estar na companhia daquela pessoa. Fazem-se de sofredoras e de compreensivas.

Muitas palavras doces e amorosas fizeram o meu pai ficar com aquela mulher, ele um homem que não tinha experiência mundana, apesar de ser um homem vivido, mas nesse mundo nunca se sabe de todas as coisas, e ninguém sabe quem é aquela pessoa sem conviver com ela.

Por coincidência uma vizinha com o marido dela estava bem perto do meu pai naquela festa, e viu toda cena. Ela ficou perplexa com a situação. Como um homem trabalhador tão dedicado à família faria uma coisa daquelas? Tudo bem, ele estava bêbado, mas nessas horas o álcool é descartado e o que conta de verdade é o que se faz naquela hora.

A noite foi como ele queria. No dia seguinte o meu pai chegou em casa bêbado, com cheiro de mulher e a camisa melada de batom. A minha mãe ficou furiosa com ele e exigiu uma explicação. Ele, ainda bêbado, acabou discutindo com ela, mesmo estando errado. Aquilo para nós não era uma coisa simples de entender. Como todas as crianças, corríamos, nos abraçávamos com as pernas da nossa mãe e ficávamos apavorado com o nosso pai, pois ele estava furioso com a nossa mãe.

Quando ele estava desse jeito, queria nos bater, mas como outras vezes já tinha acontecido a mesma coisa, a nossa mãe mais uma vez não deixou ele nos machucar. Ela também percebeu que não podia conversar com ele naquele estado, porque cada vez ele ficava mais agressivo nas palavras. Então o deixou só em casa, e decidi levar-nos à casa da nossa avó.

A vizinha

Saimos de casa, a nossa mãe chorando com Gilvan nos braços, e nós a acompanhando. De repente a vizinha gritou alto pelo nome da nossa mãe e pediu que ela a esperasse. Foi o que fizemos. Quando a vizinha chegou perto, ela percebeu que havia lágrimas nos olhos da nossa mãe. Ela perguntou o que tinha acontecido para ela estar arrasada daquele jeito.

Chorando a minha mãe falou o que estava acontecendo, e que o meu pai estava ficando um homem muito ruim com ela e com os seus filhos. Mal ela terminou de falar, a vizinha perguntou se ela guardava segredo. A minha mãe respondeu positivamente. A vizinha pediu que a minha mãe não revelasse ao meu pai que foi ela, quem falou essas coisas. Em seguida falou tudo que havia visto na festa, desde a bebedeira com os amigos até o chamego com uma mulher do mundo da prostituição, e como o meu pai estava feliz com a companhia daquela mulher. Quando a minha mãe ouviu a notícia que a vizinha trouxe, quase deixou cair Gilvan do seu braço. Naquele instante ficou pálida e trêmula, sem saber o que fazer. Ela quis voltar na mesma hora para tomar satisfação com o meu pai. A vizinha viu que se ela fosse naquele estado, as coisas iriam piorar. Por isso aconselhou ela a não ir, mas sim esfriar a cabeça, pensar um pouco mais sobre o assunto e seguir o caminho que ela ia fazer conosco.

Nossa mãe se acalmou um pouco. Fomos à casa da nossa avó. Chegando lá, se derretendo em lágrimas, explicou à mãe do meu pai o que tinha acontecido e como ele estava ficando cada vez mais agressivo conosco. Contou-lhe tudo mesmo, inclusive a noitada que ele passara na festa com outra mulher, e como a bebedeira estava ficando cada vez mais constante no seu dia-a-dia. Terminando de desabafar para a minha avó o que sentia, não aguentou tanta tristeza no seu peito e caiu no choro. Alguns minutos depois, ainda com lágrimas nos olhos, pediu à sua sogra que ficasse um pouco com os seus filhos enquanto ela iria resolver um assunto de uma vez para todas. Saindo da casa da minha avó para resolver os seus problemas, voltou até a nossa casa para tomar satisfação com o meu pai. Quando ela chegou na nossa casa, a situação ficou feia porque os dois estavam muito nervosos para conversar. A minha mãe não escutou as explicações da parte do meu pai, ficou furiosa com ele, e começaram a se agredirem

verbalmente. A situação foi piorando tanto que a vizinhança teve que intervir na situação para que não acontecesse algo pior. Eu nunca soube o certo o que aconteceu naquele dia. Muitas pessoas falaram que houve agressão da parte do meu pai. Outros falaram que houve agressão da parte dos dois, e que o motivo principal daquelas agressões teria sido a minha mãe que chegou agredindo ele. Nunca soubemos o certo o que houve de verdade, porque até hoje nunca nenhum dos dois falaram o que aconteceu exatamente.

A gota d'água

Nossa mãe sempre era uma mulher determinada nas suas atitudes, mas um pouco cabeça dura. Quando ela falava alguma coisa, independente do que fosse, era cumprida, e não importavam as consequências que havia de vir, porque raramente ela voltava atrás. Era aquilo e ponto final. Não se falava mais nisso. Dormimos na casa da nossa avó. Depois de toda confusão dos nossos pais, a nossa mãe já tinha decidido o que iria fazer. Mesmo com muito conselho da nossa avó para retornar o casamento, ela, com muita raiva do meu pai, nem quis ouvir as palavras ditas pela minha avó sobre o casamento de vários anos, que a construção de uma família não podia ir de água abaixo por um motivo torpe. A minha avó tentou de várias maneiras fazer a nossa mãe desistir da ideia de separar-se do meu pai. Apelou para o lado emocional dela, falou-lhe que devemos perdoar, mas infelizmente foi em vão. Alguns minutos antes de sairmos da casa da nossa avó chegou o meu pai. Ele estava com uma cara de ressaca. Ele também tentou convencer a minha mãe a não ir embora, dizendo que estava arrependido das coisas que tinha feito. Aquelas palavras talvez não tenham sido as palavras certas para aquele momento. Só sei que não foram o bastante para desfazer a decisão que a minha mãe já havia tomado. Mesmo sofrendo, ela nem quis voltar à nossa casa para pegar as nossas roupas, e não voltou atrás da decisão tomada. Fomos embora de Nazaré em destino à cidade vizinha, onde moravam os pais da minha mãe, ou melhor: os nossos avós maternos. Chegando na casa dos nossos avós, fomos bem recebidos e acolhidos. A minha mãe explicou o motivo da saída repentina da nossa casa, e o porquê de estarmos ali.

O meu avó, um homem respeitado com boa fama de homem de bem, percebeu que estávamos sem bagagem, e quis ir buscar a roupa da sua filha e dos seus netos. Chegando lá, deparou-se com o meu pai sentado no sofá, sozinho, bebendo, pensando no desastre que tinha criado. Ao levantar a cabeça, viu o seu sogro em pé na porta, olhando fixo para ele. O meu pai ficou pálido na hora, e com muita vergonha do meu avô. Esteve sem palavras por alguns instantes. O semblante do meu pai foi se desfazendo aos poucos, ficando cada vez mais triste porque sabia que o seu sogro estava o olhando com um pouco de desprezo. O meu pai tomou um pouco de ânimo e pediu que entrasse pra conversar com ele sobre tudo que havia acontecido.

— Entre, seu Pedro! A casa é sua, e pode ficar à vontade.

— Não vou demorar muito, seu Luiz, só vim pegar a roupa da minha filha e a dos filhos dela, mas já que o senhor pediu para ficar a vontade, vou sentar aqui no sofá porque tenho algo para lhe falar: A minha filha é uma mulher de respeito e uma boa mãe de família. Ela sempre te respeitou como deve, mas ultimamente não foi tratada como se deve tratar uma mulher da qualidade como ela. Você começou a beber, e por um instante esqueceu que a coisa mais importante é a família. As coisas mundanas devem ser acrescentadas na nossa vida do homem não permanentemente, mas um pouco de cada coisa de vez em quando. Ao acrescentar alguns momentos prazerosos na sua vida, deverias ter tido mais cuidado. Mas agora, seu Luiz, eu te pergunto: Ela é realmente o que você falou? Mereceu ter ouvido todas aquelas baboseiras que o senhor falou?

— Não, seu Pedro! O que falei não é verdade. Eu estava bêbado, e falei o que não devia. Até pedi desculpas a ela, mas ela não quis me perdoar, e agora estou nessa situação como o senhor vê. Só vivo pensando na besteira que fiz. Arrependo-me muito, seu Pedro, e vou lhe fazer um pedido: Fale com ela, o senhor que é pai dela. Talvez ela lhe escute melhor do que a mim, porque eu tentei, e ela não voltou atrás da decisão tomada por ela. Como vê, eu gosto

muito dela e dos meus filhos, pois é tudo que tenho.

— Vamos esperar um pouco até ela esfriar a cabeça, aí então vou falar com ela e pedir que crie os seus filhos como antes, na companhia do seu marido. Enquanto isso, pare de beber para tentar retornar o seu casamento. Ela vai ficar na outra casa do lado da minha, que construí alguns meses atrás. Vou dar alguns móveis e camas e sustentar ela até o dia que ela decida voltar para a sua casa e ser a sua esposa novamente. Até eu falar com ela sobre o assunto, você não me apareça lá para não causar algum constrangimento nem para você nem para nós. Pois ela vai ficar bem com os seus filhos e não vai faltar nada para nenhum deles. Agora vamos esperar e torcer para que ela se arrependa e queira voltar, seu Luiz.

— Vou fazer como o senhor me falou: Não vou beber mais a partir de agora, pois o senhor, seu Pedro, é um homem bom e de palavras. Por isso estou um pouco mais tranquilo, sabendo que o senhor sempre cumpre o que fala. Muito obrigado por ser compreensivo comigo num assunto tão delicado como esse.

Então o meu pai entregou tudo o que o meu avô foi buscar e se despediu dele. O meu avô voltou à sua casa na cidade vizinha e fez tudo o que pode para ficarmos morando na casa nova que ele havia construído.

Certeza

Ficamos alguns meses sem estudar, porque a nossa escola era na cidade de Nazaré, e estávamos na cidade vizinha. Não tinha como irmos ao colégio pela distância ser grande. Depois a nossa mãe foi ao nosso colégio em Nazaré e falou com a diretora. Esta mandou as transferências de todos. Só assim retornamos a estudar na cidade natal da minha mãe.

A rotina das nossas vidas estava seguindo normalmente até o meu avô cumprir a promessa que havia feito ao meu pai, para tentar reatar o casamento dos nossos pais. Chamou a minha mãe e conversou com ela. E falou o que achava certo, que todo casal tenham brigas, mais nem por isso se separavam.

Com essas palavras ditas pelo meu avô, ela chorou porque fizeram lembrá-la dos bons momentos com o meu pai. Ainda assim não voltou para trás. Falou ao meu avô que não ia morar com o nosso pai nunca mais e que aquele assunto estava encerrado definitivamente. O meu avô não insistiu no assunto porque sabia que a sua filha tinha o gênio forte. Alguns dias depois ele foi para Nazaré da Mata para dar notícia ao meu pai. Este ficou muito triste sem saber o que falar.

O meu avô falou para o meu pai que mesmo sem estar juntos, ele podia acompanhar o crescimento dos seus filhos nos visitando de vez em quando. A partir daquele instante caiu a ficha dele. Percebeu que a minha mãe não iria voltar atrás do que falara. Então lhe faltou coragem de encarar os fatos e correr atrás dos seus objetivos.

Alguns anos se passaram sem ele nos ver. Fomo-nos esquecendo dele por causa da sua ausência. Ao ver e ouvir a nossa mãe sempre chamando o seu pai de pai e a sua mãe de mãe, fomos nos acostumando a chamar o nosso avô de pai como a minha mãe o chamava. Ele substituiu a ausência do meu pai e tornou-se o nosso pai.

Apesar de materialmente nunca nos faltar nada, a minha mãe não estava satisfeita, pois toda despesa era dos nossos avôs maternos. E a nossa mãe achou que estávamos sendo pesados para o bolso dos nossos avôs. Por isso resolveu trabalhar de doméstica para aliviar os custos da casa.

Os seus pais não foram de acordo com a decisão da minha mãe, e tentaram convencê-la a não trabalhar. Mas ela falou que o prazer dela era poder dar o que os seus filhos precisarem ao longo do crescimento deles. Enquanto ela falava essas coisas, o seu rosto resplandecia de alegria.

Depois de muita conversa e explicações aos seus pais, a minha mãe foi trabalhar. Nós

crianças ficamos com os nossos avôs. Ela voltava para casa de quinze em quinze dias, passava três dias conosco para matar a saudade, depois voltava a trabalhar no emprego tão desejado por ela.

A minha tia

A minha tia morava em Olinda. De vez em quando vinha visitar os seus pais no interior. Toda vez que vinha, trazia muitos presentes para nós. A minha irmã Maria estava com 17 anos naquela época, uma menina muito trabalhadeira. Os seus pais sempre a elogiavam por ser obediente e dedicada ao trabalho. A minha tia percebeu isso e pensou: Tenho comércios e

nunca dou conta de tudo sozinha. Será que os meus pais deixariam Maria vir comigo morar em Olinda? Assim, enquanto faço os meus deveres nos comércios, ela fica em casa fazendo almoço e cuidando da casa até eu e o meu marido chegarmos do trabalho. Além de ser melhor para ela, vai ganhar o seu salário todo certinho, e vai poder comprar o que quiser com o seu dinheiro. A minha tia disse ao seu pai (que é o meu avô) que gostaria muito se Maria fosse com ela. Pois além de ser da família, era de confiança para ficar na sua casa. A minha tia já havia posto alguém para ficar tomando conta da sua casa, mas essa pessoa tinha furtado alguns dinheiros dela, e por isso ela não quis que a sua casa ficasse na mão de outra pessoa a não ser de Maria.

Os meus avôs perguntaram a Maria se ela queria ir para Olinda para tomar conta da casa da minha tia. Ela respondeu que sim. Os meus avôs pediram que a minha tia perguntasse antes à minha mãe se ela permitisse. No caso afirmativo Maria podia ir com ela.

A minha tia foi embora, prometendo que quando a minha mãe voltasse do trabalho, ela iria falar com ela a respeito do assunto. Dias depois, a minha mãe chegou do trabalho. A minha tia veio, como havia prometido aos meus avôs. Sentaram-se à mesa os meus avôs, a minha mãe e a minha tia. Conversaram sobre Maria e sobre a dificuldade que a minha tia tinha de encontrar alguém responsável e dedicada como Maria. Todos conversaram bastante sobre o assunto. A minha mãe chamou Maria e a perguntou se ela queria ir com a minha tia para tomar conta da casa dela enquanto estiver lá. Mais uma vez Maria afirmou. Em seguida acertaram os detalhes e foram embora para Olinda.

Tudo tem a primeira vez

Quando chegaram em Olinda, a minha tia fez questão de levar a minha irmã à praia, pois ela não tinha visto algo tão lindo como o mar ainda. A felicidade tomou conta dela de uma forma que ela não queria sair da água tão cedo. Por mais que a minha tia a chamasse para ir embora, ela sempre pedia para demorar mais um pouco.

As horas foram se passando, e Maria na água. Quando a minha tia olhou no relógio, tomou um susto. Já eram quatro horas da tarde, e chegaram na parte da manhã. A minha tia chamou Maria mais uma vez. Ela veio, mas não bem satisfeita, e foram juntas à casa da minha tia.

A minha tia mostrou tudo a ela e contou todos os detalhes dos seus comércios e como funcionavam. No dia seguinte, a minha tia foi trabalhar com o seu esposo, pois ele só chegava à noite e era um homem muito ocupado. Maria deu conta dos fazeres domésticos, e a nossa tia ficou muito feliz com o resultado. A minha irmã era uma boa cozinheira e deixava a casa toda em ordem. Daí em diante os negócios foram prosperando cada vez mais.

Alguns meses depois, Maria já sabia de tudo o que a minha tia vendia nos barzinhos da praia. Como já tinha algo dinheiro guardado do seu salário como doméstica, teve uma ideia e foi falar com a minha tia sobre o assunto. Quando a minha tia ouviu o que Maria tinha em mente, ficou admirada de como uma menina tão nova como ela, vivendo no interior, pode ter uma capacidade de inteligência daquela.

A ideia dela era de fazer com o dinheiro dela arrumadinhos e galletos aos finais de semana. Não tinha estes produtos nos barzinhos que a minha tia e o meu tio administravam. A minha tia

aceitou vender as comidas que Maria iria fazer, mas todo dinheiro seria guardado para o futuro de Maria. A minha irmã ficou muito feliz e concordou com a minha tia. Então ela começou a fazer os galletos e arrumadinhos. As coisas foram ótimas e rendiam um bom dinheiro. Tudo estava saindo muito bem.

Mas aos poucos Maria foi ficando muito triste. A minha tia percebeu que apesar das coisas estarem saindo como deviam. Maria não tinha amigos e era muito solitária. A tia conversou com o seu esposo. Tiveram pena dela: A minha irmã estava sempre pensativa e com muita saudade de nós. Esse era o motivo da tristeza dela.

Certo dia a minha tia foi ao interior e deixou Maria em Olinda. Ela teve a ideia de levar a minha mãe e os seus filhos para Olinda para visitar Maria e mostrá-los como ela era mais linda e

mais cuidada, com mais dinheiro para ajeitar o cabelo, fazer as unhas e comprar roupas novas. Foi uma surpresa. Ao chegar em Olinda, a minha mãe viu Maria depois de dez meses sem vê-la. E quando a viu, chorou de felicidade, porque ela estava muito mais bonita. Abraçou-a e beijou-a.

Um pouco do passado da minha tia

A minha tia teve dois filhos, um homem e uma mulher. O menino nasceu morto, mas a menina, Mayara, cresceu com saúde e foi ficando cada dia mais inteligente e bonita. Mayara se engraçou muito cedo com um rapaz. Aos quinze anos fugiu de casa e foi morar na casa dele. A minha tia tentou trazê-la de volta, mais não teve êxito. Três anos depois, Mayara juntamente com o seu esposo foi morar em São Paulo. A minha tia ficou muito triste com a partida da sua única filha. Depois da partida de Mayara, a minha tia tentou levar a vida normalmente, mais nunca foi fácil para ela superar a partida da sua filha. Daquele dia em diante, ela e o seu marido se dedicaram ao trabalho. Alguns anos depois, eles haviam construindo um bom patrimônio, só que não conseguiram preencher o vazio que a sua filha deixara. Talvez seja por isso que ela nos tratava de uma maneira tão meiga, tão doce e carinhosa. Todo esse carinho transbordava nela. Sei que ela fez de tudo para que nós nos sentíssemos bem.

Esforço

Chegou o tempo que eu e Maria trabalhamos com o mesmo objetivo na mente, o de conseguir aquilo que nos deixaria muito feliz.

Sei que o dinheiro que Maria juntava era justo e honesto, pois vinha do esforço dela: Cozinhava almoços e galletos para o bar da minha tia.

Isso rendia um bom dinheiro todo final de semana. Sem falar que a freguesia aumentou tanto que eu tive que ajudar ao meu tio no bar. Todo dia Maria preparava tudo e deixava já separado para eu levar de taxi até o bar.

Para mim foi uma experiência, e tanto, pois quando eu chegava, o meu tio me colocava no balcão e falava o que os fregueses queriam. Eu anotava tudo. Para isso ficar mais fácil, numerei todas as mesas para na hora da soma não me confundir com outras, como o meu tio já havia feito.

Ele não teve chance de estudar como eu. Começou a trabalhar muito cedo, ou melhor: quando criança. Na época quando ele era criança, o trabalho forçado era importante, e ao estudo não se dava a importância merecida. Por isso ele não sabia ler nem escrever e muito menos somar.

Foi nessa hora que eu fiquei como responsável de anotar tudo o que entrava e tudo que saía daquele bar.

Eu agi um pouco de má fé porque o fiz acreditar que não estava entrando certa quantidade de dinheiro.

O meu agir foi o seguinte: Como eu sabia escrever e somar contas, fiquei na responsabilidade de passar o troco de todos os fregueses e ordenar as mesas que ficavam só para aluguel.

O começo fiz as coisas corretas e fui honesto com ele, mas à medida que foram passando os dias, aprendi a ser desonesto. Comecei a ter algumas amizades influentes no meu comportamento. Desviei cada vez mais dinheiro para o meu bolso. Cheguei a ganhar o dobro que a minha irmã Maria que fazia almoços e trabalhando de doméstica com salário digno.

Coloquei cada vez mais dinheiro na nossa caixinha. Depois de seis meses, tínhamos um bom dinheiro. A nossa tia achou estranha de com seis meses termos dinheiro para comprar um terreno naquele local, pois ganhávamos pouco. Na região tinha terrenos a venda, mais eram muito caros.

Ela começou a perceber algo errado comigo. Toda noite quando eu vinha do colégio, ficava num local chamado 'Praieira'. Era lá onde muita gente errada se encontrava e se divertia à vontade.

Aquele local era um ponto de referência para quem estava procurando alguma diversão. Foi aí que a minha tia percebeu que os meus olhos estavam vermelhos quando foi me buscar com a minha irmã naquele lugar.

Jogo aberto

Como a minha tia já tinha percebido que eu estava ficando muito rebelde e que todo dinheiro da compra do terreno estava meio estranho, ela me perguntou tudo várias vezes. Eu fiz a minha parte: Neguei tudo a toda hora. Passaram alguns meses. Eu continuei na mesma rotina, desviando dinheiro do bar e envolvido com pessoas erradas. Fui me aprofundando mais e mais.

Com mais seis meses, a soma do nosso dinheiro surpreendeu a nossa tia de novo. Agora ela sabia que algo estava errado na nossa economia. Estávamos com o dinheiro de todo o material de construção, além do dinheiro para pagar o pedreiro que ia levantar a nossa casinha.

E assim foi. Construimos a nossa casa em um ano de economia, apesar de ter sido desse modo um pouco desonesto. Mas foi ali que nós dois tivemos um mesmo pensamento e uma mesma determinação para conseguir com o esforço aquilo que estava no nosso coração.

Depois de construir a nossa casa, conheci uma menina que começou a fazer parte da minha vida. Ela tinha 17 anos. Eu era mais novo na época, tinha quinze anos de idade. Ela era usuária de drogas e já fazia tempo que estava consumindo drogas. Ela era mais vivida que eu e me incentivou a me envolver com consumidores de entorpecentes de todo tipo, à medida que fui conhecendo as pessoas que ela me apresentava. Também fui ficando mais esperto. Conheci lugares novos na companhia dela, até ter a ideia de investir dinheiro em drogas.

Aquilo foi um bom negócio. No começo eu vendia drogas durante a noite, mas ao passar poucas semanas, eu já era patrão, é assim que esse submundo é: As coisas vão depressa demais.

Como a minha namorada era filha de um policial corrupto, ela sabia muitas coisas sobre como aquele negócio funcionava. Seguindo a instrução dela, as coisas foram bem. Ela sempre estava um passo à frente de mim nesse ramo.

À medida que os dias se foram passando, o meu nome se espalhou pelas periferias de Olinda. Eu estava desenganado das verdadeiras realidades, dinheiro e mulheres. Um bom nome no crime custa caro.

Aconteceu numa sexta-feira. Eu, ela e algumas pessoas que me forneciam, com as suas esposas, estávamos todos felizes por tudo estar correndo bem nos negócios. Comemoramos aquele primeiro encontro entre nós, pois eu antes só os conhecera através de outra pessoa que o

representava nos nossos negócios, e quando as ideias rolavam, o nome deles era o que vinha a tona. Todos nós já muito felizes por esses motivos, bebíamos num bar chamado 'Bar da Gaia'. De repente, vários tiros foram disparados na nossa direção. Várias pessoas foram atingidas naquela noite, inclusive a minha namorada. Ela levou um tiro no pescoço que quase atingiu a coluna. Eu fui atingido nas costas por um tiro. A mulher de um deles foi morta com um tiro na cabeça.

Aquilo foi uma tragédia que mudou a minha vida. O pai da minha namorada quis descobrir de todo preço quem tinha sido, mas não conseguiu. Ele a impediu de me ver, fazendo ela viajar para São Paulo.

Eu e os meus sócios juramos vingança. Comecei a investigar o fato e investir um pouco mais em armas automáticas. Algum tempo depois soubemos quem tinha sido e o porquê.

O motivo era inveja e olho grande que tinha feito aquelas pessoas fazerem aquilo. Então nos encontramos para bolar o plano da nossa vingança. Passamos o dia planejando aqueles assassinatos. Quando chegou a hora de realizar, foi um sucesso o êxito do crime. Mas todo crime tem falha, e essa falha me obrigou a fazer isso várias vezes. Cada vez que tirava um problema do meu caminho, apareciam três ou quatro problemas a mais por causa do primeiro. Assim os problemas foram crescendo cada vez, e a cidade de Olinda começou a ficar pequena para mim.

O meu nome foi ficando conhecido no mundo do crime. A minha família quis tirar-me de Olinda para o interior, porque eu estava exagerando nas coisas erradas. Deixei de estudar e de trabalhar no bar. Comecei a traficar drogas e me envolver com homens perigosos, alguns tão temidos que quando eu falava no nome deles, a minha família se benzia.

Finalmente conseguiram me tirar de Olinda, mas foi por poucos dias, depois voltei, mas dessa vez para a casa que havia construído com Maria. A essa altura, eu já tinha um bom dinheiro guardado. Comecei a mobiliar a casa para ficar morando nela. Maria quis morar na casa também e saiu da casa da minha tia. Ela trabalhava durante o dia. À noite ia ao colégio e dormia na nossa casa.

Maior irado

Depois daqueles acontecimentos que tiraram a vida de uma mulher do meu sócio, as coisas só pioraram. Juntei muitos inimigos, mas não sabia. Por um ato de vingança, os inimigos se multiplicaram. Até os corruptos queriam a sua fatia do bolo.

Certo dia, eu estava indo para casa. De repente, na esquina da minha casa, por volta de sete horas da noite, vi um carro de vidro fumê parado na esquina de casa. Fiquei em dúvida se prosseguia ou voltava. Em poucos segundos tomei a decisão e segui em frente. Quando cheguei perto do carro, passei por traz de um pilar em construção de um mercado. Foi quando coloquei a arma na mão e dei o golpe. De repente, quatro policiais armados apontaram as suas armas na minha direção, dando ordem de prisão. Tentei reagir na hora, dando alguns tiros para trás e correndo, mas não tive muito sucesso. Eles atiraram várias vezes contra mim. Foi a minha sorte que o pilar era de concreto e aço, se não fosse, eu já era finado.

Aqueles tiros todos foram disparados na minha direção. Eu tinha sorte que só um único tiro me atingiu, batendo na minha coxa. No mesmo instante caí, com a arma na mão. Comecei a me arrastar para fugir, mas eles vieram atrás de mim e me viram no chão e sangrando. Mandaram-me largar a arma. Em seguida me colocaram dentro do carro e foram em direção a um lugar pouco habitado. Chegando lá, me chantagearam com ameaças de morte. Eu conhecia um deles que estava encapuzado: Era o meu ex-sogro.

Depois de exigir dinheiro para deixar-me ir embora, me levaram sangrando para a minha casa. Chegando lá, lhes mostrei onde estava todo dinheiro. De repente achei que eles iriam me deixar em

casa mesmo, pois eu já estava ali. Mas não me deixaram em casa. Depois de levar 1'800 Reais, me jogaram num mangue, eu sem poder andar, com um tiro na coxa.

Arrastei-me por horas até chegar em uma casa de palha que os pescadores tiveram feito para guardar as coisas pertencentes à eles e para beber e comemorar a pescaria.

Olhei de longe e vi algo se mexendo dentro da casa de palha. Então gritei várias vezes pedindo socorro.

Por sorte tinha um homem, um daqueles que bebem todos os dias e todo mundo chama-o de Zé Pinguinha. Esse homem, ainda bêbado, me viu na situação que eu estava. Ele me ajudou a caminhar um pouco até a casa, em seguida foi buscar ajuda.

Alguns minutos depois ele voltou, acompanhado por mais dois homens e um carro.

Levaram-me ao hospital.

Fiquei muito grato com Zé Pinguinha. Quando saí do hospital, lhe ajudei dando uma boa grana a ele e aos dois homens que com ele estavam.

Então eu reconheci que tinha que sair um pouco daquele lugar.

A minha irmã alugou uma casa em outro bairro e me levou para lá. Eu não queria ir para o interior.

Quando recuperei os movimentos da perna e pude andar sem dificuldade, tentei viver a minha vida normalmente como antes, entregando a porcaria para alguém e esse alguém distribuía em big-big para outras pessoas. Nos finais de semana eu ia buscar o dinheiro com o meu sócio.

Insistência no erro

Tudo voltou a correr bem, mas a magoa no meu peito não cessou. Por mais que eu tentasse, não conseguia esquecer que alguém, por inveja e olho grande, tentou tirar a minha vida e acabou tirando a vida de uma pessoa tão legal, tão meiga com futuro brilhante pela frente. Estava com uma magoa profunda no coração, pois até as autoridades que deviam mostrar caráter com a sociedade quando se trata de coisas erradas estavam envolvidas. São aqueles que fazem parte dos grupos dos abutres que esperam até que a presa morra para comer os seus pedaços. Tentaram tirar a minha vida e me roubaram, e esqueceram que quem

faz aqui, aqui mesmo paga.

Os corruptos passaram a me procurar por causa das cobranças que eu e os meus sócios havíamos feitos. O motivo principal era a fatia de bolo que eles queriam, como naquela vez quando me jogaram no mangue para morrer depois de ter levado quase dois mil reais da minha casa.

Acharam que toda vez que me pegassem, iriam levar a melhor. Por isso o meu sócio começou a buscar informações sobre os envolvidos, até conseguir toda informação necessária. Assim que eu podia, aparecia na minha quebrada. Eu não sei como, mas assim que eu aparecia, eles começavam a dar ronda com alguns policiais militares justamente no setor onde eu me encontrava. Aquilo me deixava com muito medo, e buscava sempre sair às pressas.

Passei muitos meses fugindo dos corruptos porque sabia que no começo era dinheiro, depois a minha vida. Estaria em jogo com eles. Eles nunca conseguiram me pegar. Eu estava pertinho deles, só que em bairro diferente. Eles sempre achavam que eu ainda estava morando com a minha irmã. Ficaram vários dias de tocaia, mas era em vão.

Aquilo os deixou com mais raiva de mim. O tempo se passava, e eu ficava cada vez mais de olho neles e negociando do jeito de antes. O meu ex-sogro era a cabeça do grupo. Decidiram armar tocaias pelos bairros à minha procura. Todos os dias, eles armavam tocaias em pontos estratégicos do bairro, e quando eles encontravam algum viciado, o torturavam pedindo sempre informações sobre mim. Naquele tempo muita gente foi humilhada sem ter nada a ver comigo.

Muita gente e muitos pais de família apanharam para dizer onde eu estava morando. Quando uma pessoa era abordada nos pontos estratégicos do bairro, perguntavam por mim. Quando aquela pessoa dizia que não sabia de nada ou não me conhecia, ela apanhava muito até eles acreditar que estava falando a verdade. Não importava para eles se fosse pai de família ou não. O que importava era o dinheiro que eles queriam ganhar me extorquindo. Pegaram a minha irmã e a levaram para a delegacia. Chegando lá, colocaram muita pressão nela, até falaram que ela era cúmplice e apoiava tudo, dando cobertura a mim. Falaram que ela iria ficar presa por isso. Fizeram muito medo a ela. Até a minha tia falou em processar todos por fazerem aquilo com uma pessoa inocente e trabalhadeira. A minha irmã ficou apavorada, se derretendo em lágrimas, mas não falou onde eu estava morando. Em seguida foi liberada.

Quase enlouqueci

Depois daquilo percebi que as coisas estavam piorando para mim em termo de sossego. Por isso me encontrei com pessoas que me apoiavam independentemente do que estava acontecendo. Os meus sócios predestinados a resolver tudo de uma forma cruel me incentivavam, mas no fundo do meu coração eu só queria viver em paz e voltar a ter sossego. Resolvi passar alguns dias no interior e só voltar quando a poeira baixasse. Nos primeiros dias tudo estava indo bem, até acontecer um imprevisto: Os corruptos foram no beco onde estavam alguns dos meus colegas, e chegaram atirando em todos, pensando que eu estava lá, e foi aquela troca de tiros. No final, quando cessaram os tiros, um dos abutres tinha sido baleado no pescoço, e a caminho do hospital faleceu. Morreu na mesma hora, sem direito a socorro, um dos nossos. Foi baleado e morreu.

Então as coisas ficaram piores. Todos no bairro achavam que eu estava no meio e que tinha sido baleado também. Alguns diziam que tentei fugir correndo para a praia e me afogando.

No dia seguinte muita gente foi à beira da praia para ver se viam o meu corpo. Então o bairro no qual eu e os meus colegas morávamos ficou minado de polícia, inclusive os bairros vizinhos.

A minha irmã juntamente com a minha tia foram ao interior contar a mim o que estava acontecendo, e aconselhavam a não voltar para Olinda. Dessa vez segui o conselho da minha família e não voltei. Fiquei no interior. Enquanto eu estava lá, as coisas foram se agravando: Os policiais fizeram várias operações depois da morte de um deles no bairro e prenderam quase todos. Os que não foram presos e resistiram à prisão foram mortos.

Perdi vários colegas e sócios, mas fiquei firme e não voltei para Olinda. A minha família fez de tudo para eu voltar a estudar, pois eu já havia parado há vários anos. O estudo é uma forma de voltar a se reintegrar à sociedade. Fazendo-o eu ocuparia a minha mente com alguma coisa. Todo esse esforço valeu a pena. Eu comecei a estudar. Meses depois apareceu um serviço que o meu tio arranjou para mim. Então fiquei trabalhando de dia e estudando de noite por muito tempo.

Depois de vários meses estudando e trabalhando, todos acharam que eu já estava recuperado, mas infelizmente aconteceu de eu me envolver em uma briga e acabei muito machucado. Quis me vingar daquelas pessoas que me bateram.

Dias depois peguei a arma que estava guardada há muitos meses e fui atrás das pessoas responsáveis. Quando encontrei um deles, disparei várias vezes contra ele que acabou falecendo. Aquilo foi a gota d'água. Fugi nas pressas porque muita gente tinha visto o que eu tinha feito. A minha família me manteve em outra casa da minha família.

Prisão feita

No dia da minha prisão eu percebi algo errado, mas a minha teimosia me levou à cadeia. Naquela noite algo me dizia que não era para eu sair da casa onde eu estava. Eu achava que depois de alguns dias tudo estava normal e a turma já tinha esquecido aquele feito. Enganei-me por pensar

assim, acostumado a fazer coisas erradas na cidade grande e depois de alguns dias mostrar a cara na rua e as pessoas nem tocavam no assunto e nem denunciavam.

Fui fazer isso no interior. Bateu a saudade de ver a minha família, e fui ver. Cheguei numa quarta-feira de dez horas da noite na casa da minha mãe. Na quinta-feira, por volta das quatro horas da tarde, mesmo na hora de voltar, a polícia daquele lugar me prendeu dentro da casa da minha mãe. Foi uma choradeira imensa da minha família. Muitas pessoas acharam bom e ficaram satisfeitas por a justiça ter sido feita.

À princípio eu não acreditava que aquilo estava acontecendo comigo, sendo preso dentro da casa da minha mãe, mas ao caminho da delegacia, ouvindo o que os policiais falavam, foi ali que comecei a acreditar que iria para a cadeia. Eles zombavam de mim à toda hora, me batiam, em seguida riam do meu sofrimento. Eu fiquei com esperança de tudo se resolver e eu voltar para casa.

Infelizmente quando chegamos na delegacia, era impossível eu voltar para a minha casa. Apresentaram dois mandados de prisão contra mim, e um desses dois mandados era justamente por causada morte de um dos abutres de Olinda. Eu não estava lá quando os mesmos trocaram tiros com os meus colegas e sócios.

Espancaram-me muito, depois me mandaram ao presídio de Igarassu. Cheguei lá, e foi a mesma recepção: Muito pau e banho de água fria para esconder os hematomas. Passei três meses em Igarassu, depois fui transferido para a comarca de Lagoa do Carro. Também a mesma recepção. Na comarca passei onze meses. Foi lá onde comecei a ir para a audiência. Depois fui transferido para Limoeiro, e lá não foi diferente na chegada.

Na cadeia comecei a fazer amizade com pessoas que estavam no sofrimento há muito tempo. No dia-a-dia me falavam das coisas que atrasam um homem, e falavam também como conviver no meio de todo tipo de gente.

Fui aprendendo a ter 'jogo de cintura' (aprendi a como resolver e evitar os problemas que surgem no dia a dia) para se desviar dos problemas.

Pouco a pouco fui convivendo com pessoas ótimas, apesar do meu convívio no pavilhão ser meio agressivo com as pessoas que me tiravam.

Aprofundei-me nas drogas. Antes eu só tinha usado maconha, depois todo tipo de substâncias que dava uma brisa. Para satisfazer a vontade de viver drogado, por isso fazia coisas erradas e muitas vezes arrumava problemas.

Quando se arruma um problema na cadeia, geralmente vem a hora da cobrança. A população pergunta a você se você se garante. Se você responde que sim, todos os moradores ficam de plateia. Você e a pessoa do problema vão para a quadra para tirar as diferenças, e ninguém vai interferir em nada. Nessas horas, se você se deixa levar pelo ódio, vai se atrasar, ferindo aquela pessoa de morte, e se isso acontece, é só lamento.

Se você disser que não se garante, todo o mundo vai desacreditar de você, e aquele respeito que você tem vai acabar, porque a partir dali você será um 'comédia'. Por isso, as 'pessoas que vêm nas caminhadas' (que vem cumprindo vários anos de prisão) são respeitadas pelo seu B.O, e por ser mais entendidas que os outros 'marinheiros de primeira viagem' (pessoas que estão presas pela primeira vez), dificilmente essas pessoas vivem brigando e arrumando problemas, e quando aparece alguns, são logo resolvidos.

Uma coisa leva à outra

Durante dois anos aprendi muitas coisas, ruins e boas.

As coisas boas são: Na cadeia existem amigos mais chegados que irmãos. Neste lugar ruim de viver encontramos pessoas que, quando gostam de você, enfrentam os riscos para lhe tirar dos

problemas e conflitos, e nos momentos mais difíceis estão ao seu lado. Amizade verdadeira neste lugar você encontra quando se está sem nada. Ai você vê quem realmente é o seu amigo.

As coisas ruins são: Todos os problemas arrumados dentro dos pavilhões são estes: no jogo de bola, de baralho, de dominó, espaço no varal de roupa, etc. Quando alguém vai estender alguma roupa, e chegando lá encontra um varal vazio, essa pessoa coloca a roupa. Quando o dono do varal vê que tem roupa estendida no varal e não é a dele, pega tudo e joga no chão. O dono da roupa jogada vai tomar satisfação, e aí começa a confusão. Outras pessoas se envolvem. Quando menos se espera, uns estão querendo destruir os outros. São esses os motivos banais, porque devemos ter jogo de cintura, para evitar coisas piores.

Comigo aconteceu algo parecido, mas o motivo foi cinza de cigarro. Em cada cela tem cinco camas: Três delas são embaixo e duas ficam em cima. Certo dia, por volta das oito horas da noite, estava eu na minha cama, lendo a Bíblia. A minha cama era uma das três de baixo. Encima estava um colega de cela que era muito mal educado. Ele fumava cigarro e sempre jogava a cinza para baixo porque não estava com o seu cinzeiro. Toda vez a cinza caía justamente encima de mim. Eu o avisei, mas ele continuava a jogar cinza, achando que eu estava mentindo e que a cinza não estava caindo dentro do barraco.

Chegou uma hora que faltou paciência. Parei de ler para tomar satisfação. Foi aquela discussão. O comparsa dele se envolveu e ficou discutindo comigo também, outras pessoas da cela viram tudo e deram razão a mim. Eles não quiseram saber e fizeram coisas que não deviam. Então peguei um barrote e comecei a dar barrotada em um deles, e uma dessas barrotas pegou na mão de um detento que estava separando a confusão. O chaveiro ouviu o barulho na cela, e foi lá ver o que era. Quando ele chegou, tinha um com a cabeça sangrando e um corte grande, o outro com a mão inchada e todo mundo agitado. Aquele que estava sangrando pediu socorro ao chaveiro que não demorou e chamou os agentes.

Os agentes vieram muito zangados. Numa hora daquelas, a única coisa que não devemos fazer é incomodar. Quando isso acontece, não fica nada bom.

Em meio da confusão, o comparsa que estava sangrando passou mal. Ele sofria de problemas no coração e de outros problemas do sistema nervoso. Ele caiu e ficou se retorcendo. O chaveiro abriu a cela e o tirou para socorrer. Quando o ferido chegou no corredor, em vez de ser socorrido às pressas, passou por uma série de tortura, levando vários tiros de borracha e 'coronhadas' nas costas e na cabeça. Ele não aguentou e desmaiou. Os policiais saíram, puxando-o pelo pé até chegar na enfermaria. Depois voltaram, tiraram todos os detentos da cela e perguntaram quem foi o responsável por aquela confusão. Eu me assumi, dizendo que fui eu. Na base de tiros de borracha levaram-me para a cela de castigo.

No dia seguinte, a população ficou sabendo o que os policiais fizeram com um de nós quando ele passou mal. Ficamos revoltados e combinamos a ninguém pegar a bóia até o diretor comparecer para conversar sobre os acontecimentos.

Quando o diretor chegou, todos os detentos que já vinham nas caminhadas (= um bom tempo preso) foram levados para o castigo. Foram 25 pessoas. O motivo foi banal, mas na cadeia as coisas sempre são resolvidas de maneira inversa.

Isolado

Depois de vinte dias no castigo, comendo o pão que o diabo amassou, chegou a hora de o diretor decidir o meu destino. Ele colocou todos os detentos do castigo para ir para os pavilhões, menos eu e mais quatro pessoas. Ficamos no isolamento durante um período. Nesta época houve uma rebelião no Aníbal Bruno. 80 pessoas foram transferido para cá. Dessas 80 pessoas ficaram 18 isoladas onde eu estava, e por coincidência eles tentaram fugir. Naquele dia eu vi homens chorando e pedindo para não morrer. Tiros de fuzis foram disparados em direção desses

detentos. Quando isso aconteceu, eles estavam encima do teto da cadeia. Muitos diziam que eram pais de família para não morrer. Graças a Deus não morreu ninguém, mas o cacete foi dobrado naquela noite. Os homens invadiram o isolamento, soltaram bombas de gás lacrimogêneo e muitos tiros de bala de borracha. Todo mundo ficou nu na quadra da triagem por várias horas, até as grades serem soldadas. Ali eu vi que nós não somos nada e que os policiais fazem o que querem e quando querem. Depois daquele sofrimento algumas pessoas foram transferidas para outra cadeia, até quem não tinha nada a ver com a tentativa de fuga.

Passei oito meses no 'isolamento'. Depois veio morar na cela conosco um homem que tinha matado a irmã de um detento. Por azar dele o irmão da vítima estava na mesma cela comigo.

Quando alguém cai na cadeia, os presos sempre perguntam o que ele fez para estar preso, e ele tem que falar. A conversa começou a sair pouco a pouco, até o irmão da vítima ter a certeza que era ele. O novo detento falou tudo, até como matou a irmã do meu colega de cela. Aquilo foi a confirmação final. Depois daquelas balas, o meu colega de cela foi para o banheiro chorar. Ele demorou um pouco lá. Depois deu um jeito para uma faca chegar na mão dele sem que ninguém soubesse.

Assim que ele conseguiu a faca, começou a assassinar o autor do crime da sua irmã. Vi tudo a poucos metros de distância. Ali percebi que o inimigo opera nas nossas vidas, se nós permitimos.

Transferência

Assim aconteceu a morte de um homem na cela onde eu morava. O motivo: A morte de um parente de alguém que morava comigo. Ele era uma pessoa muito boa e não tinha mais cadeia para tirar. Já estava nos últimos dias e só estava aguardando a liberdade, mas o destino foi traiçoeiro, e pregou uma peça naquele homem. Tanto lugar na cadeia, e ele pediu justamente para ficar onde o irmão da vítima se encontrava. Dizem que ele soube que o irmão dela era preso e morava nos pavilhões.

O finado soube da verdade, mas na cadeia, quem mora nos pavilhões não tem dia nem hora para descer para o castigo e até morar no isolamento. Foi o que aconteceu com o irmão da vítima. Houve um problema, e ele foi para o castigo. Ficou isolado um tempo até que o assassino da sua irmã chegasse pertinho dele e ele se vingar, tirando a vida daquele homem. Eu fiquei com muita pena do que morreu porque ele sofreu muito antes de morrer ele pediu socorro a nós, mas ninguém o ajudou. Ali era uma cobrança, e nesse caso não podíamos fazer nada. Fiquei com pena do meu colega porque a partir dali ele iria ter que tirar um bom tempo preso. Ele se vingou, e após ter assassinado o homem ficou sentado no canto da parede, todo sujo de sangue e em silêncio. Eu percebi que após ter tirado a vida daquele homem, o arrependimento bateu nele, e naquele instante pensou em tudo que poderia ter evitado aquela tragédia.

Com poucos minutos os agentes chegaram, apontando as suas armas para todos, nos fizeram ficar nu e sair da cela. De um a um foi perguntado o motivo, mas ninguém falou nada a não ser o autor do crime. Colocaram-no ao castigo, sozinho, e dias depois deram bonde nele.

Poucos dias depois eu fui transferido para Palmares. Ali sofri um pouco mais, pois ficava longe para a minha família me visitar. Para a minha família me visitar tinha que sair de casa de cinco horas da manhã e chegava na cadeia de nove horas para enfrentar a fila. Quando entrava, era por volta de doze horas e só ficava uma hora comigo. Só assim poderiam chegar em casa de seis horas da noite.

Essa rotina passou oito meses, depois eu quis que não fossem lá porque era muito cansativo. Então comecei a aprontar dentro da cadeia, com intenção de ganhar bonde para outro lugar. Deu certo. Apesar de sofrer muito, apanhando dos agentes quando ia para o castigo, consegui voltar depois de dois anos para perto da minha família.

A volta

Quando cheguei de transferência de Palmares para Limoeiro, fiquei ansioso para ver a minha família, e entrei em contato com ela rapidamente para avisar que estava de volta. Aquele dia foi especial, apesar de eu ainda estar preso. Em 22 de Janeiro de 2010 voltei a ver a minha família e matar a saudade. Comecei a estudar e conhecer pessoas maravilhosas que sempre me incentivavam a estudar.

No início eu não me importava tanto com as coisas ditas pelas professoras. Eu só pensava em sair para fazer algo de errado, me vingar das pessoas que testemunharam contra mim. Por causa desses testemunhos fiquei tanto tempo preso.

Eu estava naquela fase de vida na qual só pensava em besteira. Fazia as coisas ao contrário, e por mais que eu tentasse fazer as coisas certas, a minha arrogância não deixava. Mas mesmo perturbado sempre estudei. Pouco a pouco fui percebendo que todas as coisas ditas pelas professoras iam se cumprindo no meu dia-a-dia.

Então passei a frequentar as aulas diariamente e dar ouvido aos conselhos que as professoras davam aos seus alunos. Essa rotina prosseguiu durante um bom tempo. Em 2012 tive a oportunidade de progredir ao regime aberto. Quando cheguei lá, as autoridades descobriram que eu estava ainda com um processo aberto, e quiseram me colocar de volta ao regime fechado. Foi neste momento que fugi.

Passei dois meses na rua, depois fui capturado novamente. Levaram-me para a comarca de Lagoa do Carro. Em poucos dias me transferiram para Carpina, e dois meses depois me trouxeram para Limoeiro.

Quando cheguei aqui depois da minha captura, aconteceram algumas coisas horríveis comigo: Perdi alguns amigos e parentes.

Numa sexta-feira perdi a minha esposa num acidente de carro. Caí numa depressão terrível, mais a superei com o apoio da professora do ensino médio que sempre conversava conosco e nos fortalecia com as suas palavras.

Ela sempre lia mensagens que lá no fundo mexiam comigo, e aquelas mensagens fizeram com que eu mudasse para melhor pouco a pouco. As pessoas próximas a mim perceberam a mudança no meu dia-a-dia e me perguntaram como eu superei a perda da minha esposa.

Então falei como estava superando e contei para os meus familiares sobre os métodos que a professora Ângela Maria usava conosco, para nos incentivar a fazer a coisa certa. Tudo o que ela fez surtiu efeito em mim, hoje sou uma pessoa melhor que antes e consigo enxergar algumas coisas que antes eu não via claramente. Estou hoje uma pessoa totalmente diferente de antes. Hoje penso em coisas boas e faço planos bons para mim e as pessoas ao meu redor. Algum tempo atrás, todas essas coisas que hoje são importantes para mim não passavam de uma bobagem. Sei que aquele tempo de ignorância e arrogância acabou de passar. Agora vou tentar levar a vida como uma pessoa comum, trabalhando e cuidando dos seus filhos. Apesar de estar ainda preso e existir certo preconceito da sociedade com ex-presidiário, vou fazer de tudo para conseguir os meus objetivos. Vou mostrar à sociedade que mesmo sendo um ex-presidiário posso fazer diferença. Acredito na recuperação do ser humano e na minha capacidade de superação porque nós condenados somos como a fênix de renascer das cinzas.

Conclusão

Depois que dei mais atenção aos estudos me tornei outra pessoa. Até os meus parentes perceberam essa mudança.

De certa forma, o estudo foi o instrumento principal para a minha mudança. Foi através do estudo que a professora Ângela implantava as mensagens todos os dias. Ali foi onde comecei a entender que a vida não acaba aqui, e mesmo sendo nós privados da nossa liberdade temos o

direito de escolher seguir em frente, ou parar e pensar nas conseqüências futuras. O que fizemos de errado está feito, e não podemos apagar os fatos, mas podemos pelos nossos erros aprender e não permanecer nos mesmos erros.

Após todo esse tempo, hoje reflito melhor. Tenho mais esperança, e sei que por mais sofrimento que causei à família de alguém o arrependimento bateu na porta e através desse arrependimento vou fazer o meu destino ser diferente do meu passado.

Deus reservou o meu futuro como uma pedra preciosa, e vou fazer valer a pena.

João

Chamo-me João e nasci no ano 1987 em Campina Grande, no interior da Paraíba. Sou filho de Alfredo e Ruth, o quarto dos sete filhos do casal. A minha família na época era humilde e bastante conturbada devido ao álcool. O meu pai, apesar de ser um homem rude e ignorante, era um homem muito trabalhador. Não deixava o alimento faltar para a sua esposa e os seus filhos. O maior defeito dele era a bebida alcoólica. Tinha o hábito de ingeri-la com frequência, e quando estava sob o efeito do álcool, costumava brigar e agredir a sua esposa na frente de nós, os seus filhos pequenos.

Em busca de uma vida melhor

Quando completei quatro anos de idade, a minha família decidiu ir em busca de uma vida melhor na cidade de São Paulo, local onde a minha família já havia morado antes do meu nascimento. Chegando na capital paulista, encontramos-nos com outros membros da minha família que nos aguardavam com muita alegria. Juntos, partimos para onde seria a nossa nova morada. Era um barraco de madeira em uma das favelas da grande metrópole. Depois de alguns dias, o meu pai conseguiu arrumar um bom emprego como segurança em um bairro nobre da cidade. Apesar de estarmos morando em uma favela, vivíamos razoavelmente bem. Comecei a estudar aos sete anos de idade, sempre esforçado. Demonstrava grande interesse em aprender. Destacava-me entre os alunos mais avançados da turma.

Meu pai, o foragido

As brigas dos meus pais eram frequentes. A minha mãe sempre levava a pior. Um dia, ao retornar do trabalho, o meu pai avistou um homem fumando maconha em frente da nossa casa. O meu pai reprimiu o homem, falou que possuía crianças pequenas em casa e não queria que ele fumasse ali. O homem, sem dizer uma única palavra, retirou-se. Alguns dias depois, ao voltar do trabalho, o meu pai se deparou com o mesmo homem fumando maconha em frente da nossa casa. Não pensou duas vezes, sacou a pistola que sempre carregava consigo e efetuou alguns disparos, levando o homem a óbito instantaneamente.

Eu e os meus irmãos estávamos dentro de casa. Ao ouvir os barulhos dos tiros, saímos para ver o que havia acontecido. Ao nos darmos conta do que realmente aconteceu, ficamos bastante assustados, pois éramos apenas crianças e não sabíamos o que viria a acontecer.

Depois de cometer o homicídio, o meu pai passou a viver foragido. A minha mãe não quis mais acompanhá-lo. Isso era o fim de vinte anos de casamento conturbado.

Ruth Guerreira

A minha mãe continuou a viver no mesmo local comigo e os meus seis irmãos. Agora a responsabilidade de criar-nos ficou só para ela. Que batalha, todos os dias em busca de alimentos para nós!

Com muita dificuldade os dias foram passando, e com a ajuda de um tio conseguimos mudar-nos para um bairro melhor; deixamos a favela para trás. Na época possuí treze anos de idade. Eu era um bom menino e ótimo estudante. Consegui um emprego de office-boy. Trabalhava meio período em um dos bairros mais ricos de São Paulo, no bairro dos “Jardins”. Trabalhava durante o dia e estudava de noite, e tudo estava correndo bem na minha vida...

Único amor

Até me apaixonar por uma linda garota de aproximadamente a mesma idade, que morava próximo a minha casa. Ela chamava-se Danny. Eu fazia tudo para ser notado por ela, mas ela não dava bola para mim. Todos os dias, quando era hora de Danny voltar da escola para a

casa dela, eu tomava banho, trocava de roupas e ia de encontro a ela, só para ter o prazer de cruzar com ela na rua. Mas Danny parecia não perceber o grande amor que eu sentia por ela, um amor puro e verdadeiro.

Com muita insistência e com a ajuda de uma tia de Danny consegui namorar com o meu grande amor. A minha alegria estava completa. Nunca havia sentido tamanha alegria em toda a minha vida.

Após alguns dias de grande alegria ao lado da minha amada, já fantasiava vários planos para a minha vida. Mas o destino cruel e traiçoeiro não permitiu que os meus planos viessem a se realizar. Uma tragédia envolveu dois membros da minha família e deixou todos muito abalados. Todos decidiram voltar para Campina Grande.

Como eu era menor de idade, tive que ir junto com a minha família. Nascera na Paraíba, mas foi em São Paulo que cresci, conheci o meu amor, e era lá também onde ela estava. Com o passar dos dias, semanas e meses, só aumentava a minha aflição. Como o corpo precisa do coração para viver, eu precisava de Danny para o meu coração continuar a bater. Nunca falara com a minha mãe e os meus parentes sobre os meus sentimentos, sobre as coisas que eu sentia e pensava. Por causa disso sofria calado. Pensava: Tenho de voltar para lá de qualquerforma.

O caminho do mal

Em Campina Grande conheci um grande traficante, que era amigo de um dos meus primos. Um dia, ao caminhar pela cidade, ele me foi apresentado, e o meu primo disse que eu havia chegado recentemente de São Paulo. Daquele dia em diante comecei a frequentar diversos locais com o mesmo. Depois de alguns dias ele fez uma proposta, a de eu buscar em São Paulo uma quantidade de droga. Em troca receberia um bom valor em dinheiro pelo transporte. Não me dei conta em que mundo estava preste a entrar. Aceitei, não pelo dinheiro, mas sim por achar que essa seria a grande oportunidade de ir reencontrar o meu amor.

Sem dizer nada aos meus familiares, viajei para João Pessoa, onde encontrei um rapaz que confeccionou uma carteira de identidade falsa com a minha foto que entregou a mim junto com uma passagem aérea e uma quantia em dinheiro para as despesas.

Embarquei no avião para São Paulo. Chegando lá me encontrei com alguns traficantes. Juntos, fomos para uma pousada, e no dia seguinte fui para o lugar onde a minha amada e algumas colegas estudavam. Ao avistar-me, ela ficou bastante surpresa. De imediato me fez várias perguntas, e eu respondi esclarecendo como conseguirei chegar até ali, e com o que estava envolvido. Falei a verdade para ela. Danny ficou bastante assustada, e a partir daquele dia não demonstrou mais interesse por mim. Depois dessa conversa voltei à pousada, com o coração partido e muito magoado por ela não ter entendido o que eu estava fazendo.

No dia seguinte voltei para o Nordeste, desembarquei na cidade de João Pessoa onde entreguei a droga a um traficante. Em seguida comprei a passagem e voltei para Campina Grande onde morava com a minha mãe e os meus irmãos.

Na cidade reencontrei o amigo traficante que me pagou uma ótima quantia em dinheiro. Anteriormente eu nunca havia pegado uma quantidade daquela para mim, e além do mais de uma forma tão fácil. Isso me deixou muito entusiasmado. Estava plantada a semente da ambição. Quando voltei para casa, encontrei a minha mãe bastante preocupada. Ela quis saber por onde tinha andado e o que havia feito. Menti que tinha ido trabalhar em uma viagem com um amigo caminhoneiro e não tinha dado tempo de avisar, pois o caminhão estava de saída quando fora convidado.

A subida

Mesmo viajando, não deixei a escola de lado, e sempre que estava na cidade não faltava na escola. Sempre fui dedicado aos estudos. Chamava atenção das garotas, estava sempre bem arrumado e com muito dinheiro no bolso.

Muitos outros convites foram feitos. No início aceitei porque queria ver a minha amada, depois já era devido ao bom dinheiro que ganhava e ao luxo e às garotas que o dinheiro proporcionava. Viajei diversas vezes e sempre fazia amizade por onde andava. Consegui adquirir o respeito de todos os traficantes com os quais mantinha contato.

No início viajava da Paraíba para São Paulo e de São Paulo para Sergipe, mas depois também para Minas Gerais, Paraná e Paraguai. Tornei-me conhecido e respeitado. Com o conhecimento que já possuía e o dinheiro que já havia ganhado, comecei a comprar para mim próprio e a vender para traficantes dos estados de Sergipe e Paraíba.

A primeira prisão

Após chegar em São Paulo de uma viagem que fiz ao Paraguai para comprar drogas, me hospedei no hotel onde costumava ficar no centro de São Paulo. Lá um rapaz já me aguardava para fazer o transporte da droga para a capital do Sergipe na manhã seguinte, pois já era início de noite e não encontramos mais transporte naquele horário. Bastante cansado da viagem, tomei banho, jantei e em seguida fui para a cama. Acordei-me tarde da noite com várias batidas na porta. Era a polícia. O rapaz que era dependente químico tinha aberto uma das embalagens, feito um cigarro de maconha e acendido no local. Quando o gerente sentira o cheiro, acionara a polícia.

Ao abrir a porta recebi um forte golpe de um dos policiais, e caí no chão. Enquanto isto, os outros policiais invadiram o quarto de hotel e de imediato avistaram algumas caixas. Ao abrirem, constataram que o conteúdo nelas existente era maconha.

Fui algemado ali mesmo no chão. O rapaz que estava comigo foi algemado também após ser espancado no local. Fomos conduzidos para a delegacia. O rapaz, por ser maior de idade, foi encaminhado para o presídio, e eu, por ser menor de idade, fui encaminhado para o centro de internação provisória da FEBEM.

Com o dinheiro que já possuía contratei um excelente advogado. Alguns dias depois houve a audiência, e o juiz determinou que eu ficasse em liberdade assistida e fosse recambiado para a minha cidade na Paraíba.

E assim foi o que ocorreu. Depois de 15 dias, acompanhado por um agente penitenciário, percorri todo o trajeto até a casa da minha mãe. Após ela assinar alguns papéis com o termo de responsabilidade, o agente voltou para São Paulo.

Depois do susto

Duas semanas depois de ser deixado na casa da sua mãe, eu estava novamente a caminho do Paraguai, e negociando novamente com os traficantes.

Sentia-me poderoso, pois só passei poucos dias preso, e pensava que se fosse preso novamente, sairia com facilidade, pois tinha dinheiro para pagar bons advogados.

Com pouco tempo adquiri carro, moto, adorava o luxo. Quando estava na escola, era o centro das atenções. Estava ganhando um bom dinheiro que gastava com mulheres, festas e bebidas. Em outra viagem estava trazendo drogas e várias balas de fuzil que um colega meu havia me encomendadas. Consegui comprar estas mercadorias facilmente no Paraguai.

Fui preso outra vez em uma blitz da polícia rodoviária federal entre os estados de Sergipe e Alagoas, na cidade de Própria. Fui levado para a sede da polícia federal na capital Aracaju, e depois de ouvido, fui encaminhado para o centro de internamento provisório. Desta vez gastei praticamente tudo que havia ganhado com um bom advogado que fez um acordo com o juiz, para que eu pagasse o equivalente a doze salários mínimos para a construção de um poço artesiano no município. Dois meses e quinze dias depois, eu estava novamente em liberdade. Voltei para a Paraíba quase sem dinheiro. O que sobrou não dava para cobrir as despesas para uma viagem ao Paraguai e comprar drogas.

Com tudo que estava acontecendo, não abandonara os estudos. O ano estava chegando ao fim. Consegui fazer algumas provas e passei de ano.

Um vereador que havia sofrido um atentado contra a sua vida me chamou para fazer a sua segurança. Andava pela cidade armado e nem sequer era incomodado pelos policiais da cidade, pois sabiam que eu era um segurança de um vereador muito conhecido na região.

Através desse vereador com o qual trabalhava, conheci outro vereador de outra cidade que fez uma proposta: O vereador pagaria uma alta quantia se eu aceitasse assassinar um grande empresário que era o seu desafeto. Como eu estava precisando de dinheiro para fazer as minhas viagens, aceitei.

Fui algumas vezes à cidade da minha futura vítima para avistá-la e saber o local que ela costumava frequentar. Descobri que a vítima costumava fazer caminhadas todas as manhãs no pátio do posto de gasolina, do qual ela era a proprietária.

Convidei um colega meu para pilotar a moto enquanto fizesse o serviço.

No dia e na hora combinados seguimos para a cidade da vítima. Chegando lá desci da moto, fui de encontro com a vítima e fiz o serviço. Sentei na moto, depois deixamos o local. Já próximo da cidade onde morávamos fomos presos em uma blitz. Na delegacia fomos interrogados, e fui levado para a FUNDAC de João Pessoa, pois ainda não tinha completado 18 anos. O condutor da moto, por se tratar de um maior de idade, foi encaminhado ao presídio.

A fuga e a vida louca

Como já não possuía mais dinheiro, e nem cheguei a receber o dinheiro do serviço que havia feito, tinha que fugir dali. Com quinze dias que estava na FUNDAC consegui convencer os outros menores a fugir.

Planejei a fuga, mas um dos menores revelou isso aos agentes que nos dividiram em seguida em celas diferentes. Ameaçaram os adolescentes que não se deixassem levar pelas minhas ideias. Fiquei bastante indignado com o menino delator, e onde o avistasse iríamos acertar as contas. Planejei outro plano, com trinta dias consegui com que um dos irmãos de um interno colocasse duas serras para dentro. Durante a noite, com a ajuda dos outros adolescentes conseguimos serrar duas barras de ferro. Aproveitamos do fato que todas as manhãs os agentes trocavam de turno. Os agentes se reuniam em uma parte da unidade para conversarem sobre os acontecimentos durante o turno anterior, e enquanto os internos se reuniam, a nossa unidade ficava por um curto período sem vigilância. Foi esse o momento que eu e os adolescentes aproveitamos para fugirem.

Agora eu estava vivendo foragido, fazendo assaltos e cometendo homicídios em troca de dinheiro. Não sentia remorsos ao cometer os homicídios. Ao cometê-los pensava que aquilo deveria realmente acontecer, pois se Deus não quisesse, teria acontecido algo para me impedir. Estava sendo procurado pela polícia federal e civil, era um dos principais suspeitos de terem assassinado um promotor. No período em que estive foragido conheci duas garotas com as quais tive um filho com uma e uma filha com a outra.

Prisão, perda e sofrimento

Eu já tinha 18 anos quando a polícia federal conseguiu localizar-me e prender-me, e me levaram para a sede da polícia federal em João Pessoa, onde me investigaram por três meses. Mas não conseguiram nada que provasse que eu teria sido o autor do homicídio do promotor. E como eu era fugitivo da FUNDAC, me levaram novamente para a FUNDAC, só que desta vez para outra que possuía mais segurança.

Na FUNDAC fiz amizades facilmente. Muitos garotos me admiravam e me respeitavam. Eu sabia que desta vez não seria fácil sair, teria que passar os três anos que é a pena máxima que um adolescente pode passar. Eu tinha dezoito anos, mas o crime pelo qual estava respondendo, tinha sido cometido quando eu ainda era menor de idade. Iria ficar até os 21 anos de idade, se não fugisse dali.

A FUNDAC na qual eu estava possuía mais segurança que a anterior, tinha que planejar uma fuga, pois não pretendia passar três anos naquele lugar. Passei por duas rebeliões na unidade, sem chance nenhuma de fuga.

No dia 26 de julho de 2006 recebi a notícia que o meu pai havia falecido de uma doença no estado de Alagoas. Apesar de ter convivido pouco com o meu pai fiquei muito triste e abatido. Com quase um ano que estava na unidade consegui planejar um excelente plano de fuga. Convidei alguns garotos em quais confiava, para ajudar-me a colocá-lo em prática. Tudo ocorreu como planejado, e em um local próximo, um colega me aguardava em um carro para dar continuidade à fuga.

Dois meses após a fuga já havia me juntado a um grupo de assaltantes. Em um dos assaltos praticado houve uma perseguição policial. O carro em que o nosso grupo estava, capotou. Descemos do carro, trocando tiros com os policiais, e todos conseguiram fugir em um matagal, menos eu que me feri durante o capotamento.

Fui preso, e me levaram ao presídio da cidade, onde fiquei preso durante dois anos. Lá conheci Ana, uma jovem com a qual tive um filho. Quando saí do presídio fui morar com Ana e o meu filho em uma casa de aluguel. Tinha que dar o sustento da minha família, mas estava sem emprego e a forma que iria conseguir dinheiro era praticando assalto. Liguei para alguns colegas da capital com os quais me reuni. Havia planejado um assalto a um grande comerciante que comprava cargas roubadas e por isso guardava uma alta quantia de dinheiro em casa. Comprei algumas fardas da polícia militar. O nosso grupo iria se passar por fiscal da receita federal e por policiais militares. O nosso grupo viajou para o interior durante a noite para cometer o assalto no outro dia, mas próximo à cidade estava acontecendo uma blitz na qual o veículo em que estávamos, foi abordado. Os policiais militares localizaram os fardamentos no porta-malas do veículo. Todos foram levados para o presídio de Limoeiro, e após um ano, todos foram liberados, menos eu que estou prestes a completar quatro anos de detenção.

Nesse longo período em que estou no presídio houve muitos acontecimentos bons e ruins que vão marcar-me para toda vida, o nascimento da minha filha caçula, por exemplo. Após o nascimento me separei da minha esposa devido às discussões constantes. Um dos meus irmãos foi assassinado por causa de drogas. Dei-me conta no dia-a-dia como o crime é podre, a desunião que existe no meio dele. Também descobri que os amigos são poucos. Muitas pessoas só são amigos nas horas boas, e nas dificuldades, aqueles que diziam serem os seus melhores amigos são os primeiros a abandonar-nos. Compreendi o quanto andei errado durante a minha vida, e me arrependo de todas as maldades que cometi. Agora que estou próximo de sair pretendo recomeçar uma nova vida.

Hoje sinto falta da época em que eu ainda adolescente trabalhava e não possuía maldade no coração.

Compreendi que O TEMPO NÃO VOLTA. O QUE VOLTA É A VONTADE DE VOLTAR NO TEMPO.

Pedro

O nascimento do menino Pedro José Soares de 1974, nascido em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Vamos ouvir o testemunho: – Nasci de uma família pobre, trabalhador de agricultura. O meu pai se chamava Damião José Soares, a minha mãe Severina Maria do Carmo. Apesar de que não os conhecesse durante a minha adolescência, porque a minha mãe me abandonou no berço da maternidade. Quando ela chegou em casa, a minha avó perguntou:

— Cadê o menino? – Ela respondeu:

— Eu o deixei no berço da maternidade, não o quero. – A minha avó imediatamente foi à maternidade e me trouxe para casa. Infelizmente, com trinta dias a minha avó faleceu. Criei-me com o avô porque os meus pais não me quiseram. Mas o meu avô era dependente de bebida alcoólica. Toda vez que se embriagava, caía e dormia no mato, e eu ficava ao lado dele, entre chuvas e serenos até as horas que ele se recuperasse. Não me alimentava direito, me alimentando com papa de água e pirão de águas frias. Esse sofrimento foi até aos sete anos.

Aos sete anos fui para a rua e passei a viver outra vida de sofrimentos, entre fomes, mal dormidos, onde conheci alguns amigos de rua. Conheci a cola e várias outras drogas. Um dia, não suportando mais, pedi a Deus que ele me levasse ou a morte viesse me buscar. Não suportava mais tantos sofrimentos.

Aos 16 anos conheci um homem que me convidou a morar na sua casa. Muito feliz, imaginava que o meu sofrimento tinha chegado ao fim. Mas aos contrários, aumentou muito mais. Fui obrigado fazer pequenos delitos para sobreviver naquela casa. Aumentando os meus sofrimentos, o ódio e a revolta, eu fiz uma promessa ao mestre das trevas, conhecido por “Pai da Mentira”. Dando o meu sangue, consentido que enricasse para mostrar a família, sem eles eu conseguia sobreviver. Mas foi tudo aos contrários. Passei a ficar violento, não podia ver ninguém feliz que o meu desejo era destruir a felicidade, porque nunca fui feliz. Ao final de anos, o ódio e a revolta me consumiam muito mais quando via outras pessoas bem vestidas ao lado das famílias. Observação: Todo o meu ódio e a minha revolta se tornaram um abismo na minha vida.

Acabei colocando a minha vida várias vezes à morte. Fui levado aos matos, passei executado, mas Deus estava comigo toda vez, e eu não sabia. O rei das trevas me falava que ele me livrava da morte. Inocente, não sentia vontade de parar, e mudei o próprio nome para ser chamado de “Destruidor”.

Mas um dia eu fui destruir a casa de um povo de Deus. Durante cinco horas que tentava destruir aquela família, não consegui, porque Deus estava com eles. Desistindo voltei para casa. Às quatro horas da manhã, ouvi uma voz que disse:

— Levante-se e vá naquela casa onde você esteve ontem que eu tenho um recado para lhe dar. – Chegando na casa às seis horas da manhã, pedindo um copo com água, a mulher, muito feliz, sorridente, foi buscar a água. Sorrindo colocou na minha mão o copo com água e disse:

— Ontem vieram destruir a mim e ao meu marido, mas sou uma mulher de Deus. O meu marido também é homem de Deus, e a minha casa é de Deus, porque servimos ao Senhor. Mas lhe digo: Quem mexe com o povo de Deus, ou morre ou enlouquece ou se muda de lugar ou se converte a Deus. Pode ir embora que o seu recado está dado.

Assustado, deixei o copo cair no chão e vim embora. Não parava de pensar no que tinha ouvido daquela mulher. Às quatro horas da tarde as autoridades que são constituídas por Deus invadiram a minha casa, me levaram para a delegacia da cidade, onde começou o maior sofrimento. Depois de adulto, pela primeira vez eu conheci o mal que tinha plantado. Comecei a provar o amargo da maldade. Várias noites foram programadas para tirar a minha vida. A primeira noite, caindo eu de joelho na cela, falei pela primeira vez:

— Deus, se tu verdadeiramente és o Deus daquela mulher, que livrou ela da minha mão mais o marido dela, me livra da mão desses perversos. Não deixe tirar a minha vida. Eu te aceito

como Deus e o único Salvador da minha vida. Eu te prometo, enquanto vida eu tiver, não faço mal algum a ninguém mais. Só faço o bem.

E fui impedido de ser executado pelo poder de Deus. Todos planos foram desmanchados. Onze dias depois, o delegado daquela delegacia ordenou que me levasse ao presídio Professor Aníbal Bruno, porque a minha morte já estava encomendada. Queria ver quem ia impedir desta vez! Quando estava pronto para entrar na viatura, o telefone tocou, e atendendo um comissário, a juíza daquela cidade falou:

— Se encontra um preso chamado por Pedro José Soares?

Respondendo o comissário:

— Sim. Está sendo levado neste momento ao presídio Professor Aníbal Bruno. — E disse ela:

— Negativo. Leve ele à comarca da cidade e ninguém tire ele de lá sem a minha autorização.

Em chegar na comarca, foram contratados alguns detentos para tirar a minha vida. Mais uma vez foi impedido. Duas horas depois, chegou a juíza da cidade, reuniu todos os detentos, e Deus falou na boca dela: Ninguém se comprometa de tocar neste homem, porque ele é o meu.

A continuação deste testemunho, veremos depois.

Edvaldo

Este é o resumo de 32 anos de vida, de Edvaldo Ribeiro de Souza, conhecido por “Irmão Val”. Reflita nesse testemunho, pois ele vai impactar a sua vida. Talvez você esteja pensando que não tem mais solução para a sua vida. Um dia eu também pensei assim, pois quando pensava que não tinha mais solução e que estava tudo acabado, foi exatamente neste momento que Deus mudou a minha vida.

A história da minha vida

Tudo começou quando eu era muito criança. Segundo alguns parentes, como prima, tio e até a minha mãe, o meu pai se aborreceu comigo por eu estar doente e chorar muito, e me jogou dentro de um partido de bananeiras do sítio no qual morávamos. Pior foi que ele não permitiu que a minha mãe fosse me pegar de volta. Mas Deus é misericordioso e enviou a minha prima para me resgatar. Depois fui devolvido para os meus pais.

O tempo foi passando. A minha família nunca foi uma família bem estruturada. Quando eu tinha mais ou menos uns sete anos de idade, os meus pais brigavam muito. Certo dia aconteceu o seguinte: O meu pai tinha saído de casa para a cidade. Quando voltou, eu e Nado, o meu irmão mais velho, estávamos ajudando à madrinha dele carregar pedras para fazer a base da casa dela. A minha mãe estava pescando bem próximo de nós. Quando o meu pai voltou, fomos todos para casa, a minha mãe preparou o jantar e dividiu. Ao todos éramos treze pessoas, onze crianças e os meus pais. Estávamos todos alegres, pois íamos jantar. De repente o meu pai começou a pegar os pratos cheios, derramá-los debaixo da mesa e quebrá-los. Lembro-me que assim começou o desespero de uma vez. Nós crianças não podíamos fazer nada além de chorar e correr desesperados. O meu pai continuou quebrando tudo de modo que não ficou inteira nem a forma de colocar água. Nessa altura já estávamos todos escondidos nas bananeiras e nas casas dos vizinhos. Ele começou a chamar a minha mãe. Ela voltou para casa, e logo ele começou a espancá-la. Nós crianças corremos para socorrê-la. Quando o meu pai percebeu que chegamos perto, ele correu na nossa direção para bater-nos também. Felizmente era uma noite escura, e conseguimos esconder-nos num talhão de cana. Despistamos naquela hora. Aquela noite foi marcada. Fomos até a casa de uma tia nossa no outro engenho, mas os cachorros não nos deixaram aproximar-nos, então dormimos num roçado de inhame. De madrugada eu e o meu irmão pegamos cada um uma sacola de manga, já pensando em levá-las para casa, mas esperamos até sete horas da manhã, a hora do meu pai sair para trabalhar. Quando chegamos em casa, tinha um punho de rede cortado com um nó na ponta de cada fio. Ao todo dava uns trinta nós. Essa era a ferramenta para eu apanhar, e para o meu irmão Nado tinha um galho de manga. Criamos coragem e ficamos para apanhar, pois não tinha outro lugar, éramos ainda crianças. Enfim, o resultado é lógico: Muito pau.

O tempo passou. Mudamo-nos para a cidade. Tínhamos uma casa própria e uma barraca onde vendíamos todo tipo de alimento. Por isso pensamos que a nossa família estava estruturada. Mas logo começou tudo de novo: O meu pai acabou com tudo e mandou mãe embora. Continuamos uma família desestruturada. Ficamos sem a nossa mãe que cuidara de nós. Assim tudo ficou mais difícil para nós.

Mas o tempo passou. Mudamos de casa de novo. O meu pai era viciado em jogos. Cada vez que ele perdia no jogo, era um desespero em casa. Lembro-me que nesta nova casa tínhamos uma barraca como outra onde vendíamos tudo, menos cachaça. E tinha um cassino. A minha irmã Lê tomava conta da barraca, eu do cassino, e ele jogava. Naquela época eu tinha alguns onze anos. Quando ele acabava com o dinheiro que tinha, pegava mais comigo ou com a minha irmã. O jogo acabava quando as pessoas que estavam jogando com ele não queriam jogar mais, pois já tinham ganhado algum dinheiro dele e ficavam rindo dele.

Lembro-me que uma vez o meu pai nos chamou para prestar conta, e lhe demos o dinheiro que tinha sobrado. Ele ficou bravo porque achou que era muito pouco. Eu falei para ele

que era tudo que tinha sobrado. As pessoas riram dele, e eu saí de perto, fui para outra rua, enquanto ele quebrou as plantas que estavam no terraço. Em seguida o meu pai pegou as minhas roupas, colocou-as dentro de uma bolsa de plástico e deixou-os na frente de casa. Muita gente viu isso. Depois ele me chamou. Quando cheguei, ele disse:

— Estão aí as suas roupas, e eu não quero que você pise nem na porta de casa!

Rasguei a bolsa, peguei duas roupas, vesti uma encima da outra e fui embora. Não tinha para onde ir, não tinha onde ficar, e quando a noite chegou, eu estava sozinho na rua, sem mãe, sem casa, abandonado, sem ninguém que me ajudasse. Fiquei com sono e saí para procurar um lugar para dormir. Encontrei um tronco de pé de coco ao lado do muro do cemitério. Resolvi dormir ali. No outro dia encontrei um adolescente chamado Marinaldo que me levou para dormir na casa da mãe dele. Mas ela não gostou dessa ideia, pediu ao seu filho para não me levar mais para lá, pois ela pensava que eu fazia as mesmas coisas que o filho dela fazia. Eu nem sabia o que era. Mas ele fez um convite para mim, o qual era: Roubar galinhas. Visto que eu estava desamparado pelo meu pai, não tinha encontrado outra proposta para conseguir um recurso e também não tinha aprendido como lidar com uma situação como essa, eu aceitei o convite. Praticamos aquele ato. Alguns dias depois encontrei o meu pai. Ele disse:

— Vá para casa, pois você não sabe que não vai conseguir viver assim. — Eu disse a ele:

— Mas foi o senhor que me mandou ir embora!

Voltei para casa, mas já tinha combinado com Marinaldo para na sexta-feira irmos fazer a mesma coisa. No dia marcado ele mentiu ao meu pai que iríamos trabalhar. O meu pai deixou. Pois fomos embora. Esperamos até a noite para fazer a ação, e começamos a praticá-la. Esta vez tudo deu errado, pois fui pego pelo guarda da rua. Este me levou para casa e me entregou ao meu pai que me mandou dormir. Esta vez o meu pai não bateu em mim, mas disse:

— Amanhã logo cedo você vai embora de novo e não é nem para ficar aqui em Condado. Você vai embora procurar a sua mãe.

Deitei-me na cama, tentei de dormir, mas não consegui. De manhã nem quis levantar-me da cama, para não precisar ir embora. Mas o meu pai me chamou e me mandou embora. Fiquei na frente da casa, olhando o jogo de sinuca e esperando Marinaldo voltar. Quando este chegou, ele me deu a metade do dinheiro que tinha ganhado pela venda das galinhas roubadas, e foi embora. Depois chamei um colega para levar-me à usina onde a minha mãe morava. Fiquei lá.

Poucos dias depois o meu pai decidiu sair da casa dele. Ele mandou chamar a minha mãe para ela tomar conta de nós crianças em casa. Ele deixou a casa e a barraca com a gente, mas o meu irmão mais velho Nado não soube administrá-la, e tudo acabou. Fiquei sabendo que Marinaldo morreu assassinado.

Naquela época, eu tinha uns quinze ou dezesseis anos de idade, comecei a namorar com uma jovem da minha idade que já conhecia um bom tempo porque ela morava perto da nossa casa. Ela se chamava Rosa. A mãe dela não aceitava esta relação, mas nos encontrávamos à noite em diversos lugares. Chegamos a um ponto de termos relação sexual. Quando a mãe dela ficou sabendo disso, queria me obrigar a casar com ela, pois eu tinha tirado a virgindade de Rosa. A mãe dela queria alugar uma casa para nós morarmos, mas eu não estava muito interessado em ter a responsabilidade de casamento. Resolvi conversar com a mãe dela, e chegamos a um acordo de ela morar na casa da minha mãe. A minha ideia era que com esta solução, a mãe de Rosa podia dar à sua filha o dinheiro do aluguel economizado.

Nesta época o meu pai arranhou um trabalho na usina “Laranjeira”, e ele me chamou para trabalhar lá também. Fui, pois era uma oportunidade para fugir do relacionamento que tinha com Rosa. No tempo que passei no engenho, me envolvi numa relação muito perigosa, porque a mulher era de outro homem e ficou grávida de mim. Voltei para casa da minha mãe onde Rosa ainda estava esperando por mim. Mas eu não estava satisfeito com este relacionamento. Por isso aproveitei da próxima oportunidade de trabalho, desta vez no estado de Alagoas. Fui

trabalhar com o irmão de Rosa e mais algumas pessoas. De lá não voltava para casa no final da quinzena como os outros trabalhadores, mas mandava recado pelo irmão de Rosa para que ela se esquecesse de mim. Mas chegou o dia que acabou o trabalho, e foi preciso voltar para casa. Nesta altura eu sabia que Rosa já não estava mais me esperando e tinha voltada para casa da mãe dela. Quando cheguei em casa, eu tive contato com ela, marquei um encontro e a espanquei. Hoje reconheço que eu era uma pessoa perversa. Dias depois a mãe dela deu parte de mim. Quase que eu fiquei preso.

Algum tempo depois resolvi colocar novamente uma barraca. Naquela época já era usuário de drogas ilícitas. Certo dia, fui caçar. Não peguei nada, e quando anoiteceu, voltei para casa. Sentei-me à mesa para comer. Na sala estavam a minha mãe e três colegas e mais alguns irmãos pequenos. Quando acabei a minha refeição me levantei para tomar água. Fiquei em pé atrás da cadeira. De repente chegou o meu irmão Nado com dois revólveres nas mãos, brincou com eles apontando para a cabeça de um dos colegas que estavam sentados na mesa. De repente ouvimos um disparo. A minha mãe começou a chorar, quase desmaiou. Por causa do impacto ela tinha percebido que eu tinha sido atingido. Mas eu disse que não tinha sido atingido. Depois percebi que tinha um buraco na minha calça. Falei que só pode ter sido de raspão. Na verdade foi de raspão no osso da minha coxa direita. De repente perdi força, e a minha perna começou a ficar dura. O meu irmão e um colega me levaram ao hospital. Lá foi feita uma ocorrência. Mentimos para não prejudicar o meu irmão, pois tinha sido um acidente. Recebi alta do hospital, mas o projétil ficou alojado.

Algum tempo depois, conheci Josi com a qual eu tive um relacionamento conjugal. Deixei o pequeno comércio, saí da casa da minha mãe e fui morar com esta mulher. A minha perna com o projétil começou a secar e um dos músculos a encolher. Um amigo de Josi me encaminhou ao médico para tirar o projétil. Tirei o projétil e a minha perna voltou ao normal. Convivi com Josi durante algum tempo, mas brigávamos muito, e resolvi acabar o relacionamento. Voltei para casa da minha mãe. Mas Josi não aceitou a separação e ficou atrás de mim. Sabendo que ela odiava lugares de prostituição, comecei a frequentar exatamente estes lugares a ponto de morar em um destes lugares para não ser perseguido por ela. Nessa altura fiz conhecimento de outras mulheres e me envolvi com elas. Uma delas, Joana-d'Arc, era muito brava. Chegou o ponto dela não querer abrir mão de mim. Ela começou a brigar com as outras que também tinham relacionamento comigo. Finalmente Joana-d'Arc me convenceu de morar com ela. Mas ela tinha um espírito que não a deixava viver como uma dona de casa. Ela era pior que Josi. Eu mesmo também tinha o mesmo espírito de prostituição, não conseguia me controlar e ficar com uma só mulher. Por isso resolvi deixar Joana-d'Arc. Nós nos deixamos várias vezes.

Nesta época eu tinha um bar num povoado e um dos motivos de eu querer me separar de Joana-d'Arc era que ela tinha ciúme das mulheres que eu trazia para o estabelecimento. Por isso, as mulheres ficavam com medo e iam embora me dando prejuízo, pois eu investia com viagens para trazê-las. Nós morávamos ao lado do bar. Resolvi mandá-la embora. Ela foi, mas tinha um orelhão na frente do bar ao qual ela ligava e mandava chamar a mulher que tivesse lá no bar, e ameaçava para elas ir embora. Então resolvi passar um tempo com o bar fechado. Voltei para a cidade. Pouco tempo depois Joana-d'Arc me procurou querendo voltar para mim. Chegou na casa da minha mãe, chamou ela, arranhou um carro e foi na casa onde morávamos. Pegou os móveis, trouxe para a cidade e disse que eu tinha que morar com ela. Eu não tinha como fugir desta realidade, pois estava preso por ela, como dizem as escrituras no livro de Eclesiastes, cap. 7, vers. 26: *“Eu achei uma coisa mais amarga do que a morte. A mulher cujo coração são redes e laços e cujas mãos são ataduras: Quem for bom diante de Deus escapará dela, mas o pecador virá a ser preso por ela.”*

Certo dia eu estava em casa e conversei com Joana-d'Arc, dizendo que iria sair de casa e só chegar no outro dia. De verdade eu estava mentindo para ela para ficar com outra mulher, Francineide. Eu tinha um colega que era dono de um dos estabelecimentos. Ele se chamava Eduardo. Alugamos duas motos e saímos nós quatro para beber, cada um com a sua mulher.

Divertimo-nos. Eduardo voltou para o bar dele, e eu fui com Francineide a um motel. Passamos a noite. No dia seguinte o interfone tocou. Quando atendi, era Eduardo, pedindo para eu não devolver a minha moto porque ele já tinha entregado a dele e queria ficar com a minha. Enfim, continuei dormindo mais um pouco. Quando acordei, dirigi-me ao bar do meu colega, levando Francineide na garupa da moto. Quando cheguei na frente do estabelecimento, vi Josi. Ela estava com um revólver na bolsa. Quando me avistou, disse:

— Eu não disse que se eu te pegasse com outra, eu te matava?

Puxou o revólver e disparou na minha direção. Acertou o primeiro tiro em mim, e eu caí. Depois ela deu mais tiros na direção de Francineide, mas não acertou. Ela saiu correndo. Levantei-me e corri. Josi, armada, voltou atrás de mim e deu outro disparo na minha direção. Entrei num beco e ela ficou gritando como uma louca dizendo:

— Onde está o meu marido? — Deu mais um tiro para cima, depois fugiu, mas foi capturada pela polícia. O meu colega me levou ao hospital. De lá fui transferido para outro hospital porque não tinha possibilidade de atendimento no primeiro hospital, pois o caso era muito grave. Quando cheguei no outro hospital, fui atendido. De repente chegaram uns policiais da minha cidade e colocaram algemas em mim. Perguntei para eles:

— Por que estão colocando algemas em mim? Eu sou vítima.

Mas eles responderam:

— Não se preocupe, é para a sua segurança.

Pouco tempo depois eles chegaram novamente perto de mim e disseram:

— Você tem muita sorte, pois tem alguém muito forte falando por você.

Fui transferido para um terceiro hospital, na capital do estado. No caminho pedi muito a Deus que tivesse misericórdia de mim, pois eu pensava que iria morrer. Orei dizendo a Deus que, se ele me perdoasse, eu iria servir a ele, ou seja, eu iria ser crente. Quando cheguei ao hospital, fui operado. Três dias depois já estava de alta. Voltei para casa da minha mãe, mas não cumpri com o que eu tinha prometido a Deus. Ele cumpriu a sua parte, pois não permitiu que eu morresse. Com menos de sete dias eu já estava andando de bicicleta BMX - com uma bolsa com drogas vendendo.

A minha mãe não aceitava que eu fizesse essas coisas. Dizia para mim que eu tinha de parar ou tinha que procurar outro lugar para morar. Pois muitas pessoas foram me procurar lá onde morava, inclusive as mulheres que eu conhecia do bar.

Resolvi ir para o bar do colega, pois lá ficava consumindo e ajudando, aproveitando a ocasião e já ficava com Francineide.

Resolvi abrir novamente o bar que estava fechado, mas na minha responsabilidade do aluguel, pois eu tinha conversado com o dono do prédio para continuar com ele fechado por alguns meses e depois voltaria a comercializar novamente. Nesta época o meu irmão Nado estava preso por ter tirado a vida de uma pessoa. Enfim abri o comércio. Tinha contato por telefone com o meu irmão Nado no presídio. Conheci outros colegas, e um deles, Joca, teve certa intimidade com Nado quando este saiu da prisão ao regime semi-aberto. O meu irmão foi recolhido novamente para o presídio, e de lá começou a comercializar drogas para a rua para algumas pessoas, inclusive para este colega meu, Joca. Certo dia, eu e o Joca estávamos no bar, quando o meu irmão ligou pedindo que Joca fosse buscar um quilo de droga em uma cidade bem distante, e ele aceitou e me chamou. Fui com ele de moto, e o meu irmão tinha pedido a ele de não me dar da droga, mas eu, como estava com algumas dívidas, como aluguel e energia, convenci Joca a dividir a droga comigo. Ele aceitou. Quando embrulhei a droga em papelote para levá-la para uma outra pessoa, fui abordado pelos policiais do GATI. Neste momento Francineide, que estava com duas ou três semanas de gravidez, estava comigo. Fui espancado durante a abordagem, mas não confessei. Conduziram-me para a cidade sendo mais uma vez espancado no caminho, pois era longe da cidade. No momento da abordagem o meu irmão ligou muito para mim, porém os policiais não permitiam que eu atendesse o telefone, pois eles queriam mais informação sobre o assunto. Finalmente resolveram deixar-me atender o celular. A

primeira palavra que eu falei para o meu irmão quando atendi era que eu estava preso. Por isso apanhei mais ainda. Enfim cheguei na delegacia, fui atuado e conduzido para a comarca. Passei na comarca um ano, um mês e sete dias. Durante este período fui conduzido ao fórum várias vezes para audiência, mas nenhuma delas foi realizada. Durante este tempo fiz uma petição a Deus quando os irmãos da igreja foram evangelizar na comarca. O pedido foi que eu iria ser crente se Deus me tirasse da prisão. A partir deste dia comecei a dizer que eu iria embora, quando de repente chegou um alvará para eu ir embora.

Enfim mais uma vez Deus cumpriu com o que eu pedi, mas eu, ao chegar do outro lado, não cumpri com o que eu tinha prometido a Deus. Comecei novamente a frequentar pontos de prostituição. Desta vez no estado da Paraíba, onde um dos meus colegas tinha um ponto. Chegando lá, comecei a projetar junto com ele para irmos para Campina Grande para colocar outro estabelecimento ali. Mas eu tinha recebido uma ordem de comparecer ao fórum e já tinha comparecido duas vezes. Porém não tinha acontecido nenhuma audiência. E mais uma vez estava marcado uma audiência. Um dia antes do dia de nós irmos para Campina Grande, eu fui para a audiência. Quando cheguei no fórum, veio ao coração um sentimento de que eu iria ficar preso. Mas não resolvi fugir. Enfrentei a realidade, mas coloquei o celular dentro do sapato porque já sabia que iria preso, pois o meu coração me dizia isso. Teve audiência, e fui recolhido. Só tinha passado um mês e sete dias na rua. Cheguei na comarca. Comecei a entrar em contato com o Joca. Ele aceitou a minha petição que foi levar maconha para mim, mas na segunda vez ele foi preso. Fomos atuados, fiquei de castigo por trinta dias. No final dos trinta dias fomos a uma audiência e lá pedi à juíza de ela liberar a visita da minha mulher Francineide, pois ela tinha sido solta antes de mim. A juíza liberou, mas o policial que presenciou a liberação impediu a entrada da mulher. Pois eu fiquei muito irritado e comecei a blasfemar o policial e desacatar, chamando-o para brigarmos corporalmente. Mas os outros não permitiram que ele desse uma pisa em mim. Este policial pediu à juíza para eu ser transferido para o presídio. Passei mais um mês de castigo na comarca, e depois do castigo fui transferido para o presídio no qual eu me encontro hoje a cinco anos.

Quando cheguei no presídio, o meu irmão Nado já tinha sido solto. Ele veio uma vez me visitar, mas não entrou para me ver, pois ele temia que alguns dos prisioneiros vissem que eu era o irmão dele, e tentassem fazer algum mal para mim, apesar de que alguns sabiam que eu era o irmão dele. Passaram dois meses, e ele faleceu de um acidente de moto. Depois a minha irmã Lê veio uma vez me visitar, junta com o meu irmão Edson. A partir daí passei mais um tempo sem visita, mas entrava em contato por telefone com quase toda a família, inclusive com o meu pai que me dava algum dinheiro comprando crédito de celular e passando para mim para eu comprar alguns produtos de higiene. Até que fim chegou o momento que eu telefonei para a minha irmã para saber do meu filho Guilherme, pois a minha mãe tinha falado para mim que a minha irmã estava andando com ele na rua. Quando ela atendeu ao telefone, ela falou que Guilherme estava com uma vizinha dela que se chama Josicleide, que eu não conhecia, pois essa pessoa tinha ido morar ao lado de casa depois que eu tinha sido preso. Então eu pedi para ela passar o telefone para esta pessoa. Ela passou, e eu comecei a conversar. Pedi o número de telefone dessa pessoa para conversarmos mais a vontade. Ela me concedeu. Então não perdi tempo. Comecei a mandar mensagens românticas e também a ligar pela madrugada. Mas antes de chamá-la para me visitar, falei com Francineide, a mãe de Guilherme, e perguntei se ela queria vir me visitar, mas ela colocou muitos obstáculos no caminho. Então eu falei para ela que não iria ficar sozinho, iria arranjar outra pessoa para me visitar, pois ela não queria vir. Lembro-me de uma frase que ela falou. Foi mais ou menos assim:

— Pois tu sabes que quando tu ficas com essas mulheres, elas não querem mais te deixar. Quando você sair daí, ela vai ficar atrás de você. — E eu falei:

— Não tem problema. Se você não quer vir me visitar, está mostrando que não me quer mais. — Até que conquistei Josicleide por telefone e consegui trazê-la até a penitenciária para fazer a carteirinha e entrar para me visitar. Ela veio uma primeira vez, e nós nos demos muito

bem. Alguns dias depois - ela tinha vindo algumas três vezes - eu ainda não tinha aceitado a Jesus. Foi neste momento que ela me convenceu que eu precisava de salvação. Enfim resolvi cumprir a promessa que eu tinha feito a Deus. Então aceitei a Jesus.

Comuniquei para Josicleide que eu era evangélico, e desde então comecei a frequentar os cultos. O tempo foi passando, e Deus foi me dando o entendimento da palavra e a cada vez que eu lia a Bíblia, o espírito santo de Deus me dava um entendimento melhor. Eu comecei a perceber que anteriormente eu estava indo de contrário à vontade de Deus. Quando percebi que estava indo de contrário, comecei a dar meia-volta, mudando as minhas atitudes como, por exemplo, a forma de me expressar, a forma de vestir, etc. Deus começou a me abençoar. Comecei a me interessar mais nas atividades que iriam me beneficiar, como estudar e trabalhar.